

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

**O FUTEBOL NA AGENDA DO GOVERNO LULA:
Um salto de modernização (conservadora)
rumo a Copa do Mundo FIFA 2014**

Mariângela Ribeiro dos Santos

BRASÍLIA

2011

**O FUTEBOL NA AGENDA DO GOVERNO LULA:
Um salto de modernização (conservadora)
rumo a Copa do Mundo FIFA 2014**

Mariângela Ribeiro dos Santos

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da UnB como requisito para a obtenção do título de mestre em Educação Física.

Linha de pesquisa: Formação e Política de Esporte e Lazer.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Fernando Mascarenhas

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA-UnB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

O FUTEBOL NA AGENDA DO GOVERNO LULA:

Um salto de modernização (conservadora) rumo a Copa do Mundo FIFA 2014

Mariângela Ribeiro dos Santos

Orientador: Prof. Dr. Fernando Mascarenhas

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Fernando Mascarenhas - (Orientador - FEF/UnB)

Prof. Dr. Carlos Emanuel Sautchuk - (Membro Externo - DAN/UnB)

Prof. Dr. Silvio Ricardo da Silva - (Membro Externo - EEF/UFMG)

Prof. Dr. Edson Marcelo Húngaro - (Suplente - FEF/UnB)

Brasília, 19 de agosto de 2011.

À memória dos meus pais: João Batista dos Santos
e Esperança Ribeiro de Souza Santos.

AGRADECIMENTOS

Prestar os agradecimentos é sempre uma tarefa inglória, pois todas as menções necessárias não caberiam aqui e o processo de seleção nem sempre é justo, porém, é necessário. Sintam-se agradecidos:

- Os meus irmãos Maristela, João, Sérgio, Mauro, Marilúcia e Marizângela, e demais familiares pelo apoio incondicional.
- A minha tia Lourdes e sua família, meu porto seguro durante a realização do Mestrado.
- O meu orientador professor Fernando Mascarenhas, pela paciência, atenção, dedicação, seriedade e confiança que sempre depositadas ao longo de todo o processo.
- A Direção e o Colegiado do Curso de Educação Física da UNEB - Campus XII, e o apoio bolsa PAC.
- A equipe Gestora do Colégio Modelo Luis Eduardo Magalhães, que não mediu esforços para contribuir com a presente conquista.
- Os colegas Osaná, Marcius, Warley, Débora, Ney e Cláudio, que apesar da distância geográfica que nos separou nesse período, sempre se fizeram presente e solidários.
- O colega Domingos – um agradecimento especial por ter sugerido a minha vinda para a UnB; pelo acompanhamento e colaboração em toda trajetória desse percurso.
- O colega Marcos Paulo – sempre parceiro –, e demais colegas pelo convívio.
- O grupo AVANTE – Grupo de Pesquisa e Formação Sociocrítica em Educação Física, Esporte e Lazer – UnB, pelos conhecimentos e bons momentos de lazer compartilhados.
- Os colegas Margarete, Efrain, Michelle, Simone, Amanda e Giovanna, pelo apoio e solidariedade constantes.

- Os professores Alexandre Rezende, Marcelo Húngaro, Dulce Filgueira e Juarez Sampaio, pelo acolhimento.
- Alba e demais funcionários, pela atenção e sorrisos.
- Os colegas Fausta, Catarina e Romar, por compartilharem os momentos de angústias e muitas alegrias na descoberta da cidade de Brasília.
- Natália, pela disponibilidade e cooperação durante a realização da pesquisa.
- O professor Jake Carvalho, pela disponibilidade do laboratório para análise dos dados da pesquisa.
- Os amigos Ozenice, Beto, Carline e Evandro, pela presença em minha vida.
- Messias, Luciano e Fernando, pela assistência e apoio.

Por fim, a todos que fizeram e fazem parte dessa história.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
A. Os procedimentos metodológicos.....	22
CAPÍTULO I – O FUTEBOL: O INÍCIO DO JOGO NO BRASIL.....	27
1.1 Gênese e desenvolvimento do futebol no Brasil	27
1.2 A modernização do futebol no Brasil – os marcos do processo	36
CAPÍTULO 2 – A RELAÇÃO ENTRE ESTADO E “SOCIEDADE ESPORTIVA”	47
2.1 Sob a tutela do Estado	48
2.2 O cenário liberalizante pós-1988.....	50
2.3 A cartolagem empoderada.....	54
2.4 Lula lá.....	57
2.4.1 Copa do Mundo FIFA no Brasil.....	61
CAPÍTULO 3 – O FUTEBOL NA AGENDA DO MINISTÉRIO DO ESPORTE.....	69
3.1 O futebol na Agenda de Governo	70
3.2 Ordenamento legal	75
3.3 Gestão dos clubes.....	87
3.4 Financiamento do futebol.....	92
3.5 Segurança nos estádios	99
3.6 Copa do Mundo FIFA 2014	107
3.7 Economia da Copa	121
3.8 Legados anunciados	127
3.9 A gestão e a transparência prometida.....	132
CAPÍTULO 4 – O PRESIDENTE TORCEDOR.....	136
4.1 Do operário Luiz Inácio da Silva ao líder político Lula	136
4.2 A paixão pelo futebol.....	140
4.2.1 A paixão pelo Corinthians	145
4.3 O Presidente.....	150
4.3.1 Ordenamento legal	157
4.3.2 Gestão dos clubes.....	159
4.3.3 Financiamento	162

4.3.4 Segurança nos estádios	164
4.3.5 Copa do Mundo FIFA 2014.....	165
CONSIDERAÇÕES FINAIS	177
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	181
APÊNDICES	188

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição do registro de notícias agrupadas por unidades de contexto.....	70
Tabela 2 - Frequência de palavras nos discursos do Presidente Lula.....	142

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Impactos consolidados da Copa do Mundo FIFA 2014.....	123
Figura 2 -	Investimentos para a Copa do Mundo FIFA 2014.....	125
Figura 3 -	Mapa dos Investimentos.....	129
Figura 4 -	Efeitos nos PIBs regionais.....	130
Figura 5 -	As conquistas do Brasil com a Copa do Mundo FIFA 2014.....	134
Figura 6 -	Lula torcedor.....	144
Figura 7 -	O Presidente Lula.....	156

LISTA DE SIGLAS, ABREVIações E SÍMBOLOS

§	- Parágrafo
AGU	- Advocacia Geral da União
AL	- Alagoas
AM	- Amazonas
Art.	- Artigo
ASCOM	- Assessoria de Comunicação do Ministério do Esporte
BA	- Bahia
BNDES	- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social
CBC	- Confederação Brasileira de Clubes
CBCE	- Colégio Brasileiro de Ciências de Esporte
CBD	- Confederação Brasileira de Desporto
CBF	- Confederação Brasileira de Futebol
CBJD	- Código Brasileiro de Justiça Desportiva
CC	- Código Civil
CD	- Câmara dos Deputados
CDC	- Código de Defesa do Consumidor
CE	- Ceará
CEF	- Caixa Econômica Federal
CF	- Constituição Federal
CFC	- Conselho Federal de Contabilidade
CGPE	- Comitê Gestor do Plano Estratégico das Ações do Governo Brasileiro para a realização da Copa do Mundo de 2014
CGU	- Coordenadoria Geral da União
CN	- Congresso Nacional
CND	- Conselho Nacional de Desporto
CNE	- Conselho Nacional do Esporte
CNJ	- Conselho Nacional de Justiça

CNPG	- Conselho Nacional dos Procuradores Gerais do Ministério Público dos Estados e da União
COB	- Comitê Olímpico Brasileiro
COL	- Comitê Organizador Local
CONMEBOL	- Confederação Sul Americana de Futebol
CONSEGUE	- Comissão Nacional de Prevenção da Violência e Segurança nos Espetáculos Esportivos
CPI	- Comissão Parlamentar de Inquéritos
CTs	- Centros de Treinamentos
DF	- Distrito Federal
EDT	- Estatuto de Defesa do Torcedor
EUA	- Estados Unidos da América
FGTS	- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FGV	- Fundação Getúlio Vargas
FIFA	- <i>Fédération Internationale de Football Association</i>
FPF	- Federação Paulista de Futebol
GDF	- Governo do Distrito Federal
IBDD	- Instituto Brasileiro de Direito Desportivo
IBRACON	- Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
ICMS	- Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços
INDESP	- Instituto Nacional do Desenvolvimento do Desporto
INSS	- Instituto Nacional de Seguridade Social
IR	- Imposto de Renda
IWADA-AMA	- Agência Mundial Anti-Doping
km	- Kilômetro
LTDA	- Limitada
MC	- Ministério das Comunicações
MCidades	- Ministério das Cidades
MCT	- Ministério da Ciência e Tecnologia
MDIC	- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
ME	- Ministério do Esporte

MEC	- Ministério da Educação
MF	- Ministério da Fazenda
MG	- Minas Gerais
MinC	- Ministério da Cultura
MJ	- Ministério da Justiça
MMA	- Ministério do Meio Ambiente
MP	- Medida Provisória
MPOG	- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MRE	- Ministério das Relações Exteriores
MT	- Mato Grosso
MT	- Ministério dos Transportes
MTE	- Ministério do Trabalho e Emprego
MTur	- Ministério do Turismo
n°.	- Número
OAB	- Ordem dos Advogados do Brasil
ONED	- Organização Nacional de Entidades Nacionais Dirigentes de Desporto Não Olímpico
ONU	- Organização das Nações Unidas
PE	- Pernambuco
PELC	- Programa Esporte e Lazer da Cidade
PGFN	- Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PIB	- Produto Interno Bruto
PL	- Projeto de Lei
PLC	- Projeto de Lei Complementar
PM	- Polícia Militar
PNE	- Política Nacional do Esporte
PPPs	- Parcerias Público-Privadas
PR	- Paraná
PS	- Previdência Social
PST	- Programa Segundo Tempo
RF	- Receita Federal

RJ	- Rio de Janeiro
RN	- Rio Grande do Norte
RS	- Rio Grande do Sul
SELIC	- Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SENAI	- Serviço Nacional da Indústria
SF	- Senado Federal
SGMC	- Sistema de Apoio ao Gerenciamento e Monitoramento da Copa
SNEL	- Sistema Nacional de Esporte e Lazer
SP	- São Paulo
SSP	- Secretaria de Segurança Pública
TCs	- Tribunais de Contas
TCU	- Tribunal de Contas da União
TJLP	- Taxa de Juros de Longo Prazo
UnB	- Universidade de Brasília
UNESCO	- Organizações das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

RESUMO

O FUTEBOL NA AGENDA DO GOVERNO LULA:

Um salto de modernização (conservadora) rumo a Copa do Mundo FIFA 2014.

Autora: Mariângela Ribeiro dos Santos

Orientador: Prof. Dr. Fernando Mascarenhas

O presente estudo analisa o princípio organizador da agenda governamental para o futebol no período compreendido entre o primeiro e segundo mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), bem como discute suas implicações para a formulação de políticas públicas voltadas para a modalidade. Para tanto, realizou-se uma investigação estruturada a partir de levantamento bibliográfico e pesquisa documental, por meio de: literatura acadêmica sobre o tema; notícias produzidas pela Assessoria de Comunicação do Ministério do Esporte – divulgadas através de seu portal eletrônico; e, complementarmente, os discursos proferidos pelo referido mandatário relacionados ao futebol, selecionados a partir do portal eletrônico da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. O tratamento dos dados foi realizado com base no método de análise de conteúdo, o que permitiu a categorização de cinco eixos de ação política: ordenamento legal, gestão dos clubes, segurança nos estádios, financiamento e Copa do Mundo FIFA 2014 – este último com maior destaque, identificado como princípio organizador da agenda. A pesquisa concluiu que as políticas públicas dirigidas para o futebol no governo supracitado foram bastante contraditórias. Mediante a existência de avanços significativos no que se refere ao papel exercido pelo Estado na sua relação com o setor esportivo – com destaque para a questão do planejamento –, a postura conservadora no padrão de relacionamento com as entidades de administração – clubes, federações e confederação – e a intensificação de medidas de apoio ao empresariamento da atividade, refletem um novo momento do processo de modernização conservadora do futebol em nosso país.

Palavras-chave: Futebol. Agenda Governamental. Governo Lula. Copa do Mundo FIFA 2014. Políticas Públicas.

ABSTRACT

FOOTBALL ON THE AGENDA OF LULA'S GOVERNMENT:

A leap of modernization (conservative) towards 2014 FIFA World Cup.

Author: Mariângela Ribeiro dos Santos

Advisor: Prof. Dr. Fernando Mascarenhas

This research has as its intent, identify and analyze the organizing principle of the sports agenda and its implications for government policy-making aimed at soccer. This work is dedicated to the study of government sports agenda, during the first and second term of the Lula Government (2003-2020). To achieve this goal we conducted a research through a structured literature review of literature related to the theme explored, documentary research, focused on news produced by the Office of Communication of the Ministry of Sports, published at the website of the Ministry itself. With a view to expand and enrich our analysis of our data, we also analyze the speeches by President Lula in the study period 2003-2010, that somehow relate to football. The analysis of documents was based on the method of content analysis. The research shows that Lula Government Agenda 2003-2010, took place at the base of the contradiction on the one hand, there was significant progress on the other, maintaining a structure under some conservative actors, which reflects a conservative modernization dynamic football in our country.

Keywords: Football. Government Agenda. Government Lula. World Cup FIFA 2014. Public Policy.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como tema “o futebol na agenda do Governo Luiz Inácio Lula da Silva”. O objetivo da pesquisa é a análise figurativa do futebol na agenda governamental, período 2003-2010.

No período em destaque, as políticas no campo do esporte ganharam um novo formato. A implementação de ações iniciou-se com a criação do Ministério do Esporte (ME), em janeiro de 2003. De acordo com a Medida Provisória (MP) nº. 103/2003, o novo Ministério foi criado com o objetivo de “formular e implementar políticas públicas inclusivas e de afirmação do Esporte e Lazer como direitos sociais dos cidadãos, colaborando, para o desenvolvimento nacional e humano”¹.

Conforme Suassuna et alii (2007), acreditava-se que para a formulação e planejamento de políticas nos âmbitos do esporte e do lazer, a criação de uma pasta ministerial para tratar de tais temas propiciaria a ampliação para seu debate, contribuindo para a legitimação da discussão e conferindo um redimensionamento próprio. O desenho institucional inicial do ME era composto pelos seguintes órgãos: Secretaria Executiva; Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento; Secretaria Nacional de Esporte Educacional; Secretaria Nacional do Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer; Gabinete do Ministro; Consultoria Jurídica; Conselho Nacional do Esporte (CNE) (órgão consultivo).

Com a criação do ME, a composição do CNE foi reformulada². A estrutura do referido órgão, originalmente, contemplava apenas representantes do governo, do esporte nacional e do sistema esportivo federado, demonstrando uma preponderância de atores que representavam o modelo esportivo de alto rendimento. De acordo com Athayde (2009), com a reestruturação realizada em 2003, o CNE agregou à sua composição representante de entidades de menor relação com o modelo esportivo de rendimento, tais como: o Fórum Nacional de Secretários e Gestores Estaduais de Esporte e Lazer, os Secretários Municipais de Esporte e

¹ Medida Provisória nº. 103/2003. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências.

² A reformulação deu-se por meio da Portaria nº. 98, de 29 de julho de 2003.

Lazer, a Organização Nacional de Entidades Nacionais Dirigentes de Desporto Não Olímpico (ONED), os Clubes Sociais e o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE). Buscava-se tornar o CNE em uma instância mais democrática através da participação de distintos setores da sociedade civil relacionados ao esporte, e também de entes federados.

Ainda na perspectiva da democratização, o ME realiza em 2004 a I Conferência Nacional do Esporte, com ampla participação da sociedade no processo de formulação das políticas públicas para o esporte e o lazer, cujo tema foi “Esporte, Lazer e Desenvolvimento humano”, que resultou em documento final (BRASIL, 2004) utilizado como referência para a construção da Política Nacional de Esporte (BRASIL, 2005), aprovado pelo CNE em junho de 2005, com forte ênfase na inclusão social. Tal Conferência, inicialmente, indicou também a necessidade da criação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer (SNEL), a partir de princípios, diretrizes e objetivos estruturantes que visavam unificar a ação do conjunto dos atores compreendidos no segmento do esporte e do lazer em todo território nacional.

Segundo o então Ministro do Esporte em 2004, Agnelo Queiroz, tinha-se ali um momento histórico.

Ao chegarmos à etapa nacional da 1ª Conferência Nacional do Esporte, não temos dúvida de que essa foi uma etapa vitoriosa. Foi não. É vitoriosa, porque se repetirá daqui para frente. Jamais em nossa história tivemos como temos hoje, ampla participação da sociedade na formulação das políticas públicas para o esporte e o lazer. Esta é, sem dúvida, uma enorme mobilização em favor do esporte, que reafirma um processo já em curso. O esporte vem mudando, para melhor, em nosso país. A começar por duas decisões do Presidente Lula que demonstram essa vontade de mudança: a criação do Ministério do Esporte e da própria Conferência Nacional. E está em construção uma Política Nacional de Esporte, com mudança de conceito e foco na inclusão social (BRASIL, 2004).

Com a saída do então Ministro, assumiu o Ministério interinamente o secretário executivo, Orlando Silva Júnior, confirmado como titular da pasta em 31 de março de 2006. Silva Júnior havia exercido, antes da posse, os cargos de Secretário Nacional de Esporte e Secretário Nacional de Esporte Educacional.

A gestão do Ministro Orlando Silva inicia-se com a retomada da realização da Conferência Nacional do Esporte. A II Conferência Nacional do Esporte, realizada em maio de 2006, representava a continuidade de um processo iniciado em 2004 com a realização da Conferência anterior. A temática da Conferência de 2006 era: Construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer, e teve como objetivos principais:

[...] consolidar o espaço de diálogo entre o estado e a sociedade, mobilizar estados e municípios para aperfeiçoar a estruturação institucional e a política de esporte e lazer, promover ampla mobilização, articulação e participação popular, avançar na construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer e consolidar a Política Nacional de Esporte (BRASIL, 2007).

As discussões da Conferência de 2006 deram-se em quatro eixos: I - Estrutura – Organização, agentes e competências; II - Recursos Humanos e Formação; III - Gestão e Controle Social; e, IV - Financiamento. Tal Conferência também foi palco do lançamento da campanha nacional pela aprovação da Lei de Incentivo ao Esporte³, que faz parte dos compromissos da carta de Brasília: “Lei de Incentivo: uma conquista do esporte, uma vitória do Brasil”. A referida legislação prevê investimentos privados em projetos esportivos por meio de doações e patrocínios, cujos valores poderão ser deduzidos do imposto de renda. Lançada no primeiro dia do evento pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi sancionada em dezembro de 2006 e regulamentada em agosto de 2007.

A esse respeito, o Ministro Orlando Silva Júnior afirmou:

Nesta II Conferência lançamos as bases do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, de acordo com a Política Nacional aprovada pelo Conselho Nacional de Esporte. No processo de discussão do novo Sistema, pretendemos revisar a legislação e definir melhor as competências dos agentes públicos e privados nas políticas de esporte e lazer, atuando pela ampliação e diversificação das fontes de financiamento do setor (BRASIL, 2007).

³ Lei nº. 11.438/2006. Dispõe sobre incentivos para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências. A Lei de Incentivo ao Esporte foi alterada pela Lei nº. 11.472, de 2 de maio de 2007.

O titular da pasta do esporte ainda destacou em seu discurso que, atualmente, a Política Nacional do Esporte (PNE) é uma questão de Estado, o que implica em tratar o esporte como direito dos cidadãos. De fato, a Conferência Nacional do Esporte, instituída por Decreto Presidencial em 21 de janeiro 2004, tem um papel fundamental no processo que possibilita a garantia desse direito.

Por sua vez, em junho de 2010, realizou-se a III Conferência Nacional do Esporte. Segundo a Comissão Organizadora Nacional (BRASIL, 2010), a finalidade central das Conferências Nacionais do Esporte é democratizar a elaboração de políticas na área de esporte e lazer, envolvendo e valorizando a participação de todos os segmentos da sociedade brasileira, a fim de avançar na criação de mecanismos de controle e investimentos realmente eficazes e de uma política diferenciada para o desenvolvimento de regiões menos favorecidas.

A III Conferência Nacional do Esporte - “Por um time chamado Brasil”, parte da seguinte premissa: a participação social se traduz cada vez mais em políticas públicas inclusivas e ampliadoras da cidadania, e se consolida como política de Estado a partir do momento em que conclama a sociedade para: organizar demandas comuns; articular com o Estado; divulgar e materializar os avanços do esporte e lazer; participar da elaboração de políticas públicas; e, ampliar e qualificar o controle social. Para tanto, é preciso superar dois grandes desafios que demandam ações específicas para alcançá-los: a ampliação da participação e a qualificação do debate (BRASIL, 2010).

A III Conferência apresentou como tema para o debate o Plano Decenal de Esporte e Lazer – “10 pontos em 10 anos para projetar o Brasil entre os 10 mais”. Conforme estabelecido, o Plano Decenal deve fundamentar-se nos seguintes princípios: universalização, inclusão social e desenvolvimento humano pelo esporte; democratização da gestão e participação social; esporte como desenvolvimento econômico e nacional; e, elevação do nível cultural esportivo da população (BRASIL, 2010). Tal plano encontra-se estruturado sobre dez linhas estratégicas que contemplam os campos de maior destaque na gestão do esporte e lazer: Sistema Nacional de Esporte e Lazer; formação e valorização profissional; esporte, lazer e educação; esporte, saúde e qualidade de vida; ciência, tecnologia e inovação;

esporte de alto rendimento; futebol; financiamento do esporte; infraestrutura esportiva; e, por fim, esporte e economia. Tem-se, então, a realização dos grandes eventos no país, como a Copa do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, em 2016, orientando as políticas para os próximos dez anos.

A III Conferência apresentou os seguintes objetivos: discutir e aprovar o Plano Decenal de Esporte e Lazer com linhas estratégicas e ações, visando o desenvolvimento de esporte e lazer no país; consolidar as políticas públicas de esporte e lazer como políticas de Estado; consolidar o espaço de diálogo entre o Estado e a sociedade; mobilizar Estados e Municípios para aperfeiçoar a estruturação institucional e política de esporte e lazer; promover ampla mobilização, articulação e participação popular em torno da construção do Plano Decenal de Esporte e Lazer; avançar na construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer apontado na II Conferência Nacional do Esporte, mediante a concretização de um Plano Decenal de Esporte e Lazer (BRASIL, 2010).

Entre os campos de maior destaque na gestão do esporte e lazer, tanto nos debates, como na execução de ações do setor nos últimos anos, o futebol compõe uma das dez linhas estratégicas do Plano Decenal de Esporte e Lazer. De acordo com o texto básico da III Conferência, o futebol se construiu ao longo da história brasileira como um grande fator de mobilização. Nesse contexto, é entendido para além de uma modalidade esportiva – um patrimônio cultural que deve ser preservado e desenvolvido. Garantir as condições do futebol como tradição reconhecida da população significa reconhecê-lo como política pública que fortalece suas instâncias de participação, e qualificá-lo como fator de crescimento profissional. Tais condições são vistas como fundamentais para que o povo tenha espaços e possibilidades de acesso qualificado para a vivência do futebol (BRASIL, 2010).

Quanto às ações propostas para o futebol na III Conferência Nacional do Esporte, estão: a consolidação dos direitos do torcedor e a qualificação do futebol profissional; a implantação de uma política nacional de segurança e prevenção da violência nos estádios de futebol e no entorno das arenas; a normatização de laudos técnicos e a criação de cadernos de encargos das instalações dos estádios de futebol no Brasil; e, a estruturação de medidas de saneamento e sustentabilidade

operacional dos clubes. Todas as ações supracitadas são metas de alcance gradual qualitativo e quantitativo (BRASIL, 2010).

É evidente que além das justificativas apresentadas anteriormente para o destaque dispensado ao futebol no Plano Decenal de Esporte e Lazer, não é possível desconsiderar o fato da inserção do Brasil no circuito internacional dos países que realizam megaeventos esportivos e o seu credenciamento como sede dos maiores eventos do planeta: a Copa do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Assim, vale destacar o diálogo com os atores tradicionais, a saber: o Comitê Olímpico Brasileiro (COB), a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), os grandes clubes, Federações e Confederações, todos envolvidos na concepção de esporte hegemônico, de rendimento, solicitando a maior presença do Estado, no caso do futebol. Nesse sentido, criou-se a Secretaria Nacional do Futebol, vinculada à Secretaria Executiva do ME, que auxilia o Ministro na supervisão e coordenação das secretarias nacionais, e na definição das diretrizes e políticas no âmbito da PNE (BRASIL, 2005). O referido órgão também supervisiona e coordena as atividades relacionadas aos sistemas federais de planejamento e orçamento, organização e modernização administrativa, recursos humanos e de serviços gerais.

Modernizar a estrutura político-administrativa do futebol brasileiro por meio de mudanças na legislação esportiva, com opção de adoção de uma gestão empresarial, é uma tentativa existente desde a primeira metade dos anos 1990. No intuito de acompanhamento das transformações do mercado no campo do esporte, o Governo Lula tem investido na ampliação e modernização de infraestrutura esportiva para o futebol, na perspectiva de fazer com que o Brasil desenvolva um bom papel como sede da próxima Copa do Mundo FIFA. Neste sentido, estreitou-se a relação entre política e futebol – houve uma maior aproximação entre dirigentes esportivos e representantes estatais.

Conforme exposto, a presente pesquisa busca compreender qual o princípio organizador, bem como os valores e noções, que informam os termos dos discursos, moldando a agenda governamental para o futebol, e seus desdobramentos para a formulação de políticas públicas voltadas para a modalidade.

Portanto, o objetivo da Dissertação consiste em identificar e analisar o princípio organizador da agenda esportiva do Governo Lula (2003-2010) e suas implicações para a formulação de políticas públicas direcionadas para o futebol.

Os objetivos específicos da pesquisa são:

- Identificar a organização estrutural do Estado para a formulação e gestão de políticas de esporte.
- Analisar a participação de entidades esportivas e a ocupação de espaços dessas organizações na formulação das políticas de esporte.
- Avaliar como os megaeventos esportivos (Copa do Mundo FIFA 2014) são inseridos na agenda governamental, moldando as políticas públicas para o setor.
- Identificar os movimentos que expressam o ordenamento legal no campo do esporte e suas implicações para a formulação de políticas para o futebol.

A. Os procedimentos metodológicos.

O estudo em curso pode ser caracterizado como pesquisa social de caráter qualitativo, pois responde a questões muito particulares, tais como: o universo de significados, dos motivos, das aspirações, dos valores e das atitudes de uma determinada realidade social, aspectos impossíveis de quantificação.

Os procedimentos investigativos foram desenvolvidos através de revisão de literatura e pesquisa documental. Quanto ao tratamento do material analisado, utilizou-se o método de análise de conteúdo (FRANCO, 2007; BARDIN, 2010). A revisão de literatura incidiu sobre textos e obras inerentes aos temas: políticas públicas, relação Estado-Sociedade, políticas de esportes no Brasil e futebol, especificamente, buscando proporcionar melhor compreensão do objeto em estudo.

No que se refere à pesquisa documental, deu-se a seleção das notícias produzidas pela Assessoria de Comunicação do ME (ASCOM), divulgadas no portal eletrônico daquele Ministério⁴.

Conforme Bardin (2010, p. 40), a análise de conteúdo “aparece como um conjunto de técnicas de análise de comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Com base no método de análise de conteúdo, realizou-se o tratamento dos dados coletados. Em conformidade com tal método, o trabalho dividiu-se por meio de etapas, a saber: 1ª etapa – a pré-análise; 2ª etapa – a trajetória da análise; 3ª etapa – a codificação (constituição das unidades de contexto); 4ª etapa – o tratamento dos dados, a inferência e a interpretação.

O tratamento e a análise dos documentos que constituíram a fonte principal nesta pesquisa seguiram a seguinte lógica de organização:

- 1ª etapa – A pré-análise. Na presente etapa, realizou-se uma leitura flutuante dos documentos/notícias veiculadas no portal eletrônico do ME pela facilidade de acesso ao material e por ser uma fonte confiável, com o intuito de estabelecer contatos com tais notícias, conhecer os textos e mensagens nelas contidas. A escolha dos documentos/notícias foi definida *a priori*, por entender que aquelas fontes poderiam fornecer informações sobre o problema suscitado, e contribuir para definição do *corpus* inicial de análise a partir do descritor futebol.
- 2ª etapa – Trajetória da análise. A partir do *corpus* inicial de pesquisa, definiu-se a unidade de registro: FUTEBOL. Utilizando-se do descritor futebol, por meio de pesquisa exploratória no portal eletrônico do ME, foram encontradas 1.540 notícias inicialmente relacionadas. O levantamento foi realizado a partir da data 13 de janeiro de 2003 até a data 31 de dezembro de 2010, em função do recorte cronológico da pesquisa, compreendido pelo período janeiro/2003-dezembro/2010, ou seja, o primeiro e o segundo mandato do Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Dentre as notícias veiculadas, foram selecionados os

⁴ BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisaNoticia>>. Acesso em: 05 mar. 2011.

seguintes temas: futebol e legislação esportiva, CNE, captação de recursos, segurança nos estádios, clubes, executiva, Copa 2014 e futebol entre povos indígenas. Os referidos temas foram selecionados por apresentarem maior incidência na fonte explorada.

- 3ª etapa – A codificação (constituição das unidades de contexto). Segundo Bardin (2010, p. 129), codificação “é o processo pelo qual os dados em brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, às quais permitem uma descrição exata das características pertinentes do conteúdo”. No intuito de ampliar a compreensão da unidade de registro, após uma nova releitura da literatura foram criadas as seguintes unidades de contexto: financiamento, segurança, disciplina da atividade, gestão do futebol, Copa do Mundo FIFA 2014⁵. Bardin (2009) sublinha que

[...] a unidade de contexto serve de unidade de compreensão para codificar a unidade de registro e corresponde ao segmento da mensagem, cujas dimensões são ótimas para que possa compreender a significação exata da unidade de registro (BARDIN, 2009, p. 133).

- 4ª etapa – O tratamento dos dados, a inferência e a interpretação. Após as etapas descritas anteriormente, os dados foram revisitados e o material com as teorias e o adensamento da discussão em torno das unidades de contexto foram cotejados.

Após as etapas descritas, na perspectiva de ampliar a análise e enriquecer os dados obtidos por meio do método de análise de conteúdo, foram analisados os discursos proferidos pelo Presidente Lula no período 2003-2010, e que, de alguma forma, se reportam ao objeto de estudo da presente pesquisa. Para a coleta de tais dados, utilizaram-se como fonte de pesquisa as informações disponibilizadas no

⁵ O financiamento diz respeito à origem e as formas de captação de recursos que custeiam o futebol no país. A segurança evidencia medidas de controle e combate à violência nos estádios de futebol. A disciplina da atividade refere-se à base legal do futebol, identificando os movimentos que expressam as leis. A gestão do futebol refere-se à própria denominação da gestão do futebol brasileiro por meio da iniciativa privada. A Copa do Mundo FIFA 2014 refere-se à inserção de tal megaevento na agenda governamental. Essas unidades de contexto estão explicitadas através da apresentação de uma tabela de registro apensada à Dissertação.

portal eletrônico da Presidência da República⁶. A relação dos discursos proferidos e suas respectivas datas encontram-se em forma de tabela (Apêndice A), bem como a relação das notícias veiculadas no portal eletrônico do ME, apresentadas também em forma de tabela (Apêndice B), apensadas à Dissertação.

Para seleção dos discursos no portal eletrônico da Presidência da República, foi utilizado o descritor Futebol; os discursos foram agrupados conforme as unidades de contexto anteriormente descritas. Para o tratamento dos dados, fez-se a utilização do *software Nvivo 9*, que auxilia na organização da análise qualitativa de textos, áudios e vídeos. Tal *software* fornece uma plataforma multimídia em que se pode trabalhar com uma grande riqueza de ferramentas e detalhes, em especial, quando ocorre a existência de grande volume de dados. Vale ressaltar que o programa apenas organiza os dados, sendo de responsabilidade do pesquisador quanto à realização da análise, posto que envolve capacidades de interpretação e inferência.

A exposição dos resultados da pesquisa deu-se conforme a seguinte apresentação: no primeiro capítulo, faz-se exposição de um breve histórico do futebol, evidenciando a gênese e o desenvolvimento do esporte no Brasil, com intuito de situar o objeto de estudo no contexto histórico das políticas de esporte no país. Para isso, apresentam-se as fases do desenvolvimento do futebol no Brasil e os marcos do processo de modernização conservadora do futebol, uma vez que, para compreendermos a estrutura do futebol no Brasil, é necessário compreender a dinâmica das políticas em tal campo.

Tem-se no segundo capítulo do estudo uma breve discussão sobre Estado e sociedade e, em seguida, a relação entre Estado e sociedade esportiva no Brasil. Fez-se ainda uma discussão sobre o futebol e as políticas esportivas no país, desde o período do Estado Novo, passando pela fundamentação da Carta Magna de 1988 e pelos Governos Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. O capítulo tem sequência por meio da apresentação de uma discussão sobre a cartolagem no futebol com ênfase nos poderes da CBF. A finalização desta parte do estudo dá-se com as políticas no campo do esporte no Governo Lula, destacando a criação do ME, as continuidades e discontinuidades daquele Governo, a

⁶ Conf. BRASIL. **Presidência da República**. Disponível em: <www.info.planalto.gov.br>. Acesso em: 07 set. 2011.

questão do futebol nas conferências, a Copa do Mundo FIFA 2014, no Brasil, e a criação da Secretaria do Futebol.

No terceiro capítulo são apresentadas as análises referentes aos documentos do ME, por meio das seguintes unidades de contexto: disciplina da atividade; gestão do futebol; financiamento; segurança nos estádios; Copa do Mundo FIFA 2014, ressaltando ações dessas políticas para o futebol conforme tais unidades.

O quarto capítulo contém os resultados das análises dos discursos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O capítulo tem em seu início a apresentação da trajetória da sua carreira política. Em seguida, aquele mandatário é apresentado em sua figura como torcedor – sua paixão pelo futebol e, em especial, por seu time do coração: Sport Club Corinthians Paulista. O capítulo finaliza apresentando as ações de um presidente torcedor e discutindo a relação de tais ações com as unidades de contexto.

Por fim, em capítulo próprio, são expostas as considerações finais sobre o estudo, retomando de forma sucinta os objetivos da investigação e recuperando alguns elementos discutidos no decorrer da pesquisa, sem a menor pretensão de esgotar a temática em estudo.

CAPÍTULO I – O FUTEBOL: O INÍCIO DO JOGO NO BRASIL

1.1 Gênese e desenvolvimento do futebol no Brasil

No Brasil, a história do futebol esteve sempre vinculada à dinâmica sociocultural, econômica e política da nação. Seja nos momentos de glória ou de fracassos, tanto nos períodos de crise como nos períodos de auge. Sobre a chegada de tal esporte ao país, no final do século XIX, a versão mais difundida, conforme Silva apud Daolio (2005), é que o futebol chegou ao Brasil por iniciativa de Charles William Miller, que retornava ao país em 1894, após anos de estudos na Inglaterra, trazendo consigo materiais para sua prática.

O futebol foi sendo difundido entre os jovens da elite paulistana e carioca e, posteriormente, pela criação dos primeiros clubes urbanos criados por imigrantes europeus que aqui habitavam em função da expansão urbana, a partir do que Sevcenko (1994) denominou de Revolução Científico-Tecnológica: a multiplicação acelerada da classe trabalhadora e por sucessivos movimentos migratórios ocorridos no país naquele período.

Nas metrópoles assim surgidas, ninguém tinha raízes ou tradições, todos vinham de diferentes partes do território nacional ou do mundo. Na sua busca de novos traços de identidade e de solidariedade coletiva, de novas bases emocionais de coesão que substituíssem as comunidades e os laços de parentesco que cada um deixou ao emigrar, essas pessoas se veem atraídas, dragadas para a paixão futebolística que irmana estranhos, os faz comungarem ideais, objetivos e sonhos, consolida gigantescas famílias vestindo as mesmas cores (SEVCENKO, 1994, p. 35).

Outra via importante pela qual o futebol foi introduzido no Brasil foram os contatos estabelecidos por brasileiros com a Europa através de suas tradicionais Universidades. O futebol irradiou-se no meio industrial e aristocrático como uma prática de lazer da colônia européia.

De acordo com Silva apud Daolio (2005),

Uma das características da relação entre futebol e brasileiros foi a paixão, demonstrada desde os primeiros momentos, seja na rápida proliferação dos campos de “pelada”, clubes campeonatos, seja na ida de grande contingente de espectadores aos jogos da época. O futebol desbanca outros esportes, como o remo e o turfe, no quesito popularidade e vai aos poucos tornando-se a paixão nacional (SILVA apud DAOLIO, 2005, p. 21).

Difundido no país em fins do século XIX, o futebol expandiu-se entre a classe operária das fábricas, os clubes sociais, a várzea, transformando-se no principal esporte nacional, inserindo-se numa dinâmica própria, embora sempre estivesse articuladas com as esferas sociais, culturais, políticas e econômicas do país. Vale ressaltar que o percurso histórico do futebol no Brasil não é linear, nem tão pouco único. Existem diversos futebolis.

Examinando a perspectiva de organização e do desenvolvimento do futebol no país, Proni (2000) afirma:

Nota-se uma história claramente marcada pela dinâmica social, econômica e política da nação. Introduzido pela elite urbana da Primeira República, convertido ao profissionalismo à luz do repúdio ao elitismo das oligarquias na década de trinta, disciplinado sob a tutela do Estado Novo nos anos quarenta, visto como símbolo da força e da criatividade do povo brasileiro no período da industrialização pesada, integrado nacionalmente e colocado a serviço do regime militar durante os anos setenta [...] os momentos de estruturação e de inflexão do futebol brasileiro não podem ser em tendidos sem menção à história recente do país (PRONI, 2000, p. 95).

Sobre o contexto no qual se desenvolve o futebol no Brasil, Rodrigues (2007) apresenta um mapa histórico-sociológico do futebol brasileiro, dividido em cinco fases, a saber:

- 1ª Fase – A introdução do futebol no Brasil, cujo período vai de 1894 a 1905, e tem como características: clubes urbanos; futebol nas escolas de elite; incentivo da Igreja; futebol de fábrica; diversão e disciplinamento da juventude aristocrática.

- 2ª Fase – A fase do amadorismo aristocrático do futebol no Brasil, cujo período vai de 1905 a 1933, e tem como características: elitismo; racismo; a divulgação na imprensa; disciplinamento de operários; profissionalismo “marrom”; revolução vascaína.
- 3ª Fase – A fase do profissionalismo do futebol no Brasil: democratização e profissionalismo, período de 1933 a 1950. As características em destaque são: popularização do futebol; profissionalização; democracia racial; futebol-arte.
- 4ª Fase – A fase do reconhecimento internacional e da comercialização do futebol brasileiro, que compreende o período de 1950 a 1970, apresentando as seguintes características: reconhecimento internacional; a conquista de Copas do Mundo FIFA (1958, 1962 e 1970); consolidação do futebol-arte; surgimento de grandes ídolos: Pelé, Garrincha, Tostão, Rivelino e Jairzinho.
- 5ª Fase – A fase da modernização conservadora do futebol negócio no Brasil, período de 1970 a 2006. As características em destaque são: comercialização; publicidade; televisão; futebol-força; Centros de Treinamentos (CTs); Clube dos Treze; Lei Zico; Lei Pelé; Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Futebol no Congresso Nacional (CN).
- 6ª Fase – Agenda do Governo Lula. Diálogo com atores tradicionais: Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Confederações, Federações e grandes clubes; criação da Timemania; Lei de Incentivo ao Esporte; Realização de grandes eventos no país: Jogos Militares Mundiais, Copa das Confederações, Copa do Mundo FIFA 2014, Jogos Olímpicos 2016.⁷

Na primeira fase, Rodrigues (2007) ressalta o caráter elitista e aristocrático como marcas do nascimento do futebol no país. A prática esportiva da referida modalidade era um privilégio dos membros da elite nacional, que somente mais tarde cederam espaço em direção à democratização do futebol, bem como na difusão do

⁷ A sexta fase foi aqui acrescentada propositadamente, compreendendo o objeto de estudo da presente pesquisa. Tal fase será comentada ao longo do estudo.

esporte entre os operários, que vieram a se transformar nos operários da bola, nos profissionais do futebol.

Trata-se do futebol como símbolo de distinção social, um bem restrito à elite econômica e cultural. Predominavam os clubes de elite e os jogadores amadores. Nesse momento a configuração predominante pode ser entendida como tradicional. O estilo de jogo era essencialmente ofensivo e a beleza das jogadas estava em primeiro lugar. O amadorismo vigorou como concepção de prática esportiva, preferida pela aristocracia, herança de classe dos lazeres de uma elite inglesa (RODRIGUES, 2007, p. 114).

Na segunda fase, Rodrigues (2007) enfatiza o racismo explícito que predominou no futebol brasileiro por muito tempo, proibindo negros na seleção brasileira e em vários times dos clubes então existentes. Tal período coincide com o futebol de fábricas, no qual aquela modalidade esportiva era utilizada como mecanismo de diversão e disciplina para os trabalhadores, bem como veículo publicitário importante na divulgação da imagem e prestígio da empresa.

Proni (2000) ressalta que o futebol vinha deixando de se restringir aos clubes e colégios de elite, passando a ser praticado por operários e trabalhadores de classes populares, apesar do caráter elitista das ligas. Com o surgimento de equipes em fábricas – como foi o caso da equipe do Bangu (do Estado do Rio de Janeiro (RJ)), em 1904 - ou em bairros populares – como, por exemplo, o Sport Club Corinthians Paulista, em 1910 –, a prática foi se popularizando. Começava a proliferar o que mais tarde seria chamado de futebol de várzea, em contraposição ao futebol dos clubes de elite.

Ainda de acordo com Rodrigues (2007), a terceira fase é marcada com a passagem do amadorismo para o profissionalismo, pela entrada em cena de jogadores populares nos grandes clubes. Os jogadores negros e mestiços são os pioneiros no que viria a ser conhecido de estilo brasileiro de jogar futebol, uma das peculiaridades brasileiras nesse esporte e razão de ser do chamado futebol-arte.

O processo de democratização funcional do futebol brasileiro identificado com a entrada em cena de jogadores negros e mestiços teve seu início marcado no Campeonato do Rio de Janeiro de 1923, quando a equipe que conquistou o campeonato, o Clube de Regatas Vasco da Gama, era composto basicamente por negros. Seus jogadores eram selecionados nos campos de várzea e nos clubes pequenos dos subúrbios. A lógica para a seleção era a habilidade em campo apresentada pelos jogadores. Ao abandonar o amadorismo, os clubes passaram a empregar os jogadores, a remunerar seu trabalho. Os atletas passaram, então, a serem excluídos das funções sociais do clube. O profissionalismo possibilitou a inserção de atletas mestiços, negros e mulatos nos grandes clubes, sem que fossem considerados critérios sociais ou étnicos.

A forma espontânea de jogar dos brasileiros, a astúcia, a criatividade, o improviso e a ginga constituíram-se elementos importantes na construção da identidade nacional. É nesta fase que o Brasil cria seus primeiros mitos futebolísticos. Trata-se do processo de transição do elitismo à popularização do futebol brasileiro. O futebol torna-se espetáculo de massa (RODRIGUES, 2007).

A partir dos anos 1930, a popularização do futebol no Brasil dá-se por meio da introdução do regime profissional, enfatizando sua democratização e consagração como elemento da cultura nacional, tendo como marco a profissionalização.

O início do profissionalismo é caracterizado pela regulamentação do futebol como profissão através da legislação social e trabalhista do Governo Getúlio Vargas, compreendido entre os anos de 1930 a 1936. A partir da Copa do Mundo FIFA de 1938, o futebol no Brasil passa a exercer papel de articulador da identidade nacional. É possível afirmar que é o Estado quem empreende, desde o início, a organização do futebol profissional no Brasil. Na década de 1930, o Governo supracitado necessitava justificar ideologicamente a construção da política vigente – o Estado Novo –, com características autoritárias, através de uma massificação cultural. O futebol era o cenário ideal para tal feito (RODRIGUES, 2007).

Para Helal (1997), as diferenças que mais tarde viriam a marcar o estilo brasileiro de jogar futebol começaram a se tornar explícitas a partir da década de 1930, não apenas por ocasião da participação brasileira nas Copas do Mundo FIFA, mas também quando times nacionais enfrentavam equipes estrangeiras, seja no Brasil ou no exterior.

De acordo com Proni (2000), foi num contexto ambíguo que um discurso nacionalista animou as descrições desse período de afirmação do futebol brasileiro.

É importante destacar que a modernização não rompeu de modo radical com as velhas estruturas de poder local, nem fortaleceu a sociedade civil, nem garantiu mecanismos de representação democrática. É que em meio à “crise de identidade” causada pelo choque entre os valores modernistas e tradicionalistas, as principais manifestações culturais do povo brasileiro passaram a ser vistas, por governantes e intelectuais, como portadoras de uma “identidade nacional” e produtos de uma ação coletiva que precisava ser organizada, regrada e estimulada (PRONI, 2000, p. 117).

Portanto, com o profissionalismo e a nova dimensão social alcançada pelo esporte, estreitou-se a relação entre política e futebol; houve uma maior aproximação entre dirigentes esportivos e políticos; as autoridades governamentais passaram a se preocupar com a definição de uma política nacional para o futebol.

A fase do reconhecimento teve início na década de 1950 e se consolidou nos anos 1970. Na Copa do Mundo FIFA de 1950, o Brasil apresentou seu estilo de jogo, firmando um jeito próprio de jogar futebol. Era o futebol-arte, a ginga e o improvisado que construíam a identidade nacional, sendo Leônidas da Silva, Domingos da Guia e Fausto os principais ícones. O futebol-arte era caracterizado especialmente pela astúcia, pelo improvisado, pela elasticidade, pela individualidade e pela capacidade de criação (RODRIGUES, 2007, p. 123).

Segundo Helal (1997), o reconhecimento internacional alcançado pelo futebol brasileiro no período de 1950 a 1970, deve-se a vários fatores, dentre os quais: a conquista de três Copas do Mundo FIFA (1958, 1962 e 1970), a qualidade técnica dos atletas brasileiros e o estilo próprio de jogar futebol, caracterizado como futebol-arte. É também nesse período que surgiram ídolos nacionais como Pelé, Garrincha, Gerson, Rivelino, Jairzinho e muitos outros nomes de destaque.

As conquistas da seleção brasileira das Copas do Mundo FIFA de 1958, 1962 e 1970 encorajaram as construções de grandes estádios por todo país. No início dos anos 1970, foram construídos vários estádios com capacidade para mais de 70 mil pessoas, e alguns com capacidade para mais de 100 mil pessoas, como por exemplo, o Estádio Cícero Pompeu de Toledo (o Morumbi) em São Paulo/SP, o Estádio Rei Pelé (o Trapichão), em Maceió/AL, e o Estádio Governador Plácido Castelo (o Castelão), em Fortaleza/CE.

Segundo Toledo (2009), a escalada na construção de estádios de futebol no Brasil se deu dentro de uma lógica de negociação com os Estados: a vaga para participar do Campeonato Nacional estava vinculada à construção de um estádio de futebol. Nos anos de 1971 a 1973 – período em que João Havelange era o presidente da Confederação Brasileira de Desporto (CBD) – lançava-se mão deste mecanismo para conter a demanda dos Estados. Assim, a vaga no Campeonato Nacional estaria associada à obtenção de um estádio de futebol, ou seja, era uma das exigências demandadas aos Estados e seus clubes.

O Campeonato Nacional pretensamente representava o “moderno” no futebol brasileiro, algo que afinava aos campeonatos nacionais jogados pela Europa e contrastava com o conservadorismo dos dirigentes locais e seus respectivos campeonatos estaduais. No entanto essa dicotomia não se verificava, uma vez que as relações tradicionais e os clientelismos foram mantidos, e na concepção do novo Campeonato Nacional transparecia o continuísmo das práticas já há muito adotadas (TOLEDO, 2009, p. 180).

A quinta fase compreende o período de modernização conservadora do futebol negócio no Brasil. O estilo brasileiro de jogar entra em crise a partir das últimas décadas do século XX, quando o processo de modernização e comercialização do espetáculo futebolístico implica na necessidade constante de vitórias. O polêmico debate entre futebol-arte e futebol-força divide os especialistas no assunto, criando correntes antagônicas.

Para sintetizar essa abordagem do processo de construção do estilo brasileiro de jogar é necessário apontar alguns traços que marcaram a diferenciação entre o futebol brasileiro e futebol europeu. O futebol brasileiro é intuitivo, artístico, espetáculo, natureza, individual, dom, agilidade, habilidade, malandro, improvisado, jogo, dionisiaco, barroco, futebol-arte. Por outro lado o futebol europeu é racional, eficiência, competitivo, cultura, coletivo, aprendizado, rigidez, força, apolíneo, clássico, escola, futebol-força (RODRIGUES, 2007, p. 123).

Segundo Helal (1997), o relacionamento entre o dilema brasileiro e o futebol pode também ser caracterizado em termos mais particulares, pois os termos “moderno” e “tradicional” são categorias oriundas do futebol. Tal aspecto mostra-se evidente nas discussões recorrentes ao estilo de jogo moderno (táticas rígidas e formais) *versus* estilo de jogo tradicional (dribles, espontaneidade, improvisação) na conduta do jogador de futebol e nos métodos de administração dos clubes e federações: o jeito moderno de administração (profissionalismo, individualismo, modelo empresarial) *versus* o jeito tradicional de administração (amor à camisa, relações pessoais, troca de favores, modelo paternalista).

De fato, tais questões têm sido partícipes ao longo da história do nosso futebol, sendo constantemente atualizadas, com o moderno ora visto como o vilão de alguns problemas que o futebol vem enfrentando, já que é responsável pela comercialização do espetáculo e pelo fim do estilo tradicional de jogar, ora sendo apontado como a solução para a crise do futebol brasileiro na medida em que o tradicional, em nível de organização, estaria ressentindo-se de uma modernização e impedindo o desenvolvimento da modalidade no país.

O cerne das relações entre o dilema brasileiro e o futebol encontra-se justamente no nível organizacional. A crise do futebol brasileiro é explicada pelo modelo tradicional de organização do futebol, baseado no amadorismo dos dirigentes e na política de troca de favores entre clubes e federações (HELAL, 1997, p. 33).

Segundo Rodrigues (2007), a tendência para a modernização começou, de fato, no fim dos anos 1970, e cresceu muito durante os anos 1980. No nível gerencial, iniciou-se uma pressão por parte da mídia e de alguns grandes clubes pela profissionalização dos dirigentes. A tendência à profissionalização dos dirigentes dos

clubes e à adoção do futebol-empresa tem sido vista como a mais promissora solução para a crise do futebol.

De acordo Rodrigues (2007), o discurso desenvolvimentista identificado entre 1960 a 1970 almejava a integração nacional e a ideia da criação de um Campeonato Nacional de Clubes em 1971, com times de todas as regiões do país, representando um marco importante na história do futebol brasileiro e, ao mesmo tempo, um passo na modernização do mercado produtor e consumidor do espetáculo futebolístico, mostrando a integração e integridade nacionais. Portanto, pode-se dizer que houve modernização conservadora, tendo o novo campeonato nacional como elemento da modernidade e os campeonatos estaduais como aspecto tradicional, conservador.

Para Helal (1997), o que deflagrou a crise a partir de meados da década de 1970 foi a tendência universal à profissionalização dos dirigentes, à racionalização e à impessoalização na forma de gerenciar. Tais tendências entraram em choque com a administração tradicional, tornando a desorganização mais evidente. Após a década de 1970, a crise do futebol brasileiro situou tal modalidade esportiva em uma séria desvantagem no confronto comercial e administrativo com outras nações, abalando assim a estrutura organizacional da grande paixão dos brasileiros.

Para Rodrigues (2007), a fase da modernização conservadora do futebol-negócio no Brasil inicia-se em 1970, tendo como marco inicial uma maior comercialização da modalidade, a introdução do *marketing*, o aumento dos salários dos atletas, entre outros fatores.

A fase da modernização conservadora do futebol-negócio no Brasil, podendo ser data de 1970 aos dias atuais. Esta fase se caracteriza pelo crescimento de recursos financeiros no futebol, transmissão das partidas de futebol pela TV, crescimento do nível salarial dos jogadores, e êxodo crescente dos jogadores brasileiros para o futebol europeu nas últimas décadas do século XX. O surgimento do Clube dos Treze, a Lei Zico, a Lei Pelé e o fim do passe são elementos que caracterizam esta fase recente do futebol brasileiro (RODRIGUES, 2007, p. 124).

A principal característica da referida fase é a comercialização do espetáculo futebolístico, ou seja, a introdução da publicidade ao redor do gramado e no uniforme dos times. A mudança no estilo brasileiro de jogar torna-se mais evidente; os clubes e a seleção nacional adotam novos métodos de treinamento, dando ênfase à preparação física e a armação tática da equipe em campo.

De acordo com Proni (2000), depois de permitida a exploração do uniforme do time para divulgação dos patrocinadores, abriu-se uma nova gama de recursos para as grandes equipes. Simultaneamente, o incremento de programações esportivas na televisão ajudou a consolidar o futebol como veículo de propaganda. A cobertura de eventos e os programas de entrevistas passaram a ser desejados, porque podiam ajudar a obter contratos de patrocínio e serviam também como vitrine para valorizar o passe dos atletas. A CBF seria uma das primeiras organizações que exploraria o novo potencial mercadológico do futebol com a seleção principal, tanto na assinatura de contratos de fornecimento de material esportivo e de patrocínio oficial, como na cobrança de cachês na transmissão dos jogos pela televisão.

1.2 A modernização do futebol no Brasil – os marcos do processo

O termo “modernização conservadora” está presente em distintos momentos da investigação do presente estudo sobre o futebol brasileiro. Portanto, cabe aqui uma breve análise sobre a origem do termo e a sua utilização nas questões do futebol. Segundo Pires e Ramos (2009), o termo modernização conservadora foi cunhado primeiramente por Moore Junior, em 1975, para analisar as revoluções burguesas que aconteceram na Alemanha e no Japão na passagem das economias pré-industriais para as economias capitalistas e industriais. Nesse sentido, o eixo central do processo desencadeado pela modernização conservadora é entender como o pacto político tecido entre as elites dominantes condicionou o desenvolvimento capitalista nestes países, conduzindo-os para regimes políticos autocráticos e totalitários. As revoluções burguesas na Alemanha e no Japão não seguiram a versão clássica como na Inglaterra, França e Estados Unidos da América

(EUA), pois foram revoluções burguesas parciais, visto que não destruíram efetivamente as estruturas sociais, políticas e econômicas do antigo regime.

De acordo com Castellari (2010), qualquer que seja a explicação sobre o conceito, tal aspecto carrega em si alguma nova significância, diferente das condições anteriores; a oposição, mesmo que ela seja apenas formal entre tradição e modernidade, deve estar presente. Um dos aspectos mais evidentes da utilização do conceito ou da compreensão da modernização nas sociedades contemporâneas, é que ele é utilizado nas mais distintas esferas da sociedade como sinônimo de transformações. Quando se conceitua o termo no sentido histórico, sempre se refere ao progresso, a algo que supera a condição anterior e, principalmente, em oposição ao tradicional, que quase sempre está ligado ao tradicional arcaico, algo que se deve superar.

No futebol brasileiro, o processo de modernização pode ser entendido também do ponto de vista da intervenção estatal na sua organização. A dinâmica do futebol articula-se com o desenvolvimento político-social do país. Não diferente de outros países e de outras épocas, o futebol no Brasil assume características institucionais, vinculadas aos valores políticos, econômicos e sociais, organizando-se à forma de um Estado que o molda e regulamenta. Para Rodrigues (2007), a década de 1980 marca importantes modificações no futebol brasileiro, como o incremento da comercialização e uma maior participação da televisão na produção, divulgação e comercialização do espetáculo futebolístico, o surgimento do Clube dos Treze, a Lei Zico, a Lei Pelé e, por fim, a Lei do Passe Livre, que são elementos que caracterizam tal fase.

Segundo Proni (2000), até meados do século XX, a expansão do futebol respeitou os parâmetros inicialmente estabelecidos na Inglaterra. A rápida internacionalização do futebol, a maneira de proceder da FIFA (com a criação da Copa do Mundo), a constituição de uma estrutura confederativa hierarquizada, ou seja, toda expansão que vai até os anos 1960, representou uma extensão das bases sobre as quais o futebol inglês se ergueu, um desenvolvimento embasado naquela concepção de organização esportiva híbrida (combinando atletas profissionais,

dirigentes amadores e a comercialização do espetáculo por entidades de natureza não comercial).

A novidade estava na transposição das rivalidades internas para o plano externo e no surgimento de tradições em torno de confrontos internacionais. A modernidade estava na massificação do esporte e na mobilização de toda uma nação em função de uma disputa que não era militar, e sim, esportiva.

Proni (2000) destaca que até 1980, os problemas do futebol brasileiro ainda eram apresentados em termos de carência, organização e planejamento. As soluções eram buscadas em fórmulas mais eficazes para aumentar as receitas, o que não exigia necessariamente uma mudança radical no aparato jurídico e institucional do futebol. Porém, a grave recessão econômica de 1981 a 1983 afetou profundamente a rentabilidade da atividade futebolística, agravando os problemas existentes e dando início ao que pode ser considerado como a crise mais séria do futebol brasileiro, desde a consolidação do profissionalismo.

Com o agravamento da situação financeira dos clubes, o debate sobre os problemas do futebol brasileiro ganharam destaque e passaram a explicitar a necessidade de mudanças estruturais. O debate se polarizou em dois tipos de posições: os dirigentes de federações estaduais e a CBF responsabilizavam a crise econômica e buscavam em fatores externos a causa dos problemas dos clubes; por outro lado, alguns dirigentes de clubes e alguns jornalistas apontavam para a estrutura administrativa arcaica e a legislação inadequada como os principais obstáculos à saída da crise.

Contudo, o caráter amador da administração dos clubes e federações, bem como a utilização política das mesmas continuava dificultando um relacionamento mais profissional com patrocinadores e com as emissoras de televisão. As consequências do amadorismo vieram com a desorganização dos campeonatos – demonstrada por meio de constantes mudanças na tabela e mesmo no regulamento – e instabilidades internas na direção dos clubes – causando descontinuidade dos acordos –, o que afugentava as empresas.

A modernização do futebol brasileiro pode ser entendida como um processo de transformação do esporte em produto da indústria de entretenimento em processo de globalização, pautada na gestão do espetáculo futebolístico, cujo padrão de gestão empresarial passou a ser considerado a solução para os problemas daquela modalidade esportiva. Mas, de acordo com Helal (1997), para cada avanço em direção à modernização, há um entrave permanente denominado “velho”. Em outras palavras, para cada “passe”, há um “impasse” – a existência de um modelo de modernização conservadora, pautada na dicotomia entre dirigentes amadores *versus* clubes profissionais. De um lado, a permanência de dirigentes antigos que se tornaram verdadeiros donos de clubes, federações e confederações; de outro lado, as inovações na legislação e na administração. Vale destacar, então, o advento do Clube dos Treze, da Lei Zico e da Lei Pelé, que eliminou o passe.

O chamado Clube dos Treze constituiu um movimento criado em julho de 1987, conhecido como União dos Grandes Clubes Brasileiros, formado pelos principais clubes de futebol dos Estados de São Paulo (SP), RJ, Rio Grande do Sul (RS), Bahia (BA) e Minas Gerais (MG). Esse movimento indicou a necessidade de modernizar a estrutura da organização do futebol nacional nas últimas décadas, utilizando-se do modelo das ligas de futebol européia. O propósito desse movimento foi fundar uma liga nacional para gerir o futebol e organizar o campeonato nacional.

De acordo com Franco Júnior (2007), ao mesmo tempo em que se processava a transição política no país, o futebol também vivia uma transição do poder tutelar do Estado para o controle civil numa conjuntura de franca expansão do capital no campo esportivo.

Se a vitória da oposição incorporou representantes da ditadura e velhos oligarcas brasileiros, a pretensa modernização futebolística manteve as estruturas de poder dos clubes e federações e foi levada a cabo sem desarticular o poder dos velhos cartolas ou de novos dirigentes que ainda comandavam suas agremiações à moda antiga. (FRANCO JÚNIOR, 2007, p. 155)

A crise do futebol brasileiro atingiu o seu ponto crítico em maio de 1987, quando o presidente da CBF anunciou que a entidade não teria recursos para financiar o campeonato nacional, ou seja, os clubes teriam de arcar com os custos da próxima competição. Tal posição colocou os dirigentes dos grandes clubes diante de um dilema: rebelar-se contra a CBF, interferir na organização do torneio e torná-lo rentável ou preservar a ordem institucional e esperar a falência gradual dos clubes? O Clube dos Treze decidiram impor à CBF uma forma mais enxuta e mais rentável de disputa, que incluía apenas 16 equipes, resgatando uma forma de competição mais simples. Portanto, segundo Proni (2000), aquele movimento surge com o propósito de reestruturar a organização do futebol profissional, buscando implantar diretrizes mais racionais e desbancar o autoritarismo da CBF.

A rivalidade esportiva, os interesses particulares de alguns dirigentes e a existência dos cacifes da CBF dificultaram uma articulação de forças capaz de deslocar para o Clube dos Treze o comando do campeonato nacional. Segundo Proni (2000), embora tal movimento tenha se curvado ao poder constituído pela CBF, a ameaça de rebelião e o relativo sucesso da Copa União então organizada pelo Clube dos Treze, são aspectos considerados como outro marco importante no processo de modernização do futebol brasileiro. Porém, as ações dos dirigentes continuavam amadoras, a CBF e as federações estaduais continuavam a ser geridas por meio de procedimentos pouco transparentes, movidos por interesses pessoais, apesar do surgimento de novos personagens no cenário da política esportiva nacional a partir dos anos de 1988-1989.

Para Franco Júnior (2007), as tensões entre os clubes e a CBF, os recursos à Justiça Desportiva, as falcaturas nos bastidores, as mudanças casuísticas de regulamento e a impunidade revelavam o tumultuado processo de modernização do futebol brasileiro, em sintonia com o que ocorria na cena política nacional.

Novo passo foi dado por Arthur Antunes Coimbra – o Zico – no cargo de Secretário Nacional de Esportes no Governo Fernando Collor (março de 1990 a abril de 1991) por meio de um projeto que procurava implementar métodos empresariais na administração do futebol, além da democratização das federações e da CBF, bem como a extinção da Lei do Passe. Segundo Franco Júnior (2007), diante das

resistências e pressões exercidas no Congresso Nacional (CN), o projeto aprovado em 1993 estava desfigurado e não alterava as estruturas do futebol, apenas ampliava a capacidade de obtenção de receitas através de bingos e de sorteios realizados em estádios.

Em 1993, foi então promulgada a Lei nº. 8.672/93, a “Lei Zico”, que consagrava o que a Constituição Federal (CF) de 1988 instituiu. Porém, a lei não gerou evolução, tampouco a descentralização do processo de tomada de decisões. Manhães (2002) afirma que, no campo conceitual, a nova lei fortaleceu o direito da cidadania à prática desportiva ao consagrar o desporto como manifestação participativa legítima. No entanto, tal legislação não se tornou de real uso, porque ao pretender colocar em prática o art. 217 da Carta Magna, não apenas conceituou o esporte caracterizando seus fins e objetivos, mas introduziu princípios e valores que não foram considerados pelos dirigentes de entidades de administração e prática desportiva.

A adoção do modelo “futebol-empresa”, permitida após a Lei Zico como é popularmente conhecida a Lei 8.672 sem a transformação da estrutura de poder não representa uma mudança radical na organização do futebol no país, pois a política de troca de favores ainda prevaleceria na organização dos campeonatos. Com jogos deficitários, o campeonato daria prejuízo aos clubes, limitando o potencial de marketing e da comercialização do futebol e é exatamente isso que vem ocorrendo após a Lei Zico. Ou seja, a modernização administrativa, significando comercialização do espetáculo, teria que vir acompanhada de uma modernização política, entendida aqui como autonomia e independência dos clubes para organizar campeonatos. (HELAL, 1997, p. 111)

Para Proni (2000), a modernização induzida pela mudança da legislação, ao tornar optativa a adoção de uma gestão empresarial, acabou respeitando a heterogeneidade que marca a estrutura do futebol brasileiro. A resistência à modernização não provinha apenas de posições políticas estabelecidas: estava presente também entre dirigentes, técnicos, jogadores e jornalistas que viviam diariamente o ritmo das equipes. Já se pressentia que a modernização anunciada traria um profundo e desigual impacto sobre o conjunto das equipes profissionais, rompendo de vez com as conexões que mantinham certa interdependência entre elas.

A Lei nº. 9.615/98, batizada de Lei Pelé, em homenagem à iniciativa do Ministro Extraordinário do Esporte, Edson Arantes do Nascimento – o Pelé – foi sancionada com a finalidade de aperfeiçoar a Lei Zico. A legislação institui normas gerais sobre o desporto brasileiro. Como resultante da evolução dos conceitos implícitos na prática esportiva, a Lei Pelé rompeu com a tradição ao indicar prioridades, além de promover o próprio aperfeiçoamento do esporte brasileiro, nas suas dimensões social, cultural, econômica e política. Tal legislação tem como ponto principal a determinação do fim da Lei do Passe e as questões relacionadas ao futebol.

Nova medida modernizadora foi implementada por Pelé, então Ministro Extraordinário dos Esportes/Instituto Nacional do Desenvolvimento do Desporto (INDESP)⁸, em 1998, ao extinguir a Lei do Passe, estabelecendo a fiscalização pública dos esportes e estimulando a organização dos clubes como empresas. Conforme Franco Júnior (2007), as reações contrárias uniram clubes, federações e até mesmo sindicatos de jogadores. Baseada nos princípios neoliberais, a avançada legislação delegou ao mercado a construção do modelo de futebol-empresa, trazendo novos problemas aos ultrapassados clubes brasileiros.

Segundo Proni (2000), não há dúvida de que a Lei Pelé representou um novo divisor de águas. Mas é preciso perceber que a modernização do futebol brasileiro não correspondeu àquele modelo ideal que deveria funcionar de modo equilibrado e ético. Ao remeter para o mercado a construção do modelo brasileiro de futebol-empresa, a legislação aprovada acabou permitindo que novos desequilíbrios e uma ética estranha ao esporte fossem introduzidos.

⁸ Criado pelo Decreto nº. 1.406, de 2 de março de 1995.

Ainda sobre a questão, Proni (2000) aponta três postulados no discurso modernizante dos anos 1990:

- 1) A compreensão de que o mundo esportivo estava passando por transformações radicais desde os anos 1980, em função de mudanças da economia mundial e da conversão do esporte em produto da globalizada indústria do entretenimento. Portanto, tornava-se urgente garantir uma alta competitividade internacional e alavancar os negócios em tal campo.
- 2) As tendências estrangeiras deviam ser seguidas, porque a modernização seria benéfica para o país e para o esporte; assim, caberia ao Estado promovê-la, criar as condições para que uma gestão empresarial, pautada pelas leis do mercado, se instaurasse no futebol brasileiro.
- 3) A correlação direta que se estabelece entre a profissionalização da gestão, a conversão dos clubes em empresas, a criação de uma liga nacional, a moralização do esporte, a transparência nas negociações, o fim das manipulações políticas e a satisfação dos torcedores. Ou seja, a modernização também era desejável porque poderia erradicar os principais males do futebol brasileiro.

Os novos ordenamentos do futebol, entendendo-se a Lei Zico (Lei nº. 8.672/93) e a Lei Pelé (Lei nº. 9.615/98, com o seu foco direcionado principalmente à lei do passe e à profissionalização do futebol, ou seja, a obrigatoriedade aos clubes (até então de caráter associativo) a transformarem-se em clube-empresa) modificaram a estrutura do futebol brasileiro. A Lei Zico, em um primeiro momento, e a Lei Pelé, na conclusão do processo, foram resultantes de uma ação cuja demanda há muito estava sendo posta em pauta por diversos atores do campo esportivo.

A lógica do mercado esportivo passou a traçar as diretrizes da modernização do futebol brasileiro, desencadeando uma crise. E o que se viu foram escândalos envolvendo dirigentes e acusações de corrupções e fraudes que culminaram na instauração de duas Comissões Parlamentar de Inquéritos (CPIs) na Câmara dos Deputados (CD) e no Senado Federal (SF).

Embora a ordem constitucional determinasse tratamento diferenciado para o desporto profissional e não profissional, Manhães (2002) aponta que houve resistência dos dirigentes esportivos à mudança na constituição das entidades dos esportes praticados por profissionais. Com o crescimento das atividades negociais, da estruturação das competições e dos espetáculos esportivos do futebol, como atividade econômica organizada, o que se viu foi um quadro de ruína administrativa com indícios de ilícitos fiscais e civis, enriquecimento ilícito de seus dirigentes.

Em 1998, a Câmara dos Deputados instalou uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o contrato “CBF-Nike”, o Senado Federal criou também uma CPI para investigar o futebol brasileiro de modo geral (MANHÃES, 2002, p. 119)

Manhães (2002) destaca que na segunda metade do século XX, a exploração e a promoção dos eventos baseados no futebol praticado por atletas profissionais tornaram-se atividades econômicas organizadas e de grande negociação. A venda de espetáculos e de suas transmissões por mídia eletrônica, a exploração de marcas e a exploração da prestação de serviços de praticante profissional com objetivo de resultado econômico, não foram concretizados em lucros na forma da legislação comercial apenas por força de impedimento legal.

A superposição do elitismo da “estrutura básica” e da disciplina do Estado deram lugar a uma reserva de mercado, controlada por oligarquias amadoras, cuja reprodução do poder era garantida pela ordem corporativa, por meio de entidades juridicamente constituídas para a prática de entidades civis. Este paradoxo cria a zona cinzenta que faz vicejar as negociatas e o ilícito, conforme constaram as duas CPIs, a da Câmara dos Deputados e a do Senado Federal (MANHÃES, 2002, p. 124).

A transição para um novo modelo de futebol profissional tem sido feita, como antes, de forma gradual. A velha estrutura de poder, fundada no sistema federativo e nos clubes associativos, vem se modernizando e absorvendo as estratégias de comercialização e administração do mundo dos negócios. E, embora a gestão empresarial das entidades seja uma tendência global, ainda são poucos os lugares onde tal tendência se manifesta sem restrições (PRONI, 2000).

As atuais mudanças na organização do futebol, causadas pela introjeção de uma lógica capitalista, expõem os clubes e as demais instituições às leis de mercado. Nesse sentido, a modernização em curso não se resume em enfraquecer velhas instituições e abrir espaços para relações mais transparentes e decisões racionais e impessoais. A modernização conduzida pelo mercado implica uma transformação da cultura futebolística, do futebol em si, conclamando à reinvenção das tradições e a redefinição do lugar que tal atividade ocupa na vida das cidades, dos torcedores e dos clubes, por meio de novos métodos de gestão e a busca de novas fontes de receitas para aumentar sua competitividade (PRONI, 2000).

O processo de reformulação da estrutura global do esporte tem sido uma referência para modernização do futebol brasileiro, ao menos no que se refere às mudanças relacionadas com o avanço do *marketing* esportivo e com a expansão da indústria do entretenimento, seguindo as tendências internacionais hegemônicas. Em cada nação se constrói uma experiência própria, um caminho particular, na adoção de uma nova mentalidade de organização esportiva. Proni (2000) questiona: “Que peso joga os ‘fatores internos’, ou as características da sociedade, no avanço rumo à modernidade esportiva?”

Na história da formação da cultura brasileira, a influência européia foi decisiva. No caso do futebol, a Europa continua sendo a referência local de modernidade, mesmo depois que a cultura norte-americana tornou-se dominante nas mais diversas áreas. Porém, o Brasil tem respondido de modo peculiar aos estímulos das potências mais desenvolvidas. Considerando a realidade sul-americana, observa-se que a influência da cultura de massa, da modernização econômica e do discurso globalizante se alastrou pela maioria dos países. A “Terra de Santa Cruz” é um dos poucos países onde as condições estruturais permitem vislumbrar um avanço mais consistente, construindo o seu próprio caminho. E as razões não se restringem ao aspecto “artístico” do futebol brasileiro. A indústria do espetáculo esportivo requer um conjunto de fatores, e o futebol-empresa requer mais do que capacidade gerencial. Ou seja, a competitividade internacional dos times, a força e vitalidade das tradições futebolísticas, o tamanho do mercado interno, o dinamismo da economia, as

condições sociais presentes e os embates políticos são fatores que determinam as possibilidades de sucesso do “modelo” de organização esportiva que se apresenta.

Do mesmo modo que nos anos 1930 houve uma ruptura entre os clubes que permaneciam amadores e os clubes que adotavam o profissionalismo, o atual processo de reestruturação do futebol brasileiro produzirá uma nova ruptura, causada pela penetração progressiva e invisível da lógica empresarial na organização dos torneios e na gestão dos clubes. Ao que tudo indica, está sendo redefinido o divisor de águas que separa o esporte “amador” do esporte “profissional”. Esse divisor se define pela implementação de uma gestão (no caso, do departamento de futebol) voltada para a exploração capitalista do esporte-espetáculo. Todavia, a modernização em curso, segundo Proni (2000), reproduz a dualidade estrutural: agora se pode falar na conveniência do “velho profissionalismo” com o “novo profissionalismo”.

CAPÍTULO 2 – A RELAÇÃO ENTRE ESTADO E “SOCIEDADE ESPORTIVA”

Para analisar as relações entre Estado e sociedade, faz-se necessário investigar a presença ou ausência e a forma de inserção estatal nos reais interesses sociais que constituem toda sociedade organizada. Conforme Pereira-Pereira (2008), vale salientar as demandas e necessidades da sociedade, com o Estado realizando o papel de maior interventor. No Brasil, num primeiro momento, o esporte organizou-se no âmbito da sociedade civil, sem maiores intervenções do Estado.

De acordo com Bracht (2009, p. 70), “esse quadro é, hoje, como sabemos radicalmente diferente. O Estado intervém no esporte de forma intensa. Vários e diversos são os princípios e os motivos que regem tal intervenção ou relação”. Na relação com a sociedade civil, os interesses históricos que podem mover o Estado a intervir ou a interagir com a organização esportiva são: a integração nacional, a educação cívica, a preservação da saúde, a melhoria da qualidade de vida, o oferecimento de oportunidades de lazer, entre outros aspectos.

Contudo, Manhães (2002, p. 19) ressalta que “a definição de prioridades é sempre decorrente do conceito de esporte hegemônico no seio do aparelho de Estado, ou seja, da visão que se tenha desse campo de atividades”, qual seja: o esporte de rendimento e/ou de espetáculo.

Para Bracht (2009, p. 71-72), a função básica do Estado nas sociedades capitalistas é garantir a reprodução do capital. Diante da questão, o esporte seria objeto de atenção do Estado em função de sua maior ou menor contribuição nesse processo: seja através da promoção da reprodução da força de trabalho, seja provocando efeito estabilizador como atenuador de tensões sociais. A localização das prioridades do Estado, se no âmbito do esporte de lazer ou no de alto rendimento ou espetáculo, pode ser um indicador das razões observadas pelo Estado para investir no esporte.

2.1 Sob a tutela do Estado

Para entender a atual estrutura do futebol no Brasil, é preciso compreender a dinâmica das políticas sociais em tal modalidade. Recuperar brevemente um pouco dessa trajetória política e social no esporte a partir do contexto em que os seus elementos foram formados permite situar os aspectos pertinentes às áreas de intervenção social do esporte e, portanto, entender o processo de construção da estrutura existente.

A história institucional do esporte no Brasil tem início em 1937, quando, por intermédio da Lei nº. 378, de 13 de março de 1937, foi criada a Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura. Cabe salientar, que esse momento histórico corresponde ao auge da ditadura imposta pelo regime autoritário estadonovista, que sobrepunha-se à sociedade por meio de mecanismos legais estabelecidos autoritariamente. Na referida concepção de Estado, o seu dirigente determina o que é melhor para a população. Até mesmo as indicações dos responsáveis pelo esporte eram feitas pelo governo, o que permitia o favoritismo e as distinções no desenvolvimento da área.

No que diz respeito à relação Estado-esporte-sociedade, Bracht (2009, p. 67) adverte que, “para uma análise da relação Estado e Esporte, é importante identificar qual o tipo de relação entre Estado e Sociedade Civil em uma determinada sociedade”. Historicamente a presença do Estado como tutor, pautada em princípios corporativos nortearam e serviram de base ao estabelecimento da ordem esportiva. A política de esporte no Brasil, ao longo do tempo, tem pautado o futebol na agenda governamental, e as políticas de governo ainda hoje se ocupam da modalidade. Segundo Linhares (1996, p. 73), “vale ressaltar que foi a partir do futebol que o Estado começou a se ocupar do setor esportivo.”

Tendo como argumento central a disciplina do setor esportivo, o Estado Novo justificou o estabelecimento do Decreto-Lei nº. 3.199, de 14 de abril de 1941. Disciplinar o esporte significou atrelá-lo ao Estado por meio de um rígido e hierárquico controle. Conforme Manhães (2002), três discursos básicos orientam a legislação de 1941: o discurso da disciplina, o discurso nacionalista e o discurso moral e cívico. Portanto, o processo de intervenção do Estado no setor esportivo se deu muito mais por interesses existentes no interior da própria estrutura estatal do que por uma demanda da sociedade brasileira organizada esportivamente ou não.

As demandas da sociedade civil e dos clubes, locais de organização do esporte no referido período, foram sufocadas pela tentativa de pacificar os conflitos de interesses ou negar-lhes a sua existência. No transcorrer da vigência de tal legislação, foi criado o Conselho Nacional de Desporto (CND), que também continha os objetivos de fiscalizar e orientar as atividades esportivas. As ideias de nacionalismo e patriotismo estavam presentes na formulação dessas políticas e relacionadas ao objetivo maior de manter toda sociedade brasileira sob o controle do Estado. A fase histórica apresentada corresponde também à fase da profissionalização e popularização do futebol no país: o futebol brasileiro foi tornando-se cada vez mais popular e começava a ganhar prestígio internacional.

Em 1970, a Divisão de Educação Física do Ministério de Educação e Cultura foi transformada em Departamento de Educação Física e Desportos. Em 1971, houve a criação do Plano de Educação Física e Desportos, com justificativas técnicas e o ideal de um país ativo, saudável e em crescimento. O plano entendia a atividade física como direito de todos. Tal aspecto mostrou-se importante alocando-se como a primeira referência do Estado reconhecendo a necessidade de políticas públicas que considerassem o esporte como um direito social. No período em destaque, a transmissão de eventos esportivos foi incentivada para a formação de uma cultura ufanista em relação ao esporte.

O Departamento de Educação Física e Desportos foi transformado, em 1978, em Secretaria de Educação Física e Desporto, ainda ligado ao Ministério da Educação, e assim permaneceu até 1989. No futebol, o período em questão é marcado pelo início da comercialização do espetáculo esportivo e do futebol negócio. O futebol entrou também na era da televisão, da transmissão dos jogos ao vivo. O dilema entre a manutenção de uma estrutura tradicional e a tendência à modernização administrativa tornou-se a base para a compreensão dos problemas enfrentados pela organização do futebol no Brasil.

O modelo corporativo e centralizado impresso à estrutura do sistema esportivo não foi alterado. O ingresso do Estado no setor esportivo, pelas vias do projeto estadonovista, se perpetuou por um longo período. As pequenas e superficiais mudanças ocorridas ao longo desses anos encontram-se vinculadas às estratégias de acomodação articuladas no interior do setor esportivo. Conforme afirma Manhães (2002. p. 111),

[...] esta hegemonia permaneceu intacta por todo o período autoritário. Com o fim do regime militar e a revisão institucional anunciada pela constituinte de 1988, cresceu a expectativa da revisão da ordem desportiva corporativa no Brasil.

2.2 O cenário liberalizante pós-1988

A Carta Magna de 1988 consagra a autonomia de organização e funcionamento das entidades esportivas, desencadeando o processo de liberalização do setor esportivo. Caberia à legislação dela decorrente regulamentar o modo de como deve usufruir da autonomia de organização e funcionamento do referido setor.

O Governo Fernando Collor (1990), primeiro governo civil brasileiro eleito por voto direto após duas décadas de ditadura brasileira, foi também o primeiro Governo escolhido dentro das regras da Constituição Federal (CF) de 1988, a extinguir a Secretaria ligada ao Ministério da Educação, criando a Secretaria de Desportos da Presidência da República. À época, os agentes do poder público começavam a debater sobre qual o papel estatal frente aos novos desafios de esporte e lazer. Por

outro lado, as entidades esportivas reivindicavam autonomia frente às intervenções do Estado e às mudanças na legislação esportiva.

Em julho de 1993, é promulgada a Lei Zico⁹ e, dentre os vários pontos de tal legislação, destacavam-se a necessidade de redefinição de papéis dos diversos segmentos da sociedade e do Estado em relação ao esporte e ao futebol, e a mudança jurídica desportiva institucional. Além dos itens em destaque, a ênfase dada na referida Lei foram: o esporte de alto rendimento, a autonomia das entidades esportivas e, principalmente, as questões pertinentes ao futebol, encerrando a estrutura tutelar do Estado sobre o esporte e trazendo a autonomia e a pluralidade como elementos de mudança.

Em suma, a Lei Zico considerava o direito de cidadania à prática desportiva ao consagrar o desporto participação como manifestação legítima apenas no campo conceitual.

Nesse sentido, Linhales (1996, p. 207) adverte: “a conquista dos direitos de livre organização não é garantia de torná-la realidade para todos, na ausência de definição de meios capazes de garantir a sua efetivação”. Apesar de a CF ter validado a autonomia de organização e funcionamento, a Lei Zico não rompe a ordem corporativa, transformando as confederações em entidades federais de administração do desporto. Conforme afirma Manhães (2002),

Quanto à forma de organização desportiva, a Lei Zico traz como novidade tão-somente a flexibilização da ordem desportiva, criando sistemas desportivos federais e nacionais concorrentes, mas únicos e obrigatórios nos âmbitos de suas competências, agora com nomenclatura de órgão público de administração às quais obrigatoriamente as entidades de prática (clubes ou associações desportivas) deveriam estar filiadas para participar de competições nacionais (MANHÃES, 2002, p. 113).

⁹ Lei nº. 8.672/1993. Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. Revogada pela Lei nº. 9.615, de 24 de março de 1998 (Lei Pelé).

Com o processo de autonomização e modernização conservadora em curso, dá-se então o fortalecimento da iniciativa privada no setor; o esporte brasileiro conquistou a sua liberdade de mercado na medida em que os interesses dos cidadãos não se materializaram na lei. As alterações pautavam-se na autonomia das entidades esportivas, abrindo a possibilidade dos clubes esportivos se tornarem empresas, na livre iniciativa e pouca democratização de acesso ao esporte. O esporte de rendimento tinha maior aporte de recursos destinados ao setor e passava a incorporar a lógica do mercado: a exportação de jogadores e os patrocínios dos grandes clubes de futebol. A iniciativa privada percebe, então, as vantagens de incorporar o esporte às suas estratégias de *marketing*.

No Governo Itamar Franco, com início em 1992, o esporte voltou a ser vinculado ao Ministério da Educação, com a Secretaria de Desportos. Em 1995, já no Governo Fernando Henrique Cardoso, criou-se o Instituto Nacional do Desenvolvimento do Desporto (INDESP)¹⁰, nomeando o ex-jogador de futebol Edson Arantes do Nascimento (o Pelé) (1995-1998) como Ministro Extraordinário dos Esportes. Não havia um Ministério próprio para tal pasta, mas ainda cabia à Secretaria de Desportos vinculada ao Ministério da Educação (MEC), prestar apoio técnico e administrativo.

Após a implantação da Lei Zico, ocorre uma importante mudança na legislação brasileira. Também em consonância com a CF de 1988, surge a Lei conhecida como Lei Pelé¹¹, aprovada em 25 de março de 1998, de iniciativa do Ministro Edson Arantes do Nascimento. A Lei Pelé, que regula o presente Sistema Brasileiro do Desporto, foi sancionada com a finalidade de aperfeiçoar a Lei Zico. Dentre as suas principais conseqüências, foram significativas as mudanças para com o futebol, principalmente no tangente ao fim do passe. No entanto, a liberação do passe ocorreu sem regulamentar ou assegurar os direitos dos jogadores. Tornava-se também facultativa a filiação das entidades de prática junto às entidades de administração, passando a permitir a criação de ligas nacionais e regionais.

¹⁰ Criado por meio do Decreto nº. 1.406, de 2 de março de 1995.

¹¹ Lei nº. 9.615/1988. Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências.

Com a Lei Pelé, a estrutura do Sistema Brasileiro do Desporto permaneceu quase a mesma. A composição desse sistema inclui: o Ministério do Esporte e Turismo, substituindo a Secretaria de Desporto do Ministério da Educação e do Desporto; o Conselho de Desenvolvimento do Desporto Brasileiro que, com a Lei nº. 10.672/03, passou a ser o Conselho Nacional do Esporte; os Sistemas Federal, Estadual, Distrital e Municipais Desportivos, com autonomia para estabelecerem seus próprios sistemas. O Comitê Olímpico Brasileiro (COB) constitui-se como subsistema do Sistema Nacional do Desporto, e recebeu uma posição central na medida em que a Lei Pelé colocou como foco do Sistema Nacional do Desporto o esporte de alto rendimento, e vinculou àquela entidade o repasse de recursos financeiros destinados ao esporte.

Em março do mesmo ano, a Secretaria supracitada é transformada no INDESP, sendo desvinculado do MEC e subordinado ao novo Ministério. O INDESP, vinculado a este órgão, tinha como função aplicar as deliberações sobre a política e os programas de desenvolvimento do Esporte, estabelecer intercâmbio com órgãos públicos e privados e captar recursos financeiros para financiar projetos na área esportiva.

No segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, foi criado o Ministério do Esporte e Turismo, em 31 de dezembro de 1998. O INDESP passa, então, a ser vinculado a tal Ministério. Em outubro de 2000, o INDESP é extinto e substituído pela Secretaria Nacional do Esporte.

Se a Lei Zico não conseguiu avanços mais significativos, esses seriam contemplados pela Lei Pelé ao obrigar a transformação dos clubes, especialmente seus Departamentos de Futebol, em empresas ou em sociedades comerciais com fins lucrativos, no máximo de dois anos, e extinguir gradualmente a Lei do Passe, de modo que o jogador tenha direito ao passe livre com 24 anos de idade. Azevedo (1999) afirma que a Lei Pelé consolidou um caminho iniciado na década de 1980 com o Clube dos 13, e ratificou muitos aspectos da Lei Zico.

Com a aprovação das leis, o Governo Federal começava a diminuir gradativamente sua interferência na vida das entidades esportivas, mas não no financiamento. Nesse período, o esporte e o lazer no país reproduziam o modelo neoliberal de desregulamentação do Estado que se instalara no Brasil na década de 1990.

Com o cenário liberalizante pós CF de 1988, caberia à legislação dela decorrente regulamentar a organização e funcionamento do setor. O Governo Fernando Collor extingue a Secretaria ligada ao MEC e cria a Secretaria de Desportos da Presidência da República, em 1990. Em julho de 1993, é promulgada a Lei Zico, que destaca a necessidade da redefinição dos papéis do Estado e da sociedade em relação ao esporte e, especificamente, ao futebol. No Governo Fernando Henrique Cardoso, em 1995, criou-se o INDESP, nomeando Pelé como Ministro Extraordinário do Esporte, e em 1988, é aprovada a Lei Pelé, que regula o presente Sistema Brasileiro do Desporto, sancionada com a finalidade de aperfeiçoar a Lei Zico. Com a aprovação das referidas legislações, o Governo Federal diminuiu gradativamente a sua interferência na vida das entidades esportivas, mas manteve o financiamento.

2.3 A cartolagem empoderada

Considerando o organograma da estrutura de poder do futebol mundial e nacional, de acordo com Azevedo (1999), a entidade máxima é a *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA), órgão legislativo e controlador internacional, ao qual se filiam e se subordinam as Confederações continentais. No caso do futebol brasileiro, a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) responde pela organização em nível nacional. Subordinadas à CBF estão as Federações dos Estados, que se incumbem da organização dos campeonatos regionais. Os clubes profissionais estão vinculados às Federações. Existem também as chamadas ligas de Clubes, que detém uma relativa autonomia.

Em conformidade com a legislação esportiva, a CBF e as federações estaduais são entidades de direito privado, sem fins lucrativos e regidas por estatuto próprio. Assim, estão isentas da prestação de contas ao poder público. Essa situação privilegiada tem sido objeto de críticas ao enriquecimento ilícito dos presidentes dessas entidades (AZEVEDO, 1999, p. 51).

Ainda de acordo com Azevedo (1999), a autonomia organizacional da CBF e das Federações, que consiste da criação de órgãos e poderes necessários ao seu funcionamento, bem como da forma de provê-los, acabou sendo concedida e assegurada pela CF de 1988, em seu art. 217, I, revogando-se os Decretos n.º 6251/75 e n.º 80.228/77, promulgados durante a ditadura militar.

Após esse período, as mudanças na legislação não foram tão profundas como se pretendia inicialmente, vez que se mantiveram alguns privilégios. Como conseqüências, surgem no cenário esportivo alguns problemas, tais como: má administração, falta de transparência, gestão financeira sem referencial mercadológico, corrupção, entre outros, que vão culminar com a CPI do Futebol.

Em 1998, a Câmara dos Deputados instalou uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o contrato “CBF-NIKE” e, por iniciativa do senador Álvaro Dias, o Senado Federal criou também uma CPI para investigar o futebol brasileiro, de modo geral (MANHÃES, 2002, p. 119).

A CBF fechou o maior contrato de patrocínio da história do esporte brasileiro com a NIKE, uma empresa transnacional de material esportivo, cedeu os direitos exclusivos para essa empresa não só explorar o uniforme da seleção de futebol, como também conferiu-lhe poder político administrativo de interferir na marcação de jogos amistosos em função de seus interesses comerciais. Revelações em torno de algumas cláusulas desse sigiloso contrato de patrocínio Nike-CBF demonstram claramente a ingerência da empresa na estrutura de poder da CBF (AZEVEDO, 1999, p. 105).

Segundo Manhães (2002), o resultado desse processo é o descalabro moral, social e desportivo revelado pela CPI, cujo produto é a situação pré-falimentar de clubes responsáveis pelo futebol profissional.

Segundo Azevedo (1999),

[...] o poder do presidente da CBF e das Federações estaduais é soberano e eles não são remunerados. Essa prática se multiplica para os dirigentes dos Clubes. Aliás, a maioria dos presidentes das Federações já atuou como dirigentes de Clubes (AZEVEDO, 1999, p. 51).

A questão do maior ou menor poder em tais entidades consiste na centralização de todas as decisões no presidente: ele controla e determina a política das entidades, sendo apoiado pelos vice-presidentes e diretores.

Os poderes supremos da CBF – à margem da lei e do Estado – e a continuidade e domínio do poder de seu presidente, revelam o tumultuado processo de modernização do futebol brasileiro. A administração do futebol é praticada por profissionais que se mantêm nos cargos de dirigentes de clubes, Federações, Confederações, gerindo uma atividade comercial de grande importância em proveito próprio, contando com a impunidade, conforme evidencia a CPI do Futebol (MANHÃES, 2002).

De acordo com Franco Júnior (2007),

[...] não surpreende que o domínio quase monárquico de Ricardo Teixeira na CBF tenha começado nesse contexto, e que ele tenha depois garantido a continuidade no poder graças a mudanças no estatuto e a excelentes relações políticas e familiares (FRANCO JÚNIOR, 2007, p. 157-158).

No entanto, os argumentos são pela participação do Estado como disciplinador do negócio em face da desorganização do futebol brasileiro e de suas potencialidades financeiras. Conforme Manhães (2002), finda a fase investigativa da CPI, caberia a seu relator propor mudanças; este felizmente compreendeu que a regulamentação do futebol profissional, como ato de comércio, é o cerne da transformação da estrutura básica do futebol brasileiro.

A estrutura de poder do futebol, tanto em âmbito mundial como no cenário nacional, encontra-se organizada, tendo a FIFA como entidade máxima; subordinada à tal órgão, estão as Confederações continentais. A CBF responde pela organização em nível nacional. As Federações estaduais estão subordinadas à CBF, e os clubes, vinculados às Federações. Em tal estrutura existem também as ligas de futebol. A CBF, as Federações e os clubes possuem autonomia organizacional para gerir a atividade. A administração do futebol é praticada por profissionais que se mantêm nos cargos de dirigentes. Esses dirigentes têm se firmado por décadas à frente dessas organizações. Como exemplo claro, tem-se a CBF, com domínio monárquico do seu presidente no futebol nacional. O domínio supremo dos dirigentes tem

recebido diversos tipos de denúncias, críticas à administração (ou falta dela), falta de transparência, corrupção, entre outros aspectos.

Entretanto, o Estado encontra dificuldade em moralizar e disciplinar o futebol, restando apenas a restrita tarefa de regular conflitos do futebol profissional como atos de comércio.

2.4 Lula lá

Em âmbito nacional, as políticas no campo do esporte ganham um novo formato com o Governo Lula, a partir de 2003. A implementação de ações inicia-se com a criação do Ministério do Esporte (ME), em janeiro do mesmo ano. De acordo com a Medida Provisória (MP) nº. 103/2003¹², o novo Ministério foi criado com o objetivo de “formular e implementar políticas públicas inclusivas e de afirmação do Esporte e Lazer como direitos sociais dos cidadãos, colaborando, para o desenvolvimento nacional e humano”.

Conforme Filgueira (2010), a criação do ME e o reaparelhamento do Estado brasileiro no período considerado podem ser compreendidos por meio da busca por uma razão estatizante. A estrutura administrativa no Brasil apresenta vinte e três Ministérios, oito Secretarias e seis órgãos que, assim como as Secretarias, desfrutam de *status* de ministérios. Com relação ao crescimento do número de pastas no organograma da administração do Estado brasileiro,

[...] registra-se que do período pós-independência até o início da República tivemos uma administração marcada pela herança colonial com um aparelho estatal compresso. Posteriormente o Estado vai agregando novas funções e a máquina vai se redesenhando tal qual o modelo europeu. O sentido dessa incorporação de funções por parte do Estado tem dois eixos centrais: o primeiro diz respeito à incorporação de atividades que já existiam anteriormente, mas não em escala universalizada no âmbito estatal; o segundo, a eclosão de uma preocupação social, que se torna objeto de regulação e regulamentação. É nesse contexto que se tem a criação de uma pasta exclusiva para o esporte no Brasil (FILGUEIRA, 2010, p. 5).

¹² Medida Provisória nº. 103/2003. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências.

A tarefa do ME seria assegurar e facilitar o acesso de todos às atividades esportivas e de lazer, como parte do compromisso do governamental de reverter o quadro de injustiças, exclusão e vulnerabilidade social que aflige grande parcela da população brasileira. Para tanto, tem-se que o esporte e o lazer são direitos sociais, de interesse da sociedade civil organizada, e que devem ser tratados como questões do Estado.

Ainda que se questione, no presente ciclo, o privilégio e o diálogo com os atores tradicionais (COB, CBF, grandes clubes, Federações e Confederações) e a discussão sobre o futebol como esporte hegemônico e de rendimento, demonstram ainda certa descontinuidade no que se refere ao papel do poder público no setor, mesmo com a ampliação das ações governamentais. Como exemplo do quadro, tem-se a realização de apenas três Conferências Nacionais de Esporte num período de oito anos de Governo, da continuidade e descontinuidade de programas sociais, como o Programa Segundo Tempo (PST)¹³,

Um programa idealizado pelo Ministério do Esporte, destinado a democratizar o acesso à prática esportiva, por meio de atividades esportivas. Tem a finalidade de colaborar para a inclusão social, bem-estar físico, promoção da saúde e desenvolvimento intelectual e humano, e assegurar o exercício da cidadania (ATHAYDE, 2009, p. 4).

e o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), por exemplo.

O Programa Esporte e Lazer da Cidade é um programa social do Ministério do Esporte, faz parte do quadro das políticas sociais brasileiras, visando à democratização do acesso às manifestações culturais, no campo do esporte e lazer e atende a crianças, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência nos meios urbano e rural (FIGUEIREDO, 2009, p. 15).

Nesse sentido, Athayde (2009) afirma:

Dada à dinâmica complexa que permeia o estudo da implementação de uma política pública ou mesmo um programa social governamental, precisamos estar atentos a posições determinantes e consideramos que a implementação de programa social é compreendida por um permanente movimento composto por avanços, estagnações e retrocessos (ATHAYDE, 2009, p. 70).

¹³ Com relação às implicações da implementação do Programa Segundo Tempo (PST), conf. Athayde (2009).

A respeito das Conferências, a III Conferência Nacional do Esporte – “Por um Time chamado Brasil”, apresenta como tema para o debate o Plano Decenal de Esporte e Lazer, que se estrutura sobre dez linhas estratégicas que contemplam os campos de maior destaque na gestão do esporte e lazer, entre eles, o futebol. De acordo com o texto básico da referida Conferência, o futebol se construiu ao longo da história brasileira como um grande fator de mobilização. Nesse contexto, é entendido para além de uma modalidade esportiva: um patrimônio cultural que deve ser preservado e desenvolvido. Garantir as condições do futebol como tradição reconhecida da população significa reconhecê-lo como política pública que fortalece suas instâncias de participação e também qualifique sua profissionalização. Tais condições são vistas como fundamentais para que o povo tenha espaços e possibilidades de acesso qualificado para a vivência do futebol (BRASIL, 2010).

Quanto às ações propostas para o futebol na III Conferência Nacional do Esporte, estão: a consolidação dos direitos do torcedor e a qualificação do futebol profissional; a implantação de uma política nacional de segurança e prevenção da violência nos estádios de futebol e no entorno das arenas; a normatização de laudos técnicos e criação de cadernos de encargos das instalações dos estádios de futebol no Brasil; e, a estruturação de medidas de saneamento e sustentabilidade operacional dos clubes. Tais encaminhamentos são metas que se esperam alcançar qualitativa e quantitativamente (BRASIL, 2010).

É evidente que, além das justificativas anteriormente apresentadas para o destaque dispensado ao futebol no Plano Decenal de Esporte e Lazer, não é possível desconsiderar o fato da inserção do Brasil no circuito internacional dos países que realizam megaeventos esportivos e o seu credenciamento como sede dos maiores eventos do planeta, a saber: a Copa do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Vale ressaltar que a continuidade das ações governamentais se dão em reforço às políticas sociais do esporte através da ampliação do acesso ao esporte em cada região do país como direito social, da garantia da democratização da informação no âmbito esportivo, da ampliação da participação da comunidade esportiva e da sociedade na implementação da política, e da garantia de

mecanismos de controle e avaliação da Política Nacional do Esporte, com a participação dos Conselhos e dos Gestores Estaduais e Municipais.

O Governo Lula parece ter buscado a reversão de um quadro desfavorável no que tange ao tratamento do esporte através da maior presença do Estado na questão. Mas, se tal ação ocorre junto às modalidades esportivas em maior ou menor medida, envolvidas na e pela construção da política de esporte, isso pouco acontece, ou acontece com dificuldade, no caso do futebol.

De fato, por meio da demanda de ações relacionadas ao futebol e sua característica intrínseca de principal prática esportiva nacional, o ME possui cada vez mais um nível diferenciado de intervenção nas políticas públicas relacionadas ao esporte mais popular do país. Recentemente, o Congresso Nacional (CN) aprovou um Projeto de Lei criando na estrutura do ME a Secretaria Nacional do Futebol e da Defesa dos Direitos do Torcedor.

A criação de uma estrutura específica para tratar do futebol e da defesa dos direitos do torcedor tem grande importância para o Governo Federal, na medida em que o futebol representa um patrimônio cultural nacional e constitui atividade empresarial geradora de emprego e renda, que pode incrementar o crescimento econômico do país (BRASIL, 2008).

A Secretaria proposta teria como principais competências, conforme o Projeto de Lei 3620/08¹⁴: planejar, desenvolver, acompanhar e monitorar as atividades no âmbito do futebol e a defesa dos direitos do torcedor; apoiar ações ligadas a eventos de grande porte; integrar ações e estimular parcerias entre entidades governamentais e agentes privados; e, incentivar a criação de uma estrutura moderna e capaz de receber competições esportivas internacionais.

A Secretaria Nacional do Futebol estaria vinculada à Secretaria Executiva do ME, que auxilia o Ministro na supervisão e coordenação das secretarias nacionais, e na definição das diretrizes e políticas no âmbito da Política Nacional do Esporte (PNE). Também supervisionaria e coordenaria as atividades relacionadas aos sistemas federais de planejamento e orçamento, organização e modernização

¹⁴ Projeto de Lei n°. 3620/08. Dá nova redação ao inciso XI do art. 29 da Lei n°. 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, para alterar a estrutura básica do Ministério do Esporte.

administrativa, recursos humanos e de serviços gerais. A Secretaria seria também encarregada de garantir o cumprimento do Estatuto de Defesa do Torcedor (EDT) (Lei nº. 10.671/03), sancionado em 2003. Para isso, pretende revitalizar estádios, monitorar torcidas organizadas, reservando espaços específicos para cada uma, instalar equipamentos de segurança e adotar policiamento especializado.

O novo órgão público seria “de fundamental importância para a realização da Copa do Mundo de Futebol 2014, e fortalecerá a candidatura brasileira aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016” (BRASIL, 2008).

Na perspectiva de acompanhar as transformações do mercado no campo do esporte, o governo tem investido na ampliação e modernização de infraestrutura esportiva, contemplando a diversidade das práticas, no sentido de promover o crescimento desse mercado como, por exemplo, a construção e reforma de estádios através de linha de crédito e financiamento especiais, e a construção de complexos esportivos em várias localidades do país.

2.4.1 Copa do Mundo FIFA no Brasil

O futebol é esporte mais importante no contexto social brasileiro. A hegemonia do futebol em relação aos outros esportes dá a impressão que se trata de um esporte brasileiro. Todavia, Damo (2010, p. 7) ressalta que somos reconhecidos internacionalmente pela originalidade de nossa maneira de jogar, e isto se deve, em boa medida, à maneira como a cultura corporal afro-brasileira processou as regras do então chamado “nobre esporte bretão”.

Conforme Antunes (2010, p.12), hoje encontra-se consolidada, no imaginário popular, a ideia de que o Brasil é o país do futebol e de que os jogadores brasileiros têm um dom praticamente “natural” para tal esporte. Para aquela autora, esse imaginário é resultado de um longo processo de construção, que passou pelo nacionalismo de Getúlio Vargas, pelo otimismo do pós-guerra e pela derrota de 1950, pelos títulos mundiais de 1958, 1962 (que coincidiram com a euforia dos anos da presidência de Juscelino Kubistchek) e 1970 (no contexto do milagre econômico),

pela crise dos anos 1980, seguida de perto pelos 24 anos (entre 1970 e 1994) sem conquistar um novo título. É, de fato, um imaginário que está em permanente construção e reconstrução.

Uma partida do Brasil na Copa do Mundo concentra normalmente de 97% a 98% dos televisores ligados. Nenhum outro evento concentra tanta gente na frente da TV para ver a mesma coisa. É hora em que todo mundo se veste de verde e amarelo, em que todo mundo canta o Hino Nacional, em que todos se abraçam, choram, vibram. Um jogo do Brasil na Copa do Mundo é o fato social total brasileiro. Concentram-se multidões de pessoas no mesmo lugar, em torno de um único valor: nós contra os outros. Por isso a Copa é tão importante. É o momento de ver quem somos frente aos outros, expressos na metonímia de que 11 pessoas são o Brasil (GASTALDO, 2010, p. 8).

Para Gastaldo (2010, p. 8), “o futebol é um caminho potencial para descobrirmos verdades profundas sobre a nossa cultura, sobre quem somos”. Dentro de um campo de futebol, dramatizam-se valores e aspectos fundamentais do que significa ser brasileiro. Nesse sentido, a Copa do Mundo FIFA é momento importante de celebração da nacionalidade brasileira.

Contudo, Helal (2010) alerta que desde 1994, o cenário brasileiro está mudando: há mais de uma década o país tem estabilidade econômica. O país está assumindo cada vez mais uma posição de liderança na Americana Latina. A construção do Brasil país do futebol foi exitosa e com eficácia simbólica muito grande para os jornalistas Mário Filho, Nelson Rodrigues e outros. O Brasil ainda é o país do futebol, mas outras coisas no país também estão dando certo.

Guedes (2010) destaca que no Brasil, os períodos da Copa do Mundo FIFA são verdadeiros rituais quadrienais de nacionalidade, especialmente a partir de 1950. No mundo moderno, as competições esportivas internacionais transformaram-se em importantes redutos do sentimento nacional, na medida em que a economia está intensamente transnacionalizada, sendo as fronteiras nacionais relativamente porosas. Essas competições transformaram-se em espaços privilegiados para a vivência e reconstrução das diversidades nacionais.

De acordo com Franco Júnior (2007), o caso brasileiro é talvez o mais marcante se comparado a outros países que vivenciam a Copa do Mundo de Futebol. Ao longo de um ano comum, poucas vezes se vê a bandeira ou se ouve o hino nacional. Em ano de Copa do Mundo, bandeiras são numerosas tanto em edifícios e casas luxuosas quanto em construções humildes e barracos de favelas. O símbolo nacional aparece na fachada de bares e restaurantes como também em escritórios e consultórios. “Diferentemente da distinção que muitos povos fazem entre sua seleção de futebol e o país, entre nós, a equipe nacional é chamada simplesmente de “Brasil” (FRANCO JUNIOR, 2007). “Pátria em chuteiras”, como dizia Nelson Rodrigues, talvez seja expressão redundante para a seleção brasileira”.

A Copa do Mundo de Futebol vem ao longo do tempo acompanhando as transformações tecnológicas, econômicas e culturais do mundo. A FIFA vem trabalhando a consolidação, bem como a expansão do evento.

A Copa do Mundo FIFA de 1970, realizada no México, marcou uma nova era do futebol por meio das transmissões ao vivo em cores das partidas para dezenas de países. O futebol se transformou no esporte coletivo mais popular do mundo, o que levaria a FIFA a contar com mais membros que a Organização das Nações Unidas (ONU). Segundo Proni (2010), naquela época ainda não era previsível que as Copas do Mundo se tornariam em megaespetáculos produzidos para gerar milhões de dólares, e que a organização de competições tornaria uma organização comercial complexa, que grandes corporações se associariam ao futebol, e que os campeonatos tornariam um produto valioso para a indústria do entretenimento, e nem tão pouco que um clube de futebol trataria seus torcedores como clientes.

No entanto, as mudanças mais visíveis no futebol internacional começaram em 1974, com a eleição do brasileiro João Havelange, que presidia a Confederação Brasileira de Desportos (CBD) desde 1958, para a presidência da FIFA, derrotando o então presidente em exercício que estava à frente da entidade desde 1961. Pela primeira vez na história da FIFA, um presidente não europeu ocupava o cargo.

O ex-presidente da FIFA, João Havelange, instituiu que as Copas deveriam ser realizadas em continentes distintos, num sistema de rotatividade. Segundo Damo (2010, p. 7), um dos objetivos era ampliar o mercado futebolístico. Outro objetivo de Havelange era o poder. A FIFA era dominada pelos europeus: ainda hoje eles constituem 1/3 dos participantes da Copa do Mundo. Observa-se como uma excelente estratégia a ampliação do número de participantes nas Copas, até as trinta e duas seleções atuais, bem como o rodízio que inclui a África, ampliando o leque de federações e de representantes daquele continente nas competições organizadas pela entidade, e conseqüentemente, o número de votos.

Havelange tenta fazer crer, que a Copa da África do Sul é a sua maior conquista porque estaria cumprindo, o designo de irmandade entre as nações, contemplando os cinco continentes Sem contestar de todo, a plausibilidade desta perspectiva explicativa, afinada com o multiculturalismo, devem-se incluir outras, entre elas a multimercadológica (DAMO, 2010, p. 7).

De acordo com Proni (2000), a resistência à comercialização dos signos da cultura futebolística começou a ser deixada para trás a partir da segunda metade dos anos 1970, quando a FIFA abriu as portas para a expansão do *marketing* esportivo na modalidade mais popular do planeta e, em seguida, autorizou a publicidade nos uniformes dos atletas.

O conceito de futebol-empresa dos anos setenta não se aplica mais aos noventa, a própria natureza jurídica dos clubes está mudando. É provável que o futebol-empresa da próxima década acabe rompendo com o sistema federativo, transformando a organização dos campeonatos em negócio privativo de grandes grupos econômicos ou que as atuais entidades que regem a modalidade tenham de metamorfosear, elas próprias, em empresas comerciais (PRONI, 2000, p. 256).

Na era da globalização, o mundo do esporte-espetáculo ficou, enfim, aberto à modernidade das leis do mercado livre, da produção cultural industrializada, da iniciativa privada em busca de ganhos econômicos. Nesse novo contexto, é natural que o mundo do esporte institucionalizado e mercantilizado tenha sido profundamente afetado: o espetáculo esportivo deixou de ser uma atividade-fim e tornou-se uma atividade-meio; as equipes tornaram-se propriedade ou passaram a

integrar as estratégias de acumulação de corporações empresariais; e os torcedores passaram a ser tratados como consumidores.

A lógica do mercado foi dando o tom da modernização do futebol brasileiro. Muitos analistas acreditam que, cedo ou tarde, os interesses econômicos dos clubes-empresa conseguiram se impor aos interesses políticos que sustentavam a CBF e as federações estaduais. Como não tinham sido definidos limites ou parâmetros para esse processo de metamorfose, porém as inevitáveis rupturas poderiam se tornar mais profundas e suas consequências no longo prazo pareciam mais difíceis de remediar. No limite, talvez as contradições geradas por essas mudanças sem freios pudessem colocar em cheque a continuidade de tradições criadas ao longo do século. Por isso deixou de debater a necessidade das mudanças e passou-se a discutir o tipo de modernização que se pretendia, ou seja, como direcionar o processo e impedir uma ação abusiva da lógica mercantil (PRONI, 2000, p.215).

No início do século XXI, o esporte em geral tornou-se um segmento economicamente significativo. Além do volume financeiro que circula em torno do futebol, há outro fenômeno notável que a cada quatro anos proporciona a oportunidade de crescimento adicional ao país que sedia uma Copa do Mundo FIFA.

A Copa do Mundo FIFA chega ao Brasil em 30 de outubro de 2007, finalizando um processo de candidatura iniciado em 3 de junho de 2003, quando a Confederação Sul Americana de Futebol (CONMEBOL) anunciou a candidatura da Argentina, do Brasil e da Colômbia como sedes de tal evento. Em março de 2006, as Confederações da CONMEBOL votaram de forma unânime pela candidatura única do Brasil. Após constatação da FIFA, através do seu presidente Joseph Blatter, sobre as precárias condições dos estádios de futebol e a infraestrutura de algumas capitais brasileiras candidatas à cidades sede, a possibilidade de o Brasil vir a sediar a Copa 2014 foi posta em cheque. Nesse momento, entra em cena o Presidente torcedor, Luiz Inácio Lula da Silva, declarando: “O Brasil fará o que for preciso para que a Copa seja realizada no país”¹⁵. No dia 30 de outubro de 2007, a FIFA ratificou o Brasil como país-sede da Copa do Mundo FIFA 2014.

¹⁵ Brasil assina garantias para sediar Copa de 2014, 15 de junho de 2007. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 17 mai. 2010.

O Comitê executivo da FIFA nomeou o Brasil como anfitrião da competição. O País sediará a 20ª edição da Copa do Mundo FIFA, em 2014. É a entrada “oficial” do Brasil no circuito dos megaeventos esportivos¹⁶. Por megaeventos esportivos entende-se:

A conjuntura material e simbólica, o que inclui a mobilização de muitos agentes e estruturas dos mais distintos campos sociais (esportivo, econômico, político, midiático etc.) constituída em torno do esporte fazendo do mesmo tanto um meio quanto um fim para reunir adeptos e consumidores em escala global e de modo a romper com as fronteiras culturais e econômicas que se impõem em termos de nação, regiões e grupos, ou no mínimo, imprimir novos sentidos e dinamismo as mesmas (MARCHI JUNIOR; SOUZA, 2010, p. 246).

Ainda de acordo com Marchi Júnior e Souza (2010), a conjuntura e a escolha do Brasil como sede dos principais megaeventos esportivos do planeta já está contribuindo para reacender alguns elementos identitários que vem sendo articulados de forma singular à cultura esportiva brasileira mediante a implantação de um mercado esportivo no decorrer de nossa história.

Nas últimas décadas, os megaeventos esportivos ilustraram o movimento de expansão e consolidação do mercado esportivo capitalista. Após o continente africano sediar sua primeira Copa do Mundo FIFA em 2010, a referida competição retorna ao Brasil depois de sessenta anos. Para Marchi Junior e Souza (2010), tais escolhas realizadas pela entidade máxima do futebol, talvez tenham alguma relação com o fato da Europa estar enfrentando nessa última década uma crise política e econômica que reflete diretamente em seus mercados, tornando-os frágeis e saturados do ponto de vista da demanda e da solicitação em massa dos seus serviços por parte dos consumidores.

¹⁶O Brasil será sede de quatro megaeventos esportivos, começando em 2011, com os Jogos Militares Mundiais, a Copa das Confederações, em 2013, a Copa do Mundo de Futebol FIFA, em 2014, e os Jogos Olímpicos, em 2016.

A competição ocorrerá pela quinta vez na zona sul-americana. O último país a acolher o evento foi a Argentina, em 1978, ou seja, há 32 anos atrás. Conforme a política da FIFA, um rodízio no direito de sediar permite a alternância entre as diferentes confederações continentais. Sendo assim, o Brasil será o quinto país a sediar duas edições da Copa do Mundo FIFA, após México, Itália, França e Alemanha. Entretanto, o perfil do evento tem-se alterado significativamente desde sua realização em 1950. Em 2014, sem dúvida ocorrerá a produção de uma competição de grande porte. Vale ressaltar que o processo de expansão e consolidação do evento não se dá apenas no plano da desterritorialização do espaço e mundialização da economia e da cultura: existe uma preocupação constante em superação da edição anterior obedecendo a uma lógica mercadológica.

De acordo com Damo (2010), a FIFA é uma entidade corporativa que se propagandeia de modo muito convincente, como uma espécie de entidade supranacional sem fins lucrativos e com interesses voltados ao congruamento entre as nações através do futebol. Ao se perseguir tal perspectiva, dá-se facilmente o distanciamento de qualquer possibilidade de entendimento da realidade. A FIFA visa lucro, e o faz de modo muito incisivo, tanto que exigiu do governo brasileiro um estatuto especial que a isenta de tributação – algo ao alcance de poucas empresas capitalistas.

O Brasil vai sediar o maior evento futebolístico do planeta: a Copa do Mundo FIFA 2014. O ME tem discutido questões relacionadas ao evento desde 2007, quando a FIFA confirmou que o Brasil sediará o mundial de futebol. Um grupo interministerial foi criado para acompanhar e discutir sobre os temas relacionados ao evento. O grupo irá acompanhar os avanços de infraestrutura nas doze cidades sede: Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Recife. A expectativa do ME é que a Copa do Mundo FIFA 2014, além de projetar o país internacionalmente, deixe um legado social que evidencie e promova valores de nacionalidade, solidariedade e integração, além de contribuir com a geração de trabalho e renda, com a profissionalização e qualificação de recursos humanos, infraestrutura esportiva e urbanística (BRASIL, 2009).

No presente contexto, a agenda esportiva do Governo Lula apresenta um novo padrão a partir de 2007, quando os megaeventos esportivos passam a figurar com enorme importância. O ME apresenta um nível diferenciado de intervenção nas políticas públicas relacionadas ao futebol, com a existência da Secretaria Nacional do Futebol e da Defesa dos Direitos do Torcedor. Além da criação da referida Secretaria, um grupo interministerial foi criado para acompanhar e discutir sobre os temas relacionados ao evento. Na expectativa de atender a esse novo padrão da agenda esportiva do país, o Governo Lula implementou ações no campo do financiamento, da estrutura, da legislação e da gestão com a perspectiva de modernizar o futebol brasileiro.

CAPÍTULO 3 – O FUTEBOL NA AGENDA DO MINISTÉRIO DO ESPORTE

Na perspectiva de analisar como o futebol figurou na agenda governamental no período do Governo Lula, foram selecionados documentos institucionais por meio de material produzido pela mídia impressa e publicados pela Assessoria de Comunicação do Ministério do Esporte (ME), em seu portal eletrônico¹⁷. O intuito da ação foi identificar qual o princípio organizador dessa agenda, bem como os valores e noções que informam os termos do debate sobre as políticas esportivas nesse período governamental, quais os atores que articulam nesse contexto e seus desdobramentos para a formulação de políticas públicas relacionadas ao futebol.

Após a coleta dos dados, foram definidas as unidades de contexto:

- Ordenamento Legal;
- Gestão dos clubes;
- Financiamento;
- Segurança nos Estádios; e
- Copa do Mundo FIFA 2014.

O processo de definição dessas unidades foi explicitado durante a descrição do delineamento do estudo. Considerando a frequência dos temas observados, o presente estudo agrupou o conjunto das referidas notícias através de unidades de contexto, apresentados na Tabela 1.

¹⁷ Conf. BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em : <<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisaNoticia>>. Acesso em : 07 mar. 2011.

Tabela 1 – Distribuição do registro de notícias agrupadas por unidades de contexto.

UNIDADES DE CONTEXTO	NÚMERO DE NOTÍCIAS
Ordenamento Legal	30
Gestão dos Clubes	12
Financiamento	39
Segurança nos Estádios	67
Copa do Mundo FIFA 2014	108
TOTAL	256

3.1 O futebol na Agenda de Governo

A partir do ano de 2003, as políticas de esporte no Brasil ganham um novo formato, com o novo desenho institucional do Estado, no qual é criado o ME. A esse respeito, o ministro Agnelo Queiroz, ao tomar posse do Ministério recém-criado, evidencia que “pela primeira vez na história do Brasil, o Ministério do Esporte é uma Pasta específica, com foco único no desenvolvimento de uma política nacional de esporte e lazer”¹⁸. O referido Ministro de Estado foi enfático ao assegurar que sua principal missão seria transformar o esporte num poderoso instrumento de inclusão social, e que uma das metas do Ministério seria beneficiar os trinta e dois milhões de crianças e adolescentes que viviam em situação de pobreza, conforme afirmação: “É hora de investir no esporte como fator de desenvolvimento”¹⁹.

Sem dúvida, alguns programas sociais foram implantados, mas já nos primeiros dias do Governo Lula, foi possível constatar a atenção dispensada ao futebol. Sobre tal fato, o Ministro Agnelo Queiroz afirmou: “O futebol é uma atividade privada que tem interesse público e, por isso, o Estado não pode ser omissivo”²⁰,

¹⁸ “Discurso de Posse do Ministro Agnelo Queiroz – I parte”, 3 de janeiro de 2003. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 10 jul. 2010.

¹⁹ “Discurso de Posse do Ministro Agnelo Queiroz – I parte”, 03 de janeiro de 2003. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 17 jun. 2010.

²⁰ “Ministro quer explorar mais o futebol”. 08 de janeiro de 2003 In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 17 mai. 2010.

prometendo uma solução para as dívidas dos times com a União e o diálogo com os dirigentes dos clubes.

Nessa direção, o novo Ministro iniciava seu mandato buscando diálogo com os dirigentes de clubes e da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), normalmente reticentes a mudanças. “Tenho consciência de que não será fácil conversar com os dirigentes, mas acredito na minha pessoa, alguém que está se dispondo a colaborar e dar o pontapé inicial para uma transformação no futebol brasileiro”²¹. O Ministro afirmou ainda que planejava trazer uma Olimpíada para o Brasil, aprovar uma legislação esportiva rígida e regulamentar a questão das transferências dos jogadores. “Queremos também um calendário mais adequado para o futebol, além de uma legislação mais dura que garanta a transparência da administração dos clubes. É preciso que eles sejam saudáveis financeiramente”, completou o ministro.

Para Agnelo Queiroz, organizar o futebol é meio de desenvolvimento para o país. De fato, a falta de organização impede o país de aproveitar as vantagens oferecidas pelo futebol. No entanto, junto com o futebol, o Brasil pode vender outros produtos, assim como sua própria imagem. Agnelo manifestava que uma maior organização poderia, inclusive, trazer uma Copa do Mundo FIFA para o Brasil, com todos os investimentos decorrentes disso, e que a arrecadação esportiva de um país amplia o turismo e abre portas para o comércio externo, sendo um rico fator de crescimento econômico.

A visão do esporte como fator mercadológico se faz presente na agenda governamental, e para isso, faz-se imprescindível uma reorganização do futebol brasileiro por meio da modernização da sua estrutura. Tem-se ainda a perspectiva de projeção do país perante o mundo como uma nação forte econômica e politicamente; portanto, apta a sediar os grandes eventos esportivos mundiais.

²¹ “Ministro quer organizar futebol e trazer olimpíada”, 15 de janeiro de 2003. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 28 mai. 2010.

As ações governamentais para o futebol se iniciam em 2003, com as atualizações do ordenamento legal, após discussões por meio de seminários entre Governo e sociedade civil, sendo entregue aos deputados federais a Carta de Brasília sobre Segurança nos Estádios. O objetivo da ação era encontrar formas de aumentar a segurança nos estádios de futebol brasileiros, o que poderia garantir ao Brasil o direito de sediar a maior competição da FIFA. Em maio de 2003, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a MP n.º. 79²² e o EDT, com o objetivo de moralizar o futebol brasileiro.

A importância da força das leis supracitadas foi destacada pelo Ministro Agnelo Queiroz, ressaltando que o Brasil tem o melhor futebol do mundo dentro de campo. “Precisamos ser os melhores fora de campo. Essas duas leis representam o começo de um novo tempo para o esporte brasileiro. Elas criam a base para a modernização do futebol”²³. Assim, vale destacar que, nos quatro primeiros meses do Governo Lula, o ME conseguiu aprovação no CN de duas leis: o EDT e a MP do futebol, que visam moralizar e dar mais transparência ao futebol.

Para Azevedo (2008),

A pressão da sociedade e diversos argumentos nos meios esportivos concorreram para a necessidade de um instrumento jurídico de garantia de direitos, de proteção e de segurança de torcedores. No caso brasileiro, têm sido frequentes os embates entre torcidas, em especial, nos grandes centros urbanos, onde o futebol assume maior interesse e significação social, em razão da presença de grandes times já conhecidos nacionalmente e de um grande número de torcedores; ainda que isso não se constitua uma regra geral ou tautologia, pois o futebol é um fenômeno social (AZEVEDO, 2008, p. 19).

Ao final do primeiro ano do Governo Lula, o ME apresenta o novo Código Brasileiro de Justiça Desportiva (CBJD). O documento unifica a legislação aplicada ao esporte profissional e amador, além de prevê multas em casos de *doping*, corrupção, agressão física e outras faltas graves praticadas durante as partidas. Conforme o Ministro do Esporte de então, “o objetivo dessa nova legislação é fazer

²² Medida Provisória n.º. 79. Dispõe sobre equiparação das atividades profissionais do futebol às sociedades empresárias e dá outras providências.

²³ “Presidente sanciona leis que moralizam o esporte no Brasil”, 15 de maio de 2003. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 25 mai. 2010.

que o infrator sinta no bolso a consequência de tentar prejudicar um espetáculo esportivo”²⁴.

Em 2004, o ME criou uma comissão específica para tratar de temas que impulsionaram a crise do futebol brasileiro. A comissão tinha como tarefa encontrar soluções para questões como o passivo dos clubes com a Previdência Social (PS), as fontes de financiamento para os clubes formadores de novos atletas e os parâmetros para os contratos entre jogadores e clubes. Segundo o Ministro Agnelo Queiroz, “o Ministério do Esporte quer a revitalização dos clubes, que são verdadeiros celeiros de *craques*”²⁵. A comissão foi composta por técnicos do ME e representantes dos clubes e entidades dirigentes do futebol brasileiro.

Ainda em 2004, o referido Ministério cria um grupo de trabalho para estudar medidas para revitalizar clubes. O grupo tinha como foco promover estudos e propor ações voltadas para a revitalização dos clubes. Entre as medidas para revitalizar os clubes, existia a criação de uma loteria que trará recursos aos clubes e possibilitará a quitação das suas dívidas.

O primeiro mandato do Governo Lula encerrou as suas ações no campo do esporte com a concretização do projeto de sediar uma Copa do Mundo FIFA no país. De acordo com o atual Ministro do Esporte, Orlando Silva, “para o governo brasileiro, a Copa do Mundo FIFA 2014 é uma grande oportunidade de investimentos para o Brasil. O legado de uma Copa é para toda a população”²⁶.

²⁴ “Novo Código de Justiça Desportiva é apresentado pelo Ministério do Esporte”, 16 de dezembro de 2003. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em:

<<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 17 mai. 2010.

²⁵ “Ministério cria comissão para revitalizar futebol brasileiro”, 15 de maio de 2004. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 23 mai. 2010.

²⁶ “Ministro do Esporte abre fórum internacional de futebol”, 18 de março de 2009. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 17 jun. 2010.

Em suma, a agenda esportiva do Governo Lula foi inicialmente voltada para o desenvolvimento social, por meio do Programa Segundo Tempo (PST), que marcou a gestão do então Ministro Agnelo Queiroz. Mas já no início da sua gestão, o Ministro sinaliza o interesse do Governo nas demandas do futebol no país. Desde o início da sua gestão, Agnelo vislumbrava trazer uma Copa do Mundo FIFA para o Brasil e, para tanto, seria necessário organizar o futebol brasileiro. Nesse sentido, as primeiras ações governamentais se encaminharam para a atualização do ordenamento legal com a perspectiva de modernizar o futebol brasileiro. Em seguida, dava-se a discussão e os estudos de medidas para revitalização dos clubes. Entre as medidas propostas, estava a criação de uma loteria que traria recursos e daria aos clubes a possibilidade de quitação das suas dívidas. As ações no campo do esporte nesse período de Governo, na gestão do Ministro Agnelo Queiroz, ou seja, até 2006, se encerram com a concretização do projeto de sediar a Copa do Mundo FIFA 2014 no Brasil.

A partir de 2007, na gestão do Ministro Orlando Silva, verifica-se uma inversão de prioridades na agenda governamental: os megaeventos esportivos passaram a pautar essa agenda. A confirmação do Brasil como país sede do mundial de futebol inaugura essa pauta. É importante reafirmar que, o contexto no qual o futebol se desenvolve no Brasil, está dividido em cinco fases, conforme descrito no Capítulo II do presente estudo.

Acrescentamos a essas cinco fases um sexto momento, denominada “a Agenda do Governo Lula 2003-2010”, que compreende o objeto de estudo da pesquisa em questão. As características dessa agenda são: diálogo com atores tradicionais (Comitê Olímpico Brasileiro (COB), CBF, Confederações, Federações e grandes clubes; criação da Lei de Incentivo ao Esporte e da Timemania; realização de grandes eventos no país: Jogos Militares Mundiais, Copa das Confederações, Copa do Mundo FIFA e Jogos Olímpicos.

É importante considerar que as políticas do Governo Lula, em alguns aspectos, apresentam certas discontinuidades em relação à quinta fase apresentada por Rodrigues (2007), tais como: o diálogo com os atores tradicionais (COB, CBF, grandes clubes, Federações e Confederações), a concepção de esporte hegemônico; a concepção de esporte de rendimento. A realização de megaeventos esportivos no país marca também uma discontinuidade em relação à fase anterior. Como continuidade de política de governo, é possível destacar a atualização do ordenamento legal do futebol e a comercialização do espetáculo esportivo. De acordo com Rodrigues (2007), a fase da modernização conservadora do futebol-negócio no Brasil pode ser datada de 1970 aos dias atuais, e se caracteriza pelo crescimento da economia do futebol, pelo *marketing* esportivo, entre outros aspectos.

Com a confirmação do Brasil como país sede do mundial de futebol em 2014, as ações em prol da modernização do futebol brasileiro no Governo Lula passaram a ser articuladas em função da preparação do país para a principal competição da FIFA. Tais ações dizem respeito aos seguintes aspectos: ordenamento legal; gestão dos clubes; financiamento do futebol e segurança nos estádios de futebol.

3.2 Ordenamento legal

A Constituição Federal (CF) de 1988 instituiu a autonomia de organização e de funcionamento das entidades desportivas. Caberia agora à legislação infraconstitucional regulamentar o modo como se devem fruir tais ações. Nesse sentido, faz-se necessário um breve comentário sobre a Lei Zico, a Lei Pelé, o CBJD e o EDT. Em 1993, foi promulgada a Lei n°. 8.672/93, a “Lei Zico”, de autoria do então Secretário de Esportes, Arthur Antunes Coimbra. Tal legislação consagrou o que a CF de 1988 instituiu, porém, não gerou evolução, nem tão pouco a descentralização do processo de tomada de decisões. A referida Lei não se tornou realidade porque, ao pretender colocar em prática o art. 217 da Carta Magna, não apenas conceituou o esporte caracterizando seus fins e objetivos, mas introduziu

princípios e valores que não foram considerados pelos dirigentes de entidades de administração e prática desportiva. Assim expressa o art. 11 da referida legislação:

Art. 11. É facultativo às entidades de prática e as entidades federais de administração de modalidade profissional, manter a gestão de suas atividades sob a responsabilidade de sociedade com fins lucrativos, desde que adotada uma das seguintes formas:

I – transformar-se em sociedade comercial com finalidade desportiva;

II – constituir sociedade comercial com finalidade desportiva, controlando a maioria do seu capital com direito a voto;

III – contratar sociedade comercial para gerir suas atividades desportivas. (BRASIL, 1993).

A Lei nº. 9.615/98, batizada de Lei Pelé em homenagem à iniciativa do então Ministro Extraordinário do Esporte, Edson Arantes do Nascimento (o Pelé), é sancionada com a finalidade de aperfeiçoar a Lei Zico. A legislação instituiu normas gerais sobre o desporto brasileiro. Como resultante da evolução dos conceitos implícitos na prática esportiva, a Lei Pelé rompe com a tradição ao indicar prioridades, além de promover o próprio aperfeiçoamento do esporte brasileiro, nas suas dimensões social, cultural, econômica e política. Mas seu ponto principal era a determinação do fim da Lei do Passe e as questões relacionadas ao futebol.

A atualização do ordenamento legal do futebol foi uma das metas do Governo Lula, bem como a criação de uma lei específica para o futebol brasileiro. No início do primeiro mandato da Era Lula, o Ministro do Esporte já anunciava: “nosso futebol é o maior do mundo dentro do campo. Queremos torná-lo o melhor também fora dele. Defendo uma reformulação geral”²⁷.

O objetivo, segundo o Ministro de Esportes de então, seria a criação de calendários mais organizados, além de regras claras e estáveis nas competições, a fim de evitar a possibilidade de “viradas de mesa”. E a saída para solucionar possíveis problemas seria a criação de uma legislação específica para o futebol brasileiro.

²⁷ “Ministro do Esporte defende a lei específica para o futebol”. 19 de janeiro de 2003. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 17 mai. 2010.

Com esse intento, em abril de 2003 é aprovada a MP n°. 79²⁸, que regulamenta o futebol, dando à atividade tratamento semelhante ao conferido às práticas empresariais. Os clubes poderiam se organizar da forma jurídica que desejarem, mas teriam que prestar contas e publicar seus balanços financeiros. O Ministério Público poderia fiscalizar clubes, ligas, federações e confederações. Os departamentos que administram as atividades profissionais dos clubes, incluindo os departamentos de futebol, seriam equiparados a empresas e submetidos às legislações trabalhistas, fiscais, tributárias e previdenciárias, entre outras obrigações. Os clubes não seriam obrigados a se transformar em empresas e, neste caso, seriam regidos pelo Código Civil (CC).

No caso dos chamados “clube-empresas”, as atividades seriam regidas pela legislação referente à constituição que tiverem escolhido: sociedade anônima, limitada (LTDA) etc. Em ambos os casos, os dirigentes que praticarem gestão fraudulenta seriam responsabilizados pelos seus atos. A MP do futebol proíbe a venda para o exterior de jogadores menores de dezoito anos, e limita em um ano o contrato entre procuradores e jogadores. Trata também da segurança nos estádios, determinando a realização de inspeções, acompanhadas pelo Ministério Público, das condições de segurança e higiene dos estádios antes e durante as competições esportivas.

As disposições constantes da MP n°. 79, ao adequar o desporto profissional ao regime empresarial do novo CC e estabelecer rigorosa disciplina sobre a elaboração e publicação de demonstrações financeiras por parte das entidades desportivas, aperfeiçoam a legislação desportiva brasileira. A medida contribuiu para a instituição de mecanismos de transparência e controle dos clubes e Federações. Porém, apenas tornou explícita a sua aplicação ao desporto profissional.

²⁸ Medida Provisória n°. 79. Dispõe sobre equiparação das atividades profissionais do futebol às sociedades empresarias e dá outras providências.

O EDT (Lei nº. 10.671, de 15 de maio de 2003)²⁹ estabelece normas de proteção e defesa do torcedor. As cobranças da sociedade e de diversos setores esportivos para a necessidade de um instrumento de garantia de direitos, de proteção e de segurança de torcedores diante das frequentes manifestações violentas no futebol, tornaram-se uma questão de segurança pública. Tais gestos surgem para atender a uma demanda de normatização e apreciação dos espetáculos esportivos. É composto por quarenta e cinco artigos, dispostos em doze capítulos, e tem como um de seus principais objetivos abrandar a questão da violência. A necessidade de aperfeiçoar as normas de sociabilidade nos espaços públicos e privados das diferentes práticas esportivas que congregam um público elevado foi um dos argumentos que justificaram a sua criação.

Segundo Reis (2006), por ser o espetáculo esportivo um evento que congrega um número muito grande de espectadores em um recinto fechado, em sua maioria torcedores de uma das equipes esportivas que disputam a partida, é necessário estabelecer leis claras que disponham sobre a segurança do público, as condições de infraestrutura dos equipamentos esportivos (os estádios), as responsabilidades civis e criminais e as punições em caso de desobediência e/ou transgressão.

Azevedo (2008, p. 18) sublinha que “a intenção do legislador foi conceber o torcedor como um consumidor e a entidade organizadora do evento, geralmente o clube, como o fornecedor do serviço ou promotor do espetáculo”. A legislação é destinada a proteger o torcedor, na perspectiva da relação de consumo do espetáculo esportivo.

O estatuto aumentou a gama de proteção. Assim como no Código de Defesa do Consumidor (CDC), equiparou as entidades organizadoras a fornecedores, conceituando o torcedor. O estatuto previu garantias àqueles que não estavam contidos no conceito de consumidor, mas que agora se alocam no conceito de torcedor. O EDT foi construído verticalmente a partir do ME, segundo a lógica do direito ao consumo, com o intuito de adequar aos processos de modernização conservadora, em função das determinações econômicas do mundo globalizado. Está sintonizado com o processo de mercantilização do futebol e de disciplinarização

²⁹ Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências.

do espetáculo esportivo, objetivando a produção de uma melhor mercadoria. Tal questão encontra determinação expressa no art. 10, § 4º, do estatuto.

Art.10. [...]

[...]

§ 4º Serão desconsideradas as partidas disputadas pela entidade de prática desportiva que não tenham atendido ao critério técnico previamente definido, inclusive para efeito de pontuação na competição (BRASIL, 2003b).

No início de 2004, entra em vigor o CBJD, que unifica a legislação aplicada ao esporte profissional e não profissional, define princípios, conceitos e a estrutura organizacional para o funcionamento do sistema jurídico aplicado ao esporte. O CBJD, segundo o Ministro Agnelo, “acelera os julgamentos e tem uma parte importante de educação, pois é duro, mas também preventivo e introduz elementos importantíssimos para garantir o bom espetáculo: combate o antijogo e preserva o craque”³⁰. A proposta de criação de um código conforme aquele apresentado foi apontada por um grupo de onze especialistas em direito esportivo, ao observarem que a criação de tal ditame atende uma pretensão histórica dos segmentos que atuam no esporte nacional. Em 2009, o CBJD sofre mudanças. Conforme o Ministério, a reforma da Legislação servirá para orientar e preparar dirigentes, comissões técnicas, atletas e árbitros sobre as novas medidas que entram em vigor dentro do país para todas as modalidades esportivas, e não apenas para o futebol.

O CBJD, aprovado pela Resolução do Conselho Nacional do Esporte (CNE) nº. 01, de 24 de dezembro de 2003, foi reformado pela Resolução CNE nº. 29, de 10 de dezembro de 2009, justificado por uma série de fatores, assim expressos:

³⁰ “Lei mais dura entra em vigor no esporte brasileiro”. 2 de janeiro de 2004. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 17 mai. 2010.

Dois diplomas tiveram importante contribuição para desencadear esse processo. Ao sacramentar a aplicação no Brasil da Convenção Internacional contra o Doping nos Esportes, da UNESCO, a promulgação do Decreto nº 6.653, de 18 de novembro de 2008, em consequência à publicação do Decreto Legislativo nº 306, de 2007, tornou imperiosa a substituição das regras disciplinares específicas sobre dopagem, de modo a evitar dissonâncias sobre a matéria. A entrada em vigor, em janeiro de 2009, de uma nova edição do Código Disciplinar da FIFA, com diversos dispositivos a serem espelhados pela legislação disciplinar aplicável a suas entidades filiadas, também contribuiu para que o Ministério do Esporte tomasse a decisão de submeter o CBJD a reexame (FEDERAÇÃO, 2003).

De acordo com a Comissão de Estudos Jurídicos Desportivos do ME, que elaborou a reforma, “a resolução aprovada irá conciliar a redação do código com o intuito do Ministério do Esporte de criar um ambiente de cultura de paz no esporte”³¹. São consagrados pelo código os princípios do chamado princípio desportivo, o *fair play*, e da prevalência, continuidade e estabilidade das competições. A medida confere ainda uma maior participação colegiada nos tribunais esportivos. A possibilidade de se admitir condenação, com base em imagens televisivas, nos casos de infrações graves que tenham escapado à atenção da arbitragem ou que não tenham sido devidamente punidas, também foi incluída no texto. As punições, segundo a reforma, serão contabilizadas por partidas em relação aos jogadores, e não mais em dias. Para os dirigentes, as punições ocorrerão por prazos. Existe a possibilidade de advertência para infrações menos graves e a configuração de infrações específica para cada prática esportiva, considerando as peculiaridades das modalidades.

Além das questões apresentadas anteriormente que justificam a reforma do CBJD, tal movimento compõe um conjunto de ações que visam a modernização do esporte no país, com destaque para a reestruturação do futebol brasileiro, nas quais as modificações apontam para a realização de grandes eventos esportivos no país, como a Copa do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

³¹ “Código Brasileiro de Justiça Desportiva entra em vigor amanhã”. 30 de dezembro de 2009. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 17 mai. 2010.

Os motivos determinantes desta segunda reforma, segundo o ME³², partiu da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em 2007, quando a entidade recomendou modificações durante o Seminário Internacional de Direito Desportivo. Além disso, como o Brasil é signatário da Convenção Internacional Contra o *Doping* no Esporte da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), verificou-se a necessidade de que as orientações da Agência Mundial Antidoping (WADA-AMA) fossem incorporadas à legislação brasileira. A proposta inicial passou por uma fase de consultas públicas em sete capitais, a saber: São Paulo, Recife, Curitiba, Salvador, Goiânia, Manaus e Rio de Janeiro.

Sobre as modificações promovidas no CBJD, vale destacar algumas que demonstram o grande desafio que os operadores do direito desportivo terão pela frente: a integração plena ao Código Mundial Antidoping (CMAD), superando conflitos e incompatibilidade de penas existente no CBJD de 2006; obrigatoriedade da normatização, no âmbito de sua competência, de critérios para conversão de pena, quando assim admitido pelo CBJD, em medida de interesse social, que dentre outros meios legítimos, dar-se-á mediante: prestação de serviço comunitário nos campos da assistência social, do esporte, da cultura, da educação, da saúde, do voluntariado, além da defesa, preservação e conservação do meio ambiente e a inovação da transação disciplinar desportiva, para casos específicos e de pequena gravidade, visando agilizar o julgamento dos processos desportivos; entre outros. No que se refere ao torcedor, o art. 243 do CBJD é o único artigo que diz respeito ao torcedor no código.

Em 2007, já na gestão do Ministro do Esporte Orlando Silva, apresenta-se a intenção de reformulação da Lei Pelé quanto ao clube formador. A ideia é criar mecanismos que protejam os clubes contra a saída de jogadores para o exterior sem ressarcimento compatível com o período de formação nas categorias de base. Orlando Silva assim ressalta:

³² “Código Brasileiro de Justiça Desportiva entra em vigor amanhã”. 30 de dezembro de 2009. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 17 mai. 2010.

Queremos aperfeiçoá-la para evitar que possa acontecer com Alexandre Pato o que aconteceu com Ronaldinho: um jovem craque sair de um clube formador sem ter um ressarcimento justo³³.

Enfatiza ainda:

Nosso país é reconhecido internacionalmente pela prática desportiva, pelo futebol. É preciso fazer do esporte um caminho para a construção da identidade nacional. O Brasil é hoje um exportador de *craques* e importador de espetáculos. Precisamos mudar isso³⁴.

De acordo com Rodrigues (2007),

A legislação não se preocupou com os clubes pequenos, os celeiros de craques. Estas mudanças provocadas pelo novo sistema de relações trabalhistas constituem um dos primeiros e mais importantes passos na profissionalização definitiva do futebol brasileiro. Serve de alerta aos clubes para buscarem novas fontes de financiamento, pois a venda de atletas sempre foi a principal fonte de renda de muitos clubes brasileiros. Entre outras fontes de receita, são importante a venda dos direitos de transmissão para a televisão aberta e fechada e a publicidade estática. No entanto, para os clubes menores, sem expressão no cenário nacional, que sobreviviam praticamente com recurso adquiridos através de venda de passe dos atletas, a situação tende a se tornar cada vez mais complexa (RODRIGUES, 2007, p. 144).

A chamada Lei Pelé³⁵ regulamenta o esporte em todas as suas dimensões, cria o Sistema Brasileiro de Esporte que apóia a Política Nacional de Esporte, embora a face mais visível da referida legislação trate dos temas relacionados ao futebol. Tal ditame ficou marcado pela consolidação do fim da lei do passe que, em verdade, sintonizou o país com as tendências internacionais de relação entre os clubes e atletas. Antes da Lei Pelé, o clube era proprietário dos direitos federativos dos atletas; a partir de sua sanção, a relação clube/atleta se estrutura como contrato de trabalho. Com o fim da lei do passe no futebol brasileiro, surgiu a necessidade de valorizar e proteger o clube formador sob pena de inviabilizar a fonte de talentos que

³³ “Ministro do Esporte tratou da revisão da Lei Pelé em Porto Alegre”. 15 de julho de 2007. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 17 mai. 2010.

³⁴ “Ministro do Esporte tratou da revisão da Lei Pelé em Porto Alegre”. 15 de julho de 2007. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 17 mai. 2010.

³⁵ Lei Pelé (Lei nº. 9.615/98). Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências.

singulariza o futebol brasileiro. Com a possibilidade de desligamento do atleta a qualquer tempo, era comum observar muitos clubes perderem o interesse de investirem na base.

Para tratar sobre a questão, passa a tramitar no CN o Projeto de Lei (PL) nº. 5.186³⁶, que propõe alterações na Lei Pelé. De acordo com aquele PL, somente o clube formador é quem teria condições de oferecer uma formação completa ao atleta, garantindo educação, alimentação, tratamento médico e psicológico, estadia adequada, entre outros aspectos. Uma vez estabelecido o que era o clube formador, o PL definia mecanismos para a sua proteção, incluindo a justa remuneração para o investimento feito no trabalho de base.

Ao considerar o estágio que o futebol brasileiro ocupa no mundo, já evoluímos bastante. Hoje, os nossos campeonatos têm regras, não há mais espaço para viradas de mesa. Temos a padronização nos balanços de todos os clubes, veiculados pelos meios de comunicação, o que traz transparência e permite acompanhamento pleno. Há também o Estatuto do torcedor, definidor de direitos dos espectadores dos estádios. Podemos avançar mais, sobretudo para tornar a economia do futebol mais forte, competitiva como em outros países. Isso exige fortalecer os clubes, incluindo os que formam atletas. Exige, enfim, a aprovação do PL 5186 com os adequados aperfeiçoamentos que serão feitos pelos parlamentares³⁷.

Com o objetivo de agilizar a votação do PL nº. 5.186/05, que propõe alterações na Lei Pelé, o Ministro do Esporte, Orlando Silva, visita o CN em novembro de 2008, e pede aprovação da Lei do Clube Formador naquela casa legislativa, atentando sobre a importância de evitar que os jogadores brasileiros saiam do país antes dos vinte e um anos: “O Presidente Lula sempre fala que é preciso impedir que nossos atletas saiam tão precocemente do Brasil. Esse é um desafio que passa pelo fortalecimento da economia do futebol brasileiro”³⁸. Orlando Silva ainda aponta quatro fontes de receita do futebol: transferência de jogadores, bilheteria, direitos de transmissão e licenciamento de produtos. O Ministro afirma que

³⁶ Projeto de Lei nº. 5.186/2005. Altera a Lei nº. 9.615, de 24 de março de 1988, que institui normas gerais sobre o desporto de dá outras providências.

³⁷ “Novos Lances da Lei Pelé”. 26 de março de 2008. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 20 mai. 2010.

³⁸ “Ministro do esporte pede aprovação de nova lei para proteger o futebol brasileiro”. 5 de novembro de 2008. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 17 mai. 2010.

se nossos craques ficarem no Brasil por mais tempo, seria possível aumentar a renda com as bilheterias dos jogos de futebol. Durante a visita ao CN, o mandatário da pasta do Esporte também defendeu uma ação da Câmara dos Deputados (CD) junto à *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA), para pedir mudanças na forma de transferência de jogadores.

É importante estudar um mecanismo para pedir a alteração do regulamento da FIFA, que estabelece que um atleta esteja em formação dos 12 aos 21 e, ao mesmo tempo, determina que um jogador possa ser objeto de transferência internacional a partir dos 18 anos. Há uma contradição, pois, se o atleta está em formação, por que permitir que ele saia do seu país?³⁹.

Após ter passado pela CD, o PL nº. 5.186 dependeu da aprovação do Senado Federal (SF) e da sanção presidencial para se transformar em Lei. Acompanhando a tramitação do PL que propõe alterações na Lei Pelé, em 2010, o Ministro do Esporte, seguido de representantes de clubes formadores de atletas, CBF, da Confederação Brasileira de Clubes (CBC), do Sindicato do Futebol e da Federação Paulista de Futebol (FPF), foram ao SF solicitar celeridade na tramitação do referido PL. Sobre a questão, Orlando Silva argumentou:

Essa é uma reunião que aproximou alguns clubes formadores de atletas olímpicos para discutir um projeto de lei que está sendo avaliado agora e que nós acreditamos que é preciso que haja uma votação rápida e que seja votado ainda neste semestre. A reforma moderniza o futebol brasileiro e creio que o Senado Federal deva dar sua contribuição no sentido de fortalecer o esporte⁴⁰.

Empenhados na campanha pela reforma da legislação esportiva que contribuirá com a modernização do futebol no país, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Ministro do Esporte, Orlando Silva, se encontram em São Paulo com os jogadores Neymar da Silva Santos Júnior (o Neymar) e Paulo Henrique Chagas de Lima (o Paulo Henrique Ganso), pertencentes ao Santos Futebol Clube. A iniciativa da reunião foi do Ministro Orlando Silva, como forma de incentivar a permanência por

³⁹ “Ministro do esporte pede aprovação de nova lei para proteger o futebol brasileiro”. 5 de novembro de 2008. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em:

<<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 17 mai. 2010.

⁴⁰ “Ministro e dirigentes pedem celeridade para mudanças na lei Pelé”. 23 de março de 2010. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 17 mai. 2010.

mais tempo no Brasil dos jovens talentos do futebol. Segundo o Ministro, a permanência do jogador Neymar no Brasil por mais cinco anos é um marco muito importante para o futebol brasileiro. Para evitar a evasão prematura dos jogadores brasileiros para o exterior, existe o PL de iniciativa do Poder Executivo no CN que estabelece regras para estimular a permanência dos atletas no país.

Em suma, o PL nº. 5186/2005 altera a Lei Pelé (Lei nº. 9.615/98) a fim de garantir a valorização do profissional e dos clubes formadores que, em troca da garantia de que terá o atleta por pelo menos três anos depois de formado, será responsável pela formação educacional do jovem. As entidades responsáveis pela formação do jogador recebem 5% (cinco por cento) do valor pago pela transferência nacional do atleta, além de 1% (um por cento) para cada ano de formação, dos quatorze aos dezesseis anos, e 5% (cinco por cento) para cada ano de formação, dos dezoito aos dezenove anos, somados aos efeitos de *marketing*.

Com a alteração da legislação esportiva, o futebol sai da tutela do Estado, inicialmente, através da CF de 1988, e especificamente, através da Lei Zico, passando a ser gerido pelas entidades de prática e de administração. Nesse contexto, os clubes foram transformados em empresas, com gestão privada; as atividades do futebol são transformadas em atos de comércio. A Lei Pelé instituiu normas gerais sobre o desporto brasileiro, mas a referida legislação tem como ponto principal a determinação do fim da Lei do Passe no futebol.

Com o fim da Lei do Passe, o PL nº. 5.186/05, o PL do clube formador, vem para garantir a valorização do profissional e dos clubes formadores por meio de alterações na Lei Pelé. A saída para a organização do futebol estaria na criação de uma legislação específica e, nesse sentido, foi criada a MP nº. 79, que deu à atividade dos clubes e Confederações tratamento semelhante às práticas empresariais. Integrando também o projeto de modernização do futebol brasileiro por meio da sua reestruturação, foi criado o EDT, que estabelece normas de proteção e defesa do torcedor. Por fim, ocorreu a reforma do CBJD, que unifica a legislação aplicada ao esporte profissional e não profissional no país.

Embora a Lei Pelé tenha representado um novo divisor de águas no ordenamento legal do futebol brasileiro, o processo inicial de modernização do futebol não correspondeu àquele modelo ideal que deveria funcionar de modo equilibrado e ético. A saída para solucionar tais problemas foi a criação de uma legislação específica. Para Rodrigues (2007), o futebol no Brasil assume características institucionais, vinculadas aos valores políticos, econômicos e sociais, organizando-se à forma de um Estado que o molda e o regulamenta. A MP nº. 79 vem com o objetivo de reestruturar o futebol brasileiro, porém não obriga que clubes e Federações transformem-se em empresas. A legislação já lhes confere *status* de empresa, em razão da natureza das atividades que desempenham. Assim, o clube adota um dos tipos de sociedade empresarial disciplinadas no CC.

De acordo com Proni (2000), ao remeter para o mercado a construção do modelo brasileiro de futebol-empresa, a legislação aprovada acabou permitindo que novos desequilíbrios e uma ética estranha ao esporte fossem introduzidos. O PL nº. 5.186, que propõe alterações na Lei Pelé, prevê algumas alterações ligadas à débitos fiscais, clubes formadores, publicação de balanços, direitos de arena, relação de atletas e empresários, clube empresa, dentre outros aspectos. A redução da responsabilidade de dirigentes de clubes pode ser considerada um regresso da lei. Para o Governo Federal, a alteração mais importante que a legislação prevê é o impedimento da evasão prematura dos jogadores brasileiros para outros países. Proni (2000) ainda sublinha que a transição para um novo modelo de futebol profissional tem sido feita, de forma gradual. A velha estrutura de poder, fundada no sistema federativo e nos clubes associativos, vem modernizando-se e absorvendo as estratégias de comercialização e administração do mundo dos negócios, havendo, portanto, uma substituição por uma nova estrutura do poder. E, embora a gestão empresarial das entidades seja uma tendência global, ainda são poucos os lugares onde tal tendência se manifesta sem restrições.

3.3 Gestão dos clubes

Os novos ordenamentos legais, a CF de 1988, a Lei Zico (Lei nº. 8.672/93), e a Lei Pelé (Lei nº. 9.615/98, com o seu foco direcionado principalmente à lei do passe e à profissionalização do futebol, gerando a obrigatoriedade aos clubes – até então de caráter associativo – a transformarem-se em clube-empresa) modificaram a estrutura do futebol brasileiro. A Lei Zico, em um primeiro momento, e a Lei Pelé, na conclusão do processo, foi resultante de uma ação cujas demandas há muito vinham sendo colocadas em pauta por diversos atores do campo esportivo.

A transformação dos clubes em empresas por meio da legislação esportiva indicou a necessidade de mudança também na forma de gestão dos clubes. E uma das grandes dificuldades enfrentadas é a manutenção de uma gestão atualizada. Os clubes atravessavam uma crise financeira; muitos se encontravam em estado pré-falimentar. Modernizar os clubes era a saída apontada pelo governo. A modernização requererá dos clubes uma adequação ao novo ordenamento legal para o futebol no país.

Já no início do Governo Lula, Agnelo Queiroz, na condição de então Ministro do Esporte, em visita à sede do Flamengo, destacou que o projeto daquele Governo era realizar uma parceria com os clubes a fim de fortalecer a “saúde” financeira dos mesmos, ressaltando ainda que o trabalho visaria sediar uma Copa do Mundo FIFA no Brasil:

Temos que pensar nesse assunto desde já. Trazer uma Copa do Mundo para o Brasil é um assunto de Estado, é uma questão institucional. Para isso, precisamos ter um futebol mais estável e transparente. Este será um ponto fundamental. Também precisamos de mais segurança nos estádios⁴¹.

⁴¹ “Agnelo Queiroz visita sede do Flamengo e defende transparência no futebol”. 17 de janeiro de 2003. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 17 mai. 2010.

Agnelo Queiroz debateu também sobre as finanças dos clubes, o perdão das dívidas, o calendário dos campeonatos, a eleição na CBF e a modernização do futebol brasileiro. Segundo o Ministro do Esporte daquele período da Era Lula, a visita dele a um clube de futebol era a primeira investida num projeto amplo de reformulação, organização e modernização do futebol brasileiro. “Queremos estimular o futebol brasileiro como um todo, desde a administração correta e transparente, como no aspecto social”⁴².

Estimulados pelas declarações de Agnelo Queiroz em favor da regulamentação do futebol no país, o Clube dos 13 apresentou ao Governo Federal as necessidades dos clubes brasileiros de futebol. Entre as sugestões, estavam os dispositivos sobre o clube formador, o vínculo do atleta com clube e o refinanciamento das dívidas. Sobre a questão, Fábio Koff, presidente do Clube dos 13 à época, afirmou: “Estamos com a legislação inflada de dispositivos e é importante que ela seja aperfeiçoada. E pelo que o Ministro Agnelo tem falado em seus discursos, a ideia do Governo Federal está afinada com as nossas ideias”⁴³.

Desde o início de sua gestão à frente da pasta do Esporte, Agnelo Queiroz fez uma defesa ardorosa da realização de grandes eventos esportivos no país, ciente de que, para o acontecimento do ambicioso projeto, o futebol precisaria se profissionalizar. Mas os planos esbarravam na crise financeira dos clubes, e a precária condição dos estádios brasileiros foi um dos maiores entraves para a candidatura do Brasil às campeonatos mundiais de 1994, nos Estados Unidos da América (EUA), e de 2006, na Alemanha.

A maioria dos grandes clubes brasileiros possui projetos de construção ou modernização dos estádios, mas a crise financeira que os clubes atravessam impede a realização de tais planos. O então Ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, questionou a dificuldade enfrentada por grandes clubes: “Como é possível que um time do porte

⁴² “Agnelo Queiroz visita sede do Flamengo e defende transparência no futebol”. 17 de janeiro de 2003. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 17 mai. 2010.

⁴³ “Clube dos Treze apresenta proposta ao Ministro do Esporte”. 20 de março 2003. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 17 mai. 2010.

do Corinthians não tenha estádio, que o Flamengo não tenha um estádio?”⁴⁴, denotando seu entusiasmo pela causa do fortalecimento do futebol nacional e considerando o respeito ao torcedor um requisito básico nesse processo.

Com o propósito de estudar medidas para revitalizar os clubes, em 2004, o ME cria a Comissão de Futebol e *Marketing* Esportivo, de caráter permanente. Tal comissão foi composta por técnicos daquele Ministério, representantes dos clubes e entidades dirigentes do futebol brasileiro. O grupo tem como tarefa encontrar soluções para determinadas questões, como a dívida dos clubes com a PS, por exemplo, além de fontes de financiamento para clubes formadores de novos atletas e parâmetros para contratos entre jogadores e clubes. Ainda seriam estudados assuntos de ordem de urgência, como a aplicação do EDT e a segurança nos estádios. A comissão também possui a função de promover estudos e ações voltadas para gestões estratégicas na área do futebol e *marketing*, com o objetivo de apresentar soluções e inovações para o desenvolvimento do setor.

Dirigentes e representantes dos grandes clubes do futebol brasileiro solicitaram apoio do Governo Federal para evitar a falência dos clubes e uma rápida aprovação das propostas para resgatar a modalidade no Brasil. Para tanto, sugeriram a elaboração de uma MP que permitisse nova negociação para quitação de débitos com a PS, solução apontada para que os mesmos tenham condições de negociarem saídas administrativas. Entre as propostas para o resgate do futebol, está a Timemania, loteria que ajudaria os clubes a saldar dívidas, principalmente com a PS. Sobre a questão, Agnelo Queiroz destacou:

A loteria vai dar condições para que os clubes cumpram seus compromissos passados. Quem tem pouca dívida será premiado, pois receberá recursos para investimento. Quem tem dívidas vai poder pagá-las utilizando a escuderia do próprio clube⁴⁵.

⁴⁴ “Agnelo Queiroz defende o financiamento para clubes reformarem e constituírem seus espaços”. 13 de janeiro de 2003. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em:

<<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 17 mai. 2010.

⁴⁵ “Dirigentes de Clubes fazem apelo ao Governo Federal para lançamento da Timemania”. 29 de março de 2005. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em:

<<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 17 mai. 2010.

A mobilização dos grandes clubes para solicitar a aprovação da Lei da Timemania continuou na gestão do Ministro Orlando Silva, que ressaltou a importância da aprovação da referida legislação para o futebol brasileiro:

O futebol brasileiro tem um grande potencial de desenvolvimento, pode se transformar numa indústria próspera, tanto pelo talento de nossos jogadores, quanto pela capacidade dos clubes. Temos certeza de que a aprovação da Timemania será um marco nesse sentido⁴⁶.

No início de 2008, a Timemania foi lançada pelo Governo Federal através do ME e administrada pela Caixa Econômica Federal (CEF), com o objetivo de reestruturar a situação fiscal dos clubes de futebol.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sanciona, em maio de 2009, a Lei nº. 11.941⁴⁷, que prorroga por até duzentos e quarenta meses o parcelamento da dívida dos clubes sociais com a União. Em tal negociação, estão incluídos débitos com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Receita Federal (RF), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Podem requerer o benefício clubes sem fins econômicos e que comprovem a participação em competições oficiais em pelo menos três modalidades esportivas distintas, e apresentar certidão expedida anualmente pela Confederação Brasileira de Clubes (CBC).

Com a sanção da referida Lei, fez-se a equivalência dos clubes sociais com os clubes de futebol. Para o Ministro Orlando Silva, trata-se de uma grande vitória do esporte do país: “O esporte nacional, é quase que totalmente praticado e desenvolvido dentro dos clubes sociais. Com a sanção dessa lei, o Presidente Lula dá fôlego para que eles consigam realizar cada vez mais e melhor o seu trabalho⁴⁸.”

⁴⁶ “Clubes de futebol se unem para pedir votação da Timemania”. 29 de março de 2005. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 14 jun. 2010.

⁴⁷ Lei nº 11.941/2009. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, concede remissão nos casos que especifica, institui regime tributário de transição alterando decretos e dá outras providências. Alterada pela Lei nº 12.024, de 27 de agosto de 2009.

⁴⁸ “Clubes sociais esportivos poderão parcelar dívidas com o governo”. 28 de maio de 2009. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 17 jun. 2010.

Segundo o Presidente Lula, a Timemania seria mais uma ferramenta eficiente para incentivar o desenvolvimento do esporte, assim como os programas federais que utilizam a prática esportiva, como o “Pintando a Liberdade”, o “Segundo Tempo” e o “Esporte e Lazer da Cidade”. Para o ex-mandatário brasileiro, é preciso uma mudança cultural e de procedimento com relação ao que o futebol significa para o Brasil, a começar pelos clubes formadores e amadores: “Precisamos transformar o futebol num espetáculo para a família brasileira. Para isso precisamos mudar o comportamento dos nossos dirigentes, das nossas torcidas e dos nossos atletas⁴⁹.”

Os novos ordenamentos legais, a Carta Magna de 1988, a Lei Zico e a Lei Pelé modificaram a estrutura do futebol brasileiro. A transformação indicou a necessidade de mudanças na forma de gestão dos clubes. Os clubes encontravam-se em situação de colapso financeiro. A saída apontada pelo Governo Lula para a superação da crise seria a modernização dos clubes. A superação dos problemas no futebol (como a instabilidade e a falta de transferência e profissionalismo) era urgente diante da intenção do Ministro Agnelo Queiroz, desde o início de sua gestão à frente da pasta do Esporte, em trazer para o Brasil uma Copa do Mundo FIFA e a realização de grandes eventos esportivos. Nessa perspectiva, foi criada a Comissão de Futebol e *Marketing* Esportivo com o propósito de estudar medidas para revitalizar os clubes.

Em suma, a transformação da gestão dos clubes indicada por meio das alterações nos ordenamentos legais foi a possibilidade apontada para a superação da crise enfrentada pelo futebol brasileiro. O Governo Lula projetou o fortalecimento dos clubes brasileiros por meio do reestabelecimento da “saúde” financeira das agremiações de futebol, visando sediar uma Copa do Mundo FIFA no Brasil; para tanto, seria necessário ter um futebol estável e transparente. De acordo com Proni (2000), as atuais mudanças na organização do futebol, causadas pela introjeção de uma lógica capitalista, expõem os clubes e as demais instituições às leis de mercado.

⁴⁹ “Lula e Agnelo lançam Timemania para reestruturar futebol brasileiro”, 04 de maio de 2005. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 04 mai. 2010.

3.4 Financiamento do futebol

Diante da situação pré-falimentar dos clubes de futebol no Brasil, e visando a reestruturação da modalidade na nação, em meados de 2004, o Governo Federal estudou a renegociação das dívidas de tais agremiações, relacionadas entre os maiores devedores da PS. Uma das ideias em discussão era a criação de uma nova loteria chamada de “Timemania”. A proposta previa uma loteria que, nos talões de aposta, ter-se-ia a utilização dos escudos dos clubes.

O clube vai receber por isso, mas vai condicionar essa nova receita com o pagamento das dívidas. Então o dinheiro vai da Caixa Econômica direto para a previdência ou para receita federal. Vamos exigir outras contrapartidas dos clubes, como a profissionalização, transformar clube em empresa e fazer com que o clube use parte da renda para pagar dívidas⁵⁰.

Em 2008, o Presidente Lula e o Ministro do Esporte Orlando Silva, lançaram a Timemania, loteria criada pelo Governo Federal para sanear as dívidas dos clubes de futebol no Brasil. Seriam utilizados nos jogos os escudos dos oitenta clubes participantes do Campeonato Brasileiro nas séries “A”, “B” e “C”. A CEF estimava que a arrecadação inicial da Timemania fosse de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) por ano⁵¹. Para o Ministro do Esporte, os recursos adquiridos com a Timemania iriam resolver de vez os problemas financeiros dos clubes de futebol: “É uma situação definitiva. Uma garantia de que o clube vá sanear e não voltará à situação de falência em que se encontram os clubes”⁵².

⁵⁰ “Loteria financiará pagamento de dívida dos clubes de futebol”. 17 de junho de 2004. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 17 mai. 2010.

⁵¹ “Lula e Agnelo lançam Timemania para reestruturar futebol brasileiro”. 4 de maio de 2005. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 17 mai. 2010.

⁵² “Lula e Agnelo lançam Timemania para reestruturar futebol brasileiro”. 4 de maio de 2005. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 18 mai. 2010.

A Timemania nasceu do PL nº. 5524, que foi apresentado à CD em julho de 2005. Com a criação de tal loteria, os clubes de futebol poderiam retomar a capacidade de investimentos e financiamento e modernizar suas gestões administrativas.

Conforme Boudens (2007, p. 51), “na cerimônia de apresentação da medida provisória que institui a Timemania, o presidente Lula defendeu essa intervenção branca na organização do futebol”, sob o argumento de que tal modalidade esportiva não é só uma paixão nacional que integra o patrimônio cultural brasileiro, mas é também um setor de grande potencial empregador e de geração de recursos.

De acordo com a Lei nº. 11.345/06⁵³, que criou a Timemania, os clubes terão direito a um percentual da arrecadação bruta, como contrapartida à cessão do direito ao uso de suas marcas para o pagamento de débitos fiscais com a União, mas só receberão os repasses após quitarem suas dívidas com o Governo.

Com a Timemania, esperava-se que além de pagar as dívidas com o INSS, FGTS e RF, os clubes retomassem a capacidade de investimento e de financiamento. O ME previu que em poucos anos os clubes teriam as dívidas quitadas. Assim, teriam os recursos da Timemania somados à receita do clube para investirem no esporte de base, na estrutura de treinamento e na contratação e manutenção de jogadores. A CEF, por sua vez, estimava que 46% (quarenta e seis por cento) do que fosse arrecadado seria destinado à premiação, e 25% (vinte e cinco por cento) aos clubes que aderissem à Timemania. Para custeio e manutenção da referida loteria, seriam destinados 20% (vinte por cento) dos recursos arrecadados, para os projetos sociais do ME seriam destinados 5% (cinco por cento), para o Fundo Penitenciário, 3% (três por cento) e para a seguridade social, 1% (um por cento) dos recursos arrecadados. Do percentual destinado aos clubes, os clubes da série “A” receberiam 65% (sessenta e cinco por cento), os clubes da série B

⁵³ Dispõe sobre a instituição de concurso de prognóstico destinado ao desenvolvimento da prática desportiva, a participação de entidades desportivas da modalidade futebol nesse concurso e parcelamento de débitos tributários e para com o Fundo de Garantia do Tempo de serviço – FGTS; altera as leis nos. 8.212, de 24 de julho de 1991, e 10.522, de 19 de julho de 2002; e dá outras providências.

receberiam 25% (vinte e cinco por cento) e os clubes da série C receberiam 10% (dez por cento). A divisão dentro das séries seria realizada igualmente.

A adesão do clube à loteria seria voluntária. Os clubes que optassem pela Timemania, deveriam fazer a assinatura formal com a CEF a fim de ajustar o parcelamento da sua dívida. Para continuarem participando da nova loteria, os clubes deverão cumprir algumas contrapartidas criadas pelo governo. Sobre a questão, o Ministro do Esporte Orlando Silva argumentou:

[...] a partir de agora, os clubes terão de moldar o recurso da Timemania à sua dívida e se comprometerem a se organizar profissionalmente, publicando balanços e contratando auditoria independente. Para continuar recebendo o recurso da loteria, os clubes não poderão dever ao INSS, Receita ou FGTS⁵⁴.

Em 2004, a CEF havia formalizado uma resolução com um modelo para o balanço anual, tornando-se obrigatório aos clubes pela Lei Pelé (Lei nº. 9.615/1998). Contudo, os clubes brasileiros não conseguiram alcançar um nível satisfatório de qualidade na apresentação dos documentos. Já em 2006, tendo em vista a padronização dos balanços, um grupo de trabalho promovido conjuntamente entre o ME, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) e o Clube dos 13 produziram uma *Cartilha para Padronização das Práticas Contábeis dos Clubes de Futebol Profissional*. Diante da tamanha diferença entre as práticas adotadas pelos clubes em relação às exigências do CFC. A Cartilha chegava para ser usada a partir de 2007, garantindo que os balanços estivessem dentro dos padrões recomendados. A apresentação dos balanços também é uma cobrança da Timemania, visando a profissionalização e a transparência do futebol no Brasil. Vale destacar que a utilização da referida Cartilha foi criada restritamente para o futebol profissional.

⁵⁴ “Lula e Agnelo lançam Timemania para reestruturar futebol brasileiro”. 4 de maio de 2005. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

Representantes de grandes clubes que participaram do processo de elaboração da cartilha ressaltaram a importância da ação para a mudança no conceito de transparência e credibilidade dos mesmos. A Cartilha auxiliaria na elaboração correta da documentação que daria acesso do clube à Timemania; também ressaltava os avanços alcançados pelo esporte no país nos últimos três anos de atuação do ME, por meio da abertura para o diálogo, debate, conquistas – dedicação e empenho para avançarem na legislação esportiva. Tal coalizão de forças em prol do esporte também foi pontuada pelo Ministro do Esporte Orlando Silva:

Esta parceria mostra a disposição de todos os atores em formular o diagnóstico de credibilidade dos clubes. Isto ajudará em muito a profissionalização e mostra o compromisso do clube com os seus torcedores. É uma ação importante para o fortalecimento do futebol brasileiro. O Ministério está tratando de todas as dimensões do esporte, e o futebol é uma paixão brasileira, não poderia ficar de fora. Temos propostas concretas para a profissionalização do setor – um exemplo disso é a Timemania⁵⁵.

Em 2007, estando à frente do ME, Orlando Silva destacou a importância da Timemania em assembleia da CBF. O Ministro do Esporte detalhou os esforços do Governo Federal para a conclusão da Timemania, em visita à assembleia para a eleição da presidência da CBF. Segundo Orlando Silva, os grandes clubes não serão os únicos beneficiados; parte do recurso arrecadado pelos governos dos estados será utilizada no apoio e no incentivo ao esporte educacional e “os recursos destinados aos clubes sociais devem ser utilizados, sobretudo no desenvolvimento do esporte de base⁵⁶”.

É fato que a Timemania foi considerada a saída para o salvamento dos clubes e para a reestruturação do futebol brasileiro. Os representantes dos grandes clubes foram unânimes ao apoiarem a criação da referida loteria, ressaltando o empenho do atual Ministro do Esporte e do seu antecessor, para a aprovação da legislação

⁵⁵ “Cartilha de padronização de balanços ajuda clubes de futebol a conquistarem transparência”. 16 de março de 2006. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em:

<<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 12 jun. 2010.

⁵⁶ “Timemania é tema em assembleia da CBF”. 17 de julho de 2007. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 15 mai. 2010.

concernente. Porém, sugeriram alterações compatíveis com os interesses dos clubes, propondo o aperfeiçoamento na MP que altera a Lei da Timemania⁵⁷. Entre as mudanças propostas pelos representantes dos clubes, estava a inclusão na MP das dívidas que estavam em cobrança administrativa ou judicial.

Além disso, sugeriram ainda a alteração da taxa de referência do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC)⁵⁸ para a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), o que causaria um maior abatimento nos juros dos débitos dos clubes. Para o Ministro Orlando Silva, as emendas corrigirão erros formais, estimulando a reestruturação dos clubes de futebol do Brasil: “O encontro é fundamental para o fortalecimento do futebol e esse diálogo colabora para qualificarmos a Lei da Timemania”⁵⁹.

A mobilização dos grandes clubes e o diálogo com o ME resultou em ampliação dos benefícios da Timemania pelo Governo Federal. A MP n.º 358/2007 (que trata da Timemania) traz seis benefícios e alterações na distribuição da arrecadação para auxiliar os clubes e agremiações de futebol interessados em sanar suas dívidas com a União. Os benefícios foram:

- 1) Ampliação de cento e oitenta para duzentos e quarenta meses o prazo para pagamento das dívidas atrasadas dos clubes e a redução pela metade das multas sobre esses débitos.
 - 2) As multas cobradas sobre os débitos dos clubes seriam reduzidas pela metade.
 - 3) Quando a arrecadação ficar abaixo do valor da parcela que os clubes precisam pagar mensalmente ao governo, os clubes endividados só precisariam complementar o montante em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
- A regra valeria para o primeiro ano de participação de cada clube na loteria.

⁵⁷ Lei da Timemania (Lei n.º 11.345 de 2006). Dispõe sobre a instituição de concurso de prognóstico destinado ao desenvolvimento da prática desportiva, a participação de entidades desportivas da modalidade futebol nesse concurso e o parcelamento de débitos tributários e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS; altera as Leis n.º 8.212 de 24 de julho de 1991, e 10.522, de 19 de julho de 2002; e dá outras providências.

⁵⁸ Taxa de juros incidentes sobre as Quotas do Imposto de Renda Pessoa Física.

⁵⁹ “Ministro do esporte discute com dirigentes mudanças na timemania”. 16 de março de 2006. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 15 mai. 2010.

- 4) Continuará valendo que, durante cinco anos, as sociedades empresariais poderiam receber tratamento tributário equivalente ao das sociedades esportivas. A medida seria aplicada somente para atividades relacionadas à manutenção e administração de equipe profissional de futebol, e não se estenderia a outras atividades econômicas exercidas pelas referidas sociedades empresariais.
- 5) Os clubes participantes da Timemania prestariam contas ao Tribunal de Contas da União (TCU).
- 6) As unidades que receberem recursos da União, inclusive, provenientes de concursos prognósticos, deles prestariam contas junto ao TCU.

Fez-se ainda as seguintes alterações na distribuição da arrecadação da referida loteria: 46% (quarenta e seis por cento) para o valor dos prêmios; 22% (vinte e dois por cento) para os clubes que aderirem à loteria; 20% (vinte por cento) para o custeio e manutenção do serviço; 3% (três por cento) para projetos esportivos na rede da educação básica e superior e para ações dos clubes sociais; 3% (três por cento) para as Santas Casas de Misericórdia; 2% (dois por cento) para a Lei Agnelo Piva; e, 1% (um por cento) para a seguridade social.

Segundo o Presidente Lula, a nova loteria era uma das medidas já adotadas pelo Governo Federal para solucionar os problemas do futebol brasileiro. “Precisamos achar um jeito de motivar os torcedores a voltarem para os estádios. Acredito que a Timemania é uma das alternativas, porque a qualidade dos times é um dos maiores incentivos”⁶⁰. Para o Ministro do Esporte Orlando Silva, o Governo Federal implantou várias medidas para reestruturar o futebol nacional: “O futebol brasileiro precisa livrar-se da fragilidade provocada pela alta carga de endividamento. Tenho certeza de que a Timemania vai solucionar esse problema”⁶¹.

⁶⁰ “Benefícios da Timemania são ampliados pelo governo”. 9 de maio de 2007. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 10 mai. 2010.

⁶¹ “Benefícios da Timemania são ampliados pelo governo”. 9 de maio de 2007. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 10 mai. 2010.

Inicialmente, a Timemania teve 100% (cem por cento) de adesão. Todos os noventa e oito clubes divulgados pelo ME como aptos a participar da loteria assinaram o compromisso de adesão com a CEF no prazo estabelecido em lei.

Boudens (2007) afirma que:

Para o presidente Lula, a exemplo da Lei da Moralização do Futebol⁶² e do Estatuto de Defesa do Torcedor⁶³, sancionadas em maio de 2003, e dos diversos programas de inclusão social que estavam sendo implementados pelo Ministério do Esporte, a instituição da Timemania testemunhava a existência de uma ação de governo articulada com as entidades desportivas, os atletas e toda sociedade. Mostrava também à disposição de se mudar, de forma séria, a realidade do futebol no Brasil (BOUDENS, 2007, p. 39).

Em 2006, o Presidente Lula sanciona a Lei de Incentivo ao Esporte⁶⁴ (Lei nº. 11.438), elaborada nos moldes da Lei Rouanet (Lei nº. 8.313, de 23 de dezembro de 1991), voltada para o incentivo de projetos culturais. A Lei nº. 11.438/2006 prevê a renúncia fiscal de parte do Imposto de Renda (IR) devido para ser usada como investimentos em projetos esportivos. Pela referida legislação, pessoas físicas poderão doar ou usar como patrocínio até 6% (seis por cento) do imposto devido, e as pessoas jurídicas – empresas, clubes sociais, entidades de classe, entre outros –, até 4% (quatro por cento) do imposto devido. O Projeto de Lei de Incentivo ao Esporte foi encaminhado pelo Presidente Lula para o Congresso Nacional (CN) na abertura da II Conferência Nacional do Esporte, em maio de 2006.

Lançada em 18 de fevereiro de 2008, a Timemania tinha como objetivo oferecer tranquilidade financeira aos clubes, pois permitiria aos mesmos repensarem outras formas de ganhos de novas receitas, permitindo o saneamento mais rápido das dívidas. “Tenho a convicção que veremos, mais nitidamente, nos próximos anos, o profissionalismo que cresce na administração dos nossos clubes e tenho certeza que a Timemania será uma grande ferramenta para esse acontecimento⁶⁵.”

⁶² Lei nº 10.672, de 15 de maio de 2003. Altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1988, e dá outras providências.

⁶³ Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003. Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do torcedor e dá outras providências.

⁶⁴ Lei de Incentivo ao esporte. Sancionada em 29 de dezembro de 2006. Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências.

⁶⁵ “Clubes de futebol ganham Timemania para sanarem suas dívidas”. 18 de fevereiro de 2008. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 17 mai. 2010.

Esperava-se que além de sanar as dívidas, os clubes retomassem a capacidade de investimento e financiamento. E, respaldados na Lei de Incentivo ao Esporte, os clubes se isentariam de parte do IR, que passaria a ser usado como investimentos em projetos esportivos.

Alguns clubes do futebol brasileiro pouco avançaram com a Timemania. A loteria não alcançou a arrecadação prevista inicialmente. Para alguns clubes de futebol, a dívida continua a crescer ou está igual aos anos anteriores.

A adesão dos clubes à Timemania possibilitou ao Governo Federal estabelecer um mecanismo de controle fiscal de tais agremiações. Por meio do balanço financeiro que deveria ser apresentado à CEF, esperava-se alcançar a transparência tão almejada no futebol brasileiro. A criação e as alterações dessa loteria é o resultado da coalizão de forças em prol do futebol brasileiro. Nesse movimento, o Estado responsabilizou-se pela dívida dos clubes de futebol.

3.5 Segurança nos estádios

Fortalecer os clubes e futebol no Brasil foi uma meta do Governo Lula desde o início do seu mandato (em 2003). A expectativa daquele Governo seria rever o quadro de violência em torno do futebol até 2007, ano de escolha do país sede da Copa do Mundo FIFA 2014. A segurança nos estádios seria mais uma ação no sentido de modernizar o futebol e conquistar o direito de sediar a competição datada em 2014.

A prática de assistir a jogos de futebol profissional em estádios tornou-se, no final do século XX, uma das principais atividades de lazer de grande parte da população ocidental. A profissionalização do futebol como um esporte moderno é apontada por alguns autores como um dos fatos mais significativos na transformação desse esporte em espetáculo, atraindo um grande número de espectadores para os estádios de futebol.

O futebol é hoje um grande negócio, uma importante mercadoria da indústria esportiva e cultural. Fixou-se como um acontecimento rentável, e a violência é um dos fatores que pode comprometer os investimentos realizados por clubes, empresas e interessados, na medida em que o espetáculo não pode ser separado do mundo dos negócios. De acordo com Silva (2008), é importante ressaltar a diferença entre os termos “violência” e “segurança”: o termo “violência” é utilizado para designar as manifestações simbólicas ou físicas de um indivíduo ou grupo com a intenção de provocar, atingir ou ferir outros indivíduos ou grupos; o termo “segurança” mostra-se como algo mais amplo, que engloba o controle de atos violentos, mas que atende também a outros aspectos da integridade e do bem-estar do ser humano.

As manifestações violentas no futebol tornaram-se uma questão de segurança pública. O incidente ocorrido no jogo entre as agremiações do Clube de Regatas Vasco da Gama e a Associação Desportiva São Caetano, no Estádio de São Januário, Rio de Janeiro/RJ, na decisão do Campeonato Brasileiro de 2000, onde houve um grande número de torcedores feridos gravemente devido à queda de um alambrado, somou a necessidade de urgência na aprovação do EDT. Assim, em 2003 deu-se a criação de tal Estatuto⁶⁶, e sua entrada em vigor foi um marco na história esportiva do país. Um dos argumentos para a sua criação foi a necessidade de aperfeiçoar as normas de sociabilidade nos espaços públicos e privados das diferentes práticas esportivas que reúnem um público elevado.

O Governo Federal dava, portanto, o pontapé inicial pela mobilização em torno da segurança nos estádios de futebol, com a realização do Seminário sobre Segurança nos Estádios em março de 2003, em Brasília/DF. A expectativa do Governo Federal, à época, era reverter o quadro de violência em torno do futebol até 2007, ano da escolha do país sede da Copa do Mundo FIFA 2014. Estádios seguros poderiam ser a grande arma brasileira para conquistar o direito de sediar a Copa. Sobre a questão, o então Ministro Agnelo Queiroz afirmou: “A ideia é deixar o Brasil pronto até 2007, com um bom futebol e uma boa estrutura.”⁶⁷

⁶⁶ Lei n. 10.671/03. Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do torcedor e dá outras providências.

⁶⁷ “Ministro abre seminário e defende medidas contra violência nos estádios”. 24 de março de 2003.

In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em:

<<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 24 mai. 2010.

Durante a realização do Seminário de 2003, algumas propostas foram apresentadas pela professora Heloisa Baldy Reis – doutora⁶⁸ em segurança nos estádios – definidas a partir da detecção dos maiores problemas enfrentados pelo Brasil nos estádios de futebol. Para Reis, os problemas englobavam: a falta de infraestrutura; o despreparo dos organizadores dos eventos e da própria Polícia Militar (PM); a banalização da violência pela mídia; e, o descompromisso dos dirigentes dos clubes. A solução apresentada seria delegar responsabilidades aos setores envolvidos no assunto por meio de uma ação conjunta entre o poder público e as entidades de administração do esporte. Ao Ministério da Justiça (MJ) ficaria a tarefa de capacitar uma polícia especializada para lidar com multidões e, juntamente com o ME, elaboraria uma política nacional, criando uma comissão permanente de fiscalização e pesquisa, e assumindo a responsabilidade técnica e financeira na modernização dos estádios.

Ainda de acordo com a proposta, o Ministério da Educação (MEC) deveria elaborar um programa de educação de prevenção à violência a ser realizado durante os eventos esportivos. As Federações e Confederações seriam responsáveis pela organização da venda dos ingressos, da definição de datas e horários adequados ao público espectador, da organização do acesso aos estádios e definição do acesso aos locais da partida. Aos clubes, ficaria a obrigação de nomear um chefe de segurança permanente, registrado por comissão formada por membros do MJ e do ME, garantindo, dentro dos estádios, a separação das torcidas adversárias e a qualidade de todos os serviços oferecidos. Por fim, a PM teria como responsabilidade a fiscalização do transporte de torcedores, da venda de bebidas alcoólicas e do porte de armas ou similares pelos torcedores.

Um documento foi elaborado após o referido seminário: a Carta de Brasília sobre Segurança nos Estádios. O objetivo era encontrar formas de aumentar a segurança nos estádios de futebol brasileiros, o que poderia garantir ao Brasil o direito de sediar a Copa do Mundo FIFA 2014. O então Ministro da pasta de esporte, Agnelo Queiroz, ressaltou que tal possibilidade era real e que o país precisaria

⁶⁸ “Doutora em segurança nos estádios propõe política para o setor”. 24 de março de 2003. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 19 mai. 2010.

apenas se organizar para atender às exigências da FIFA: “A Copa vai ser o auge de todo o esforço da sociedade brasileira de transformar esse instrumento que é o futebol num grande instrumento cultural de promoção não só do esporte em si, mas até mesmo da cultura brasileira para o mundo inteiro⁶⁹.”

Nesse sentido, outras medidas foram adotadas. Por meio de um Ato do Presidente da República, foi criada em janeiro de 2004, a Comissão Nacional de Prevenção da Violência e Segurança nos Espetáculos Esportivos (CONSEGUE)⁷⁰. A criação era o resultado de uma série de seminários sobre segurança nos estádios brasileiros promovidos pelo ME. Àquele Ministério, competia a coordenação e supervisão das ações na implantação de medidas estratégicas de fiscalização para estabelecer uma política nacional de segurança contra a violência nos estádios e locais de práticas desportivas do País. A competência de elaborar propostas de legislação e a regulamentação em assuntos de segurança pública nos setores públicos e privados ficaria a cargo do MJ, por intermédio da Secretaria de Segurança Pública (SSP).

O ME dava, assim, mais um passo a fim de combater a violência dentro e nas imediações dos estádios de futebol do Brasil. A Comissão Paz no Esporte apresentava um projeto que pretendia disciplinar a atuação de torcidas organizadas durante os dias de jogos. A partir de março de 2006, estádios de futebol de São Paulo foram palcos da iniciativa que previam medidas organizacionais e administrativas para coibir o problema.

Segundo o então Ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, a escolha dos estádios de futebol em São Paulo teve como referência o triste saldo de mortes naquele Estado. Durante dez anos, foram registradas vinte e duas mortes em que torcedores foram vítimas de agressões dentro e nas proximidades dos estádios. “O custo que cada órgão envolvido terá é insignificante se comparado à perda de vidas daquelas pessoas que saíram de suas casas para apreciar o espetáculo esportivo e foram

⁶⁹ “Ministro divulga Carta de Brasília sobre violência nos estádios”, 25 de março de 2003. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 07 mai. 2010.

⁷⁰ “Governo cria a Comissão Nacional de Segurança nos estádios”. 21 de abril de 2004. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 17 mai. 2010.

vítimas da violência”⁷¹, argumentou Queiroz, que também presidia a Comissão Paz no Esporte.

A Federação Paulista de Futebol (FPF) lançou, em 2006, na gestão do Ministro Orlando Silva, a Resolução que visava combater a violência dos estádios de futebol. As medidas formam um programa piloto baseadas nas medidas propostas pela Comissão Paz no Esporte, criada pelo ME e pelo MJ. Os objetivos da ação, que posteriormente poderia ser ampliada para todo o país, era a qualificação do espetáculo, o melhoramento do comportamento do público e a inibição e punição de ações que geravam tumultos nas arenas esportivas. Orlando Silva afirmava que o lançamento de tal ação era um momento histórico para o futebol brasileiro: “Estamos no caminho certo de um ciclo virtuoso nos estádios. Essas medidas têm todo nosso entusiasmo e esperamos que esse processo seja coroado com o Brasil sediando a Copa de 2014”⁷². Para o mandatário da pasta do esporte, as sugestões da Comissão Paz no Esporte juntavam as medidas do EDT com a experiência de combate à violência nos estádios de futebol⁷³. Pela proposta do ME, adotadas pela FPF, os clubes teriam uma série de responsabilidades, como cadastrar as torcidas organizadas, instalar sistema de monitoramento, contratar um gerente de segurança, dentre outras ações. Até a identificação por meio de impressão digital estava prevista.

Em 2009, o Governo Federal anunciou medidas para aumentar segurança nos estádios. O Presidente Lula lançou o Projeto Torcida Legal, que prevê medidas para segurança e conforto para os torcedores. As medidas anunciadas prevêem três ações: assinatura do Projeto de Lei nº. 4869/09, que altera o EDT⁷⁴ e tipifica como crimes esportivos ações como tumultos, manipulação de resultados de jogos e venda irregular de ingressos. O projeto conceitua torcida organizada e define as obrigações

⁷¹ “Comissão Paz no Esporte disciplina atuação de torcedores em estádios de futebol”. 22 de fevereiro de 2006. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em:

<<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 17 mai. 2010.

⁷² “Programa piloto implanta ações de combate à violência nos estádios paulistas”. 19 de junho de 2006. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em:

<<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 22 mai. 2010.

⁷³ “Programa piloto implanta ações de combate à violência nos estádios paulistas”. 19 de junho de 2006. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em:

<<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 17 mai. 2010.

⁷⁴ Lei 10.671/2003. Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do torcedor e dá outras providências.

que cada uma delas terá que cumprir, como efetuar o cadastro de todos os associados e membros, por exemplo. Segundo Orlando Silva, Ministro do Esporte:

Esse projeto de lei, na prática, cria uma espécie de direito esportivo penal e incorpora penalidades a determinadas condutas antissociais e que ferem o sentido do esporte. Vejam que de 2003 a 2009, a cada dois meses, em média morreu um torcedor a partir de situações de jogo⁷⁵.

O Decreto Presidencial nº. 6.795/09 determina quais laudos técnicos de vistoria serão exigidos para liberar um estádio para espetáculos com mais de dez mil torcedores. Na referida legislação, destaca-se a apresentação de quatro laudos nas áreas de segurança, engenharia, proteção contra incêndios e condições sanitárias. Caso o laudo de engenharia recomende, será exigido ainda o laudo de estabilidade estrutural. Tem-se ainda um Termo de Cooperação em conjunto com o MJ, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a CBF e o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPJ). O Termo de Cooperação Técnica visa a implantação da política nacional de segurança e prevenção da violência nos espetáculos de futebol. Inclui ainda o cadastramento e monitoramento dos torcedores nos estádios. A ação é o cumprimento de parte das garantias de segurança apresentadas pelo governo brasileiro para a realização da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014.

A Torcida Legal, segundo o Ministro do Esporte Orlando Silva, surgiu do diálogo com os mesmos agentes acordados no Termo de Cooperação do Decreto Presidencial nº. 6.795/09: “Nós acreditamos que o ambiente que se cria no país, a expectativa da realização do maior evento do planeta, que é a Copa do Mundo em 2014 no Brasil, deve nos motivar a interferir em vários planos⁷⁶.”

⁷⁵“Governo anuncia medidas para aumentar segurança nos estádios”. 12 de março de 2009. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 17 jun. 2010.

⁷⁶“Projeto Torcida Legal é lançado no Palácio do Planalto”. 13 de março de 2009. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 17 mai. 2010.

Em 26 de junho de 2010, o Presidente Lula sanciona a Lei que modifica o EDT. A partir dessa data, tumultos e violência nos estádios, cambismo e fraude nos resultados dos jogos se tornam crimes. O Ministro do Esporte, em relação ao tema, destaca: “Eu acredito que o Brasil tem dado passos positivos no que diz respeito em segurança e comodidade nos estádios. O torcedor passa a ser mais respeitado, considerado como cliente⁷⁷.” O responsável pela pasta do esporte ainda atentou para a valorização do futebol brasileiro: “O Brasil é um dos poucos países que fazem do futebol um espetáculo. Por isso, os clubes e o futebol têm que estar mais fortes para a Copa 2014⁷⁸.” De acordo com o então Ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto, uma legislação bem fundamentada mostra-se importante para adequar o país para o Mundial de Futebol. “Nós estamos preparando os estádios e o país com um clima de paz, para que em 2014 o Brasil realize a maior Copa do Mundo⁷⁹.”

Entre as principais mudanças no EDT, estão:

- 1) Violência nos estádios – Com as alterações no EDT, quem promover tumulto, praticar ou incitar a violência, ou invadir local restrito aos competidores em eventos esportivos será punido com pena de reclusão de um a dois anos. Também fica proibido portar, deter ou transportar quaisquer instrumentos que possam servir para a prática de violência. A regra vale para quem cometer os crimes num raio de 5 km (cinco quilômetros) dos estádios ou durante o trajeto de ida e volta do evento esportivo;
- 2) Condições de acesso e permanência nos estádios – A legislação estabelece as condições de acesso e permanência do torcedor no recinto esportivo. O descumprimento das regras implicará na proibição de acesso do torcedor ao estádio. Entre as obrigações, estão: não portar objetos, bebidas ou substâncias proibidas ou suscetíveis de gerar ou possibilitar a prática de atos

⁷⁷ “Lula aprova mudanças no Estatuto do Torcedor para tornar estádios mais seguros em até três anos”. 27 de julho de 2010. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 09 out. 2010.

⁷⁸ “Lula aprova mudanças no Estatuto do Torcedor para tornar estádios mais seguros em até três anos”. 27 de julho de 2010. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 20 nov. 2010.

⁷⁹ “Lula aprova mudanças no Estatuto do Torcedor para tornar estádios mais seguros em até três anos”. 27 de julho de 2010. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 25 ago. 2010.

de violência; consentir com a revista pessoal de prevenção e segurança; não portar ou ostentar cartazes, bandeiras, símbolos ou outros sinais com mensagens ofensivas, inclusive de caráter racista ou xenófobo; não entoar cânticos discriminatórios, racistas ou xenófobos; e não portar ou utilizar fogos de artifício ou quaisquer outros engenhos pirotécnicos ou produtores de efeitos análogos;

- 3) Cambismo – A prática de vender ingressos por preço superior ao da bilheteria também passa a ser crime, com pena de reclusão de um a dois anos e multa. Aquele que fornecer, desviar ou facilitar a distribuição dos bilhetes para venda irregular será punido com prisão de dois a quatro anos e multa;
- 4) Fraude nos resultados de jogos – Outro crime tipificado é a fraude no resultado das partidas. Aquele que aceitar ou oferecer vantagem para alterar ou falsear o resultado de competição esportiva será punido com reclusão de dois a seis anos e multa;
- 5) Monitoramento por imagens – Outra mudança é a ampliação da obrigação de estádios que deverão manter central técnica de informações, conforme proposta do ME. Antes, o limite era de arenas com capacidade para vinte mil torcedores. Com a nova legislação, o limite passou a ser de dez mil torcedores. Os eventos esportivos deverão ter infraestrutura suficiente para viabilizar o monitoramento por imagem do público presente e das catracas de acesso aos estádios;
- 6) Torcidas organizadas – A legislação ainda define como torcida organizada a pessoa jurídica de direito privado, ou existente de fato que se organize para torcer ou apoiar os clubes. As entidades deverão manter cadastro atualizado de seus associados ou membros, e respondem civilmente, de forma objetiva e solidária, pelos danos causados por qualquer um de seus membros. Caso as torcidas não cumprirem o EDT, ficam proibidas de comparecer às partidas pelo prazo de até três anos.

Com o intento de reverter o quadro de violência do futebol brasileiro até 2007, o que possibilitaria ao Brasil sediar a Copa do Mundo FIFA 2014, as ações do Governo Lula para o futebol foram nessa direção. Em 2003, criou-se o EDT e realizaram-se Seminários de Segurança nos estádios para discutir com a sociedade possível saída para a reversão do quadro de violência no futebol. A realização culminou a divulgação da Carta de Brasília sobre segurança nos estádios. Outras medidas foram adotadas, como a criação da CONSEGUE, também conhecida como Comissão Paz no Esporte. Em 2009, tem-se o Projeto Torcida Legal, que prevê medidas para a segurança e o conforto para os torcedores. Em 2010, o EDT foi modificado, com a perspectiva de solucionar um dos principais problemas do futebol brasileiro: a violência existente em torno do futebol, o atendimento da necessidade de normatizar a apreciação dos espetáculos esportivos e a regulamentação das ações daqueles que promovem o espetáculo. Porém, a segurança nos estádios demanda de um conjunto de ações de diversos setores envolvidos (SSP, CNJ, entidades promotoras de eventos), bem como a melhoria na infraestrutura das arenas esportivas que, de acordo com Azevedo (2008), especificamente, na relação de consumo do espetáculo esportivo, tem-se visível a noção de proteção do torcedor, que enseja não apenas a ideia de conforto, garantia de marcação do lugar no estádio, limpeza das instalações, mas de segurança para torcedor.

3.6 Copa do Mundo FIFA 2014

As ações do Governo Lula no campo do esporte, desde o início do seu mandato, dispensaram atenção ao futebol na perspectiva de reestruturá-lo e fortalecê-lo, o que possibilitaria ao país candidatar-se a sediar uma Copa do Mundo FIFA.

Conforme rodízio estipulado por aquela entidade, a edição de sua principal competição em 2014 seria realizada em um país da América do Sul. Em reiteradas manifestações, o Presidente Lula reafirmou a disposição do Brasil em sediar o campeonato. Em encontro com o presidente da FIFA, Lula ratificou o compromisso do governo brasileiro em garantir a infraestrutura necessária para trazer o evento para o Brasil, uma vez que seria de consenso o melhor condicionamento da nação em organizar tal evento do que àquele ocorrido em 1950.

Para o então Ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, o rodízio de continentes-sede, a força brasileira no futebol e o comprometimento do Governo Federal com o cumprimento das exigências da FIFA atestam essa condição: “Tivemos uma conversa amistosa, discutimos alguns projetos e o Presidente Lula reiterou o interesse de termos novamente uma Copa do Mundo no Brasil. Vamos tomar todas as medidas necessárias para ser a sede⁸⁰.” Queiroz ainda destacou que o fato do Brasil sediar, pela segunda vez, o maior torneio de futebol do mundo iria proporcionar um salto de qualidade em toda a infraestrutura ligada ao futebol: “A Copa do Mundo representará grande impulso na melhoria técnica das estruturas ligadas ao futebol e no desenvolvimento socioeconômico do país, gerando milhares de empregos diretos e indiretos⁸¹.”

Devido à desistência da Colômbia, a candidatura do Brasil logo se tornou única. A desistência daquele país se deu sob o argumento da impossibilidade de condições de arcar com os altos custos para adequar o país aos encargos exigidos pela FIFA. Ao se candidatar como país sede, o Brasil foi o único país a contar com apoio da Confederação Sul Americana de Futebol (CONMEBOL) e de todas as Federações da América do Sul, com exceção da colombiana que, com a desistência, passou a apoiar a candidatura brasileira. “A candidatura única do Brasil consolida a posição e a determinação do Governo Federal para trabalhar e preparar as

⁸⁰ “Ministro diz que está convicto de que a Copa 2014 será no Brasil”. 28 de setembro de 2006. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 15 mai. 2010.

⁸¹ “Ministro diz que está convicto de que a Copa 2014 será no Brasil”. 28 de setembro de 2006. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 20 jun. 2010.

estruturas necessárias para a Copa⁸², afirmou o Ministro do Esporte, ao tomar conhecimento da retirada da candidatura da Colômbia para sediar o mundial de futebol.

O Ministério do Esporte e a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) passaram a discutir as atribuições de cada ente envolvido com a organização da Copa e as exigências para a elaboração de um dossiê de candidatura que seria entregue à FIFA. De acordo com o cronograma da FIFA, em dezembro de 2006, os países interessados deveriam apresentar suas candidaturas, orientados pelo Caderno de Encargos encaminhado pela referida entidade aos candidatos reconhecidos, que teriam até outubro de 2006 para preparar um dossiê atendendo todas as obrigações pontuadas.

Ações foram empreendidas no sentido de fortalecer as pretensões do país em sediar o evento. Por meio de Decreto Presidencial, de 1º de Novembro de 2006⁸³, criou-se um Grupo de Trabalho Interministerial para definir a estruturação do país para abrigar o maior evento de futebol do planeta. O Grupo foi formado pelo ME, que coordenaria outros Ministérios envolvidos: MJ, Ministério das Cidades (MCidades), Ministério do Turismo (MTur), Ministério dos Transportes (MT), Ministério da Fazenda (MF), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Ministério das Relações Exteriores (MRE), Casa Civil e Presidência da República. A CBF, que representa o Brasil perante a FIFA, participa como convidado permanente. Cabia a esse Grupo de Trabalho também, a tarefa de discutir as garantias governamentais para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014.

No dossiê de candidatura do Brasil a país sede da Copa, deveriam conter as onze garantias que fazem parte do Caderno de Encargos da FIFA, exigências feitas ao país que pleiteia sediar o mundial de futebol. O Governo brasileiro comprometeu-se cumprir os onze aspectos exigidos pela FIFA.

⁸² “Ministro do Esporte celebra candidatura única do Brasil a Copa de 2014”. 12 de abril de 2007. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 18 mai. 2010.

⁸³ Decreto de 1º de Novembro de 2006. Institui Grupo de Trabalho Interministerial para elaboração de projeto de políticas públicas de competência do Governo Federal, visando à candidatura do Brasil como sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

Ao assinar o termo das garantias, o Presidente Lula defendeu os investimentos feitos em prol da modernização da infraestrutura esportiva para que o Brasil pudesse sediar o mundial de futebol, sob o argumento do “efeito multiplicador” que a realização de uma Copa do Mundo FIFA é capaz de gerar, como empregos e grandes investimentos, por exemplo. Confiante, o ex-mandatário brasileiro acreditava que a experiência da realização dos Jogos Pan-Americanos, em 2007, faria com que o Brasil estivesse credenciado para realizar eventos esportivos de maior envergadura:

Se estamos investindo no Rio de Janeiro, imagina numa Copa do Mundo que mobiliza oito, dez, doze estados. Imagina quantas obras de infraestrutura, imagina quantos palcos para o evento, imagina quanto vai dinamizar a economia brasileira e o desenvolvimento dos estados⁸⁴.

O Ministro Orlando Silva também destacou que todas as exigências apresentadas na carta-compromisso foram pautadas e seriam cumpridas de modo que o país pudesse se qualificar a receber a Copa do Mundo FIFA: “O Presidente Lula é um entusiasta desse projeto e a nossa confiança é a de que a CBF encaminhará um projeto que convencerá o comitê gestor da FIFA de sediarmos após 64 anos, mais uma Copa do Mundo no Brasil⁸⁵.” A seguir, tem-se as garantias apresentadas e os Ministérios responsáveis em atendê-las:

- 1) Permissão de entrada e saída – (MREL);
- 2) Permissão de trabalho – (Ministério do Trabalho e Emprego (MTE));
- 3) Taxas e impostos alfandegários – (MF);
- 4) Isenção tributária – (MF);
- 5) Segurança – (MJ);
- 6) Operações cambiais e bancárias – (MF);
- 7) Procedimentos de *check-in*, alfândega e imigração – (MF e MJ);

⁸⁴ “Brasil assina garantias para sediar Copas de 2014”. 15 de junho de 2007. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 17 mai. 2010.

⁸⁵ “Brasil assina garantias para sediar Copas de 2014”. 15 de junho de 2007. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 18 mai. 2010.

- 8) Direitos Comerciais de exploração e proteção – (MJ; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); Ministério da Cultura (MinC) e Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)).
- 9) Bandeiras e Hinos Nacionais – (MRE);
- 10) Indenização – (Advocacia Geral da União (AGU)) e
- 11) Telecomunicação e tecnologia da informação – (Ministério das Comunicações (MC)).

Preenchidas todas as exigências, o Brasil foi confirmado como país sede da Copa do Mundo FIFA 2014. O anúncio foi feito às 12h30, horário de Brasília/DF, no dia 30 de outubro de 2007, pelo presidente da FIFA, Joseph Blatter, em Zurique (Suíça), na sede da entidade. Logo após o anúncio, o Presidente Lula fez um pronunciamento emocionado, onde declarou:

[...] o país tem uma tarefa incomensurável pela frente, mas que será abraçada por toda a nação⁸⁶.

Vocês verão no Brasil grandes jogadores, a natureza exuberante e grandes estádios, mas o que vai emocionar vocês mesmo, tenho certeza, será o comportamento extraordinário do nosso povo⁸⁷.

O Ministro do Esporte Orlando Silva também se mostrou bastante emocionado com a conquista, mas ressaltou que a hora era de trabalhar.

A Copa do Mundo vai permitir fazer investimentos que mais cedo ou mais tarde o país teria que realizar em segurança, estradas, portos, aeroportos, transporte urbano e qualificar serviços na área de hotelaria, hospitalidade e saúde. Esses investimentos se transformarão em legados, ficarão no país depois da Copa do Mundo⁸⁸.

⁸⁶ “Faremos a melhor Copa da história da FIFA, garante Ministro Orlando Silva”. 30 de outubro de 2007. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em:

<<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 17 mai. 2010.

⁸⁷ “Faremos a melhor Copa da história da FIFA, garante Ministro Orlando Silva”. 30 de outubro de 2007. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em:

<<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 18 mai. 2010.

⁸⁸ “Faremos a melhor Copa da história da FIFA, garante Ministro Orlando Silva”. 30 de outubro de 2007. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em:

<<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 12 mai. 2010.

Durante a apresentação do Brasil, o comandante da pasta do esporte declarou que cento e noventa milhões de brasileiros acompanhavam o anúncio da FIFA:

Nos preparamos 57 anos para isso. Desde então, nos tornamos pentacampeões do mundo e o país passou por transformações profundas. A Copa de 2014 é um projeto nacional num momento em que o país passa por uma fase de desenvolvimento econômico e distribuição de renda⁸⁹.

Ao encerrar, o Ministro citou o escritor Nelson Rodrigues: “Hoje, mais do que nunca, somos a pátria de chuteiras⁹⁰.”

As ações do Governo Federal seguiram no sentido de preparar o país para o mundial de futebol. A próxima etapa era a escolha das cidades sede dos jogos. O processo de escolha das cidades ocorreu em duas fases: na primeira fase, a apresentação do ME e do Comitê Organizador Local (COL) às cidades candidatas sobre os temas gerais da Copa do Mundo FIFA 2014 por meio de Seminário; na segunda fase, a CBF promoveu encontros individuais com os representantes das cidades candidatas para que pudessem expor seus projetos e tirar dúvidas sobre os requisitos do COL e da FIFA para sediar tal evento. Inicialmente, dezoito cidades disputaram a sede dos jogos a fim de definir as doze cidades que sediariam os jogos do mundial de futebol: Belo Horizonte/MG, Brasília/DF, Cuiabá/MT, Curitiba/PR, Fortaleza/CE, Manaus/AM, Natal/RN, Porto Alegre/RS, Recife/PE, Rio de Janeiro/RJ, Salvador/BA e São Paulo/SP.

Em 2008, no Seminário das Cidades Candidatas à Sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014, o Ministro do Esporte Orlando Silva ratificou o empenho do Presidente Lula em fazer tudo o que for de competência do Governo Federal para que tal evento se transformasse em uma das mais bem sucedidas competições na história da modalidade. De acordo com Ministro do Esporte, ser uma cidade sede da Copa do Mundo de Futebol em 2014 poderia levá-la a um patamar de visibilidade mundial, sendo o fato revertido em turismo e infraestrutura, e conseqüentemente,

⁸⁹ “Faremos a melhor Copa da história da FIFA, garante Ministro Orlando Silva”. 30 de outubro de 2007. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em:

<<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 17 jun. 2010.

⁹⁰ “Faremos a melhor Copa da história da FIFA, garante Ministro Orlando Silva”. 30 de outubro de 2007. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em:

<<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 10 mai. 2010.

promover o desenvolvimento da economia local. Em busca destes possíveis benefícios, diversos representantes municipais apresentaram os seus projetos de candidatura no Seminário.

Durante a realização da 1ª Reunião de Prefeitos e Prefeitas das Cidades Sede da Copa de 2014, o Ministro do Esporte declarou que o Governo Federal definiria uma Matriz de Responsabilidades em prol do evento, fixando as tarefas que caberiam a cada ente federado e o cronograma de realização das mesmas, determinando um plano de investimentos privados para 2014 e possibilitando a definição de metas e o acompanhamento das tarefas de responsabilidade dos Governos Federal, Estadual e Municipal. “Agora é hora de cooperação entre todos os envolvidos”⁹¹, afirmou o Ministro do Esporte, acrescentando: “O momento é de um trabalho articulado, cooperado e alinhado, inclusive porque tudo o que for planejado terá repercussão no orçamento de 2010”⁹². No encontro, foram discutidos os principais desafios das doze cidades para sediar o maior evento do futebol mundial.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva validou em outubro de 2009 as condições do financiamento oferecido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a reforma ou construção dos estádios da Copa do Mundo FIFA 2014. O Ministro do Esporte esclareceu as condições do financiamento das arenas:

A linha de crédito de BNDES tem um teto de R\$ 400 milhões por estádio. O banco vai financiar até 75% das obras, com três anos de carência e o prazo de 12 anos para o pagamento. Os juros serão TJLP [Taxa de Juros de Longo Prazo] mais 1,9% ao ano⁹³.

⁹¹ “Ministro se encontra com prefeitos das cidades sede da Copa de 2014”. 30 de junho de 2009. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 17 jun. 2010.

⁹² “Ministro se encontra com prefeitos das cidades sede da Copa de 2014”. 30 de junho de 2009. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 20 jun. 2010.

⁹³ “Presidente Lula valida modelo de financiamento para obras de estádios da Copa de 2014”. 27 de outubro de 2009. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

Orlando Silva também ressaltou que os estádios públicos e privados que sediarão os jogos da Copa do Mundo FIFA 2014 terão as mesmas condições de pagamento. As arenas particulares deveriam apresentar garantias ou agentes de financiamento para obterem o empréstimo. De acordo com o BNDES, nas operações com o setor privado incidiriam as mesmas taxas, acrescidas de *spread* de risco (que varia de acordo com o *rating* de cada cliente).

Para que a sociedade pudesse acompanhar todos os gastos públicos com a realização do mundial de futebol, o ME lançou um portal na *internet* denominado Rede de Fiscalização e Controle da Copa de 2014. O Ministro do Esporte ressaltou que é fundamental que a transparência e a eficiência na aplicação dos recursos públicos sejam os dois pilares da realização de uma Copa do Mundo da modalidade no Brasil. Acrescentou ainda que o CN estaria em sintonia com o Poder Executivo na questão de fiscalização dos investimentos destinados à Copa. “O presidente Lula assinou [...] dois decretos para aumentar a transparência no uso dos recursos público⁹⁴.”

O TCU lançou um modelo de fiscalização de ações relacionadas ao referido evento. De acordo com o Ministro do Esporte, a iniciativa

[...] é mais um sinal de que o Brasil está unido, mobilizado e ativo em torno da preparação Mundial de Futebol. A iniciativa do TCU, junto aos Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios, soma-se a outras igualmente importantes, que visam ampliar a transparência e garantir a fiscalização de cada centavo do dinheiro público que será investido na preparação do país para a Copa de 2014⁹⁵.

⁹⁴ “Ministro participa de lançamento da Rede de Fiscalização e Controle da Copa de 2014”. 15 de dezembro de 2009. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 15 jun. 2010.

⁹⁵ “TCU lança modelo de fiscalização de ações relacionadas à Copa 2014”. 11 de maio de 2010. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 20 jun. 2010.

Em janeiro de 2010, o Governo Federal apresentou à FIFA o PL n.º. 716/2010⁹⁶, que trata de isenções tributárias às empresas que forneçam produtos e serviços na organização e realização da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014. A isenção fiscal dos produtos e serviços envolvidos na realização do Mundial é uma das onze garantias oferecidas pelo Brasil à FIFA. Tal exigência é feita a todos os países que realizam uma Copa do Mundo de futebol. A isenção atingirá todo e qualquer produto e serviço que for necessário para organizar os eventos supracitados. “A FIFA indica as empresas, pois é ela que organiza o evento e contrata a maioria desses produtos e serviços para organização. Portanto, quem escolhe essas empresas, que podem ser estrangeiras ou brasileiras, é a própria FIFA”⁹⁷, explica o assessor especial para o futebol. Sobre a questão, o Ministro do Esporte destaca:

Essa reunião fechou um ciclo de um ano de discussões e negociações do governo do Brasil com a FIFA. Muitas reuniões foram feitas com advogados da Suíça, do Comitê Organizador Local e, sobretudo, com a equipe do Ministério da Fazenda e da Casa Civil⁹⁸.

O PL n.º. 716/2010 foi providenciado em função da legislação brasileira determinar que isenções tributárias só possam ser feitas por meio da edição de uma lei; abrange três das onze Garantias Governamentais propostas pela FIFA como condição inicial para a candidatura do país: n.º. 3 (sobre tarifas alfandegárias e impostos de importação), n.º. 4 (isenções fiscais gerais) e n.º. 7 (procedimentos relativos à imigração, alfândega e *check-in*). Seu texto prevê, assim, a concessão de isenções de tributos federais nessas áreas em favor da FIFA e de outras pessoas jurídicas e físicas, vinculando o benefício às operações relacionadas com atividades essenciais à organização e à realização das duas competições mundiais de futebol em 2013 e 2014.

⁹⁶ Projeto de Lei n.º. 716/2010. Instituem incentivos e benefícios fiscais relacionados com a realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 e dá outras providências.

⁹⁷ “Governo Federal apresenta à FIFA projeto de isenções fiscais para a Copa 2014”. 5 de janeiro de 2010. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em:

<<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 21 jun. 2010.

⁹⁸ “Governo Federal apresenta à FIFA projeto de isenções fiscais para a Copa 2014”. 05 de janeiro de 2010. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em:

<<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 17 jun. 2010.

O Presidente Lula também assinou um Projeto de Lei Complementar (PLC) nº. 579/10⁹⁹, tratando da isenção do Imposto Sobre Serviço (ISS), que é de competência dos Municípios e do DF, e o Decreto que institui o Comitê Nacional de Proteção de Direitos da Copa do Mundo 2014, para proteção da propriedade intelectual e dos direitos comerciais da FIFA no país. As medidas são necessárias para que o Governo Federal possa cumprir os compromissos assumidos junto à FIFA quando da escolha do Brasil como sede das duas competições. São exigências feitas a todos os países que realizam uma Copa do Mundo de futebol.

O PLC para isenção da entidade do pagamento do ISS igualmente foi requisito para a candidatura do Brasil, momento em que os Governos Federal, Estaduais e Municipais das cidades sede dos jogos, bem como o Governo do Distrito Federal (GDF), se comprometeram a providenciar a concessão. Para honrar o compromisso, foram necessárias algumas adaptações legislativas, pois o art. 156 da CF (§ 3º, III) determina que somente mediante lei complementar é possível regular a forma e as condições para eventuais concessões ou revogações, pelos municípios, de isenções, benefícios ou incentivos fiscais, relativos a impostos de sua competência. Além disso, a isenção relativa ao ISS, em particular, exige também a edição de norma autorizativa.

Para deliberar as tarefas que caberiam às três esferas governamentais, o Governo Federal definiu a Matriz de Responsabilidades, que trata das áreas prioritárias das doze cidades que irão receber os jogos da Copa do Mundo FIFA 2014, tais como: aeroportos, portos, mobilidade urbana, estádios e hotelaria. O instrumento tem o objetivo de definir as responsabilidades de cada um dos seus signatários (União, Estado, DF ou Município) para a execução das medidas conjuntas e projetos imprescindíveis para realização do referido evento. A formulação dos documentos foi resultado de reuniões que contaram com a presença dos Ministros pertencentes às seguintes pastas: Esporte, Planejamento, Cidades, Turismo, e governadores e prefeitos das doze cidades sedes da Copa do Mundo

⁹⁹ Projeto de Lei Complementar nº. 579/2010. Dispõe sobre isenção do Imposto sobre Serviços de qualquer natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, à FIFA e outras pessoas, para fatos geradores relacionados com a Copa das Confederações FIFA 2013 e com a Copa do Mundo FIFA 2014 e dá outras providências.

FIFA 2014. O documento foi assinado pelo Ministro do Esporte, por onze prefeitos e doze governadores de cada ente federativo. Além destes, fizeram parte do acordo o São Paulo Futebol Clube, o Sport Club Internacional e o Clube Atlético Paranaense, clubes que possuem estádios privados que poderiam abrigar jogos do Mundial.

Durante a cerimônia de assinatura da Matriz de Responsabilidades, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou o decreto que instituiu o Comitê Gestor do Plano Estratégico das Ações do Governo Brasileiro para a Realização da Copa do Mundo de 2014 – o CGPEAC. Definir, aprovar e supervisionar as ações previstas para a realização do Mundial de Futebol era o objetivo desse novo mecanismo. De acordo com o Ministro do Esporte, Orlando Silva:

Os órgãos integrantes acompanharão a preparação da Copa do Mundo no Brasil. O compromisso das cidades e dos estados é disponibilizar todos os dados de contratos, licitações, prazos para que o governo federal possa dar absoluta transparência, publicidade e publicar estas informações, de modo que a sociedade, imprensa e os órgãos de controle possam acompanhar detalhadamente cada investimento público utilizado na preparação do Mundial de 2014¹⁰⁰.

O comitê é integrado por vinte órgãos do Governo Federal que executarão o Plano Estratégico das Ações do Governo Brasileiro para a Realização da Copa do Mundo de 2014, concretizando o conjunto de medidas governamentais voltados ao planejamento e execução de ações necessárias ao bom desenvolvimento do Mundial. O CGPEAC contará ainda com um grupo de trabalho que vai coordenar e consolidar as ações, estabelecer metas e monitorar os resultados de implementação e execução do Plano Estratégico; será composto pelos ministérios responsáveis pelas seguintes pastas: Esporte, Fazenda, Planejamento e Turismo, além da Casa Civil.

Em maio de 2010, foi instalada a Câmara Temática Nacional de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Copa 2014. Foi a primeira a iniciar as atividades, das nove Câmaras Temáticas previstas no modelo de governança montado pelo Comitê de Responsabilidade para acompanhar os preparativos do evento no Brasil. De

¹⁰⁰ “Lula cria comitê governamental para dar eficiência e transparência à preparação da Copa de 2014”. 13 de janeiro de 2010. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 20 jun. 2010.

acordo com o coordenador da Câmara, o pioneirismo se deveu ao fato dos trabalhos preparatórios na área, iniciados em novembro de 2009, terem sido amadurecidos o suficiente para a largada do diálogo e busca de soluções conjuntas entre as diversas instituições das três esferas governamentais envolvidas.

O Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente (MMA) avaliou que justamente a Câmara Temática Nacional do Meio Ambiente ser a primeira das Câmaras Temáticas a começar a funcionar, “quando historicamente a área era lembrada por último nos grandes projetos”¹⁰¹, sinaliza o quanto a questão ambiental mobiliza a comunidade mundial atualmente. “Nesse contexto, o Brasil, como detentor de um vasto patrimônio ambiental que inclui 12% da reserva de água doce do planeta e variados biomas, tem a grande responsabilidade de promover uma Copa do Mundo diferenciada, inédita, até”¹⁰², defendeu o Secretário-Executivo do referido Ministério, no qual ainda consentia que a cooperação federativa que a Câmara do Meio Ambiente deveria proporcionar seria o principal ingrediente para o sucesso de uma Copa sustentável.

O Assessor Especial de Futebol do ME também destacou a importância do trabalho conjunto, especialmente na área ambiental, para a realização exitosa de um megaevento como a Copa do Mundo FIFA no Brasil:

A preocupação com o tema é crescente e torna ainda maior nossa responsabilidade em garantir a formação de um legado para a população brasileira no caso, de preservação de nosso patrimônio natural e introdução de práticas e inovações que deem continuidade ao iniciado durante a Copa¹⁰³.

¹⁰¹. “Instalada Câmara do Meio Ambiente para a Copa 2014”. 11 de maio de 2010. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

¹⁰² “Instalada Câmara do Meio Ambiente para a Copa 2014”. 11 de maio de 2010. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 08 jul. 2010

¹⁰³ “Instalada Câmara do Meio Ambiente para a Copa 2014”. 11 de maio de 2010. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 08 jul. 2010

E continuou o argumento:

Por isso, a ideia é que todas as ações, projetos e cronogramas definidos pela Câmara Temática sejam também formalizados num anexo específico da Matriz de Responsabilidades da Copa 2014¹⁰⁴.

Uma das maiores preocupações manifestadas foi o licenciamento ambiental das obras prioritárias do referido evento no Brasil. A maior parte dos licenciamentos ambientais envolvidos no evento é de responsabilidade dos Estados, mas o Governo Federal e os municípios também serão demandados. Como a legislação ambiental brasileira é ampla e diversa, e enfrenta um histórico de judicialização, o desafio que se impõe aos participantes da Câmara de Meio Ambiente e Sustentabilidade ao proporem políticas públicas e soluções necessárias na área é mesmo a busca de soluções integradas e, fundamentalmente, dentro dos ordenamentos legais já existentes atualmente.

Em suma, as ações no campo do esporte no Governo Lula se iniciaram com a implantação de programas sociais, apesar da atenção para com o futebol, e culminam com o projeto do país em se tornar sede de grandes eventos esportivos. As primeiras ações governamentais se encaminharam para a atualização do ordenamento legal. Sobre a disciplina da atividade, vale destacar a criação do EDT e do CBJD, com a criação da MP nº. 79, que regulamenta o futebol e finaliza com alteração da Lei Pelé. Em relação à gestão dos grandes clubes de futebol, a meta do Governo Federal seria fortalecer o futebol no país por meio da Comissão de Futebol e *Marketing* Esportivo. A forma financeira para a resolução de tais intempéries era a Timemania, uma loteria criada para sanar a dívida dos clubes de futebol do país. Quanto à segurança nos estádios, a meta seria rever o quadro de violência em torno do futebol; para tanto, criou-se e reformulou-se o EDT, e ainda houve a realização do Seminário sobre Segurança nos Estádios e a criação da CONSEGUE. Visando preparar o país para a Copa 2014, ressalta-se: a importância do Grupo de Trabalho Interministerial, do Seminário das Cidades Candidatas a Sede da Copa do Mundo de

¹⁰⁴ "Instalada Câmara do Meio Ambiente para a Copa 2014". 11 de maio de 2010. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 08 jul. 2010

Futebol de 2014, da Matriz de Responsabilidades, da linha de crédito do BNDES (por meio da Rede de Fiscalização e Controle da Copa), do PL que tratava das isenções fiscais em prol do grande evento futebolístico a ser realizado, do CGPEAC e da instalação da Câmara Temática Nacional de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Copa 2014.

Os documentos institucionais veiculados por meio do portal eletrônico do ME que abordam sobre o futebol na Agenda Governamental no período 2003-2010, demonstraram que o futebol ocupou espaço de destaque nessa agenda, como afirmou o Ministro do Esporte da primeira gestão do Governo Lula, Agnelo Queiroz: “o futebol é uma atividade privada que tem interesse público, por isso, o Estado não pode ser omissor”, sob o argumento de reestruturar e organizar o futebol como meio desenvolvimento país. De fato, uma maior organização do futebol possibilitaria o pleito de sediar uma Copa do Mundo de futebol no país. Com esse intento, a Agenda Esportiva do Governo foi se delineando, tendo como princípio organizador, a Copa do Mundo FIFA 2014.

A modernização da estrutura do futebol brasileiro possibilitaria ao país trazer uma Copa do Mundo da modalidade, como também estaria apto a ser sede de outros grandes eventos esportivos mundiais. Portanto, a agenda esportiva do Governo Lula constitui um novo momento do ciclo de modernização. De acordo com Castellari (2010), quaisquer que seja a explicação sobre o conceito de modernização, ele carrega em si algo que signifique coisa nova, diferente das condições prévias e anteriores, o antes e o depois; a oposição, mesmo que ela seja apenas formal entre tradição e modernidade, deve estar presente. Um dos aspectos mais evidentes desta utilização do conceito ou da compreensão da modernização nas sociedades contemporâneas, é que ele é utilizado nas mais distintas esferas da sociedade como sinônimo de transformações. Quando se conceitua o termo no sentido histórico, sempre se refere ao progresso, a algo que supera a condição anterior e, principalmente, em oposição ao tradicional, que quase sempre está ligado ao tradicional arcaico, algo que se deve superar.

3.7 Economia da Copa

Em 17 de maio de 2010, o Governo Federal informou que faria uma concessão de incentivos fiscais para a construção e remodelagem de estádios para a Copa de 2014. Além disso, as doze cidades apontadas como sede dos jogos da Copa do Mundo FIFA 2014 deveriam ser capazes de conceder a isenção do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre todas as operações envolvendo mercadorias e outros bens para a construção e remodelagem dos estádios.

Segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a Ernst & Young (2010), a realização da Copa do Mundo FIFA no Brasil desenha um novo ambiente, e que poderá proporcionar, com preparo adequado do poder público e da iniciativa privada, inúmeras oportunidades de crescimento. O impacto socioeconômico que o evento gerará para a população brasileira tem diversas dimensões e serão percebidos em função de diversos fatores. Dependerão única e exclusivamente em relação àquilo de que o país consiga aportar, os investimentos e ações necessárias a tempo do evento ser realizado de forma bem sucedida; de que aproveite os legados, transformando-os em bens perenes e que alcance esses objetivos de forma economicamente eficiente, sem dispêndios excessivos, má alocação de recursos ou custos de oportunidade.

A FGV e a Ernst & Young (2010) também destacam que o Brasil deva se preparar desde já para que o evento não seja de apenas alguns dias, mas de muitos anos, deixando um legado positivo para o conjunto da sociedade. E mais importante, que corresponder às expectativas externas em relação ao Campeonato Mundial é criar um ambiente interno para que todas as obras de infraestrutura e os impactos da macro e da micro economia gerem melhores condições de vida à sociedade brasileira.

A Ernst & Young¹⁰⁵, em parceria com a FGV (2010), apresentam um estudo sobre os impactos socioeconômicos que o mundial de futebol causará ao Brasil no período de 2010 a 2014, em função da importância e grandiosidade do evento. O estudo aponta que a Copa do Mundo FIFA 2014 irá impactar diversos setores. Além dos gastos de R\$ 22.460.000.000,00 (vinte e dois bilhões e quatrocentos e sessenta milhões de reais) no Brasil relacionado ao referido evento a fim de garantir a infraestrutura e a organização, a competição deverá injetar, adicionalmente, R\$ 112.790.000.000,00 (cento e doze bilhões e setecentos e noventa milhões de reais) na economia brasileira, com a produção em cadeia de efeitos indiretos e induzidos. No total, o país movimentará R\$ 142.390.000.000,00 (cento e quarenta e dois bilhões e trezentos e noventa milhões de reais) adicionais no período 2010-2014, gerando 3.630.000 (três milhões e seiscentos e trinta mil) empregos-ano e R\$ 63.480.000.000,00 (sessenta e três bilhões e quatrocentos e oitenta milhões de reais) de renda para a população, o que vai impactar o mercado interno. Deverá ocasionar também uma arrecadação tributária adicional de R\$ 18.130.000.000,00 (dezoito bilhões e cento e trinta milhões de reais) aos cofres de Municípios, Estados e Federação. O impacto direto do mundial de futebol sobre o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro é estimado em R\$ 64.500.000.000,00 (sessenta e quatro bilhões e quinhentos milhões de reais) para o período 2010-2014. O estudo ainda aponta que, por ser a competição um evento pontual, uma parte de seus impactos sistemáticos não será permanente, e a continuidade dos impactos positivos dependerá da capacidade dos agentes envolvidos em aproveitar as oportunidades e os legados do evento.

¹⁰⁵ A Ernest & Young é uma empresa de consultoria para gestão e controle de grandes eventos esportivos, com sede em várias grandes cidades brasileiras.

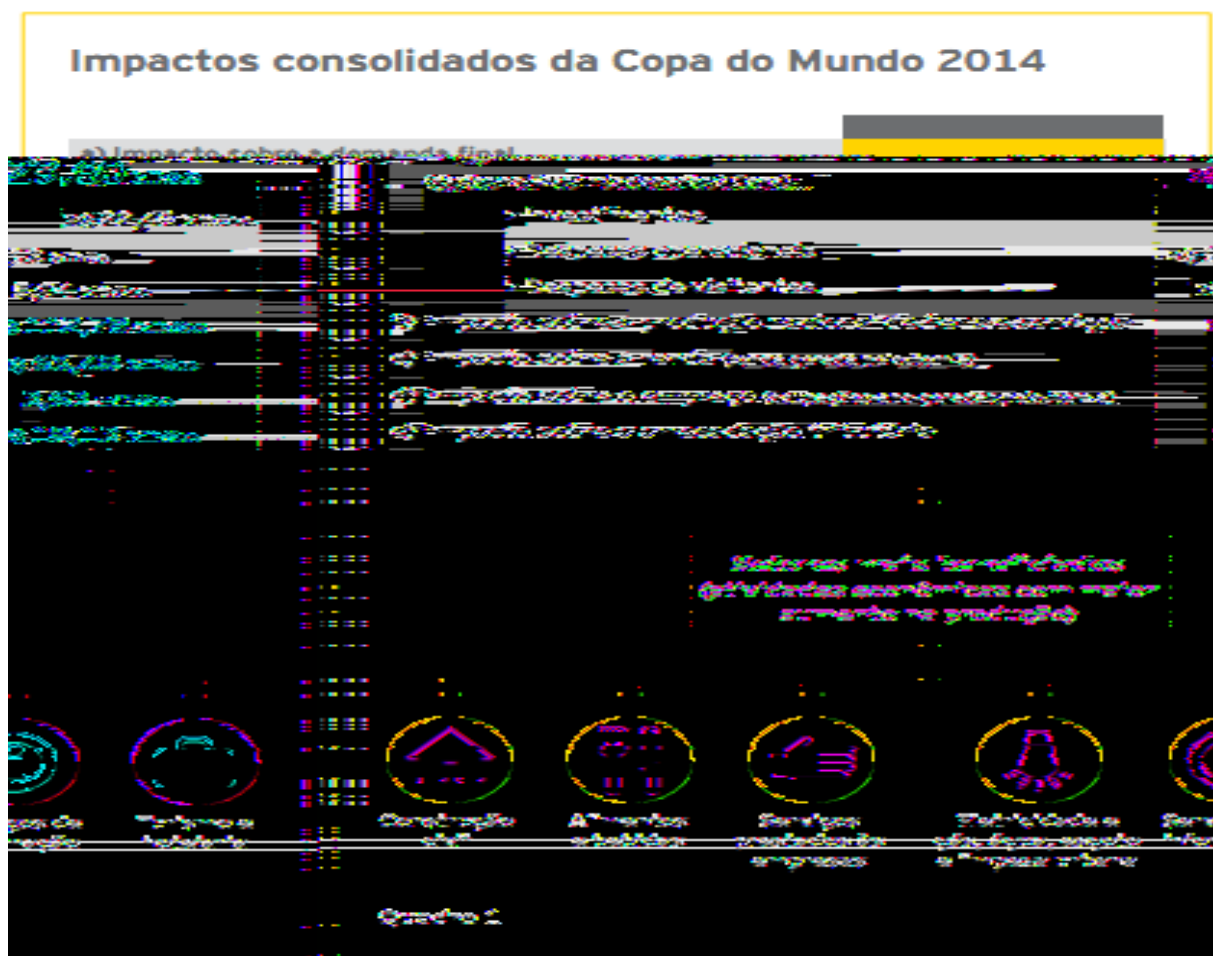


Figura 1 - Impactos Consolidados da Copa do Mundo FIFA 2014

Fonte: FUNDAÇÃO; E&Y (2010).

Ainda no estudo supracitado, os setores mais beneficiados pela Copa do Mundo FIFA devem ser: construção civil, alimentos e bebidas, serviços prestados às empresas, serviço de utilidade pública (eletricidade, gás, esgoto e limpeza urbana) e serviços de informação. Juntas, as respectivas áreas deverão ter sua produção aumentada em R\$ 50.180.000.000,00 (cinquenta bilhões e cento e oitenta milhões de reais). Outros segmentos da economia também obterão vantagens, a exemplo dos serviços imobiliários. Do total de R\$ 29.600.000.000,00 (vinte e nove bilhões e seiscentos milhões de reais) que correspondem aos gastos estimados relacionados ao mundial de futebol (incluindo despesas com visitantes), R\$ 12.500.000.000,00 (doze bilhões e quinhentos milhões de reais) terão como origem o setor público, correspondente a 42% (quarenta e dois por cento), e R\$ 17.160.000.000,00

(dezesete bilhões e cento e sessenta milhões de reais) serão provenientes do setor privado, valor correspondente 52% (cinquenta e dois por cento).

Conforme destaque anterior, o país vem passando por inúmeras mudanças desde 1950, quando foi sede pela primeira vez de uma Copa do Mundo de futebol. De acordo com a FGV e Ernst & Young (2010), o evento naquele momento tinha um outro porte. Competiram dezesseis seleções, disputaram vinte e dois jogos em seis estádios, com um público estimado 1.040.000 (um milhão e quarenta mil) espectadores. A edição de 2006, na Alemanha, contou com a participação de trinta e duas seleções, disputaram sessenta e quatro jogos em doze estádios, e atraiu 35.500.000 (trinta e cinco milhões e quinhentos mil) espectadores. Segundo Gastaldo, (2010) o índice de audiência das partidas do Brasil na referida competição ao longo das décadas vem representando as maiores concentrações históricas de audiência midiática de todos os tempos.

É provável que a Copa do Mundo FIFA 2014 terá dimensões ainda maiores de público e telespectadores, mas terá organização e estrutura semelhantes às copas da Alemanha, em 2006, e da África do Sul, em 2010. Tal evento no Brasil será precedido de outros igualmente importantes, dentre os quais, a Copa das Confederações, que se realizará um ano antes. Será o primeiro megaevento a ser realizado no país antes do mundial de futebol, e servirá como teste para atender as especificações da FIFA.

O estudo em análise indica que um dos fatores que mais motivam um país a sediar a uma Copa do Mundo FIFA é o fluxo turístico proporcionado por tal evento, não só por meio de torcedores que vão assistir à competição, como indiretamente através da exposição na mídia internacional. Porém, a oportunidade de crescimento do turismo deve ser aproveitada por meio de diversos eixos de ação, dos quais no Brasil o mais importante é a remoção de gargalos. A crescente visibilidade do país no cenário internacional na última década não tem sido alavancada pelos setores públicos e privados a fim de gerar um aproveitamento do potencial turístico brasileiro.

O estudo também indica que, caso sejam realizadas as ações necessárias para permitir ao país aproveitar as oportunidades geradas pelo evento de 2014, a

ocasião poderá proporcionar um crescimento de até 79% (setenta e nove por cento) no fluxo turístico internacional para o Brasil em 2014. No período 2010-2014, esse número deve chegar a um total de até 2.980.000 (dois milhões e novecentos e oitenta mil) de visitantes adicionais.

O período de preparação para a competição de 2014 envolve uma série de investimentos em projetos de infraestrutura, obras e edificações, formação de capital humano, aquisição de bens de capital, e ainda, em mídia e publicidade. Partes de tais investimentos serão custeadas pelo Governo Federal, pelo setor privado e pelas instituições associadas à realização do campeonato mundial de futebol.

A preparação adequada das cidades sede para o referido evento tem gerado muitas expectativas, ou seja, se estarão totalmente de acordo com as exigências impostas pela FIFA, no que diz respeito à infraestrutura dos estádios, mobilidade urbana, hotelaria, aeroportos e, principalmente, segurança. As condições turísticas regionais também são responsáveis pelo sucesso do evento, conforme ilustra a figura a seguir.



Figura 2 - Investimentos para a Copa do Mundo FIFA 2014.

Fonte: E&Y/FGV, (2010).

Segundo o estudo da FGV/E&Y, o cenário dos impactos provocados pela Copa do Mundo FIFA não resulta de fatores isolados, mas de um conjunto interligado de fatores. O efeito interligado das ações diretas é evidenciado por uma série de desdobramentos econômicos, sociais e culturais, alguns dos quais – se bem aproveitados – podem ser incorporados de forma duradoura à sociedade. Para análise dos impactos socioeconômicos diretos e indiretos, foram analisados três grupos de ações ou atividades relacionadas ao evento em questão: investimentos, operação do evento e consumo dos visitantes, no qual é possível detalhar:

- Investimentos: atividades de formação de capital visando à Copa do Mundo FIFA, incluindo as que seriam realizadas de qualquer forma, porém, com aportes financeiros e projetos reduzidos ou em um período de tempo mais extenso. Exemplo: construção ou reforma de estádios, expansão do setor hoteleiro, investimentos em infraestrutura dos transportes e outros;
- Operação do evento: preparação e gestão do evento através do COL, dos comitês específicos das cidades-sede e das equipes de segurança; e
- Consumo dos visitantes: compra de bens e serviços por parte dos turistas atraídos ou não pelo evento de 2014.

Os grupos de ações destacados representam fontes de demanda por bens e serviços e, portanto, afetam os setores da economia responsáveis por atender tal demanda. O aumento em aspectos como produção, emprego, renda e arrecadação tributária, são benefícios que, conforme estudos realizados, são considerados impactos diretos. Devido ao caráter interligado da economia, os impactos das ações da Copa do Mundo vão além, e qualquer empresa, para produzir, precisa consumir insumos vindos de outros setores; tal consumo é denominado consumo intermediário. O mundial de futebol da FIFA gera uma cadeia extensa de consequências econômicas, denominadas de impactos indiretos. Sob o ponto de vista social, o debate em torno da competição de 2014, ocorre pautado em torno dos legados, porém, como isso aparece é subordinado a outros aspectos.

3.8 Legados anunciados

De acordo com a Fundação Getúlio Vargas e Ernst & Young (2010), as análises de impactos socioeconômicos não podem estar dissociadas dos aspectos ambientais de um megaevento como a Copa do Mundo FIFA, que costuma servir de espelho para ações futuras. Assegurar o desempenho para o desenvolvimento sustentável nesse tipo de competição global significa contribuir com a redução de custos sociais e ambientais, de ineficiência e desperdícios, além de colaborar com o desenvolvimento da sociedade de forma integrada ao meio ambiente.

A demonstração do desempenho para o desenvolvimento sustentável de um país, estado, cidade ou comunidade requer a definição de um sistema de indicadores que deve ser proposto de acordo com critérios de desempenho pré-selecionados e definidos, fundamentados no cumprimento da responsabilidade socioambiental. O padrão a ser estabelecido pelos participantes na realização da Copa do Mundo FIFA 2014 pode ser definido a partir da análise do escopo de responsabilidade ambiental e social dos estados e das áreas definidas como prioritárias pela entidade organizadora da competição, a partir do evento ocorrido na Alemanha.

Ainda de conforme a Fundação Getúlio Vargas e Ernst & Young (2010), atender ao desempenho definido a partir de um conjunto de princípios, critérios e indicadores exige considerar os impactos nos custos de implementação de programas e políticas públicas e dos processos produtivos e dos respectivos produtos. Se por um lado há um custo para as organizações que assumem atender a sua responsabilidade ambiental e social, por outro há benefícios para a sociedade e o meio ambiente, como por exemplo, a oportunidade para investimento no mercado de carbono.

O estudo aponta ainda uma preocupação com o legado. Os investimentos realizados em função do evento em análise gerarão legados em diversas formas de capital fixo: capital físico (estádios e outras instalações esportivas e de lazer); capital humano (profissionais capacitados em áreas relacionadas à realização e gestão de grandes eventos); capital tecnológico (equipamentos de segurança e telecomunicações); e, capital de marca (exposição internacional do Brasil como destino turístico). Todos os legados apresentados podem continuar gerando bem-estar para a população das cidades sede, e do Brasil como um todo, em um horizonte de tempo que vai muito além da Copa do Mundo FIFA. Porém, depende de uma série de condicionantes, entre elas, a bem-sucedida realização do evento. Entretanto, um evento bem sucedido não é suficiente para garantir os legados supracitados. Faz-se necessário também que o capital formado seja bem conservado, reutilizado e atualizado ao longo do tempo.

Conforme Marchi Júnior e Souza (2010),

[...] o nosso principal “legado” é a entrada “oficial” do Brasil no circuito dos megaeventos esportivos, eles próprios inseridos numa lógica mercadológica de práticas e consumos regidos por leis de oferta e procura da sociedade capitalista (MARCHI JÚNIOR; SOUZA, 2010, p. 248).

A opção por sediar a Copa do Mundo FIFA representa uma decisão de arcar com investimentos significativos, fazendo uso de recursos públicos e privados que poderiam ser destinados a outros fins, tais como: escolas, hospitais, distribuição de renda. Tal opção carrega consigo um custo implícito: o custo de oportunidade.

Segundo a Fundação Getúlio Vargas e Ernst & Young (2010), estudos internacionais apontam que o custo de oportunidade implícito em sediar um megaevento esportivo pode ser significativo. Uma vez que os impactos do evento em si são transitórios, o retorno sobre os investimentos realizados depende criticamente do grau de aproveitamento dos legados pelo país sede. Para que o Brasil alcance o maior retorno social sobre os investimentos e ações da Copa do Mundo FIFA, o referido estudo adverte que estes devem ser realizados de forma eficiente, ao menor custo possível, em termos de recursos e tempo para obter os recursos desejados.

Isso significa realizar obras e ações dentro dos orçamentos e prazos estritamente necessários a fim de garantir produtos de qualidade.

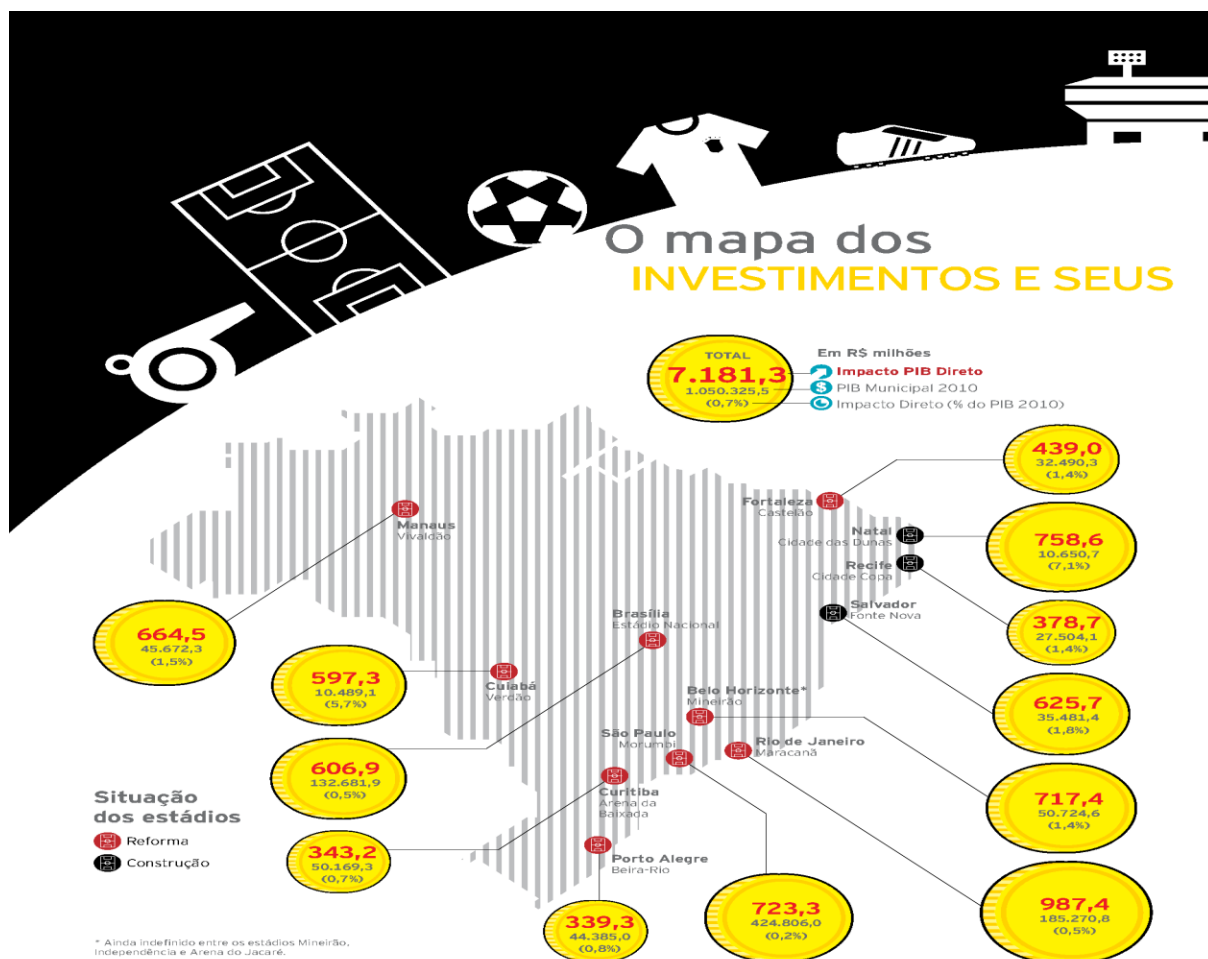


Figura 3 – Mapa dos investimentos.

Fonte: FUNDAÇÃO; E&Y (2010).

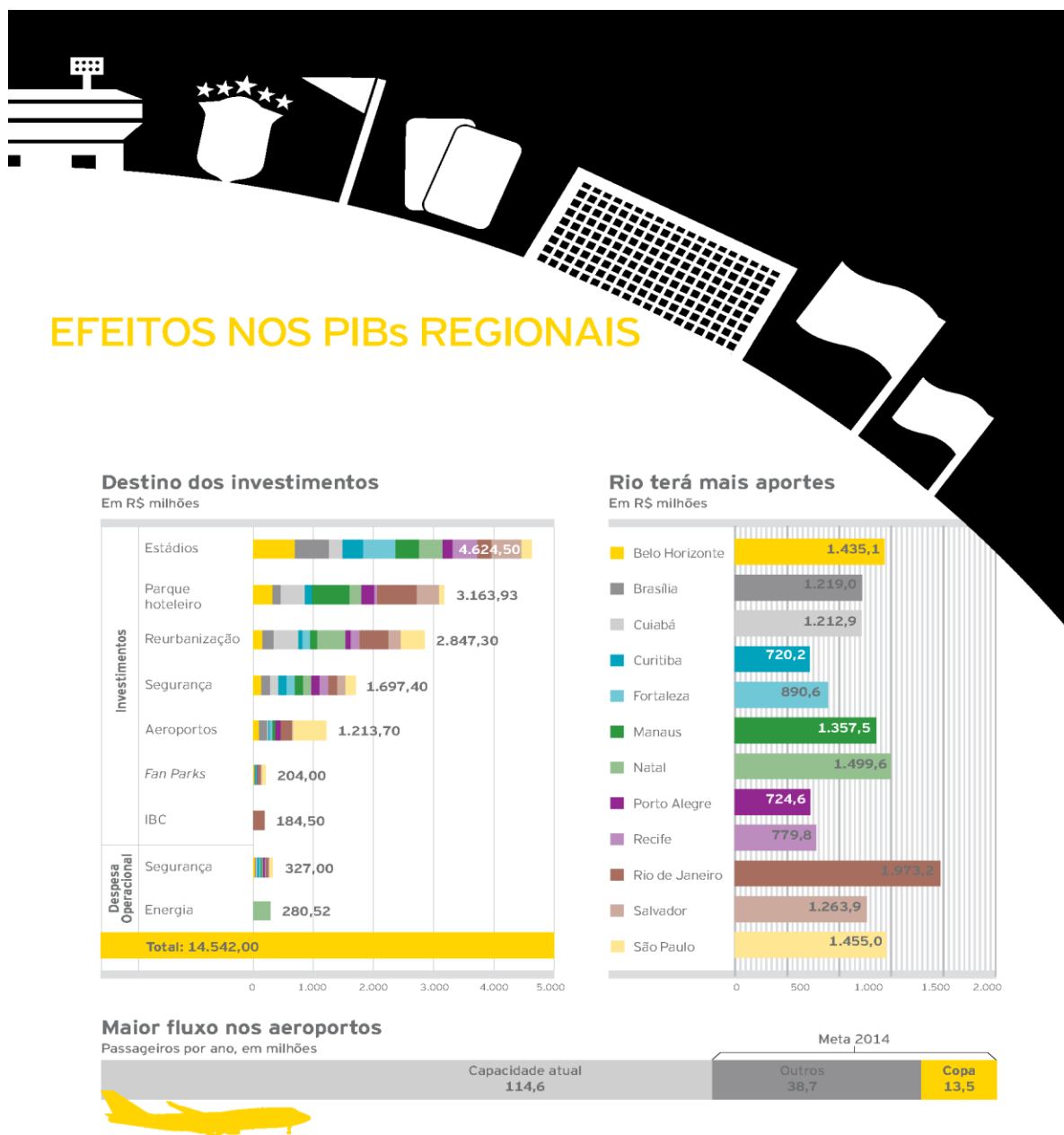


Figura 4 - Efeitos nos PIBs regionais.

Fonte: FUNDAÇÃO; E&Y (2010).

Faz-se importante destacar que a Copa do Mundo FIFA traz com os investimentos em infraestrutura, a atenção a mídia, a movimentação da economia, a mobilização social e os debates sobre intervenção urbana, inúmeras oportunidades para o Governo Federal, para a iniciativa privada e para a sociedade em geral. A Fundação Getúlio Vargas e a Ernst & Young (2010) destacam que tal evento é um marco na história das cidades que o acolhem, o que faz com que sua importância ultrapasse, em muito, a organização e o momento dos jogos. É uma chance real para essas localidades que no Brasil serão em número recorde devido à extensão territorial do país, além de gerar receita para diferentes setores da economia.

Conforme a Fundação Getúlio Vargas e a Ernst & Young (2010):

Em 2014 o País será o centro das atenções de uma mídia que deverá investir R\$ 6,5 bilhões em publicidade e informação associada à Copa do Mundo. É a oportunidade para mostrar ao mundo, que além de samba e futebol, o Brasil tem centros de excelência em pesquisa, desenvolvimento e inovação, uma economia complexa, estável e robusta e cidades modernas e multiculturais. O aproveitamento das oportunidades geradas pela Copa vai depender de se saber identificar essas oportunidades e os desafios a elas associados em alguns grandes tópicos temáticos, cada qual com o seu papel estratégico: governança e planejamento; monitoramento; controle e transparência; gestão financeira; ambiente regulatório; infraestrutura e serviços; capital humano; gestão de imagem; legado e sustentabilidade (FUNDAÇÃO; E&Y, 2010, p. 33).

Estabelecer um adequado processo de planejamento, governança e gestão por meio da elaboração de um plano diretor é o início dos desafios de gestão de atividades relacionadas ao evento em questão, no caso das cidades sede, estruturar a governança, definir o plano diretor e o modelo de gestão são questões essenciais para estabelecer as atribuições de cada instância de governo, além de lograr o cumprimento do conjunto de obrigações assumidas junto à FIFA e ao COL, bem como o que determina a Matriz de Responsabilidades¹⁰⁶.

¹⁰⁶ Documento assinado pelos Governos Federal, Estaduais, prefeituras e clubes cujos estádios receberão os jogos da competição.

3.9 A gestão e a transparência prometida

As atribuições e responsabilidades das cidades sede vão muito além da reforma ou construção dos estádios onde os jogos serão realizados. O cumprimento do conjunto de obrigações será monitorado por diversos agentes, dentre os quais: COL, FIFA, órgãos de controle dos diversos níveis governamentais e CGPEAC, composto por vinte órgãos do governo federal e da sociedade em geral.

Para monitorar a eficiência, o cumprimento do cronograma e transparência na execução das obras, o CGPEAC mostra-se sumariamente importante em tal processo, sendo o responsável pelo Sistema de Apoio ao Gerenciamento e Monitoramento da Copa 2014 (SGMC), uma ferramenta que fará o acompanhamento *on line* das ações nas cidades sede, por meio do Portal da Transparência. Cidades e Estados se comprometeram a alimentar o portal eletrônico com dados dos projetos, licitações, assinaturas de contratos, incentivos fiscais, subsídios, patrocínios, contratação de financiamentos, andamentos das obras.

A Controladoria Geral da União (CGU) implementou o Portal da Transparência para consulta da sociedade geral, dos Tribunais de Contas (TCs) e Governos, em um esforço no sentido de permitir a fiscalização dos gastos por todos os interessados. É um desafio para um país com pouca tradição em expor gastos públicos e responsáveis, o que pode se tornar um legado de valor institucional.

A realização da Copa do Mundo FIFA no Brasil demandará investimentos significativos, tanto dos governos como da iniciativa privada. Desde que o Brasil foi escolhido como sede do evento a ser realizado em 2014, vários cenários vem se desenhando. A realização de Parcerias Público-Privadas (PPPs) para reforma e construção de estádios e investimentos em mobilidade urbana era o modelo previsto até meados de 2009. Porém, tal modelo não se firmou como modalidade de financiamento predominante para os preparativos do referido evento. Ainda em 2009,

foi anunciado que o BNDES disponibilizará recursos para as obras relacionadas ao campeonato mundial de futebol por meio de linha de crédito¹⁰⁷.

Para viabilizar a realização da Copa do Mundo FIFA no país, políticas de isenções fiscais e tributárias farão parte de um conjunto de mudanças que vão compor um novo ambiente regulatório em caráter temporário, como por exemplo, nas regras de imigração, importação temporária e remessa de divisas. Uma gama de legislações estará reunida no que estão sendo chamadas de Lei Geral da Copa, e deverá ser analisada pelo CN até 2011¹⁰⁸, com vista a contemplar exigências feitas por entidades responsáveis pelo evento, dentre as quais: facilidades para obtenção de visto de entrada para as delegações dos países e todos que trabalharão nos jogos; e, isenção tributária para importação e exportação de produtos e equipamentos relacionados às competições.

Segundo a Fundação Getúlio Vargas e a Ernst & Young (2010), a questão do legado proporcionado pelo evento em análise envolve a definição de sucesso do evento, que ganha um contorno específico para cada um dos atores envolvidos. Para os torcedores, a noção de um evento bem sucedido está ligada a serviços com padrão internacional, bem como à apreciação do espetáculo com conforto, segurança e tranquilidade. Para os governos, o sucesso poderá ser medido pelo aumento da arrecadação e geração de riqueza, bem como pelos ganhos de imagem e visibilidade que possam depois ser revestidos em capital político.

¹⁰⁷ “Presidente Lula valida modelo de financiamento para obras de estádios da Copa de 2014”. 27 de outubro de 2009. In: BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisanoticia>>. Acesso em: 17 mai. 2010

¹⁰⁸ O objetivo da proposta é facilitar a adoção de algumas medidas para compatibilizar as exigências da FIFA com a legislação brasileira.

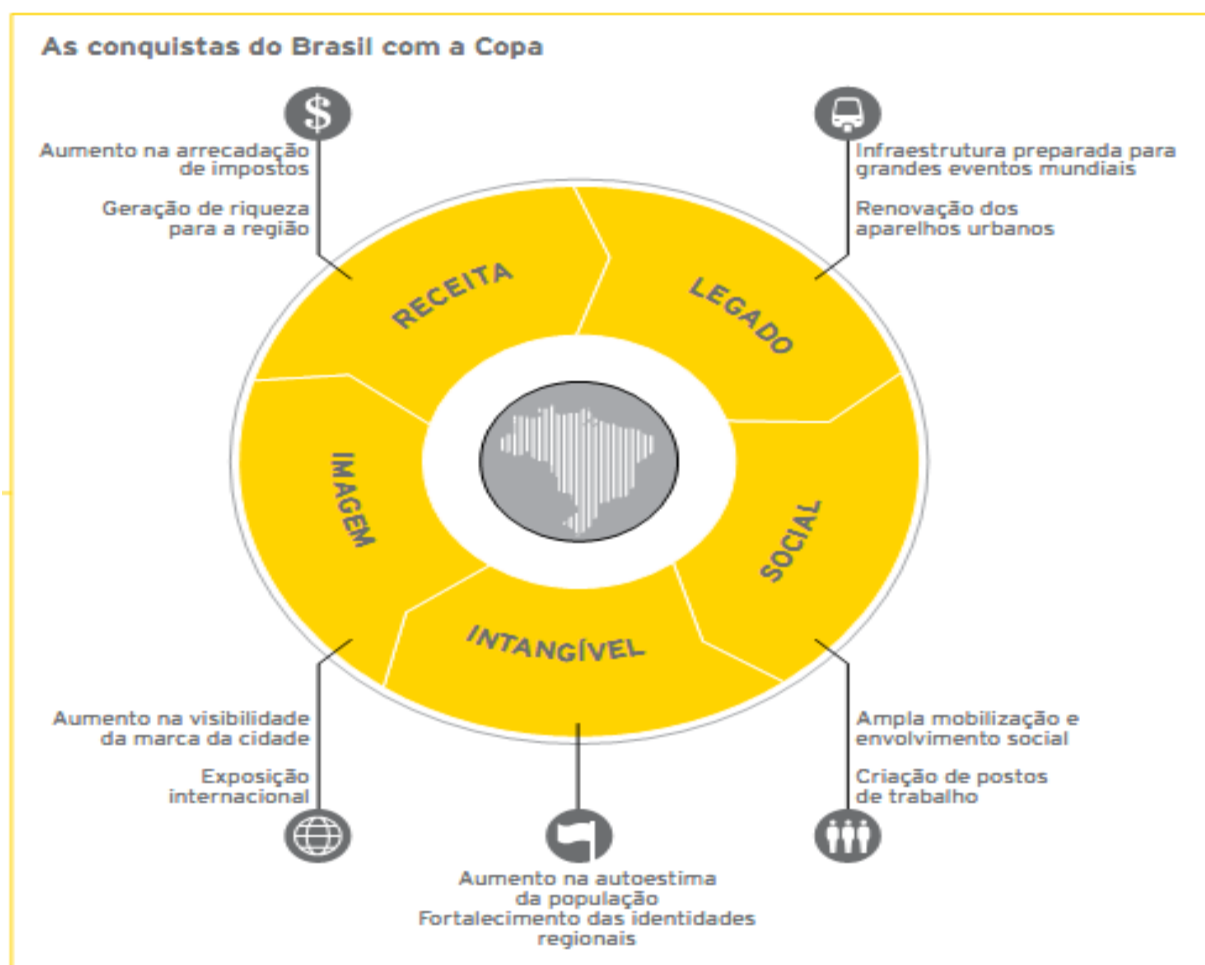


Figura 5 - As conquistas do Brasil com a Copa do Mundo FIFA 2014.

Fonte: FUNDAÇÃO; E&Y (2010).

A gestão da imagem também está relacionada ao legado do mundial de futebol. A imagem será positiva se houver a percepção por parte da população de que o evento deixou um legado importante para a sociedade: o legado físico (como estádios, infraestrutura de mobilidade urbana, telecomunicações, portos, aeroportos, dentre outros) e o legado social (a melhoria da auto-estima do povo que sediou o evento, os ganhos com educação e capacitação que a experiência do mundial e dos empregos temporários proporcionam, as melhorias obtidas com os investimentos em segurança e saúde e a geração de renda causada pelo aumento da atividade econômica).

O referido estudo aponta que, para a sociedade, uma Copa do Mundo FIFA bem sucedida é aquela organizada sem desperdícios de recursos públicos, com gestão transparente e capaz de deixar um legado que justifique o alto investimento, como a infraestrutura que permita a realização de outros megaeventos e a renovação dos aparelhos urbanos. E para os organizadores, o sucesso da realização de tal evento será resultado do êxito em alcançar os objetivos de todos os interessados (torcedores, sociedade, governos), assegurando o pleno atendimento às obrigações assumidas e contribuindo para fortalecer o mundial de futebol como um dos maiores eventos do mundo.

CAPÍTULO 4 – O PRESIDENTE TORCEDOR

Na perspectiva de ampliar a presente análise e enriquecer os dados expostos, foram analisados os discursos articulados pelo Presidente Lula no período 2003-2010, que de alguma forma se reportam ao futebol. As análises foram realizadas também pelo método de análise de conteúdo referenciadas em Franco (2007) e Bardin (2010). O capítulo encontra-se estruturado em quatro partes. Na primeira parte, faz-se uma breve exposição sobre a trajetória de constituição do líder político. Na segunda parte, apresenta-se como o Presidente Lula expressa sua paixão pelo futebol. Na terceira parte, exibem-se a constante declaração de amor ao seu time de futebol. Na quarta parte, expõem-se os posicionamentos do Presidente Lula sobre as unidades de contexto desenvolvidas na pesquisa: disciplina da atividade; gestão dos clubes; financiamento; segurança nos estádios e Copa do Mundo FIFA 2014.

4.1 Do operário Luiz Inácio da Silva ao líder político Lula

Como tantos outros trabalhadores desse país que acalentam o sonho de qualificar-se para inserir-se no mundo do trabalho, Luiz Inácio Lula da Silva inicia a sua jornada de operário qualificado por meio da realização do curso de torneiro mecânico nas instalações do Serviço Nacional da Indústria (SENAI), em São Paulo/SP. A sua luta pela sobrevivência e a busca por melhorias de condição de vida no centro urbano mais industrializado do país, tem início sem que viesse a imaginar que tal caminhada se transformaria numa luta política articulada no movimento dos trabalhadores da indústria metalúrgica. Luiz Inácio, profissional qualificado e com vasta experiência em tantas outras lutas que as adversidades da vida lhe impuseram, elaborava um projeto de vida simples, fruto das suas origens; como alguém nascido no interior do sertão nordestino brasileiro, migrou para a cidade grande, trabalhou e venceu as dificuldades até essa etapa, fato que representava uma grande conquista não apenas para ele, bem como para toda a sua família de origem simples e

humilde, que havia depositado as esperanças e perspectivas de ascensão da condição socioeconômica em que se encontravam.

Luiz Inácio inicia sua carreira como operário especializado do setor metalúrgico na região do grande ABC, em São Paulo. Em tal período, conforme Paraná (2009), aquele operário ainda não tinha consciência de que a busca mais consistente e efetiva pela estabilidade de um emprego, reposição salarial e melhorias das condições de trabalho, poderia vir por meio da organização coletiva dos trabalhadores. Assim, sindicaliza-se e ingressa na luta, inicialmente, de caráter estritamente econômico.

No ano de 1977, durante a campanha de reposição salarial, Lula falava aos cinco mil metalúrgicos reunidos numa assembleia para discutir a perda de 34,1% do poder de compra de seus salários. Em seu discurso, a preservação da ordem instituída é uma das principais bandeiras. Lula ainda demonstra respeito profundo às autoridades, mostra-se um humilde temente a Deus e um fervoroso nacionalista, guiado apenas por seu profundo senso de justiça (PARANÁ, 2009, p. 435).

Durante as greves ocorridas na região do ABC, no final da década de 1970, Luiz Inácio surge no cenário nacional como liderança sindical dos trabalhadores. A partir do movimento grevista de 1978, passa a atuar no cenário político brasileiro, ganha notoriedade nacional e, mais tarde, internacional. Apesar de admitir publicamente não ter qualquer tipo de experiência no comando de greves, assumiu a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema em 1978. Dezoito dias após Lula e sua diretoria ter tomado posse, estourou a primeira greve na indústria automobilística. Lula nunca havia experimentado uma greve; apenas havia acompanhado algumas, sem participar diretamente, não estando ainda nos quadros do sindicato.

Nesse período, o país iniciava um processo a caminho da democracia e aos trabalhadores cabia a responsabilidade de travar a luta da melhor forma possível. De acordo com Paraná (2009), havia uma preocupação assumida pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema de esclarecer ao governo, ao patronato e à opinião pública que as greves dos trabalhadores eram pura e simplesmente reivindicatórias por melhores salários. Devido à proibição pelo governo

das greves políticas, Lula reafirmava o caráter apolítico do movimento. Seu discurso era de que a classe trabalhadora tinha legitimidade para lutar por seus direitos, até então, desrespeitados.

As primeiras greves deflagradas no ano de 1978 pelos trabalhadores metalúrgicos da região do ABC paulista, e suas lideranças, dá origem ao que alguns historiadores denominam de novo sindicalismo. Representantes do novo sindicalismo passam a pressionar por maior abertura democrática no país a fim de que os trabalhadores pudessem ter maior participação e maior consciência dos destinos políticos da nação. Os trabalhadores precisavam tomar suas posições dentro da esfera do Estado e, eles próprios, defender seus interesses (PARANÁ, 2009).

Ainda conforme Paraná (2009), o chamado novo sindicalismo, do qual Lula foi a referência maior, nasceu entre os trabalhadores do setor metalúrgico, o mais moderno da indústria do país, na segunda metade da década de 1970, em um momento marcado pelo arrocho salarial e pela abertura política em processo, que de certa forma, possibilitava o surgimento de novas lideranças e abria perspectivas para a participação popular. O que no início era apenas um projeto de cunho basicamente econômico, de reposição de um já reduzido poder aquisitivo, com o tempo amadureceu e ampliou os seus horizontes. O novo sindicalismo e suas lideranças passaram a fazer parte da cena pública e a confrontar representantes do capital e do Governo a partir da luta pela reposição salarial, consolidando-se também como projeto político global para a classe trabalhadora brasileira, com a constituição inclusive de um partido político identificado com os interesses dessa classe. A partir da luta de caráter estritamente econômico é que as lideranças sindicais, como Lula, se projetam, conquistam um espaço público de maior dimensão e, mais tarde, ocupam os espaços da esfera política por excelência, com a criação, por exemplo, de um novo partido político.

Com experiência e ideologia tão diferentes daquelas das militâncias de esquerda, foram Lula e os trabalhadores que ele representava que paradoxalmente acabaram por chacoalhar os alicerces do modelo econômico com muito mais eficácia que a maioria dos militantes de esquerda (PARANÁ, 2008, p. 436).

De acordo com Paraná (2009), o nascimento de um partido formado por trabalhadores para defender os seus direitos surge com a missão, segundo alguns de seus fundadores, de conquistar a independência política dos trabalhadores num momento de transição política da ditadura militar para a democracia. Tais características conferem ao Partido dos Trabalhadores (PT) um caráter diferenciado em relação a outros partidos da esquerda brasileira. Assim, surge no cenário político brasileiro, como inovação, o PT, formado como uma legenda que pretendia ligar-se à defesa dos interesses da classe trabalhadora e dos marginalizados da esfera política, e também como um partido que se desejava democrático, com instâncias que permitissem a representação efetiva dos filiados por parte da direção partidária.

Lula não é a expressão das esquerdas organizadas contra a ditadura. Mas além de muitas outras coisas é a expressão do fantástico e singular surto de urbanização e industrialização brasileira e da crise dele decorrente. Mas que isso, Lula é a expressão absolutamente complexa e bem acabada da nação brasileira, tão rica em contradições (PARANÁ, 2009, p. 436).

Em meio ao processo aqui exposto, Luiz Inácio Lula da Silva começou a sua carreira de metalúrgico na Região do ABC paulista, como operário do setor metalúrgico, sindicaliza-se, passa a fazer política primeiro dentro, depois fora das fábricas torna-se líder sindical em 1978. Lula exibia a sua declarada desvinculação política associada a mais completa legitimidade entre os seus pares os trabalhadores. Nesse momento, não se imaginava que essa mesma liderança, pouco tempo mais tarde, iria defender o papel político da classe trabalhadora, fundar um partido político e uma central sindical. Em 1980, ajudou a fundar o PT e, já no cenário político fora das fábricas, disputou as eleições presidenciais de 1989, 1994, 1998 e 2002, sendo neste último ano eleito Presidente da República do Brasil, reeleito em 2006, transformando-se num dos maiores símbolos da esquerda brasileira.

4.2 A paixão pelo futebol

Torcedor fanático por futebol desde ainda criança, quando adulto frequentador assíduo das arquibancadas dos estádios de futebol até o ano de 2002, quando se transforma em torcedor ilustre, Luiz Inácio Lula da Silva, ao assumir a Presidência da República do Brasil, mantém a sua rotina de peladeiro de finais de semana. A sua paixão pelo futebol aliada à capacidade de retórica, conseguem cativar a sua audiência como poucos. Durante o seu mandato presidencial, um aspecto do seu discurso se tornou marca que caracteriza tal paixão: as metáforas do futebol utilizadas para comunicar as suas ideias. Essa paixão é expressa com frequência em distintos momentos.

Antes de ser presidente da República, eu sou brasileiro. Antes de ser presidente da República, eu sou fanático por esporte e, dentro do esporte, o futebol. E antes de ser presidente da República, eu sou torcedor, desde muito pequeno, mas não daqueles torcedores que vão ao estádio, porque depois de ter virado presidente da República, nunca mais fui. Aliás, a última vez que eu fui foi no jogo da Seleção Brasileira com o Haiti. Eu era um torcedor daqueles que enfrentavam filas, que tomavam chuva, que, às vezes, ficavam na fila e, quando chegava a minha vez de entrar, não tinha mais ingresso para ser vendido, e ficava tentando subir em algum lugar para ver o jogo por cima do muro. Sou daqueles que já viram o time perder muito, o time ganhar, sou daqueles que iam ao estádio para ver outros times de futebol que estavam vivendo momentos importantes¹⁰⁹.

No intuito de compreender como o Presidente Lula expressa a sua paixão pelo futebol, faz-se importante identificar e analisar quais os valores e noções que informam os termos dos discursos, e quais os desdobramentos para a formulação das políticas no campo do esporte. Foram analisados quarenta e seis discursos proferidos pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva no período 2003-2010, que de alguma forma se reportam ao objeto de estudo aqui exposto e estão disponíveis no portal eletrônico de imprensa da Presidência da República no período de seu governo¹¹⁰. Para a seleção dos discursos no portal eletrônico, utilizou-se

¹⁰⁹ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de sanção da Lei da Timemania - Brasília - DF, 14 de setembro de 2006.

¹¹⁰ Conf. BRASIL. **Presidência da República**. Disponível em: <www.info.planalto.gov.br>. Acesso em: 07 mar. 2011.

também o descritor Futebol, e agruparam-se tais discursos conforme as unidades de contexto anteriormente descritas.

Na análise, foram identificadas as cento e cinquenta palavras que mais aparecem nesses discursos. Dentre as mais proferidas, a palavra “gente” é a que mais aparece: novecentas e seis vezes, reflete a sua forma de se dirigir ao público; a palavra “presidente” aparece trezentos e setenta e quatro vezes, que é quando se refere às suas ações no governo; a palavra “futebol” surge duzentas e noventa e oito vezes, o que indica a dificuldade do presidente em expor suas ideias sem que seja tomado pela emoção e por expressões características de um torcedor. Outra palavra bastante frequente é a palavra “copa”, que aparece cento e oitenta e quatro vezes, o que evidencia uma das metas do Presidente Lula desde o início do seu primeiro mandato, que era pleitear a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 no Brasil. A dificuldade da isenção do torcedor nas falas enquanto Presidente da República surgem também quando este se refere aos times de futebol brasileiros: a palavra “time” aparece cento e setenta e duas vezes. Nesse momento, torna-se inegável a sua paixão pelo time do coração, o Sport Club Corinthians Paulista; a palavra “Corinthians” aparece cento e sete vezes vezes em seu discurso. É importante destacar que o futebol e o esporte não aparecem só como metáfora discursiva, mas como tema de discurso. Na tabela a seguir, tem-se as vinte e seis palavras de significado mais expressivo nesse contexto, dentre as cento e cinquenta inicialmente identificadas.

Tabela 2 – Frequência de palavras nos discursos do Presidente Lula.

Palavra	Tamanho	Quantidade	Percentagem ponderada (%)
gente	5	906	0,82
brasil	6	546	0,49
país	4	411	0,37
munáo	5	397	0,36
presidente	10	374	0,34
futebol	7	298	0,27
companheiro	11	227	0,20
peósoas	7	223	0,20
esporte	7	207	0,19
governo	7	202	0,18
companheiros	12	198	0,18
copa	4	184	0,17
povo	4	178	0,16
time	4	172	0,16
república	9	165	0,15
ministro	8	163	0,15
brasileiro	10	153	0,14
estado	6	151	0,14
cumprimentar	12	146	0,13
brasileira	10	120	0,11
dilma	5	117	0,11
vida	4	113	0,10
corinthians	11	107	0,10
mulher	6	104	0,09
brasileiros	11	96	0,09
lula	4	95	0,09

Tomado pela emoção de torcedor e pela paixão pelo futebol em inúmeras vezes, ao proferir os seus discursos em ocasiões diversas para atender as demandas do Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva deixa de lado o discurso pré-elaborado para estabelecer uma conexão com a temática do futebol, fato evidenciado no trecho a seguir:

Eu queria terminar lendo apenas duas páginas aqui do que estava escrito, porque senão o pessoal que faz o discurso fica achando ruim. Eu acho que se nós tratarmos o futebol brasileiro como patrimônio nacional, eu vou dar um exemplo aqui para o Presidente do Internacional, eu sou simpático, sou torcedor do Internacional, no Rio Grande do Sul, embora seja apaixonado pelo Grêmio, porque eu vi o Grêmio fazer um jogo com o Cruzeiro em que o Grêmio estava perdendo o jogo, eu estava com o Tarso Genro, o que eu vi aquela torcida fazer e o que eu vi aqueles jogadores fazerem dentro de campo! Somente a autoestima é que leva um time a fazer aquilo¹¹¹.

Outra característica frequente nos discursos daquele ex-mandatário brasileiro é exposição das suas preferências por mais de um time, também demonstrada anteriormente no trecho da sua fala. O Presidente Lula transforma-se rapidamente em mais um torcedor de um determinado time conforme o espaço geográfico que ocupa, porém não abandona o seu time do coração.

Então, o futebol é capaz dessas coisas e se as pessoas virem futebol, as pessoas vão sentir o mesmo que a minha mulher sentiu. Por que eu virei torcedor do Vasco da Gama no Rio de Janeiro? Virei torcedor do Vasco por causa do Bellini, por causa do Pinga, por causa do Sabará, por causa do Orlando em 1957. Bem, essas coisas, se mexeram comigo, mexem com qualquer brasileiro que tenha a oportunidade de ver¹¹².

Utilizando-se das metáforas do futebol, Lula consegue unir dois domínios diversos com muita habilidade e com um traço expressivo de torcedor que conhece as arquibancadas dos estádios de futebol. Na passagem apresentada a seguir, o ex-mandatário relaciona o resultado de uma partida de futebol e as reações de diversos tipos de torcedores à política e aos avanços do seu período de governo.

¹¹¹ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de sanção da Lei da Timemania - Brasília - DF, 14 de setembro de 2006.

¹¹² Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de sanção da Lei da Timemania - Brasília - DF, 14 de setembro de 2006.

Então, nessa partida de futebol, eu não tenho dúvida nenhuma de que nós estamos ganhando o jogo de quatro a zero, cinco a zero... E aí, nós temos três tipos de torcedor: nós temos aquele torcedor muito otimista, que acha que era impossível fazer mais, que nós fizemos de tudo, que os gols foram os mais bonitos que já foram vistos dentro do Maracanã e que, portanto, o time não precisa fazer mais nada. Nós temos aquele pessimista, aquele que fica: “Pô, só cinco a zero! Por que não fez 10? Porque não fez 15? Poderia ter feito mais!”. Também não vai acontecer. E aquele que é um pouco o que vocês são: o torcedor forte emocionalmente, mas também forte racionalmente, que vocês estão contentes com o 5 x 0 mas, ao mesmo tempo, acharam alguns gols bonitos, outros mais ou menos bonitos, outros feios, e acham que o time poderia ter feito mais, se não tivesse perdido tanta bola, se não tivesse dado passe errado. A política é um pouco assim. Eu sei que nós fizemos muito, mas eu sei também o quanto falta ser feito neste país. Afinal de contas, você não consegue consertar 500 anos de desmazelo em oito anos, não sei se em 80 [anos]. Mas o dado concreto é que nós provamos que é possível sair do marasmo em que a sociedade brasileira foi colocada durante décadas, décadas, séculos e séculos, onde tudo parecia muito difícil¹¹³.

No gráfico apresentado a seguir, é possível ilustrar como a expressão de torcedor é uma característica acentuada no discurso do Presidente Lula.

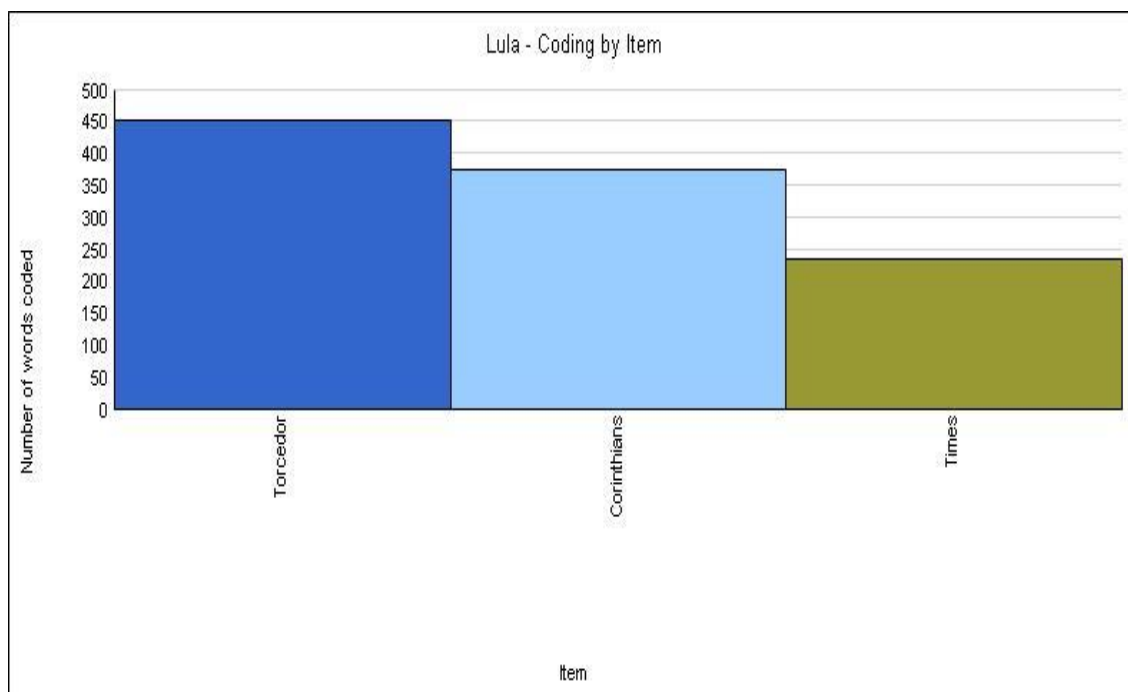


Figura 6 – Lula Torcedor.

¹¹³ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de entrega do Prêmio Nacional de Direitos Humanos e assinatura do encaminhamento ao Congresso Nacional da Convenção Internacional para a proteção dos direitos humanos dos trabalhadores migrantes Palácio do Planalto, 13 de dezembro de 2010.

Ao reportar-se ao tema “futebol”, o Presidente Lula se posiciona primeiro como torcedor, deixando de lado o cargo que ocupava e os reflexos dessa representação em relação ao tema no seu discurso. Além da expressão frequente do torcedor, a declaração do seu time do coração geralmente vem em seguida. Ao referir-se ao futebol como torcedor, o ex-mandatário fazia questão de evidenciar o seu pertencimento clubístico. Os comentários sobre outros times do país também eram muito frequentes em suas falas, o que denota seu envolvimento com esse universo.

4.2.1 A paixão pelo Corinthians

Além de externar em situações diversas a paixão pelo futebol e de fazer uso da metáfora do futebol para expor as suas ideias, outra característica marcante dos discursos do Presidente Lula ao se reportar ao futebol é a declaração do seu amor pelo time do coração, e como as histórias do seu time estão relacionadas às suas histórias de vida, com início lá na infância até o momento atual. A relação futebol e Corinthians permeiam as suas falas nos mais distintos contextos e momentos históricos do seu período de governo.

Eu virei corintiano com o quarto centenário. Eu nem bem sabia o que era futebol, porque tinha vindo de Pernambuco com 7 anos de idade, em 52; em 54 o Corinthians foi campeão e, por conta de tudo o que aconteceu, eu morava em Itapema, Vicente de Carvalho hoje, lá em Santos, e não virei santista nem virei Jabaquara, virei corintiano, em 54. (...) Bom, de lá para cá, o Corinthians faz parte das minhas alegrias, dos meus sofrimentos. Você não sabe Marcelinho, o quanto você me fez sofrer quando você perdeu o pênalti contra o Palmeiras na decisão da Libertadores. Eu estou com 60 anos, foi a única vez que eu pensei que ia ter um enfarte, porque eu não acreditava que aquilo tinha acontecido, mas aconteceu¹¹⁴.

¹¹⁴ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na inauguração do Memorial do Corinthians São Paulo-SP, 27 de janeiro de 2006.

Ainda que Lula faça um esforço para explicar as razões pelas quais surge a paixão pelo Corinthians, o ex-Presidente da República não encontra argumentos que justifiquem tanta dedicação, e não consegue identificar quais foram os fatores determinantes para a escolha do seu time do coração. Segundo Damo (2007), o pertencimento clubístico na origem é constituído por laços afetivos emprestado dos familiares e estão tramados a elementos de ordem econômica, social, cultural e a valores e identidades locais, regionais e nacionais.

Não vem outro no lugar, porque paixão é uma coisa inexplicável. Quando as pessoas se apaixonam por uma coisa, pode colocar dez no lugar que não vai substituir. Está cheio de times criados há muito tempo e que não têm a torcida que têm determinados clubes criados há até menos tempo. Por quê? Porque é uma coisa que marca profundamente uma ligação de paixão entre um ser humano e um clube esportivo¹¹⁵.

Embora esteja claro quando foi precisamente que tudo começou e consiga guardar em sua memória, passagens ocorridas com o seu time em diversos momentos e que marcaram a sua vida, Lula faz uma relação com as vitórias do time e as conquistas no campo pessoal. Sempre que possível, faz questão de relatá-las minuciosamente.

Em 1958, Zagallo, eu tinha 13 anos de idade. Eu me lembro da Seleção Brasileira jogando contra o Corinthians, e me lembro que pelo fato de o Gilmar estar na Seleção, o goleiro do Corinthians era o Cabeção. Eu me lembro da raiva com que eu saí do estádio do Pacaembu, em 1957, quando o De Sordi e a turma dele tiraram o título do Corinthians. Eu me lembro quando o Djalma Santos, quase um herói anônimo na Portuguesa de Desportos, antes de ir para o Palmeiras, fazia espetáculo jogando na lateral direita. Do Pelé eu não vou falar, porque a minha relação com o Pelé é uma relação de amor e ódio. É uma relação de admiração como a coisa mais importante que aconteceu no futebol do mundo, mas ao mesmo tempo foram 15 anos de sofrimento, no período da minha adolescência. Você não sabe o que você poderia ter causado, com a sua turma, com o Zito, com o Pepe, a um jovem esperançoso, de tanto derrotar o Corinthians¹¹⁶.

¹¹⁵ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento da Política Nacional de Esporte - São Paulo-SP, 19 de agosto de 2005.

¹¹⁶ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante solenidade de entrega da medalha Heróis de 1958 a jogadores da Seleção brasileira de 1958 - Palácio do Planalto, 26 de junho de 2008.

O Corinthians tem lhe proporcionado muitas alegrias, e muitas tristezas também. Devido à sua paixão pelo futebol, Lula acompanhou de perto esses momentos, seguindo o seu time onde quer que ele fosse jogar; acompanhou também outros times para ver outros jogos. Nesse trajeto de vida de um torcedor, o Presidente Lula demonstra conhecer de perto todas as dificuldades que um torcedor encontra para ver o seu time jogar: desde as deficiências do transporte público em nosso país até as precárias condições de infraestrutura dos estádios de futebol no Brasil.

Então, eu que sou um cidadão que fazia muito sacrifício para ir a um campo de futebol, saía lá do bairro da Vila Carioca, em São Paulo, na divisa com São Caetano, para ir na Fazendinha ver a Portuguesa de Desportos enfiar 5x1 no Corinthians, com um tal de Mendes, que também só jogou aquele jogo lá e marcou 3 gols contra o Corinthians. Então, eu já sofri, eu sou do tempo em que o meu time era chamado de “faz-me rir” e nunca deixei de ir ao campo de futebol porque eu gostava de ver o espetáculo. E aí, quando jogava um time bom com outro time eu ia ao campo. Eu fui ao Rio de Janeiro, de carro, assistir Botafogo e Palmeiras, quando o Jairzinho acabou com o Palmeiras¹¹⁷.

Em outro momento, Lula retrata essas tristezas e alegrias que o Corinthians tem lhe proporcionado, e reafirma sua fidelidade para com o time. Se o amor ao clube é incondicional, a relação com o time que o representa, em contrapartida, está sujeita a oscilações. Mas é quando o time vence e, sobretudo, quando vence em série e torna-se concorrente a um título, que a paixão inflama (DAMO, 2007).

Eu sou corintiano, e como corintiano eu já tive muitas glórias, mas já tive também muito sofrimento. O Corinthians passou 23 anos sem ganhar um título, o Corinthians passou 11 anos sem ganhar do Santos, e eu sofria, e eu chorava. Eu vi o São Paulo ser campeão do mundo três vezes e o Corinthians, nada. Eu vi o Palmeiras ser campeão da [Taça] Libertadores e o Corinthians, nada, mas eu continuava corintiano¹¹⁸.

¹¹⁷ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de entrega das garantias governamentais à CBF e assinatura da declaração de governo em apoio à realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil - Palácio do Planalto, 15 de junho de 2007.

¹¹⁸ Registro histórico do discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em Foz do Iguaçu (PR) – 02 de setembro de 2010.

As alegrias e tristezas proporcionadas pelo seu time de futebol estão associadas também à capacidade de superação das derrotas no campo político, e que culminam com a vitória do político torcedor no seu campo de jogo político e do seu time no campo de jogo esportivo.

Mas olha, eu vou lhe contar uma coisa: foi o momento, foi o momento... eu já vivi muitas alegrias, já vivi muitas alegrias, já vivi muita tristeza. Eu torço para um time no Brasil, chamado Corinthians, que ficou 23 anos sem ser campeão, eu sofri muito. Eu perdi, Zuma, três eleições, eu perdi três eleições. Cada uma que eu perdia, eu chegava em casa, minha mulher falava: “Ô Lula, você não acha que está na hora de parar, meu filho, não acha?”. E eu notava que os meus amigos também gostariam que eu parasse, viu, Zuma? Eu ficava achando que os meus companheiros também queriam que eu parasse. Mas eu perdia as eleições no mês de outubro, ficava lambendo as feridas entre novembro e dezembro, e quando chegava janeiro, eu tinha que começar a viajar o Brasil outra vez para levantar a moral da tropa, porque se a gente não levantar a moral o pessoal desanima¹¹⁹.

A persistência no campo político que o manteve candidato por quatro eleições, é a mesma persistência que o manteve fiel ao Corinthians sem ganhar um título por vinte e três anos. Essa associação é mais uma vez retratada, em julho de 2010, por ocasião da realização do Fórum Empresarial Brasil-África do Sul, em Johannesburgo, África do Sul.

Eu acredito que todos os times de futebol, a partir dessa experiência bem-sucedida do Corinthians, que eu ainda não tive tempo de visitar porque a visita foi muito corrida. Eu, certamente, vou tomar um domingo do Dualib, num desses dias, e vou passar aqui um domingo inteiro vendo esse memorial, porque eu tenho 60 anos, comecei a ser corintiano em 54, portanto, eu acredito que parte da minha vida está envolvida com os acertos e com os erros que nós, corintianos, cometemos na vida¹²⁰.

Como um torcedor apaixonado, o seu time é o mais importante do país; portanto, é merecedor de toda atenção da mídia e dos telespectadores quando está em cena. Mas essa defesa vai além dos questionamentos de um torcedor, e ele traz à tona uma discussão sobre a comercialização do espetáculo esportivo e as implicações para o consumidor final dessa mercadoria: o torcedor. O Presidente da

¹¹⁹ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento do Fórum Empresarial Brasil-África do Sul - Johannesburgo-África do Sul, 09 de julho de 2010.

¹²⁰ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento do Fórum Empresarial Brasil-África do Sul - Johannesburgo-África do Sul, 09 de julho de 2010.

República torcedor alerta para a defesa dos direitos do torcedor e ao acesso livre ao espetáculo por meio da mídia. É a fala de alguém que vivenciou as restrições impostas ao torcedor pela mercantilização do futebol.

Esses dias, eu fiquei pensando: aqui em Brasília estavam jogando Corinthians e Palmeiras, e estavam jogando um time, o Flamengo e um time do Rio de Janeiro. Obviamente que eu não entendo porque a TV aberta que transmitiu o jogo não transmitiu o Corinthians e Palmeiras, que era um clássico infinitamente mais importante para o Brasil... (...) Pois é, as pessoas têm que lembrar, também, que as pessoas que estão em casa gostam de ver coisa boa. Se estão jogando Flamengo e Vasco, Flamengo e Fluminense, são clássicos que merecem ser passados. Mas se você tem a rivalidade histórica de um Corinthians e Palmeiras, não tem sentido passar apenas na TV paga. Isso é respeito ao torcedor. É garantir que a pessoa pobre, que mora lá na Favela de Paraisópolis, lá no Morumbi, perto do campo do São Paulo, tenha o direito de ver o jogo mais importante do seu time na TV aberta. Não, hoje ele não vê. Se ele não tiver TV a cabo, ele não vê. Cadê o respeito ao torcedor? Como é que a gente vai fazer com que as crianças tenham bons exemplos, se a gente não mostra para elas os bons exemplos dos estádios de futebol?¹²¹

Embora a sua agenda como Presidente do Brasil não lhe permitisse acompanhar a atuação do seu time nas arquibancadas dos estádios de futebol, como em outros períodos da sua vida ou como telespectador no período do seu governo, o Presidente Lula encontra formas de manter-se informado sobre o desempenho do time nas partidas e acredita que sua torcida poderá interferir no resultado do jogo. A dedicação ao time por mais de meio século é recompensada também através das glórias e por meio da posição em que o time ocupava no cenário esportivo nacional naquele momento. O torcedor mais ilustre externa sua satisfação nas festividades em comemoração ao centenário do seu time do coração:

Eu só quero que vocês saibam o seguinte: eu fico lisonjeado, estou muito orgulhoso de poder ver o Corinthians completar 100 anos. Eu, que há mais de meio século torço para o Corinthians, comecei a torcer para o Corinthians em [19]54, portanto, já faz 56 anos que eu estou torcendo para o Corinthians, ou seja, metade da minha vida... Metade da minha vida, ó! Eu estou com 64 anos, ou seja, a minha vida inteira eu fui corintiano. Aguentei o período “faz-me rir”¹²².

¹²¹ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de assinatura de atos referentes ao Estatuto do Torcedor - Palácio do Planalto, 13 de março de 2009.

¹²² Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de homenagem por ocasião das comemorações do Centenário do Sport Club Corinthians Paulista - São Paulo - SP, 31 de agosto de 2010).

Satisfeito com as suas vitórias no campo político e feliz com a atuação do seu time, Lula reafirma com frequência a sua fidelidade pelo seu querido Corinthians; mais uma vez associa a posição política do Brasil no cenário internacional ao espaço que o seu time deveria ocupar no cenário internacional do futebol. Conclama os dirigentes do clube a buscarem essa equivalência e ressalta a necessidade de priorizar algumas metas para que esse objetivo seja alcançado. A fidelidade pelo Corinthians e a preocupação em equiparar a posição do time no cenário internacional do futebol à posição ocupada pelo país no cenário político internacional vão, de certa forma, interferir na tomada de decisões na política esportiva no período de seu mandato presidencial.

Quero dizer que hoje vamos comemorar à noite, o Dia Internacional da Diáspora. Vamos lá na comunidade judaica, mas quero dizer que saio daqui fazendo jus ao hino do nosso querido Corinthians. Saio daqui mais corinthiano do que entrei e tenho certeza de que o Corinthians precisa, Dualib, se preparar para a Libertadores da América, nós precisamos arrumar o que precisa arrumar, porque toda vez em que a gente vai disputar um título internacional, a gente confunde um jogo importante com um jogo pequeno, aqui. Vamos priorizar, priorizar e priorizar, porque o Corinthians precisa ocupar o espaço internacional no futebol, que o São Paulo ocupa hoje, que o Brasil ocupa na política, mas que o Corinthians pode ocupar no futebol. Meus parabéns a todos os conselheiros e conselheiras do Corinthians, e que Deus continue ajudando o nosso Corinthians¹²³.

4.3 O Presidente

Na condição de Presidente da República do Brasil, no período de 2003 a 2010, Luiz Inácio Lula da Silva, desde o início fez questão de esclarecer que antes de ser Presidente, ele era torcedor, fanático por esporte e, especialmente, por futebol. Foi com a determinação de um torcedor apaixonado que o Presidente Lula adotou importantes ações no campo esportivo, dentre elas, a transformação do Estado em principal parceiro do futebol no país. Iniciou tais ações criando um Ministério para tratar especificamente do esporte, retoma o diálogo com a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), adota medidas de recuperação dos clubes, atualiza o ordenamento legal e inicia um processo de promoção do país

¹²³ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na inauguração do Memorial do Corinthians - São Paulo-SP, 27 de janeiro de 2006.

perante o mundo, por meio da decisão em sediar a Copa do Mundo FIFA 2014. Sobre essas decisões, ele argumenta:

Eu tenho dito que nós somos feitos para enfrentar desafios enormes. Tem muita gente que tem vergonha de falar isso, tem muita gente que não gosta de falar. Eu acho o seguinte: eu acho que o nosso povo gosta e respeita que a gente faça as coisas certas. E vamos tomar uma atitude de recuperar todo o esporte¹²⁴.

Em 2005, no lançamento da Política Nacional do Esporte (PNE), o Presidente Lula ressalta a necessidade estatal sobre a existência de uma política para o esporte, em especial, aquela que trataria especificamente do futebol, fazendo uma defesa em prol do salvamento dos clubes. O fato aponta para a sua relação para com o futebol e para a atenção especial que é dispensada à modalidade em seu governo.

Por ocasião do lançamento do Programa Bolsa-A atleta em 2005, o Presidente Lula destaca as medidas já adotadas em seu governo, com o intuito de salvar os clubes e, conseqüentemente, apoiar o futebol brasileiro.

Também não deixamos de apoiar nossa grande paixão brasileira, o futebol, seja através de dispositivos legais como a Lei da Moralização e o Estatuto do Torcedor, seja através da Loteria Timemania, encaminhada ao Congresso Nacional, que propicia condições aos clubes para que possam quitar suas dívidas, em especial com os cofres públicos¹²⁵.

Em nome da representação do futebol para o povo brasileiro, Lula busca justificar as ações e os desdobramentos para a formulação de políticas para o futebol no país.

¹²⁴ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da 1ª Conferência Nacional do Esporte - Teatro Nacional - Brasília-DF, 17 de junho de 2004.

¹²⁵ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no lançamento do Programa Bolsa-A atleta Palácio do Planalto, 25 de julho de 2005.

Nós criamos o Bolsa-Atleta para ajudar a financiar um conjunto de atletas que vai mostrar as coisas do Brasil pelo mundo afora. Ainda não é tudo o que nós queremos fazer, mas já começamos a fazer. Nós criamos o Estatuto do Torcedor Brasileiro, depois criamos a Timemania, depois conseguimos a Lei de Incentivo Fiscal, e tudo isso por uma razão: eu acho que o futebol no Brasil é mais do que um esporte. Eu acho que o futebol está impregnado na alma e na consciência do brasileiro quase na mesma proporção do ar que a gente respira. Isso está em nós, está dentro de nós. Então, eu tenho uma preocupação constante de como melhorar os times no Brasil¹²⁶.

Ao assinar o Termo de Garantias para realização da Copa do Mundo FIFA 2014 no Brasil, Lula reafirma a responsabilidade do Estado em salvar os clubes de futebol. Consequentemente, ao sediar o campeonato mundial de futebol, oportunamente o Estado estaria organizando o futebol no Brasil, considerando os aspectos legais, de infraestrutura, econômicos, administrativos e sociais em um país que o tem o futebol como referência do seu povo.

Bem, é isso, só para mostrar as minhas inquietações com o esporte, que é a maior paixão deste País. Eu acho que nós precisamos cuidar dele com muito carinho. É muito fácil o governo dizer que os problemas são dos clubes, é muito fácil dizer que o problema é tornar os clubes empresariais, é muito fácil dizer muita coisa. O dado concreto é que nós temos um problema na mão, que não é de nenhum individualmente, é de todos nós, e nós precisamos, juntos, assumir responsabilidades para salvar este patrimônio do Brasil chamado futebol¹²⁷.

Sensível à causa do esporte no país, o Presidente Lula reconhece a importância e a necessidade de uma pasta exclusiva para tratar do esporte no Brasil, que vinha sendo até então um apêndice de outros Ministérios – modo como o mesmo se referiu à tal relação de dependência. Reconhece ainda a dimensão do esporte e associa essa dimensão à grandiosidade do Brasil e às especificidades que demandam uma atenção e dedicação específica ao esporte no país.

¹²⁶ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante solenidade de entrega da medalha Heróis de 1958 a jogadores da Seleção brasileira de 1958 Palácio do Planalto, 26 de junho de 2008.

¹²⁷ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de entrega das garantias governamentais à CBF e assinatura da declaração de governo em apoio à realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil - Palácio do Planalto, 15 de junho de 2007.

Eu nunca entendi e nunca consegui entender porque tínhamos um Ministério do Esporte e do Turismo juntos. São duas coisas tão distintas e tão importantes para o Brasil, que cada uma delas merecia uma Pasta especial. Até porque todo mundo sabe que o turismo é uma das grandes fontes geradoras de empregos e riquezas, no mundo de hoje. E não era possível que ele fosse um apêndice do Ministério do Esporte. E o Esporte, porque é o que vocês sabem que é. E não poderia ser um apêndice do Ministério do Turismo. Então, era preciso criar duas pastas distintas e nós criamos. Mas, muitas vezes, no Brasil, as pessoas têm facilidade em fazer julgamentos precipitados. Ou seja, dizem que a criança é feia antes de a criança nascer. Diziam que nós tínhamos muitos ministérios porque criamos alguns ministérios que era preciso criar, neste país. Era preciso alguém que se preocupasse só com o esporte, alguém que conseguisse passar 24 horas por dia juntando todos os cacos de gente, de pessoas que, neste país, pensam o esporte e tentar dar ao esporte a dimensão que, na prática, o Brasil já tem¹²⁸.

Ao falar das políticas já implementadas em seu governo, o Presidente Lula explica que se utiliza constantemente do trecho “pela primeira vez no Brasil”, ao fazer referências às ações em curso no seu mandato presidencial, dado ao ineditismo das políticas implementadas nesse período. Tais políticas são consideradas simples ações, facilmente de serem realizadas.

No meu governo, o esporte com foco na inclusão social é uma prioridade e uma questão de Estado. Para isso criamos o Ministério e estamos, agora, realizando esta Conferência. Pela primeira vez no Brasil o esporte e o lazer estão sendo tão amplamente discutidos por toda a sociedade. Eu queria fazer um parêntese aqui, nesse “pela primeira vez no Brasil”, porque, Nuzman, toda vez que nós falamos “pela primeira vez no Brasil” muita gente acha: “Mas porque que o Lula fala tanto “pela primeira vez”? Porque é pela primeira vez. Porque são coisas tão óbvias, que nunca foram feitas, que nós somos obrigados a dizer: “Pela primeira vez está sendo feita, no Brasil, determinada coisa”. São coisas simples. As coisas difíceis, todo mundo pensa em fazer. As coisas fáceis, aquelas que, na verdade, mexem conosco diariamente, não têm tanta importância. Por isso, em muitas coisas que nós estamos fazendo, eu sou obrigado a dizer: pela primeira vez no Brasil isso acontece. É tentar fazer o simples, porque o difícil é difícil¹²⁹.

Lula destaca o fato de que, pela primeira vez no Brasil, em seu governo o esporte foi transformado em política de Estado, em política pública; evidencia também a forma democrática que possui ao dialogar com os atores desse contexto, independente da posição que eles ocupam no cenário esportivo nacional.

¹²⁸ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da 1ª Conferência Nacional do Esporte Teatro Nacional - Brasília-DF, 17 de junho de 2004.

¹²⁹ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da 1ª Conferência Nacional do Esporte - Teatro Nacional - Brasília-DF, 17 de junho de 2004.

Possivelmente, o Nuzman já seja dirigente esportivo no Brasil há muito tempo, e eu ousou dizer, na frente dele, que eu não sei se já houve qualquer outro momento da história do Brasil, momento em que o esporte foi transformado em política de Estado, em política pública, em que não recebemos os atletas aqui para comemorar uma vitória nas Olimpíadas ou não recebemos uma Seleção apenas para comemorarmos uma vitória na Copa do Mundo, não recebemos aqui um lutador de boxe que ganhou o título mundial. Aqui nós recebemos aqueles que ainda sequer foram transformados em profissionais. Aqui nós recebemos os derrotados junto com os vencedores, sem dar a importância de que o que ganhou é melhor do que o que perdeu, porque também, embora tenha gente mais competente do que outra, a verdade é que as vitórias podem ser circunstanciais e, muitas vezes, a derrota também é circunstancial por conta de um determinado problema, em um determinado momento¹³⁰.

Em outro momento, Lula ressalta a importância da participação da sociedade na elaboração de propostas políticas para o esporte no Brasil. A participação solicitada contou com a representação de todas as esferas governamentais do Brasil e da sociedade esportiva organizada de todas as regiões do país.

Criamos políticas nacionais para o esporte, das quais o programa Bolsa-Atleta é apenas uma de suas pontas mais visíveis. E fizemos isso ouvindo a sociedade de forma intensa. Em junho do ano passado realizamos em Brasília a primeira Conferência Nacional do Esporte. Ela foi o ponto culminante de um processo no qual foram realizadas 60 conferências municipais e 116 regionais, envolvendo 2.500 municípios e a participação direta de mais de 83 mil pessoas¹³¹.

O Presidente Lula, durante seu mandato, acaba transformando o futebol em política de Estado, ressaltando sua paixão pelo futebol e a representação social do futebol para o povo brasileiro. Ao defender a modernização dos clubes no país, Lula apresenta uma visão empreendedora, com a perspectiva de transformar o futebol brasileiro em uma mercadoria a ser comercializada internacionalmente, e como negócio com potencial de geração de receita no mercado interno.

¹³⁰ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no lançamento do Programa Bolsa-Atleta - Palácio do Planalto, 25 de julho de 2005.

¹³¹ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da 1ª Conferência Nacional do Esporte Teatro Nacional - Brasília-DF, 17 de junho de 2004.

E nós sabemos o potencial que o futebol brasileiro tem, não apenas no despertar da paixão do povo brasileiro, mas a paixão que o futebol brasileiro tem como instrumento de produção de riqueza para este país, se nós soubermos trabalhar a imagem do nosso futebol e dos nossos atletas em um mercado multimilionário que, possivelmente, nós ainda não aprendemos a participar dele com a grandeza que nós merecemos¹³².

O discurso sobre a importância do futebol para a economia do país vai ganhando destaque ao longo da Era Lula, na maioria das vezes como justificativa para a recuperação do futebol brasileiro, como garantia dos direitos ao lazer e como resultado da dedicação à causa e trabalho de quem conhece de perto todos os empenhos desse futebol.

Mas, é um dia gratificante para mim, Andrés, poder estar aqui na sede do Corinthians, em uma festa do futebol brasileiro, onde os companheiros dirigentes do esporte brasileiro estão reconhecendo não o trabalho de um homem, mas o trabalho de uma equipe. De uma equipe que levou em conta a importância do futebol para a nossa economia; de uma equipe que levou em conta o que representa o futebol para o lazer e o divertimento de milhões e milhões e milhões de brasileiros e brasileiras; de uma equipe que entendeu que, em vez de ficar apenas falando, era melhor ficar trabalhando para que a gente pudesse recuperar o prestígio do futebol brasileiro. (...) E, possivelmente, só poderia fazer isso uma equipe de governo, junto com um presidente da República, que conhecesse as arquibancadas dos clubes e dos campos de futebol do seu país. Só poderia agir assim um presidente da República e uma equipe de ministros que tivessem assistido a um jogo de futebol na Fazendinha, ou que tivessem assistido a um jogo de futebol no tempo em que o Palmeiras era chamado de Academia, no Jardim Suspenso, no Parque Antártica, ou alguém que teve o privilégio que eu tive de ver o Corinthians ser campeão em 1977 contra a Ponte Preta, no Estádio do Morumbi, ou alguém que pudesse assistir o Botafogo ganhar do Palmeiras no Maracanã, ou assistir um Fla-Flu, ou ver o Corinthians, em 1976, invadir o Rio de Janeiro com 80 mil pessoas para disputar com o nosso querido Fluminense, presidido por um pernambucano de Garanhuns e que...¹³³

A seguir, tem-se uma apresentação gráfica sobre como os temas relacionados ao futebol brasileiro estão presentes no discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

¹³² Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento nacional da Loteria Timemania - Palácio do Planalto, 04 de maio de 2005.

¹³³ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de homenagem por ocasião das comemorações do Centenário do Sport Club Corinthians Paulista - São Paulo - SP, 31 de agosto de 2010.

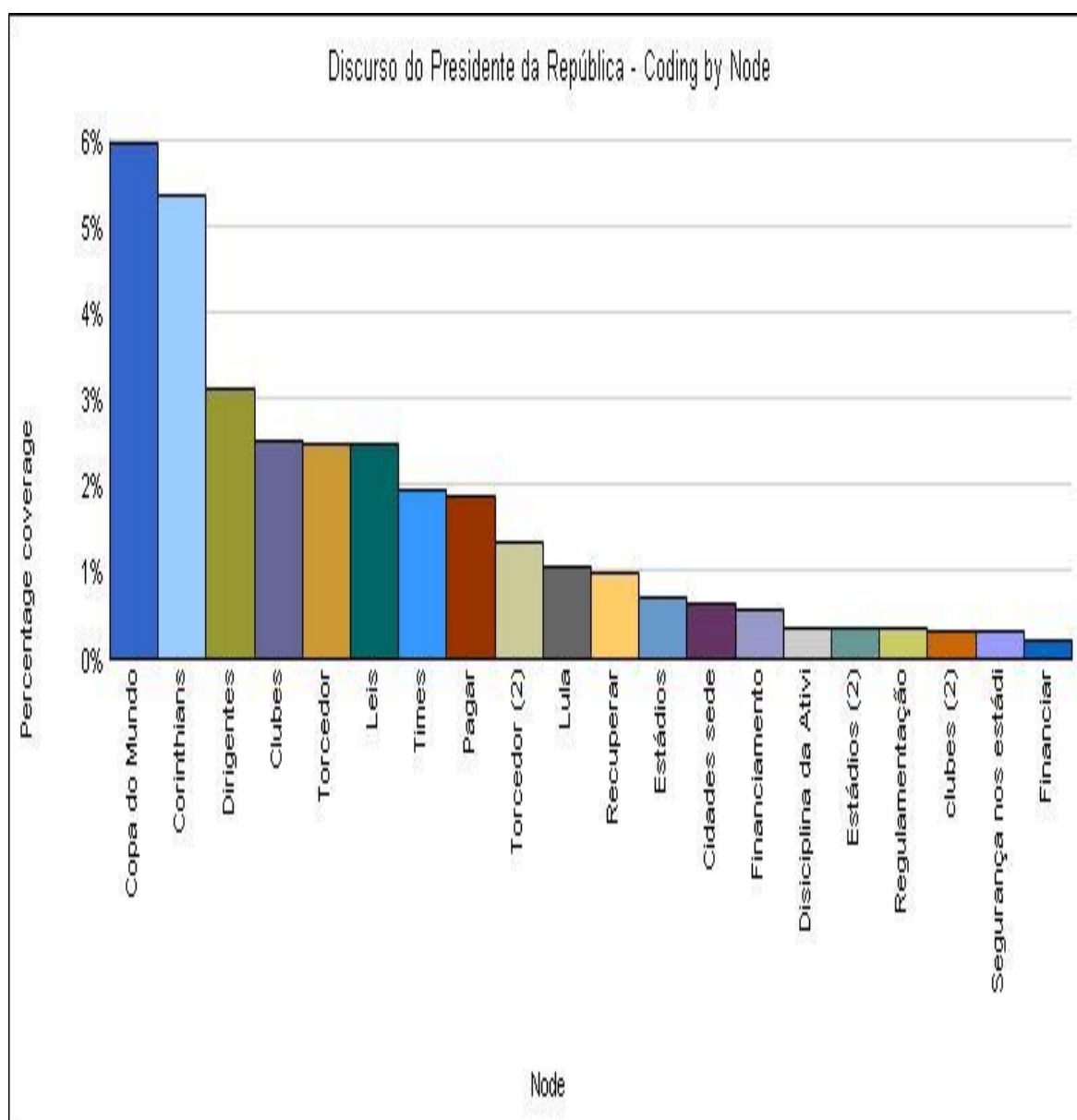


Figura 7 – O Presidente Lula.

A Copa do Mundo FIFA é o tema abordado com maior frequência, em função do anseio em sediar o mundial de futebol em 2014, desde o início do seu governo. Para isso, medidas para reestruturar o futebol brasileiro foram sendo adotadas nessa direção. A declarada paixão pelo futebol, em especial, por seu time, permeia o seu discurso; o Corinthians aparece logo em seguida. Na lógica de reestruturar o futebol brasileiro, os temas relacionados ao projeto de salvamento dos clubes que tratam da modernização do futebol no país surgem na sequência, tais como: clubes, times,

torcedor, leis, pagar, recuperar. A perspectiva da realização da Copa do Mundo FIFA 2014 aparece nos seguintes temas: estádios, cidades sede, disciplina da atividade, segurança nos estádios e financiamento.

4.3.1 Ordenamento legal

Nas políticas de esporte no Governo Lula, estão contidas a atualização do ordenamento legal do futebol brasileiro, com o intuito de adequar a legislação esportiva às demandas atuais, ou seja, resolver os problemas dos times na perspectiva de reerguê-los. Porém, existe também uma perspectiva embutida em tal proposta: a transformação do espetáculo esportivo em uma mercadoria de qualidade, que se adéque às leis do mercado futebolístico; que o futebol brasileiro se transforme em fonte geradora de recursos para os envolvidos no processo. Assim, é possível notar tais perspectivas na fala do ex-mandatário brasileiro por ocasião do lançamento da Timemania, já em 2005:

Esta Medida Provisória e este Projeto de Lei que estamos mandando para o Congresso Nacional, é importante salientar, serão um novo começo de uma nova “Era Pelé” porque, certamente aqui, neste mesmo Plenário ou em outro, vocês tiveram, ou pelo menos uma grande maioria participou do lançamento da Lei Pelé, depois participou do lançamento da Lei Zico e, quem sabe antes de nós, participou de outras leis. As leis só podem dar certo se forem levadas a sério pelas pessoas que serão beneficiadas por essa lei e pelas pessoas que querem fazer com que o futebol brasileiro se transforme, realmente, numa fonte de enriquecimento e numa fonte de geração de oportunidades para milhões de brasileiros¹³⁴.

Com o intuito de transformar o futebol brasileiro por meio das medidas já adotadas, o Presidente Lula convoca a todos os envolvidos no processo a repensar no significado do futebol brasileiro para o país e propõe uma mudança cultural:

¹³⁴ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento nacional da Loteria Timemania - Palácio do Planalto, 04 de maio de 2005.

Meus amigos, minhas amigas, dirigentes dos times de futebol brasileiro, atletas, deputados, senadores, eu penso que todos nós temos clareza de que não iremos resolver o problema do futebol brasileiro apenas com mais uma lei ou duas leis. As leis servem para serem cumpridas, adaptadas às realidades que terá o Congresso Nacional ao fazê-las mas, ao mesmo tempo, é preciso uma mudança de comportamento, é preciso uma mudança cultural, é preciso quase uma mudança de procedimento de todos nós com relação ao que o futebol significa para nós¹³⁵. (

Durante a assinatura do Estatuto de Defesa do Torcedor (EDT), o Presidente Lula ressalta a importância do futebol como atividade cultural, mas o grande destaque dá-se para o potencial econômico do futebol como um esporte autossustentável e com perspectiva de aquecer a economia brasileira. Tal discurso o acompanha desde o início do período do seu governo e vai sendo reforçado a cada ação implementada em prol do futebol brasileiro.

É essa a cultura que eu acho presidente Sarney, que nós poderíamos instituir, com uma regulamentação bem feita do Estatuto do Torcedor. É essa coisa quase sagrada, porque nós – eu digo isso com muito orgulho – precisamos enxergar o esporte como uma atividade esportiva, é verdade, como uma atividade cultural, é verdade. Mas também nós temos que enxergar o esporte como uma atividade econômica, que distribui renda, que paga salários e que movimenta uma parte da economia brasileira¹³⁶.

Com o intuito de adequar a legislação esportiva às demandas atuais do futebol brasileiro, a atualização do ordenamento legal foi uma das medidas adotadas para transformar o futebol no sentido de retirar os clubes da situação emergencial em que se encontravam, e garantir os direitos do torcedor na qualidade de consumidor do espetáculo esportivo. Assim, as ações empregadas culminaram com a criação do EDT.

¹³⁵ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento nacional da Loteria Timemania - Palácio do Planalto, 04 de maio de 2005.

¹³⁶ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de assinatura de atos referentes ao Estatuto do Torcedor - Palácio do Planalto, 13 de março de 2009.

4.3.2 Gestão dos clubes

Desde o início do governo do Presidente Lula, manifestou-se a necessidade de uma discussão mais ampla sobre os problemas enfrentados pelos clubes de futebol no país, ou seja, a crise financeira que os clubes atravessam e a ausência de uma gestão profissional, capaz de acompanhar as transformações do futebol globalizado. O ex-mandatário brasileiro, em um de seus discursos, aponta para a possibilidade de o Estado vir a assumir o apoio na tentativa de salvar tais clubes da falência, sob o argumento do salvamento de um patrimônio brasileiro.

Na verdade, nós vamos ter que discutir, com muita seriedade, o problema dos clubes brasileiros, porque não adianta fingir que não é conosco. Não adianta fingir que uma crise no Flamengo, no Fluminense, no Cruzeiro, no Atlético, no Grêmio, no Internacional, no Náutico, no Santa Cruz, no Sport, no Bahia, no Vitória, no Paysandu, no Corinthians, no Palmeiras, no São Paulo, no Santos, não interessa à gente, não adianta dizer que não é um problema nosso, porque alguns times de futebol no Brasil deixaram de ser apenas um time de futebol, viraram um patrimônio do nosso país, um patrimônio do nosso estado e da nossa cidade. Então, nós vamos ter que encontrar um jeito de ajudar a resolver o problema profundo¹³⁷.

Em 2005, ao lançar a PNE, o Presidente Lula declara que o problema dos clubes de futebol compõe essa política, e justifica que o endividamento dos clubes deve ser tratado como uma questão de Estado.

Então, é essa que eu acho que é a questão do Estado brasileiro, de assumir a responsabilidade pela política de esporte, porque muitas vezes os clubes brasileiros estão todos endividados, todos. Então, é muito cômodo dizer “ah, porque os dirigentes não prestam, porque os dirigentes são isso, são aquilo, precisa trocar os dirigentes”. Ora, os dirigentes são resultado das eleições que acontecem em cada clube. As regras do jogo foram determinadas pelos Conselheiros, então é preciso mudar¹³⁸.

¹³⁷ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da 1ª Conferência Nacional do Esporte - Teatro Nacional - Brasília-DF, 17 de junho de 2004.

¹³⁸ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento da Política Nacional de Esporte - São Paulo-SP, 19 de agosto de 2005.

Com o lançamento da Timemania esperava-se modernizar a gestão do futebol brasileiro, transformá-lo em clube-empresa, ou seja, profissionalizar a gestão do futebol no país e, conseqüentemente, retirar os clubes da condição pré-falimentar em que se encontravam. Recuperar o futebol brasileiro, manter os craques da bola no país e preservar esse patrimônio cultural que é o futebol, são questões frequentes nos discursos do Presidente Lula, que ressalta a necessidade da recuperação do futebol brasileiro e a importância de adequar o nosso futebol às exigências do esporte globalizado.

E nós precisamos transformar os nossos clubes em clubes-empresa. Muita gente acha que transformar o clube em empresa é pegar a Infraero para botar o seu nome na camisa de um clube. Isso não é transformar clube em empresa. Transformar clube em empresa é fazer com que nossos dirigentes sejam empresários de futebol, porque tem muitos empresários nossos que são empresários em sua atividade particular. Então, é um empresário bem-sucedido fora do futebol, e no futebol ele é apenas dirigente do time, não é o empresário. E ele precisa tratar o clube como uma empresa. Aquele clube tem que gerar dinheiro, tem que gerar riqueza, tem que gerar um orçamento positivo, uma receita. (...) Depois, havia uma inquietação com as dívidas dos clubes de futebol no nosso país. Clubes que estavam tão endividados que todo mundo que conhece minimamente de economia sabia que esses times não tinham como recuperar as suas finanças se não houvesse, por parte do Governo, um gesto. Não uma doação de dinheiro público, mas a criação de mecanismos que pudessem possibilitar aos clubes terem possibilidade de arrecadar o mínimo necessário para, ao mesmo tempo em que pagassem as suas dívidas, começassem a fazer a reformulação que precisavam nos seus clubes¹³⁹.

Em 2010, o ex-mandatário brasileiro fala da sua angústia por não ter alcançado uma das metas para o futebol desde o início do seu governo, que é a profissionalização dos clubes de futebol no Brasil, apesar da adoção de algumas medidas em prol da questão.

¹³⁹ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento nacional da Loteria Timemania - Palácio do Planalto, 04 de maio de 2005.

Uma coisa que me faz um torcedor angustiado é que nós ainda não resolvemos o problema de profissionalizar os clubes brasileiros. Eu, às vezes, não consigo entender como é que um clube que tem a torcida que o Santa Cruz tem, em Pernambuco, esteja na terceira série, esteja na quarta ou quinta série – quarta. Eu não consigo compreender como é que um time com a força que tem o Esporte Clube Bahia esteja na segunda. Às vezes, tem time que está na segunda no Brasileiro e está na quarta no estadual ou vice-versa. E, sinceramente, às vezes eu fico com inveja de clubes que têm as coisas todas acertadinhas como em São Paulo, ou um time que tem as coisas como o Cruzeiro tinha, ou o Atlético Paranaense¹⁴⁰.

Em outro momento, o Presidente Lula reconhece que os problemas da gestão dos clubes não estão apenas nas questões financeiras, e que gerir o futebol num contexto globalizado é um dos grandes desafios para os mesmos. A profissionalização do futebol brasileiro é uma das grandes dificuldades enfrentadas nas políticas do futebol em seu governo.

Queria aproveitar agora, como torcedor, para dizer o seguinte: eu, Ricardo, acho que a Copa do Mundo vindo para cá, até lá nós vamos ter que resolver uns problemas que temos que resolver. Eu já te disse outra vez, eu ando muito preocupado com o destino dos clubes brasileiros, porque o problema não é apenas a situação financeira. O problema é que hoje, no futebol brasileiro, está muito difícil um clube de futebol formar um grande time como a gente teve até a década de 80. Na verdade, a globalização do futebol está, neste momento, criando uma desvantagem competitiva para o Brasil, porque nós não temos condições de pagar os salários que pagam os times na União Europeia, que pagam os times em outras partes do mundo¹⁴¹.

Observando que a recuperação do futebol brasileiro é uma das principais metas governamentais do Presidente Lula, se buscou modernizar a gestão dos clubes, adequar e acompanhar as transformações do futebol mundialmente à gestão dos clubes brasileiros, fortalecer os clubes com capacidade de gerir com transparência o futebol e de manter os craques da bola no país, além de produzir receita para o clube-empresa e preservar o patrimônio cultural.

¹⁴⁰ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de homenagem por ocasião das comemorações do Centenário do Sport Club Corinthians Paulista - São Paulo - SP, 31 de agosto de 2010.

¹⁴¹ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de entrega das garantias governamentais à CBF e assinatura da declaração de governo em apoio à realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil - Palácio do Planalto, 15 de junho de 2007.

4.3.3 Financiamento

Com a arguição da paixão nacional pelo futebol, pelo potencial gerador de recursos financeiros para o país, pela oportunidade dos clubes se organizarem, pelo fortalecimento do esporte e, principalmente, pela necessidade de salvar os tradicionais clubes de futebol do país, o Presidente Lula lança em maio de 2005, sua primeira política de financiamento do esporte no país.

Poucas coisas têm tanta importância para o nosso povo como o futebol. E todo mundo sabe que há muito tempo vários clubes profissionais do nosso país vivem uma profunda crise administrativa e financeira, com dívidas difíceis, eu diria, até impagáveis. Nós estamos aqui hoje para ajudar a resolver esse problema. Se não fosse pela importância da nossa paixão nacional, seria também porque o futebol é um setor de grande potencial empregador e de geração de recursos para o nosso povo e para o nosso país. O futebol não sobrevive nem se desenvolve, em nenhum lugar do mundo, sem clubes fortes, saudáveis financeiramente e administrados com profissionalismo. (...)Com a criação hoje da Timemania, estamos fortalecendo o esporte, de modo geral, no nosso país. Estamos fazendo com que os clubes brasileiros de futebol, sem dúvida, a mais significativa referência esportiva do país, possam enfrentar seus problemas e continuar avançando na sua histórica trajetória de sucesso. É isso o que todos nós queremos¹⁴².

Lula argumenta que a retirada dos clubes da situação pré-falimentar é responsabilidade do Estado, pelo fato do futebol compor o patrimônio cultural brasileiro. Portanto, caberia ao Estado preservar esse patrimônio, por meio da adoção de medidas que fortaleçam os clubes de futebol no país. Ao sancionar a Lei da Timemania, o ex-mandatário declara:

Essa loucura que é o futebol precisa ser tratada sem loucura, precisa ser tratada com seriedade. Foi por isso que eu disse para vocês que essa Timemania é apenas um primeiro passo. Tem muita gente que acha que o time-empresa é o time colocar a faixa de uma empresa que todos os times têm hoje¹⁴³.

¹⁴² Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento nacional da Loteria Timemania Palácio do Planalto, 04 de maio de 2005.

¹⁴³ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de sanção da Lei da Timemania - Brasília - DF, 14 de setembro de 2006.

No lançamento do Programa Bolsa-A atleta, em julho de 2005, o Presidente Lula expõe que, ao fortalecer o futebol, está fortalecendo o esporte no Brasil, e que o futebol necessita continuar avançando, sendo necessária a preservação de sua trajetória de sucesso.

Com a criação hoje da Timemania, estamos fortalecendo o esporte, de modo geral, no nosso país. Estamos fazendo com que os clubes brasileiros de futebol, sem dúvida, a mais significativa referência esportiva do país, possam enfrentar seus problemas e continuar avançando na sua histórica trajetória de sucesso. É isso o que todos nós queremos. Também não deixamos de apoiar nossa grande paixão brasileira, o futebol, seja através de dispositivos legais como a Lei da Moralização e o Estatuto do Torcedor, seja através da Loteria Time Mania, encaminhada ao Congresso Nacional, que propicia condições aos clubes para que possam quitar suas dívidas, em especial com os cofres públicos¹⁴⁴.

Em busca da meta do salvamento dos clubes, Lula mobiliza o Congresso Nacional (CN), e sai em defesa da causa em questão. A proposta de salvamento dos clubes por meio de financiamento estatal a fim de sanar dívidas com o próprio Estado, se caracteriza em um jogo de soma zero para os cofres públicos; entretanto, possibilita aos clubes zerar as suas dívidas e investir no futebol.

E eu quero dizer para vocês, os deputados, por favor, falta pouquinha coisa para votar o Projeto de Lei Time Mania, que está lá no Congresso Nacional. Esse projeto foi uma celeuma enorme para que a gente pudesse provar para muita gente que é possível a gente recuperar os times de futebol brasileiros, que não são apenas times de jogar futebol, são, na verdade, complexos culturais, porque achar que o Flamengo é um time de futebol é diminuir o que representa o Flamengo, o Vasco, o Botafogo, o Fluminense, o Corinthians, o Palmeiras, o São Paulo, o Bahia, o Vitória e tantos outros. Então, vocês, por favor, dentre todas as coisas importantes que vocês vão votar, votem o Projeto de Lei Time Mania¹⁴⁵.

¹⁴⁴ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no lançamento do Programa Bolsa-A atleta - Palácio do Planalto, 25 de julho de 2005.

¹⁴⁵ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de posse dos novos ministros de Estado - Palácio do Planalto, 03 de abril de 2006.

4.3.4 Segurança nos estádios

Trazer os torcedores de volta aos estádios de futebol e garantir-lhes conforto e segurança, possibilitar o acesso ao espetáculo esportivo, aumentar a receita para os clubes e, acima de tudo, mudar o cenário do futebol brasileiro, faz parte de um conjunto de ações do Governo Lula em prol da modalidade no país, dentre elas a criação do EDT. Sobre tal questão, o Presidente Lula afirma:

Temos nos empenhado em resolver os problemas do futebol profissional mas, sobretudo, o nosso governo tem trabalhado, e trabalhado muito, pelo esporte como um todo em nosso país. A aprovação da chamada Lei da Moralização e do Estatuto em Defesa do Torcedor, em 2003, por exemplo, mostrou que era possível mudar, de forma séria, a realidade do futebol no Brasil¹⁴⁶.

Sobre a realidade do futebol brasileiro, Lula destaca ter deixado de ir estádios de futebol, pois as torcidas não representam mais um espetáculo a parte. Em outro momento, o ex-mandatário atribui a ausência dos torcedores nos estádios de futebol do Brasil à baixa qualidade do espetáculo esportivo.

Eu, por exemplo, deixei de ir ao estádio porque um espetáculo para mim era ficar perto da torcida, era sentar no meio da torcida porque era um espetáculo à parte. Pelo menos se você pegar algumas torcidas mais fanáticas, do Flamengo, do Corinthians, do São Paulo, do Santos, do Botafogo, do Vasco da Gama¹⁴⁷.

Lula ressalta também sua experiência com o futebol brasileiro, o que possibilita a adoção de políticas para o futebol e exemplifica as alterações no ordenamento legal; evidencia também a importância da criação do EDT. Ao discursar sobre a importância do ordenamento legal para o futebol no Brasil, destaca o potencial econômico do esporte, responsável por uma parte da economia brasileira, sem desconsiderar os aspectos culturais.

¹⁴⁶ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento nacional da Loteria Timemania Palácio do Planalto, 04 de maio de 2005.

¹⁴⁷ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento nacional da Loteria Timemania - Palácio do Planalto, 04 de maio de 2005.

Bem, quem viveu tudo isso não poderia chegar à Presidência da República e fingir que o futebol era um antro de maus administradores; alguns diziam que era um antro de bandidos e que, portanto, o futebol brasileiro não podia dar certo. A verdade é que nós mexemos muito nos marcos regulatórios, a começar do cuidado que tivemos quando estabelecemos o Estatuto do Torcedor, que é o que merece mais respeito, porque é graças a ele que existe o time que nós torcemos, que nós dirigimos e que nós gostamos¹⁴⁸.

Sobre a questão da segurança nos estádios, o Presidente Lula apresenta um conjunto de ações em prol da superação dos problemas enfrentados pelo futebol, como a ausência dos torcedores dos estádios de futebol brasileiros, por exemplo. Para tanto, adota determinadas políticas, como a criação do EDT, que pode proporcionar segurança, conforto e retorno dos torcedores aos estádios de futebol. O EDT aumentou a gama de proteção ao torcedor, conceituando-o como consumidor do espetáculo esportivo e equiparando as entidades organizadoras a fornecedores, sintonizando a modalidade no Brasil junto ao processo de mercantilização do futebol e de disciplinarização do espetáculo esportivo, com o intuito de produzir uma mercadoria melhor.

4.3.5 Copa do Mundo FIFA 2014

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, desde o início de seu primeiro mandato, deliberou ações importantes no campo do esporte, com destaque para o futebol. A retomada do diálogo entre o Estado e a CBF, a preocupação do Governo Federal em reestruturar os clubes de futebol do país, e a atualização do ordenamento legal apontam para o propósito maior de sua passagem pelo poder: sediar a Copa do Mundo FIFA 2014. Nessa direção, na cerimônia de posse dos novos Ministros de Estado, em 2006 – dentre eles, o Ministro do Esporte –, o Presidente Lula anuncia a intenção do Brasil em pleitear a sede de uma Copa do Mundo FIFA, e deixa claro a atenção especial dispensada ao Corinthians.

¹⁴⁸ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a cerimônia de homenagem por ocasião das comemorações do Centenário do Sport Club Corinthians Paulista - São Paulo - SP, 31 de agosto de 2010.

E não é possível que um país pentacampeão do mundo, durante décadas a melhor seleção do mundo, porque perdemos uma Copa em 50, não tenhamos trazido outra para cá. E essa nós vamos trazer enquanto somos vivos, para a gente poder ganhar essa Copa aqui, não sei se no Maracanã ou num estádio novo que nós vamos fazer. O Corinthians deve fazer um estádio novo e quem sabe seja lá a final. Porque o Morumbi já está cansado, na Vila Belmiro está difícil, o Maracanã precisa ser recuperado, mas de qualquer forma eu acho que o Brasil, mais do que ninguém, vai ter que fazer essa Copa aqui¹⁴⁹.

Ao sancionar a Lei da Timemania, o Presidente Lula fala da necessidade em reestruturar os clubes de futebol, em função do pleito do Brasil para sediar a Copa do Mundo FIFA 2014. Além da reestruturação dos clubes, apresenta outras necessidades e assume a responsabilidade do Estado em custear os investimentos para sediar esse megaevento, destaca a possibilidade do retorno para o Brasil em diversos, devido à visibilidade mundial que o maior campeonato da modalidade poderá proporcionar ao país.

Agora, aqui, no Brasil, nem o povo tem o poder aquisitivo suficiente e nem nós temos esse hábito, que precisamos adquirir, de fazer com que o clube vá se estruturando, porque nós estamos pleiteando a Copa do Mundo de 2014. Vocês sabem que, para a gente ter a Copa do Mundo de 2014 aqui – o Presidente da Fifa está vindo ao Brasil agora, no dia 28 de setembro – para que a gente tenha a realização da Copa do Mundo hoje, no Brasil, pelos critérios da Fifa, nós não temos nenhum estádio em condições de sediar jogos da Copa. Significa que, se nós estamos pleiteando – e eu já fiz questão de tornar pública a vontade do governo brasileiro de ter a Copa do Mundo aqui, em 2014 – significa que nós vamos ter que pensar, no mínimo, em construir 12 novos estádios neste País. E não é responsabilidade dos clubes ou apenas da Confederação, é responsabilidade do governo federal, dos governos estaduais e dos prefeitos, é responsabilidade do nosso Banco de Desenvolvimento, é responsabilidade dos nossos bancos públicos, Caixa e Banco do Brasil, porque uma Copa do Mundo vai dar ao Brasil uma visibilidade que, possivelmente, a gente não tenha dimensão¹⁵⁰.

Em 2007, o Presidente Lula assina o Termo de Garantias governamentais em apoio à realização da Copa do Mundo FIFA 2014 no Brasil. O Governo Federal seguiu firme nesse propósito e, em 30 de outubro de 2007, em Zurique, Suíça, o Brasil foi anunciado como sede do referido evento.

¹⁴⁹ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de posse dos novos ministros de Estado - Palácio do Planalto, 03 de abril de 2006.

¹⁵⁰ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de sanção da Lei da Timemania - Brasília - DF, 14 de setembro de 2006.

Eu queria dizer ao presidente da Fifa, presidente Blatter, da alegria de ver o nome do Brasil aparecer naquela papeleta. Quero agradecer aos governadores do Brasil e às governadoras que estão aqui, são 13, mas certamente tem 27 querendo levar a Copa do Mundo para seus estados. Quero agradecer a todo o Comitê Executivo da Fifa, aos presidentes de federações e agradecer ao Ricardo Teixeira pelo empenho, não agradecer, dar os parabéns pelo empenho¹⁵¹.

No último ano do seu mandato, o Presidente Lula recorda ao presidente da CBF que ele deixa o Governo Federal com as questões relacionadas à Copa do Mundo FIFA definidas, e o seu(sua) sucessor(a) não teria o que discutir, mas sim executar o plano. O ex-mandatário reafirma que o compromisso recém-assumido será honrado por seu(sua) sucessor (a). Ele não deixa claro que o compromisso assumido para o(a) seu(sua) sucessor(a) independe do histórico desse, nas relações com o esporte.

Eu quero tranquilizar os dirigentes da Fifa. Essa não é uma responsabilidade do atual presidente – que já não serei mais em 2014 –, não é apenas responsabilidade do presidente da Confederação, não é apenas responsabilidade dos governadores que estão aqui. No fundo, no fundo, nós estamos aqui assumindo uma responsabilidade enquanto nação, enquanto Estado brasileiro para provar ao mundo que nós temos uma economia crescente, estável, que nós somos um dos países que está com a sua estabilidade conquistada. Somos um país que tem muitos problemas, sim, mas somos um país com homens determinados a resolver esses problemas. Queria aproveitar agora, como torcedor, para dizer o seguinte: eu, Ricardo, acho que a Copa do Mundo vindo para cá, até lá nós vamos ter que resolver uns problemas que temos que resolver. Eu já te disse outra vez, eu ando muito preocupado com o destino dos clubes brasileiros, porque o problema não é apenas a situação financeira¹⁵².

O diferencial apresentado pelo Presidente Lula ao COL e aos representantes de outros países, por ocasião do anúncio do Brasil como país sede do evento em 2014, foi a característica que ele sempre fez questão de ressaltar, que é a paixão do povo brasileiro pelo futebol e sua particular paixão de torcedor.

¹⁵¹ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de anúncio do Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014 - Zurique-Suíça, 30 de outubro de 2007.

¹⁵² Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de anúncio do Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014 - Zurique-Suíça, 30 de outubro de 2007.

Vocês verão no Brasil coisas maravilhosas produzidas pela natureza, vocês verão no Brasil a capacidade que teremos de construir bons estádios. Mas eu tenho certeza, sete anos antes, de dizer para vocês: a coisa que mais irá empolgar os jogadores, os jornalistas e os dirigentes de futebol do mundo, mais os torcedores, não será Ricardo Teixeira, não serão os governadores, nem o presidente da República, não serão os estados, mas será o comportamento extraordinário do povo brasileiro. O tratamento que esse povo dará, estejam certos que marcará a história das Copas do Mundo. (...) Eu estou aqui meio dividido, um pouco presidente, um pouco amante do futebol. E o povo brasileiro é mais ou menos igual a mim, ou seja, o futebol não é para nós apenas um esporte, é mais, o futebol é uma paixão nacional. Choramos, Platini, quando você marcou um pênalti no Brasil, choramos. Mas também rimos quando o Romário marcou um gol, rimos quando o Dunga levantou a Taça. Eu, que sou amante do futebol, quando vejo o Beckenbauer aqui... e saber que eu e, certamente, os brasileiros que gostam de futebol temos no Beckenbauer um dos maiores jogadores que o mundo produziu. Só não é maior porque quis Deus que o Brasil produzisse o Pelé¹⁵³.

Durante a realização da Copa do Mundo FIFA na África do Sul, em 2010, o Presidente Lula fala das dificuldades que o Brasil deverá enfrentar para sediar tal evento, mas destaca o potencial econômico no país no momento e os investimentos que estão sendo feitos para preparar o país. Com o desígnio de promover o Brasil perante o mundo, ao discorrer sobre a sua alegria em realizar o campeonato mundial da modalidade em seu país, Lula oportunamente convoca os investidores africanos a aplicarem seus investimentos no Brasil, dada a possibilidade de retorno para os mesmos com o advento da realização de dois megaeventos no país (a Copa do Mundo FIFA e as Olimpíadas).

¹⁵³ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de anúncio do Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014 - Zurique-Suíça, 30 de outubro de 2007.

Então, eu não acredito, Zuma, em hipótese alguma, em derrota antecipada, e eu que pensei que tinha vivido emoções de ganhar duas eleições, nada para mim foi mais emocionante do que o dia em que aquele suíço pegou o envelope e ficou 30 segundos com aquele envelope na mão, e eu esperando ele dizer. Não, porque o Obama falou, foi embora. O japonês falou e também não ficou lá, ficou eu, o Rei e o Zapatero. Olha, Zuma, você não tem noção do que foi a emoção no dia em que aquele suíço falou o nome “Brasil”, você não sabe a alegria. E começa no Brasil: “Será que o Brasil tem condições de fazer Olimpíadas? Será que nós vamos ganhar medalhas?” Ora, se o Brasil não ganhar, ganha a África do Sul; se o Brasil não ganhar, ganha Gana; ganha o Japão; mas nós queremos fazer a melhor Copa do Mundo – depois da África do Sul – e as melhores Olimpíadas que já foram feitas no mundo. E aí é que eu queria chamar a atenção dos empresários da África do Sul: oportunidades de investimentos, tanto para as Olimpíadas quanto para a Copa do Mundo, mas, sobretudo, oportunidade na indústria naval¹⁵⁴. (

O Presidente Lula, ao se reportar às obras que estão sendo realizadas para a Copa do Mundo FIFA 2014, enfatiza que toda a infraestrutura servirá também para abrigar os demais megaeventos esportivos que serão sediados no Brasil até 2016, e que o país, como nenhum outro, sediará tantos eventos em cinco anos. Apesar dos problemas sociais existentes no Brasil, o Presidente Lula não considera a questão um fator limitador para a realização dos eventos previstos no Brasil, observando as oportunidades de obtenção de benefícios com os acontecimentos de 2013, 2014 e 2016.

Uma Copa do Mundo não precisa apenas de um estádio, precisamos de vários estádios, porque as seleções virão com antecedência, vão treinar, vai ter muito amistoso. Depois, não é apenas a Copa do Mundo: antes, nós vamos ter a Copa das Confederações; depois a gente vai ter, em 2015, a Copa das Américas; depois nós vamos ter as Olimpíadas, em 2016, que tem muito futebol também, então, na verdade, nós vamos ter uma concentração de eventos esportivos entre as Olimpíadas Militares, que começam no ano que vem, até as Olimpíadas de 2016, que eu penso que quase nenhum país do mundo teve essa quantidade de eventos esportivos em um período de cinco anos¹⁵⁵.

¹⁵⁴ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento do Fórum Empresarial Brasil-África do Sul - Johannesburgo -África do Sul, 09 de julho de 2010.

¹⁵⁵ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita às obras de reforma do Estádio Beira-Rio para a Copa do Mundo de 2014 - Porto Alegre-RS, 29 de julho de 2010.

O ex-mandatário brasileiro, ao assinar o Termo de Cooperação com as doze cidades sede da Copa do Mundo FIFA 2014, ressalta que o termo inclui também o compromisso das cidades em realizar a melhor Copa do Mundo de todos os tempos, e chama a atenção do presidente da CBF para que tenha uma atenção especial para com os atletas do seu time, o Sport Club Corinthians Paulista. Mais uma vez, demonstra confusão entre as razões do Lula Presidente e as razões do Lula torcedor.

E esse pessimismo, a gente acabou de quebrar ele hoje, aqui. Ou seja, nós estamos aqui, assinando um documento, que vai ficar com a cara de todos nós, para mostrar que nós estamos mais do que assumindo compromisso, nós estamos, na verdade, é, perante a sociedade brasileira, firmando um tratado de que nós vamos fazer não apenas a Copa do Mundo, mas a melhor Copa do Mundo, sem o fiasco do resultado final da Copa de 50. Sem o fiasco. Para isso, Ricardo Teixeira, precisa mandar olhar mais o time do Corinthians, agora, com essa juventude toda que está aí, se preparando para a Copa do Mundo¹⁵⁶.

Ao ressaltar os compromissos assumidos pelas cidades que sediarão o megaevento esportivo, o Presidente Lula aponta os possíveis legados, destacando a qualidade da melhoria das condições de vida da população por meio dos investimentos em infraestrutura das cidades. Ainda sobre tais legados, em outra ocasião o Presidente Lula aponta também o aumento da autoestima do povo brasileiro e do ânimo dos governantes.

¹⁵⁶ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de assinatura dos termos de cooperação com as 12 cidades-sede da Copa 2014 (mobilidade urbana) - Palácio Itamaraty, 13 de janeiro de 2010.

Com o documento assinado aqui e os compromissos firmados aqui, não tem mais essa de prefeito fazer corpo mole, de governador fazer corpo mole ou de o governo federal fazer corpo mole. Aquele negócio de um ficar dizendo: “Olha, é do Rio, é de Pernambuco, é do Ceará, é do Mato Grosso, é de Brasília”. Não, agora todo mundo sabe os compromissos que tem e todo mundo sabe o que nós precisamos fazer para realizar a melhor Copa do Mundo que nós vimos nesses últimos tempos. Eu estou convencido disso, Ricardo. Estou convencido de que a autoestima do povo brasileiro, a confiança da sociedade brasileira, a confiança dos empresários, o ânimo dos governadores, a vontade... porque, também, para os prefeitos, como é que eles veem a Copa do Mundo, as cidades que vão sediar? É como a possibilidade de ganhar, para a cidade, uma fatia das coisas que sem a Copa do Mundo demoraria mais dez anos, mais 15 anos. A mesma coisa é o Rio de Janeiro com as Olimpíadas. Nós vamos ter que fazer, para o Rio de Janeiro, aquilo que em um estágio normal poderia demorar 30 anos, 20 anos. Vamos ter que fazer em seis anos¹⁵⁷.

Sobre os legados ambientais, o Presidente Lula destaca a questão da sustentabilidade ambiental, ao mesmo tempo em que fala em oportunidade para acelerar os investimentos em infraestrutura, não deixando claro como irá conciliar tais extremos.

Faremos uma Copa verde; verde como nossas florestas. A sustentabilidade ambiental é uma prioridade para o Brasil e será uma das marcas da Copa em nosso país. A Copa será uma grande oportunidade para acelerar investimentos em infraestrutura, necessários para o Mundial e fundamentais para o desenvolvimento do nosso Brasil. Queremos deixar um legado que se refletirá na melhoria das condições de vida do nosso povo¹⁵⁸.

De fato, após a decisão em sediar a Copa do Mundo FIFA 2014, deu-se em meio à sociedade o anseio pelo início das obras que proporcionarão a realização do megaevento esportivo. O Presidente Lula reage às cobranças, recorrendo a mais uma metáfora, agora do mingau. Ele faz uma relação entre o tempo necessário para que um mingau fique pronto, do cumprimento das etapas para o cozimento com dedicação. Portanto, a realização das obras demanda tempo e precisam ser realizadas em etapas até que fiquem prontas. O Presidente Lula faz um alerta sobre a necessidade de um acordo entre todas as esferas do governo para que todas as

¹⁵⁷ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de assinatura dos termos de cooperação com as 12 cidades-sede da Copa 2014 (mobilidade urbana) - Palácio Itamaraty, 13 de janeiro de 2010.

¹⁵⁸ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de início da jornada para a Copa do Mundo da Fifa Brasil 2014 - Johannesburgo-África do Sul, 08 de julho de 2010.

metas sejam cumpridas em tempo para a realização do evento em julho de 2014, pois a sua missão na Presidência da República se encerra em 2011.

Agora, eu queria alertar os governadores, os prefeitos e os ministros... e não sou eu que estarei mais no governo em 2011. Mas é um dado concreto: nós precisamos criar, companheiro Orlando, um movimento que possa envolver uma espécie de um tratado, de um ajuste de conduta entre os órgãos executores e os órgãos fiscalizadores, para que a gente não dê, na fiscalização das coisas – seja na questão ambiental, seja na Controladoria, seja no Tribunal de Contas ou em qualquer outro órgão – o mesmo tratamento, como se nós estivéssemos vivendo um tempo de normalidade. A Copa do Mundo tem data. Ela é em junho de 2014¹⁵⁹.

Durante a realização da Copa do Mundo FIFA na África do Sul, em 2010, o Presidente Lula volta a falar sobre o encerramento do seu mandato, agora em tom de despedida.

Quero cumprimentar o companheiro Ricardo Teixeira, presidente do Comitê Organizador da Copa do Mundo de 2014 no Brasil e presidente da CBF. E dizer a você, Ricardo, que eu não serei mais Presidente depois do dia 1º de janeiro de 2011, mas continuarei brasileiro, continuarei amante do futebol e pode contar comigo no que for necessário para que a gente possa fazer a melhor Copa do Mundo que um país já conseguiu fazer. E eu tenho certeza que o Brasil será capaz disso¹⁶⁰.

Sobre o controle social dos gastos públicos para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014, o Presidente Lula, destaca a sua ação para que todas as instâncias governamentais possam prestar contas desses gastos por meio do acesso livre da população ao Portal da Transparência.

¹⁵⁹ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de assinatura dos termos de cooperação com as 12 cidades-sede da Copa 2014 (mobilidade urbana) - Palácio Itamaraty, 13 de janeiro de 2010.

¹⁶⁰ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de início da jornada para a Copa do Mundo da Fifa Brasil 2014 Johannesburgo-África do Sul, 08 de julho de 2010.

Eu já fiz dois decretos-lei, que já foram publicados há mais de quatro meses, colocando no Portal da Transparência cada ato que nós fizemos, tanto para a Copa do Mundo quanto para as Olimpíadas. Cada centavo que o governo gastar, cada centavo, qualquer brasileiro poderá acompanhar no Portal da Transparência da Controladoria-Geral da República [União]. Vocês sabem que no Brasil as pessoas, muitas vezes, talvez por falta de motivos de fazer críticas, as pessoas precisam dizer: “Não, quem vai cuidar do dinheiro? Quem vai tomar conta do dinheiro? O dinheiro vai ser aplicado?”. Então, nós fizemos esse Portal da Transparência para que todo mundo saiba cada centavo. Eu espero que cada governador, que cada prefeito faça, da sua parte – eu só posso fazer da parte do governo federal –, para a gente não ficar tendo que prestar contas todos os dias¹⁶¹.

Ao final do seu mandato, o Presidente Lula faz um balanço da sua vida nesses oito anos como Presidente: fala das suas alegrias, dos seus medos, das suas dificuldades e da sua capacidade de superação, e como sempre ele relaciona o seu mandato ao futebol, às expressões do torcedor. Ele retoma a sua posição de um cidadão brasileiro.

Mas a minha alegria é pelo fato de estar terminando o mandato de oito anos. E nesses oito anos, contar com a compreensão de milhões e milhões de brasileiros que, muitas vezes, tiveram medo de mim e não votaram em mim, em [19]89, não votaram em mim em [19]94, não votaram em mim em [19]98. E muita gente do meu próprio meio, muita gente do meio dos próprios trabalhadores às vezes não votava em mim com medo. E eu, depois de muito tempo, compreendi o medo das pessoas. As pessoas diziam: “Esse cara é como eu. Ele não tem um diploma universitário. Esse cara não é doutor, esse cara não é letrado como tanta gente que já governou este país, esse cara não é fazendeiro, esse cara não é empresário. Como é que esse cara quer governar o Brasil, que sempre foi governado por gente da classe mais alta, por gente que morava no andar de cima?” Pois bem, depois que eu ganhei as eleições, vocês sabem como é a situação: eu ainda fiquei com medo. Eu falava: “Marisa, eu acabo de ser eleito presidente da 8ª economia mundial. Eu vou morar naquele palácio feito por Oscar Niemeyer, aquela casa grande. Será que nós vamos dar conta, Marisa?” Porque, o povo, o eleitor é que nem torcedor de futebol: o cara acaba de marcar o gol de placa, ele é aplaudido de pé; depois, se ele perde, se o time perde ele é vaiado na saída do estádio. Eu falei: “Marisa, sabe o que é que eu tenho medo? É da gente não dar conta do recado e o povo ficar frustrado e achar que a gente não sabe governar”. Pois bem, pois bem. Eu, como nunca ganhei nada de graça na vida, tudo o que eu fiz na vida e tudo o que eu ganhei foi às custas de muito sacrifício, foi às custas de enfrentar muito preconceito, foi às custas de enfrentar muita raiva de mim, foi às custas de enfrentar tudo o que vocês possam imaginar, de pessoas que entendiam que nós não deveríamos

¹⁶¹ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de medida provisória para as cidades-sede da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 - Palácio Itamaraty, 19 de julho de 2010.

chegar lá, eu disse para a dona Marisa que “nós vamos ter que provar que somos mais capazes do que aqueles que governaram antes de nós”¹⁶².

Mediante o exposto, a figura do Presidente Lula deve ser analisada com afinco, em especial, quando se trata dos eventos esportivos que o Brasil sediará nos próximos anos. O ex-mandatário inicia sua jornada no mundo do trabalho como operário da indústria automobilística, sindicaliza-se e ingressa na luta, inicialmente, em caráter estritamente econômico. A partir daí, o líder sindical se projeta e conquista espaço público, e mais tarde ocupa os espaços da esfera política, ajuda a criar um novo partido político, que surge no cenário nacional como inovação: o PT. Disputou quatro eleições para Presidente da República, sendo eleito em 2002 e reeleito em 2006, transformando-se em um dos maiores símbolos da esquerda brasileira. Torcedor fanático por futebol, durante o seu mandato presidencial, o uso de metáforas do futebol utilizadas para comunicar as suas ideias eram frequentes em suas falas, utilizadas também para expressar a sua paixão pelo futebol. Foi na perspectiva de compreender como o Presidente Lula expressa a sua paixão pelo futebol entre outros aspectos, que foram identificadas as cento e cinquenta palavras mais frequentes nesses discursos. Entre as mais proferidas, a palavra “gente” é a que mais aparece, seguida nessa ordem das palavras “presidente”, “futebol”, “copa”, “time” e “Corinthians”. A declaração de amor pelo seu time é outra característica marcante em seus discursos, como também o discurso do salvamento dos clubes, e ainda, os temas relacionados ao futebol brasileiro (como disciplina da atividade, gestão dos clubes, financiamento, segurança nos estádios e Copa do Mundo FIFA 2014) estão presentes nos discursos.

Portanto, é possível assinalar que a trajetória de vida do operário Luiz Inácio Lula da Silva, partindo do movimento sindical, passando pela criação de um partido político que ajudou a fundar e chegando a Presidência da República eleito por dois mandatos consecutivos, o transformou em um dos maiores símbolos da esquerda no país e um dos maiores incentivadores dos eventos esportivos a serem realizados nos próximos anos. Conforme Paraná (2009), Lula e os trabalhadores que ele

¹⁶² (Registro histórico do discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em Curitiba - Curitiba-PR, 26 de outubro de 2010)

representava abalaram os alicerces do modelo econômico na década de 1980. Lula, como Presidente da República, vem reestruturar os alicerces, mas agora os alicerces das políticas de esporte no país.

O Presidente Lula soube explorar a paixão que possui pelo futebol, aliada à sua capacidade de retórica, para expor as suas ideias e, ao reportar-se ao futebol, oportunamente exibiu o seu amor pelo Corinthians. Segundo (Damo, 2007, p. 53), “o sentimento de pertença é um dos ingredientes principais da espetacularidade futebolística”.

Declaradamente fanático por esporte, especificamente pelo futebol, portanto, sensível a essa temática, cria uma pasta exclusiva para tratar do esporte no Brasil e transforma o futebol em política de Estado. De acordo com Bracht (2009), na atualidade, o Estado intervém no esporte de forma intensa; vários e diversos são os princípios e os motivos que regem tal intervenção ou relação. No que diz respeito aos motivos, a ideia de salvamento dos clubes estivera presente desde o início do Governo Lula, assim como, a intenção de sediar uma Copa do Mundo FIFA no Brasil.

Sobre o posicionamento de seu Governo frente ao esporte no país, a questão é tratada como política de Estado, assim como o futebol. Para o Presidente Lula, o futebol é uma atividade cultural com potencial econômico com perspectivas de aquecer a economia brasileira. Nessa direção, medidas foram adotadas, como a atualização do ordenamento legal e a criação do EDT. Para a retirada dos clubes da condição pré-falimentar em que se encontravam, criou-se a Timemania. A saída apontada para as dificuldades financeiras e administrativas dos clubes foi a possibilidade de modernização da gestão do futebol brasileiro, por meio do profissionalismo com a transformação do clube em empresa. De acordo com Proni (2000), a modernização induzida pela mudança da legislação, ao tornar optativa a adoção de uma gestão empresarial, acabou respeitando a heterogeneidade que marca a estrutura do futebol brasileiro, e ao Estado coube apenas mediar os conflitos de mercado. Quanto à realização da Copa do Mundo FIFA 2014 no Brasil, o Governo Lula sinalizou tal possibilidade e direcionou suas ações para a reestruturação do futebol brasileiro e, conseqüentemente, promover o fortalecimento da modalidade a

fim de garantir a sede desse megaevento no país. O Presidente Lula deixou o Governo em 2010 com a concretização do desejo de sediar uma Copa do Mundo FIFA no Brasil e com os alicerces das políticas de esporte no país reestruturados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenho institucional do Estado para a formulação e gestão das políticas de esporte no Governo Luiz Inácio Lula da Silva ganharam um novo formato com a criação de uma pasta exclusiva para o esporte e o lazer no país.

A história institucional do esporte no Brasil iniciou-se em 1937, quando foi criada a Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura. Em 1970, tal órgão foi transformado em Departamento de Educação Física e Desportos, que se transformou em Secretaria de Educação Física e Desporto em 1978, ainda ligado ao Ministério da Educação, e assim permaneceu até 1989. Em 1995, o esporte voltou a ser vinculado ao Ministério da Educação, com a Secretaria de Desportos. Nesse período, criou-se o Instituto Nacional do Desenvolvimento do Desporto (INDESP). Com a criação do Ministério do Esporte e Turismo, em 1998, o INDESP passa a ser vinculado àquele Ministério. Em outubro de 2000, o referido Instituto é extinto e substituído pela Secretaria Nacional do Esporte. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2003, separou as duas pastas, ficando o esporte com um Ministério próprio.

Desde a criação de uma pasta para tratar especificamente do esporte e lazer no país, fica evidente o espaço que a modalidade futebol vem ocupando na Agenda Esportiva estatal. Em seu início, em 2003, o Ministério do Esporte (ME) era assim composto: Secretaria Executiva; Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento; Secretaria Nacional de Esporte Educacional; Secretaria Nacional do Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer; Gabinete do Ministro; Consultoria Jurídica; e, um órgão consultivo – o Conselho Nacional do Esporte (CNE). A partir da criação do Ministério do Esporte, a composição do CNE foi reformulada, agregando à sua composição representantes de entidades de menor relação com o modelo esportivo de rendimento. A estrutura do CNE originalmente contemplava apenas representantes do Governo, do esporte nacional e do sistema esportivo federado, demonstrando uma preponderância de atores que representavam o modelo esportivo de alto rendimento.

Em 2008, o ME passou a um nível diferenciado de intervenção nas políticas públicas relacionadas ao futebol no país, sendo criada a Secretaria Nacional do Futebol e da Defesa dos Direitos do Torcedor, por meio do Projeto de Lei nº. 3620/08. Tal Secretaria, vinculada à Secretaria Executiva do Ministério do Esporte, auxilia o Ministro na supervisão e coordenação das secretarias nacionais e na definição das diretrizes e políticas no âmbito da Política Nacional do Esporte (PNE). Também supervisiona e coordena as atividades relacionadas aos sistemas federais de planejamento e orçamento, organização e modernização administrativa, recursos humanos e de serviços gerais. É encarregada, ainda, pela garantia do cumprimento do Estatuto de Defesa do Torcedor (EDT).

Em função dos preparativos para sediar a Copa do Mundo FIFA 2014, em março de 2010 criou-se a Assessoria Especial de Futebol, órgão que exerce a função de agente interlocutor entre Governo e órgãos públicos e privados, e que terão participação na preparação do mundial de futebol.

As comissões e assessorias criadas na organização estrutural do Estado nesse período governamental são resultado da coalizão de forças entre o Estado, a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), o Comitê Olímpico Brasileiro (COB), as entidades esportivas e os setores empresariais.

Desde o início da existência do ME, buscou-se e privilegiou-se o diálogo com os atores tradicionais da concepção de esporte hegemônico, normalmente reticentes à mudanças, como o COB, a CBF, os grandes clubes, as Federações e as Confederações. Tais atores tiveram participação expressiva na formulação de políticas direcionadas para o futebol no Governo Lula. A participação veemente deu-se no processo de elaboração do projeto governamental que tinha como objetivo sediar grandes eventos esportivos mundiais: Jogos Militares Mundiais (2011); Copa das Confederações FIFA (2013); Copa do Mundo FIFA (2014) e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos (2016).

Desde o início da gestão do ex-Ministro do Esporte Agnelo Queiroz, organizar e fortalecer o futebol no país significou abrir uma possibilidade de trazer uma Copa do Mundo FIFA para o Brasil, com todos os investimentos decorrentes. Para Queiroz, seria a arrancada esportiva do país, embora o início da sua gestão tenha sido pautada em implementação de programas sociais. O que é possível constatar foi a atenção dispensada ao futebol.

O Presidente Lula, por sua vez, reforçava a defesa da sede do mundial de futebol sob a alegação de que o Brasil é um país forte econômico e politicamente; portanto, estaria apto a sediar uma Copa do Mundo FIFA. Após a confirmação da sede do evento no país, a gestão do Ministro do Esporte Orlando Silva foi pautada em ações gerenciais no sentido de preparar o país para sediar o mundial de futebol. Nesse trajeto, a justificativa para sediar o campeonato mundial da modalidade no Brasil teve o fator econômico como central, com pouca ou quase nenhuma discussão em torno dos aspectos sociais que envolvem sua organização. Os possíveis legados dos acontecimentos previstos para 2014, pontuados no decorrer do trabalho, surgem apenas como temas subordinados aos interesses econômicos.

A atualização do ordenamento legal do futebol foi uma das metas do Governo Lula, bem como a criação de uma legislação específica para o futebol brasileiro, no intuito de reorganizar o futebol no país. Tal reformulação foi se dando na medida em que programas foram implantados. Com a possibilidade de o Brasil sediar uma Copa do Mundo FIFA, as alterações dos dispositivos legais foram na direção de fortalecer o futebol e concretizar o pleito. Após a definição do Brasil como país sede do evento de 2014 e de outros megaeventos esportivos, a reformulação do ordenamento legal deu-se no sentido de adequar a nação à condição de país sede de grandes eventos esportivos. Assim, apenas o Código Brasileiro de Justiça Desportiva (CBJD) diz respeito à todas as modalidades esportivas, e não apenas ao futebol.

Alguns aspectos caracterizam a modernização conservadora na agenda do Governo Lula. Embora tal gestão tenha retomado o diálogo com atores tradicionais (como o Comitê Olímpico Brasileiro (COB), a CBF, as Confederações, as Federações e os grandes clubes da concepção de esporte hegemônico), percebe-se que ainda se revela tumultuado o processo de modernização do futebol brasileiro. As mudanças na organização do futebol, sob o ponto de vista do negócio, exigiram dos clubes uma administração profissional, mas mantiveram as arcaicas estruturas do poder, com a falta de alternância na gestão, centralização das ações e má administração.

No que se refere ao diálogo com a CBF, os poderes supremos da entidade permaneceram inabaláveis, à margem da lei e do Estado, bem como a continuidade e domínio do poder do seu presidente.

No aspecto do financiamento, o Governo Lula criou uma loteria para possibilitar a recuperação e estabilidade financeira desses clubes, porém o Estado responsabilizou-se pela dívida.

Entretanto, a pesquisa aponta que a Agenda Governamental Lula (2003-2010) se deu na base da contradição. Se por um lado, houve avanços significativos, por outro, a manutenção de uma estrutura conservadora no âmbito de alguns atores, o que reflete numa modernização conservadora na dinâmica do futebol em nosso país.

Esperamos que as indagações levantadas por esta investigação possam contribuir para ampliar o debate e a reflexão sobre o futebol no país e no processo de implementação de políticas públicas de esporte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Fátima Ferreira. Brasil: país do futebol? **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, ed. 334, Jun. 2010.

ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone. **Programa Segundo Tempo: conceitos, gestão e efeitos**. 177 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação Física. Universidade de Brasília. Brasília, 2009.

AZEVEDO, Aldo Antônio de (Org.). **Torcedores, mídia e políticas públicas de esporte e lazer no Distrito Federal**. Brasília: Thesaurus, 2008. 168p.

_____. **Dos velhos aos novos “cartolas”**: uma interpretação do poder e das suas resistências nos clubes, face ao impacto das relações futebol-empresa. Tese (Doutorado). Departamento de Sociologia. Universidade de Brasília. Brasília, 1999.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Ed. rev. e atual. Lisboa: Edições 70, 2009.

_____. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2010.

BOUDENS, Emile P. J. **O financiamento do esporte no primeiro mandato de Lula (2003-2006)**. São Paulo: t.mais. oito, 2007.

BRACHT, Valter. **Sociologia crítica do esporte: uma introdução**. 3. ed. Ijuí, RS: Editora Unijuí, 2009. 144p.

BRASIL. **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico. 1988.

_____. **I Conferencia Nacional do Esporte – Documento Final**. Brasília: Ministerio do Esporte, 2004.

_____. **II Conferencia Nacional do Esporte – Documento Final**. Brasília: Ministerio do Esporte, 2007.

_____. **III Conferencia Nacional do Esporte:** texto básico. Brasília: Ministerio do Esporte, 2010.

_____. **Ministério do Esporte.** Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br>>. Acesso em: 00 mês. 2011.

_____. **Ministério do Esporte.** Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/ascom/pesquisaNoticia>>. Acesso em: 06 jan. 2011.

_____. Ministério do Esporte. **Política Nacional do Esporte.** 2005. Disponível em: <<http://portal.esporte.gov.br/arquivos/politicaNacional/politicaNacionalCompleto.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2011.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Medida Provisória nº. 103, de 1º de janeiro de 2003. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.** 2003a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas_2003/103.htm>. Acesso em: 05 mar. 2011.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº. 11.438, de 29 de dezembro de 2006. Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências.** 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11438compilado.htm>. Acesso em: 05 mar. 2011.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº. 8.672, de 6 de julho de 1993. Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências.** 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8672.htm>. Acesso em: 07 mar. 2011.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº. 9.615, de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências.** 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8672.htm>. Acesso em: 08 mar. 2011.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº. 10.671, de 15 de maio de 2003. Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências.** 2003b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.671.htm>. Acesso em: 10 mar. 2011.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº. 10.672, de 15 de maio de 2003. Altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências.** 2003c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.672.htm>. Acesso em: 10 mar. 2011.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº. 11.941, de 27 de maio de 2009. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição, alterando o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.218, de 29 de agosto de 1991, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.469, de 10 de julho de 1997, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 10.426, de 24 de abril de 2002, 10.480, de 2 de julho de 2002, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.887, de 18 de junho de 2004, e 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e as Leis nºs 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 11.116, de 18 de maio de 2005, 11.732, de 30 de junho de 2008, 10.260, de 12 de julho de 2001, 9.873, de 23 de novembro de 1999, 11.171, de 2 de setembro de 2005, 11.345, de 14 de setembro de 2006; prorroga a vigência da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995; revoga dispositivos das Leis nºs 8.383, de 30 de dezembro de 1991, e 8.620, de 5 de janeiro de 1993, do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, das Leis nºs 10.190, de 14 de fevereiro de 2001, 9.718, de 27 de novembro de 1998, e 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.964, de 10 de abril de 2000, e, a partir da instalação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, os Decretos nºs 83.304, de 28 de março de 1979, e 89.892, de 2 de julho de 1984, e o art. 112 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; e dá outras providências.** 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11941.htm>. Acesso em: 02 fev. 2011.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº. 11.345, de 14 de setembro de 2006. Dispõe sobre a instituição de concurso de prognóstico destinado ao desenvolvimento da prática desportiva, a participação de entidades desportivas da modalidade futebol nesse concurso e o parcelamento de débitos tributários e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, e 10.522, de 19 de julho de 2002; e dá outras providências.** 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11345.htm>. Acesso em: 02 fev. 2011.

_____. **Presidência da República.** Disponível em: <<http://www.info.planalto.gov.br>>. Acesso em: 03 fev. 2011.

_____. Subchefia de Assuntos Parlamentares. **EM Interministerial nº. 00039/2008/MP/ME. 24 de março de 2008.** 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/projetos/EXPMOTIV/EMI/2008/39%20-%20MP%20ME.htm>. Acesso em: 03 fev. 2011.

CÂMARA dos Deputados. **Projeto de Lei nº 5.186/2005. Altera a Lei nº. 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre o desporto e dá outras providências.** Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/304675.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2011.

CASTELLARI, Ademir Ângelo. **O tradicional e o moderno no futebol brasileiro: do moderno e de elite a uma moderna elitização.** Dissertação (Mestrado). Faculdade de Sociologia. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2010.

DAMO, Arlei Sander. **Do dom à profissão: formação de futebolistas no Brasil e na França.** São Paulo: Aderaldo & Rothschild Ed., Anpocs, 2007.

_____. Futebol: um esporte agnóstico. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, a. X, Ed. 334, 2010.

FEDERAÇÃO Mineira de Futebol. **Resolução do Conselho Nacional do Esporte (CNE) nº. 01, de 24 de dezembro de 2003. Aprova o Código Brasileiro de Justiça Desportiva.** 2003. Disponível em: <<http://www.fmfnet.com.br/cbdf.pdf>>. Acesso em: 00. Mês. 2011.

FIGUEIREDO, Pedro Osmar Flores de Noronha. **Política e formação:** o Programa Esporte e Lazer da Cidade no Distrito Federal e Entorno. 136 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação Física. Universidade de Brasília. Brasília, 2009.

FILGUEIRA, Dulce. Estatização, políticas sociais e lazer no Brasil. **Licere**, Belo Horizonte, v. 13, n. 4, Dez. 2010.

FRANCO, Maria Laura P.B. **Análise do conteúdo**. 2. ed. Brasília: Líber Livro, 2007.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A dança dos deuses:** futebol, cultura, sociedade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FUNDAÇÃO Getúlio Vargas. ERNST & YOUNG. **Brasil sustentável – Impactos socioeconômicos da Copa do Mundo 2014**. Departamento e Comunicação e Gestão da Marca, 2010.

GASTALDO, Édison. O futebol como um drama da vida social no Brasil. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, ed. 334, Jun. 2010.

GUEDES, Simone Lahud. Copa do mundo: ritual quadrienal de nacionalidade. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, ed. 334, Jun. 2010.

HELAL, Ronaldo. Jogadores excepcionais e as jogadas brasileiras. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, a. X, ed. 334, 2010.

_____. **Passes e impasses:** futebol e cultura de massa no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

JUSBRASIL. **Decreto nº. 1.406, de 2 de março de 1995. Dispõe sobre a transferência de cargos em comissão e funções gratificadas que menciona.** Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/112711/decreto-1406-95>>. Acesso em: 04 abr. 2011.

LEXML. **Projeto de Lei nº. 3.620, de 24 de junho de 2008. Dá nova redação ao inciso XI do art. 29 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, para alterar a estrutura básica do Ministério do Esporte.** 2008. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:camara.deputados:projeto.lei;pl:2008-06-24;3620>>. Acesso em: 04 abr. 2011.

LINHALES, M. A. **A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos.** 1996. 242f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1996.

MANHÃES, Eduardo Dias. **Políticas de Esportes no Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MARCHI JÚNIOR, Wanderley; SOUZA, Juliano de. Os “legados” dos megaeventos esportivos no Brasil: algumas notas e reflexões. **Revista Motrivivência**, a. XXII, n. 34, p. 245-255, Jun. 2010.

PARANÁ, Denise. **Lula - O filho do Brasil.** 3. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

PEREIRA-PEREIRA, Potyara Amazoneida. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete et al (Orgs.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas.** São Paulo: Cortez, 2008.

PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 40, n. 3, Jul./Set. 2009.

PRONI, Marcelo Weishaupt. **A metamorfose do futebol.** Campinas, SP: UNICAMP/IE, 2000.

REIS, Heloisa Helena Baldy dos. **Futebol e violência.** Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2006.

RODRIGUES, Francisco Xavier Freire. **O fim do passe e modernização conservadora no futebol brasileiro (2001-2006)**. 2007. 345f. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre 2007.

SENADO Federal. Subsecretaria de Informações. **Decreto-Lei nº. 3.199, de 14 de abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país**. 1941. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=152593>>. Acesso em: 17 jan. 2011.

_____. Subsecretaria de Informações. **Lei nº. 378, de 13 de março de 1937. Dá nova, organização ao Ministerio da Educação e Saude Publica**. 1937. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102716>>. Acesso em: 22 jan. 2011.

SEVCENKO, Nicolau. Futebol, metrópoles e desastinos. In: **Dossiê do futebol**. São Paulo: USP, 1994.

SILVA, Silvio Ricardo da Silva. A construção social da paixão no futebol: o caso do Vasco da Gama. In: DAÓLIO, Jocmar. **Futebol, cultura e sociedade**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

SUASSUNA, D.; ALMEIDA, A. J. M.; FREIRE, J. O. O Ministério do Esporte e a definição de políticas para o esporte e lazer. In: SUASSUNA, Dulce Maria F. de A.; AZEVEDO, Aldo Antônio de. (Orgs.). **Política e lazer: interfaces e perspectivas**. Brasília: Thesaurus, 2007, p. 13-42.

TOLEDO, Luiz Henrique de; COSTA, Carlos Eduardo (Orgs.). **Visão de jogo: antropologia das práticas esportivas**. 1. ed. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE “A”

Discursos do Presidente Lula que mencionam a unidade de contexto futebol

UNIDADES DE CONTEXTO	TEMA	TÍTULO DOS DISCURSOS	DATA
ORDENAMENTO LEGAL	Lei do Clube Formador	Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante encontro com jogadores Ganso e Neymar, do Santos	23 de agosto de 2010
GESTÃO DOS CLUBES	Modernização do Futebol	Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de sanção da Lei de Modernização do Futebol e do Estatuto de Defesa do Torcedor	15 de maio de 2003
	Clubes	Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da 1ª Conferência Nacional do Esporte	17 de junho de 2004
	Clubes	Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento da Política Nacional de Esporte	19 de agosto de 2005
	Clubes	Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de homenagem por ocasião das comemorações do Centenário do Sport Club Corinthians Paulista	31 de agosto de 2010
	Clubes	Registro histórico do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em Foz do Iguaçu (PR)	02 de setembro de 2010

FINANCIAMENTO	Timemania	Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento nacional da Loteria Timemania	04 de maio de 2005
	Timemania	Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento nacional da Loteria Timemania	25 de julho de 2005
		Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no lançamento do Programa Bolsa-Atleta	25 de julho de 2005
	Timemania	Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de sanção da Lei da Timemania	14 de setembro de 2006
	Timemania	Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura do decreto de regulamentação da Timemania	14 de agosto de 2007
	Timemania	Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na inauguração do Memorial do Corinthians	27 de janeiro de 2006
	Timemania	Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura da II Conferência Nacional de Esporte	04 de maio de 2006
SEGURANÇA NOS ESTÁDIOS		Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de entrega de veículos que serão utilizados na segurança dos Jogos Pan-Americanos 2007	14 de junho de 2007
	EDT	Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de assinatura de atos referentes ao Estatuto do Torcedor	13 de março de 2009
	Copa 2014	Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de posse dos novos ministros de Estado.	03 de abril de 2006

COPA DO MUNDO FIFA 2014	Garantias da Copa	Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de entrega das garantias governamentais à CBF e assinatura da declaração de governo em apoio à realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil	15 de junho de 2007
	Garantias da Copa	Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de entrega das garantias governamentais à CBF e assinatura da declaração de governo em apoio à realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil	15 de junho de 2007
		Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de anúncio do Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014	30 de outubro de 2007
		Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a 3ª Conferência Nacional do Esporte	04 de junho de 2010
		Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante solenidade de entrega da medalha Heróis de 1958 a jogadores da Seleção brasileira de 1958	26 de junho de 2008
		Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de assinatura dos termos de cooperação com as 12 cidades-sede da Copa 2014 (mobilidade urbana)	13 de janeiro de 2010
		Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de início da jornada para a Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014	08 de julho de 2010
		Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento do Fórum Empresarial Brasil-África do Sul	09 de julho de 2010
		Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de assinatura de medida provisória para as cidades-sede da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016	19 de julho de 2010
		Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita às obras de reforma do Estádio Beira-Rio para a Copa do Mundo de 2014	29 de julho de 2010

	Copa 2014	Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante audiência ao Conselho Nacional da juventude para assinatura da convocação da 2ª Conferência Nacional da Juventude	12 de agosto de 2010
	Copa 2014	Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante recebimento do Prêmio Especial Personalidade do Ano 2010, oferecido pela Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil	22 de novembro de 2010

Fonte: BRASIL. Presidência da República. Disponível em: <<http://www.info.planalto.gov.br>>. Acesso em: 02 jan. 2011. Elaborado pela autora, com base em dados da pesquisa documental.

APÊNDICE “B”

RELAÇÃO DE NOTÍCIAS PUBLICADAS PELA ASCOM

NOTÍCIA	DATA	TÍTULO	ATORES	VALORES E NOÇÕES	PROPOSTAS
FINANCIAMENTO	12-05-2003	Ministro defende em fórum aprovação da Lei de Incentivo ao Esporte.	Ministro do Esporte; secretários e gestores estaduais de lazer;	Democratização do acesso à prática desportiva; Inclusão social e parcerias.	A iniciativa privada poderá financiar os programas, dentro do Estatuto do Desporto; Os benefícios da isenção fiscal, que contemplam materiais esportivos sejam estendidos para os tributos estaduais como o ICMS.
	17-06-2004	Loteria financiará pagamento de dívida dos clubes de futebol.	Ministro do Esporte; clubes	Renegociação das dívidas.	Criação de uma loteria já chamada Timemania. Uma loteria que nos talões de aposta usaria símbolos do clube. O clube vai receber por isso.
	04-05-2005	Lula e Agnelo lançam Timemania para reestruturar futebol brasileiro.	Presidente da República; Ministro do Esporte; Presidentes dos Clubes.	Incentivar o desenvolvimento do esporte no Brasil.	Sanar as dívidas dos clubes de futebol no Brasil.
	08-12-2005	Câmara aprova o projeto de lei que cria a Timemania.	Deputados; Ministro do Esporte; Presidentes dos Clubes.	Ferramenta para incentivar o desenvolvimento do esporte no Brasil.	Sanar as dívidas dos clubes de futebol no Brasil; Promover a quitação total de impostos (INSS e Receita Federal) e FGTS.
	16-02-2006	Timemania beneficiará times com poucas dívidas.	Clubes e dirigentes; CEF	Investimento no futebol.	Ajudar os clubes de futebol a pagarem suas dívidas com o governo.
	16-03-2006	Cartilha de padronização dos balanços ajuda clubes de futebol a conquistarem transparência.	Ministério do Esporte; Conselho Federal de Contabilidade (CFC); Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon); Clube dos 13.	Profissionalização; transparência no futebol do Brasil.	Garantir que os balanços a partir de 2007 estejam dentro dos padrões recomendados.
	21-07-2006	Timemania terá reforço para aprovação na Câmara.	Ministro do Esporte; Clubes; Deputados.	Mobilização; persuasão.	Realizar votação na Câmara das duas emendas propostas pelo Senado nos primeiros dias de agosto/2006.

	01-09-2006	Ministro do Esporte assina liberação de R\$1,5 milhão para construção de Estádio no Pará.	Ministro do Esporte; Gestor Municipal; Sociedade local.	Desenvolvimento do Esporte no Estado; Inclusão social; Desenvolvimento humano.	Autorização de empenho para a construção do Estádio Olímpico de Ananindeua, terceira maior cidade da Amazônia com 500 mil habitantes.
	13-10-2006	Começam os trabalhos para regulamentar a Timemania.	Dirigentes dos clubes; Sindicato Nacional das Associações do Futebol Profissional; CBF; CEF; Superintendência Nacional do Fundo de Garantia; Ministérios da Fazenda, Previdência Social e Esporte.	Viabilidade mercadológica.	Apresentar sugestões e subsídios para regulamentação da Lei que institui a Timemania; Critérios de escolha dos clubes que terão direito a aderirem à Timemania; Rateio percentual entre os times participantes; Garantir mercado para a nova loteria em todos os Estados.
	19-03-2007	Contagem regressiva para a Timemania.	Clubes; Governo Federal	Parcelamento das dívidas dos clubes.	Implantação da Timemania.
	25-04-2007	Ministro do Esporte discute com dirigentes mudanças na Timemania.	Ministro do Esporte; Representantes dos clubes de futebol.	Diálogo; Fortalecimento do futebol.	Aperfeiçoamento da Medida Provisória que altera a Lei da Timemania.
	09-05-2007	Benefícios da Timemania são ampliados pelo governo.	Clubes; governo federal	Ajudar os clubes e agremiações de futebol.	Ampliação do prazo de 180 para 240 meses para pagamento das dívidas atrasadas dos clubes; Redução pela metade das multas sobre os débitos; Qdo a arrecadação ficar abaixo do valor da parcela que os clubes precisam pagar ao governo, os clubes só precisarão complementar o montante em R\$50 mil reais; Continua valendo que durante 05 anos as sociedades empresariais, poderão receber tratamento tributário equivalente ao das sociedades esportivas; Os clubes participantes da Timemania prestarão contas ao TCU; As unidades que receberem recursos da união, provenientes de recurso prognósticos, deles prestarão contas ao TCU.

	17-07-2007	Timemania é tema em assembléia da CBF.	Ministro do Esporte; Clubes; CBF.	Empenho do Governo Federal.	Colocar rapidamente a Lei em vigência.
	14-08-2007	Presidente Lula assina a regulamentação da Timemania.	Presidente da República; Ministro do Esporte; Dirigentes de Clubes; CCBF; CEF.	Fortalecimento do futebol.	Solucionar os problemas do futebol brasileiro; Reestruturar o futebol nacional.
	23-08-2007	Ministério do Esporte divulga lista dos clubes de futebol que poderão aderir a Timemania.	Ministério do Esporte; Clubes; CEF.	Parcerias; Cumprimento de exigências.	Adesão preliminar dos clubes à Timemania.
	18-09-2007	Timemania tem 100% de adesão dos clubes.	Ministério do esporte; Clubes; CEF	Parcerias; Cumprimento de exigências; Adesão.	Os clubes de futebol terão de formalizar junto aos órgãos e entidades credoras o pedido de renegociação de suas dívidas.
	18-02-2008	Clubos de futebol ganham Timemania para sanarem suas dívidas.	Presidente da República; Ministro de Esporte; CEF; CBF; Presidentes de Clubes.	Apoio ao esporte no país; Trazer alegria ao povo brasileiro.	Dar tranquilidade financeira aos times; Permitir o saneamento mais rápido das dívidas dos clubes; Permitir aos clubes pensarem outras formas de ganharem novas receitas; Profissionalismo na gestão dos clubes.
	09-02-2009	Ponte Preta capta R\$1,3 milhão para futebol amador por meio da lei de incentivo.	Ministro do Esporte; Dirigentes da Ponte Preta.	Fortalecer o esporte local.	Beneficiar e fortalecer o esporte amador.
	24-06-2009	Ministro abre consulta pública para reforma do Código Brasileiro de Justiça Desportiva.	Ministro do Esporte; População brasileira.	Democratizar o debate.	Consultar a população sobre a reforma do Código Brasileiro de Justiça Desportiva
	24-07-2009	Timemania reabre prazo para clubes que não aderiram ao parcelamento	Clubos; CEF.	Incentivo aos clubes	Oportunizar aos clubes que ainda não aderiram ao parcelamento de suas dívidas pela Timemania.
	28-07-2009	Comissão da Lei de Incentivo ao Esporte aprova 48 projetos no mês de julho.	Ministério do Esporte; Clubos e Associações Esportivas.	Captação de recursos.	Entidades regularizadas poderão buscar recursos junto às empresas.
	30-07-2009	Diário Oficial publica projetos da Lei de Incentivo aptos a captar recursos.	Ministério do Esporte; Clubos e Associações Esportivas.	Captação de recursos.	Captação de recursos junto às empresas.

	07-08-2009	Diário oficial publica cinco projetos aptos a captar recursos pela Lei de Incentivo.	Ministério do Esporte; Clubes e Associações Esportivas.	Captação de recursos.	Captação de recurso junto às empresas.
	07-08-2009	Ministro afirma que não haverá dinheiro do orçamento do governo federal nos estádios da copa.	Presidente da República; Ministro do Esporte; CBF.	Redução de custos.	O Governo Federal não irá investir em construção e reforma de estádios para a Copa 2014.
	20-08-2009	Diário oficial publica seis projetos aptos a captarem recursos pela Lei de Incentivo ao Esporte.	Ministério do Esporte; Clubes e Associações Esportivas.	Captação de recursos.	Captação de recursos junto às empresas.
	09-09-2009	DOU publica seis projetos aptos a captarem recursos por meio da Lei de Incentivo ao Esporte.	Ministério do Esporte; Clubes e Associações Esportivas.	Captação de recursos.	Captação de recursos junto às empresas.
	10-09-2009	DOU publica nomes de oito projetos da Lei de Incentivo aptos a captar recursos.	Ministério do Esporte; Clubes e Associações Esportivas.	Captação de recursos.	Captação de recursos junto às empresas.
	16-09-2009	Copa do Brasil de Futebol Feminino abre oportunidade para pleitear bolsa atleta.	Ministro do Esporte.	Crescimento da modalidade;	Revelar novas jogadoras; Oferecer oportunidade para que as jogadoras permaneçam no Brasil.
	23-09-2009	DOU publica nomes de projetos da Lei de Incentivo aptos a captar recursos junto às empresas.	Ministério do Esporte; Clubes e Associações Esportivas.	Captação de recursos.	Captação de recursos junto às empresas.
	16-11-2009	DOU divulga relação de projetos da LIE aptos a captarem recursos.	Ministério do Esporte; Clubes e Associações Esportivas.	Captação de recursos.	Captação de recursos juntos às empresas.
	03-12-2009	DOU publica relação de instituições beneficiadas pela Lei de Incentivo.	Ministério do Esporte; Clubes e Associações Esportivas.	Captação de recursos.	Captação de recursos junto às empresas.
	08-01-2010	Ministro explica que financiamento para estádios virá do BNDES.	Ministro do Esporte.	Defesa do sistema de concessão; Gestão privada dos estádios.	Abertura de linha de financiamento para construção e reforma de estádios.
	13-01-2010	Relação dos últimos projetos da LIE publicados no Diário Oficial da União.	Ministério do Esporte	Captação de recursos.	Captação de recursos junto às empresas.

	19-04-2010	DOU publica relação de projetos aptos a captarem recursos por meio da LIE.	Ministério do Esporte	Captação de recursos.	Captação de recursos junto às empresas.
	29-04-2010	Relação dos projetos da LIE publicados no Diário Oficial da União.	Ministério do Esporte	Captação de recursos.	Captação de recursos junto às empresas.
	22-06-2010	Relação dos projetos aptos a captarem recursos por meio da LIE publicada no Diário Oficial da União.	Ministério do Esporte	Captação de recursos.	Captação de recursos junto às empresas.
	21-07-2010	DOU publica relação de projetos aptos a captarem recursos por meio da Lei Incentivo ao Esporte.	Ministério do Esporte	Captação de recursos.	Captação de recursos junto às empresas.
	14-09-2010	Relação dos projetos aptos a captarem recursos por meio da LIE.	Ministério do Esporte	Captação de recursos.	Captação de recursos junto às empresas.
	12-11-2010	Relação dos projetos aptos a captarem recursos por meio da LIE.	Ministério do Esporte	Captação de recursos.	Captação de recursos junto às empresas.
SEGURANÇA NOS ESTÁDIOS	20-03-2003	Especialista inglês vem ao Brasil discutir segurança nos estádios.	Governo Federal; Ministros do Esporte e da Justiça; Membros do COB; Especialista em segurança.	Experiência em segurança nos estádios.	Iniciar um trabalho de mobilização em torno da segurança nos estádios; Elaborar uma proposta de Política Nacional de Segurança nos Estádios do Brasil.
	24-03-2003	Seminário para discutir a violência nos estádios começa às 10hs.	Ministro do Esporte da Justiça; Especialista em segurança.	Segurança nos estádios.	Iniciar um trabalho de mobilização em torno da segurança nos estádios; Elaborar uma proposta de Política Nacional de Segurança nos Estádios do Brasil; Apresentar panorama da situação atual do país no setor.

	24-03-2003	Ministro abre Seminário e defende medidas contra violência nos estádios.	Ministro do Esporte da Justiça; Especialista em segurança.	Controle da violência nos estádios; mobilização da sociedade; assegurar a paz nos estádios.	Iniciar um trabalho de mobilização em torno da segurança nos estádios; Elaborar uma proposta de Política Nacional de Segurança nos Estádios do Brasil; Apresentar panorama da situação atual do país no setor.
	24-03-2003	Especialista inglês diz que segurança nos estádios pode garantir copa de 2014.	Especialista em segurança.	Conquistar o direito de sediar a Copa Mundo de 2014.	Reverter o quadro de violência em torno do futebol até 2007; Deixar o Brasil com uma boa estrutura até 2007; Formulação de uma política nacional para o setor.
	24-03-2003	Doutora em segurança nos estádios propõe política para o setor.	Ministro do Esporte da Justiça; Especialista em segurança; Doutora em segurança nos estádios.	Definição de papéis; educação; prevenção.	Ação conjunta do poder público e das entidades de administração do esporte; Delegar responsabilidades aos setores envolvidos no assunto; Capacitar uma polícia especializada para lidar com multidões; Elaborar uma política nacional para o setor; Criar uma comissão permanente de fiscalização e pesquisa; O poder público deverá assumir a responsabilidade técnica e financeira de modernização dos estádios.
	24-03-2003	Especialistas defendem pacto para controlar violência nos estádios.	Ministério da justiça; Dirigentes de clubes; Promotores de justiça	Trabalho conjunto	Criação de juizados criminais móveis nos grandes estádios; Reestruturação e modernização do futebol brasileiro; Pacto entre torcidas, clubes, sociedade e autoridades.
	25-03-2003	Ministro divulga Carta de Brasília sobre violência nos estádios.	Ministro do Esporte Agnelo Queiroz.	Organização; Promoção do país através do futebol.	Encontrar formas de garantir segurança nos estádios de futebol brasileiro; Garantir ao Brasil o direito de sediar a Copa de 2014; Criar Conselho Nacional de Prevenção da Violência e Segurança nos Espetáculos Esportivos.

	21-01-2004	Governo cria a comissão Nacional de Segurança nos estádios.	Governo Federal; Ministérios do Esporte e da Justiça	Combate a violência; democratização do Espetáculo esportivo.	Combater a violência nos estádios de futebol; Desenvolver políticas de incentivo para que mulheres, crianças e portadores de necessidades especiais passem a ir aos estádios.
	15-03-2005	Agnelo Queiroz lança Comissão para garantir segurança nos estádios.	Ministérios do Esporte e da Justiça; Comissão Nacional de Prevenção à Violência para Segurança nos Espetáculos Esportivos; CBF; Torcidas Organizadas.	Criar uma cultura de "Paz nos Estádios".	Articular ações entre os vários entes que promovem o espetáculo; Propor soluções para fortalecer o esporte brasileiro; Resgatar o direito do cidadão.
	04-04-2005	Comissão "Paz no Esporte" visita Maracanã e avalia esquema de segurança.	Ministério do Esporte e Justiça; Conselho Nacional de Defesa civil(Condec); Sociedade civil.	Controle da violência nos estádios.	Estudar e propor soluções para o fim da violência nos estádios.
	07-11-2005	Comissão Paz no Esporte e torcidas organizadas discute fim da violência nos estádios.	Ministério do Esporte e Justiça; Conselho Nacional de Defesa civil(Condec); Sociedade civil(Comissão Paz no Esporte); Torcidas organizadas.	Diálogo; Negociação.	Especialização da polícia para tratar de assuntos relacionados ao futebol; Realização de um fórum envolvendo as torcidas de todo país para debaterem o fim da violência nos estádios.
	10-11-2005	Mídia tem papel fundamental para levar a paz aos estádios.	Imprensa; Pesquisador-Robson Sávio	O poder da mídia.	Credibilidade da imprensa diante das torcidas organizadas pode contribuir para pôr fim à violência nos estádios.
	21-02-2006	Agnelo Queiroz recebe relatório da comissão Paz no Esporte.	Ministério do Esporte e Justiça, Conselho Nacional de Defesa civil (Condec), Sociedade civil (Comissão Paz no Esporte).	Busca de solução para o problema.	Estudo detalhado sobre violência nos estádios do país; Melhoria da infra-estrutura dos estádios; Melhoria do sistema operacional dos clubes para os dias de jogos.

	22-02-2006	Comissão Paz no Esporte disciplina atuação de torcedores em estádios de futebol.	Ministério do Esporte e Justiça, Conselho Nacional de Defesa civil (Condec), Sociedade civil (Comissão Paz no Esporte)	Observar; analisar; sugerir.	Ações integradas entre polícia militar e Jecrim (Juizados Especiais Criminais); Modificações na estrutura dos estádios: sinalização, acesso, circulação, bilheterias; Ingressos e Cambismos. Implantação de Câmeras de filmagem; Identificação dos torcedores com cartões magnéticos; Colocação de alambrados; Implantação de entradas diferenciais.
	24-02-2006	Torcidas paulistas aprovam projeto antiviolença nos estádios de futebol.	Ministério do Esporte e Justiça, Conselho Nacional de Defesa civil (Condec), Sociedade civil (Comissão Paz no Esporte; Torcidas organizadas.	Colaboração das torcidas.	Coibir a violência nos estádios.
	23-06-2006	PROCON/SP e Comissão Paz no Esporte debatem medidas de segurança nos estádios.	PROCON/SP; Ministério do Esporte e Justiça, Conselho Nacional de Defesa civil (Condec), Sociedade civil (Comissão Paz no Esporte; Torcidas organizadas.	Qualificar o espetáculo esportivo; O torcedor como principal consumidor do produto futebol.	Mudar a estrutura esportiva; Transformar a realidade das arenas esportivas do país; Tratar o torcedor como consumidor.
	26-07-2006	Policiais são homenageados por combate à violência nos estádios.	Ministério do Esporte; Federação Paulista de Futebol.	Valorizar atuação policial.	Homenagear policiais militares que atuaram no combate a violência em SP, na Taça Libertadores da América.
	19-09-2006	Programa piloto implanta ações de combate à violência em estádios paulista.	Ministro do Esporte - Orlando Silva; CBF; Federação Paulista de Futebol; Comissão Paz no Esporte.	Unir esforços para que o Brasil seja sede da Copa de 2014.	Qualificar o espetáculo; Melhorar o comportamento do público; Inibir e punir ações que geram tumulto nas arenas esportivas.
	05-10-2006	Ministro do Esporte quer ação de gestores estaduais contra violência nos estádios.	Ministro do Esporte - Orlando Silva; Secretários e Gestores Estaduais de Esporte e Lazer.	Debater; Trocar experiências.	Combater a violência nos estádios; Promover a participação dos Estados na discussão de políticas públicas do esporte.

	06-10-2006	Ministro propõe criação de comissões estaduais contra violência no futebol.	Ministro do Esporte; Secretários e Gestores Estaduais de Esporte e Lazer.	Debater; Trocar experiências.	Mobilização dos Estados na implantação de um conjunto de medidas em prol da paz nos estádios.
	08-1-2008	Brasil aprende técnicas de segurança nos estádios com ingleses.	Ministério do Esporte.	Segurança nos estádios.	Aprender com a experiência de planejamento de segurança nos estádios do Reino Unido.
	11-03-2009	Ministro anuncia medidas para aumentar segurança nos estádios.	Ministros do Esporte e da Justiça.	Segurança nos estádios; Copa 2014.	Alterar o Estatuto de Defesa do Torcedor para atender aos padrões da FIFA, visando a Copa de 2014.
	12-03-2009	Violência nos estádios será punida com pena de reclusão.	Presidente da República; Ministro do Esporte; Deputados.	Melhorar a segurança nos estádios.	Encaminhar Projeto de Lei que tipifica como crime atos de violência nos estádios de futebol.
	12-03-2009	Governo anuncia medidas para aumentar segurança nos estádios.	Presidente da República; Ministro do Esporte.	Manter a segurança nos estádios brasileiros.	Assinatura de decreto que estabelece quatro laudos de funcionamento dos estádios e um Projeto de Lei que tipifica crimes esportivos; Assinatura de termo de cooperação em conjunto com Ministério da Justiça; Conselho Nacional de Justiça (CNJ); CBF; Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público e da União.
	13-03-2009	Torcidas de times de SP e direção do Flamengo apóia torcida legal.	Torcidas de times; Direção do Flamengo	Participação da sociedade.	Manifestar total apoio ao Projeto Torcida Legal.
	13-03-2009	Projeto Torcida Legal é lançado no planalto.	Presidente da República; Ministros do Esporte e da Justiça	Valorizar o futebol como patrimônio cultural; Qualificar o Brasil para a preparação da Copa do Mundo de 2014.	Implantar Projeto Torcida Legal - medidas de segurança e conforto para os torcedores.
	17-03-2009	Ministro do Esporte apresenta medidas de segurança nos estádios ao Clube dos treze.	Ministério do Esporte; Clube dos 13.	Participação; Debate; Apoio.	Implantar Projeto Torcida Legal - medidas de segurança e conforto para os torcedores.

	13-04-2009	Ministro recebe proposta de laudo de engenharia para liberar estádios.	Ministro do Esporte; Conselho Federal de Engenharia; Arquitetura e Urbanismo (CONFEA); Conselhos Regionais (CREA)	Aumentar a segurança e conforto do torcedor.	Propõe normas para unificação dos laudos de engenharia em todos os estádios do país.
	14-04-2009	Ministro discute na Câmara medidas criminalização de atos violentos em estádios.			
	14-04-2009	Ministro recebe sugestão de laudo de engenharia de funcionamento de estádios.	Ministro do Esporte; Conselho Federal de Engenharia; Arquitetura e Urbanismo (CONFEA); Conselhos Regionais (CREA)	Aumentar a segurança e conforto do torcedor.	Propõe normas para unificação dos laudos de engenharia em todos os estádios do país.
	15-04-2009	Ministro apresenta a parlamentares medidas de segurança e conforto nos estádios.	Ministro do Esporte; Deputados.	Preparar o Brasil para o Mundial de 2014.	Apresentar aos parlamentares o Projeto de Lei Torcida Legal lançado no dia 13 de março/2009 pelo presidente Lula; O PL Apresentado criminaliza condutas anti-sociais dentro e fora dos estádios num raio de 5 km.
	06-05-2009	Ministro concede coletiva sobre a criminalização da violência nos estádios.	Ministro Orlando Silva	Segurança nos estádios.	Falar sobre aprovação na Câmara dos Deputados do projeto de lei 4869/09, que prevê a criminalização de atos de violências nos estádios de futebol.
	07-05-2009	Ministro quer que medidas antiviolença entrem em vigor ainda este ano.	Ministro Orlando Silva	Segurança nos estádios.	Aprovação no Senado em regime de urgência do Projeto Lei que prevê a criminalização de vândalos em estádios de futebol.

	07-05-2009	Ministro pede urgência ao Senado na aprovação do PL que criminaliza atos violentos nos estádios.	Ministro Orlando Silva	Segurança nos estádios.	Aprovação no Senado em regime de urgência do Projeto Lei que prevê a criminalização de vândalos em estádios de futebol.
	29-05-2009	Primeira reunião de trabalho planeja elaboração de laudos para segurança e conforto nos estádios.	Ministério do Esporte; Comissão Especial de Estudos.	Segurança e conforto nos estádios.	Elaborar laudos de segurança e conforto nos estádios.
	04-06-2009	Ministro Orlando Silva lamenta violência entre torcidas do Corinthians e Vasco.	Ministro Orlando Silva	Violência entre torcidas.	Adotar conjunto de medidas no combate a violência no futebol já encaminhadas ao Congresso Nacional.
	24-06-2009	Ministro abre consulta pública para reforma do Código Brasileiro de Justiça Desportiva.	Ministro do Esporte; Sociedade.	Democratização do debate; Participação.	Reforma do Código Brasileiro de Justiça Desportiva.
	01-07-2009	Ministério do Esporte promove primeiro Encontro Nacional de Torcidas Organizadas.	Ministros do Esporte e da Justiça; Torcidas organizadas; Promotor de Ministério Público de São Paulo; CBF; Federação Paulista de Futebol; Conselho Nacional de Procuradores Gerais.	Combater a violência nos estados de futebol.	Avaliar e discutir temas relacionados à segurança e ao conforto dos torcedores nos estádios de futebol.
	07-07-2009	Ministério do Esporte promove primeiro encontro das torcidas organizadas.	Ministros do Esporte e da Justiça; Torcidas organizadas; Promotor de Ministério Público de São Paulo; CBF; Federação Paulista de Futebol; Conselho Nacional de Procuradores Gerais.	Combater a violência nos estados de futebol.	Avaliar e discutir temas relacionados à segurança e ao conforto dos torcedores nos estádios de futebol.
	27-07-2009	Portaria Ministerial padroniza e unifica laudos técnicos para funcionamento de estádios.	Ministério do Esporte.	Segurança e conforto nos estádios.	Padronização dos laudos de segurança, prevenção e combate de incêndio; Condições sanitárias e de higiene; Vistoria de engenharia.
	27-07-2009	Comitê se reúne em Brasília para discutir segurança nos estádios.	Ministério do Esporte; Comitê Executivo (Segurança); Pesquisadora – Heloisa Reis.	Segurança nos estádios.	Garantir mais segurança nos estádios de futebol do país.

	14-08-2009	Ministério do Esporte abre consulta pública para reforma do Código de Justiça Desportiva.	Ministério do Esporte; sociedade civil.	Participação da sociedade.	Apresentar sugestões de mudança.
	20-08-2009	Ministro recebe sugestões de torcidas organizadas para o Projeto Torcida Legal.	Ministério do Esporte; sociedade civil.	Participação da sociedade.	Apresentar sugestões de mudança.
	21-08-2009	Ministro do Esporte propõe criação do Juizado do Torcedor em SP.	Ministérios do Esporte e da Justiça.	Conforto e atendimento qualificado ao torcedor dentro dos estádios de futebol.	Criar Juizado do Torcedor.
	21-08-2009	Presidente do TJSP indica juizes para ajudar na criação do Juizado do Torcedor.	Ministérios do Esporte e da Justiça.	Conforto e atendimento qualificado ao torcedor dentro dos estádios de futebol.	Criar Juizado do Torcedor.
	24-08-2009	Ministro abre consulta pública para reforma do Código Brasileiro de Justiça Desportiva.	Ministério do Esporte; sociedade civil.	Participação da sociedade.	Apresentar sugestões de mudança.
	06-10-2009	Seminário em Brasília debaterá segurança nos estádios.	Ministério do Esporte; Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados, DF e da União (CNPJ); CBF.	Segurança nos estádios.	Apresentar e discutir diretrizes para integração e efetivação das propostas de normas de segurança e melhoria dos serviços públicos, e nas medidas de prevenção e combate a violência relacionadas as partidas de futebol.
	19-10-2009	Comitiva conhece Juizado Especial do Torcedor em Pernambuco.	Ministério do Esporte; Conselho Nacional de Justiça (CNJ); Federação Paulista de Futebol.	Replicar a ação em todo Brasil.	Conhecer o trabalho pioneiro que é feito no Estado, e que deverá ser adotado em todo país.
	20-10-2009	Segurança nos estádios de futebol é tema de seminário em Brasília.	Ministro do Esporte - Orlando Silva; Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados, DF e da União (CNPJ); CBF.	Segurança nos estádios.	Apresentar e discutir diretrizes para integração e efetivação das propostas de normas de segurança e melhoria dos serviços públicos, e nas medidas de prevenção e combate as violências relacionadas às partidas de futebol.

	21-10-2009	Aviso de pauta: Ministro do Esporte abre seminário que vai debater segurança nos estádios.	Ministro do Esporte - Orlando Silva; Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados, DF e da União (CNPQ); CBF.	Segurança nos estádios.	Apresentar e discutir diretrizes para integração e efetivação das propostas de normas de segurança e melhoria dos serviços públicos, e nas medidas de prevenção e combate as violências relacionadas às partidas de futebol.
	22-10-2009	Ministro do Esporte abre Seminário de Segurança nos estádios.	Ministro Orlando Silva	Aperfeiçoar os estádios de futebol	Definir medidas que vão permitir que os estádios fiquem mais seguros e os torcedores tenham mais conforto.
	22-10-2009	Seminário esclarece dúvidas sobre laudos técnicos de funcionamento de estádios,	CBF; Ministério do Esporte.	Segurança e Conforto nos estádios.	Padronizar documentos e procedimentos nas áreas de higiene combate a incêndio, segurança e engenharia para atender plenamente o Estatuto do Torcedor.
	23-10-2009	Novo Estatuto do Torcedor é destaque em Seminário sobre segurança nos estádios.	Promotor de Justiça Paulo Castilho.	Segurança nos Estádios.	Tornar crime qualquer ato de violência praticado nos estádios.
	23-10-2009	Segurança dos estádios é responsabilidade de todos.	Ministério do Esporte.	Segurança nos Estádios.	Proporcionar segurança e conforto aos torcedores nos estádios do Brasil.
	06-05-2010	ME discute segurança nos estádios com torcidas organizadas.	Ministério do Esporte; Torcidas Organizadas.	Segurança nos Estádios.	Discutir sobre ações sociais que as torcidas organizadas podem realizar e padronização da atuação da Polícia e do Corpo de Bombeiros nos eventos de futebol.
	07-05-2010	Governo inicia debates sobre Segurança Pública na Copa 2014.	Ministério do Esporte e da Justiça	Segurança Pública.	Debater ações de segurança pública para a Copa de 2014.
	10-05-2010	Padronização de segurança nos estádios é discutida no 2º Seminário das Torcidas Organizadas.	Ministério do Esporte; Torcidas Organizadas.	Segurança nos Estádios.	Manter o diálogo para aprimorar as medidas de pacificação nos estádios no país.
	10-05-2010	Segurança Pública na Copa 2014: Ministérios do Esporte e da Justiça começam planejamento	Ministério do Esporte; Justiça e Comitê Organizador Local da FIFA.	Segurança Pública.	Debater ações de segurança pública para a Copa de 2014.

	05-06-2010	Segurança nos estádios brasileiros é debatida durante a III CNE.	ME e sociedade esportiva.	Segurança nos Estádios.	Definir Estratégias para políticas públicas na área do futebol.
	06-06-2010	Consolidação dos direitos e deveres do torcedor está prevista no Plano Decenal.	ME e sociedade esportiva.	Segurança nos Estádios.	Consolidação dos direitos e deveres do torcedor.
	08-07-2010	Projeto de lei que criminaliza violência nos estádios é aprovado no Senado.	Senado Federal.	Segurança nos Estádios.	Criminalização dos atos de violência e vandalismo nos estádios e cambismo.
	26-07-2010	Presidente Lula sanciona lei que criminaliza violência nos estádios.	Presidente da República.	Segurança nos Estádios.	Criminalização dos atos de violência e vandalismo nos estádios e cambismo.
	27-07-2010	Lula aprova mudanças no Estatuto do Torcedor para tornar estádios mais seguros.	Presidente da República.	Segurança nos Estádios.	Tornar as arenas lugares mais seguros e confortáveis.
	22-09-2010	Seminário expõe novos procedimentos de segurança em eventos de futebol.	Ministério do Esporte e da Justiça.	Segurança nos Estádios.	Discutir e aprimorar medidas para conter a violência em grandes eventos como a Copa 2014 e as Olimpíadas 2016.
	23-09-2010	Ministério do Esporte e Justiça discutem procedimentos de segurança em eventos de futebol.	Ministério do Esporte e da Justiça.	Segurança nos Estádios.	Aprimorar a segurança nos estádios.
	24-09-2010	Seminário promove debate sobre monitoramento de estádios.	Ministério do Esporte e da Justiça.	Segurança nos Estádios.	Aprimorar a segurança nos estádios.
	24-09-2010	Plano operacional de segurança em estádios é apresentada em seminário.	Ministério do Esporte e da Justiça.	Segurança nos Estádios.	Aprimorar a segurança nos estádios.
Ordenamento Legal	19-01-2003	Ministro do Esporte defende lei específica para o futebol.	Ministro do Esporte – Agnelo Queiroz.	Organizar o futebol brasileiro.	Criar uma legislação específica para o futebol brasileiro.
	19-03-2003	Câmara aprova Medida Provisória 79 que moraliza o futebol brasileiro.	Deputados; Ministério do Esporte.	Moralizar o futebol brasileiro.	Transformar os clubes em empresa; Os clubes-empresa terão que publicar balanços financeiros e fiscais.

	04-04-2003	Senado aprova Medida Provisória 79 que moraliza o futebol.	Senadores.	Moralizar o futebol brasileiro.	Transformar os clubes em empresa; Os clubes-empresa terão que publicar balanços financeiros e fiscais.
	17-04-2003	Senado aprova Estatuto do Torcedor e agora para virar lei só depende da sanção do presidente Lula.	Senadores.	Medidas de proteção ao torcedor.	O Estatuto do Torcedor se aplicará para todas as modalidades esportivas.
	22-05-2003	Campeonato brasileiro está mantido com Estatuto do Torcedor.	Ministro do Esporte; Clubes; Dirigentes de Futebol; CBF.	Importância do Estatuto do torcedor.	Cumprimento da Lei.
	23-05-2003	Ministro diz que a polêmica em torno do Estatuto do Torcedor está encerrada.	Ministro do Esporte – Agnelo Queiroz.	Custeios eventuais das obrigações do Estatuto.	Cumprimento da Lei.
	23-09-2003	Estatuto do torcedor é apresentado a quem trabalha nos estádios.	Ministério do Esporte.	Socialização; Identificar competências e responsabilidades.	Apresentar o Estatuto do Torcedor aos servidores públicos que atuam nos estádios.
	11-11-2003	Especialistas elaboram novo Código de Justiça Desportiva.	Ministro do Esporte – Agnelo Queiroz; Especialistas em Direito Esportivo.	Definir sistema jurídico a ser aplicado ao esporte brasileiro.	Apresentar ao Ministro Agnelo a proposta do novo CBJD; Atender uma pretensão histórica dos segmentos que atuam no esporte nacional.
	02-01-2004	Lei mais dura entra em vigor no esporte brasileiro.	Ministro do Esporte; Juristas – especialistas em Direito Esportivo.	Acelera os julgamentos; É um Código Moderno ajustado a realidade. Garante o bom espetáculo combate o ante jogo e preserva o espetáculo.	Prever punições para juízes de futebol, dirigentes e técnicos e até torcedores.
	28-04-2004	Ministério aprova legislação de controle ao doping esportivo.	Conselho Nacional do Esporte (CNE).	Valorização do esporte.	Atualizar uma antiga legislação sobre o assunto; A ampla divulgação das normas básicas de controle da dopagem; Cumprir determinações da Agência Mundial Antidoping e a legislação brasileira.

	15-02-2006	Timemania é aprovada no Senado Federal.	Senadores; Ministro Agnelo Queiroz.	Re-alinhamento fiscal dos clubes.	Sanar as dívidas tributárias (impostos e previdência) e com o FGTS dos clubes de futebol brasileiros.
	14-09-2006	Lei que cria Timemania recebe sanção presidencial.	Presidente Lula; Ministro do Esporte – Orlando Silva; Dirigentes de clubes de futebol.	Fortalecimento dos clubes.	Auxiliar os clubes de futebol sanar suas dívidas com a união.
	15-05-2007	Ministro do Esporte tratou da revisão da Lei Pelé em Porto Alegre.	Ministro do Esporte – Orlando Silva; Assembleia Legislativa – Porto Alegre/RS.	Construção da identidade nacional através do futebol.	Promover o debate sobre a revisão da Lei Pelé.
	27-06-2007	Câmara aprova mudanças e Timemania se aproxima do lançamento.	Ministro Orlando Silva; Deputados.	Organização do futebol brasileiro.	Criar oportunidade para que o futebol tenha marco zero.
	19-07-2007	Presidente Lula sanciona Lei da Timemania.	Presidente Lula; Ministro do Esporte.	Fortalecimento dos clubes.	Ajudar os clubes de futebol sanarem suas dívidas com a União.
	13-12-2007	Comissão da Lei de Incentivo ao Esporte realiza a primeira reunião.	Ministério do Esporte; CNE; COB.	Captação de recursos.	Aprovação dos projetos para captação de recursos através da Lei de Incentivo ao Esporte.
	14-12-2007	Projetos da Lei de incentivo serão votados hoje.	Ministério do Esporte; CNE; COB.	Captação de recursos.	Aprovação dos projetos para captação de recursos através da Lei de Incentivo ao Esporte.
	14-01-2008	Lei de incentivo	Ministério do Esporte; CNE; COB.	Captação de recursos.	Autorizada a captação de recursos através da Lei de Incentivo ao Esporte.
	04-03-2008	Ministro do Esporte e Dirigentes pedem apoio à Lei do Clube Formador no Congresso.	Ministro do Esporte; Federação Paulista de Futebol; Representantes de Clubes Paulista.	Proteger o Clube Formador.	Agilizar a votação do Projeto de Lei 5186/2005, que propõe alterações na Lei Pelé.
	26-03-2008	Novos lances da Lei Pelé.	Ministro do Esporte – Orlando Silva.	Tornar a economia do futebol mais forte.	Fortalecer o Clube Formador.
	23-04-2008	Ministro discute alterações na Lei Pelé com frente parlamentar de esporte.	Ministro do Esporte; Parlamentares.	Fortalecer o Clube Formador.	Alterar a Lei Pelé.

	27-06-2008	Grupo de trabalho discutirá melhorias no Estatuto de Torcedor.	Ministérios do Esporte e da Justiça; Ministério Público; CBF.	Segurança do Torcedor.	Adoção de medidas legislativas voltadas à segurança pública nas apresentações esportivas.
	22-08-2008	Ministério do Esporte recebe da OAB-GO proposta de alteração no Estatuto do Torcedor.	Ministério do Esporte; OAB-Goiás.	Coleta de sugestões.	Alterações no Estatuto do Torcedor.
	05-11-2008	Ministro do Esporte pede aprovação de nova lei para proteger o futebol brasileiro.	Ministro do Esporte; Parlamentares.	Fortalecer o clube formador.	Alteração da Lei Pelé (Lei 9.615/98); Proteger o futebol brasileiro.
	16-12-2008	Ministro do Esporte recebe texto final da Lei do Clube Formador.	Ministro Orlando Silva; Parlamentar relator do PL.	Valorizar e proteger o clube formador.	Dificultar a saída prematura do país de jovens atletas, para mantê-los mais tempo nos clubes formadores.
	20-08-2009	Brasília recebe II Encontro Nacional sobre Legislação Esportivo-Trabalhista.	Ministro do Esporte.	Buscar maior aproximação entre a justiça do Trabalho e o Direito Esportivo.	Debater temas jurídico-esportivos.
	30-12-2009	Código Brasileiro de Justiça Desportiva entra em vigor amanhã.	Ministro do Esporte; Comissão de Estudos Jurídicos Desportivos.	Criar um ambiente de cultura de paz no esporte.	As modificações visam à realização dos megaeventos que terão sede no país.
	23-03-2010	Ministro e dirigentes pedem celeridade para mudanças na Lei Pelé.	Ministro do Esporte; Senadores; Dirigentes de clubes.	Modernizar o futebol brasileiro.	Evitar a evasão de jovens talentos do nosso futebol para clubes do exterior no início da carreira.
	24-07-2010	Ministro do Esporte defende as alterações da Lei Pelé em Curitiba (PR).	Ministro Orlando Silva; Senado Federal.	Alterações na Lei Pelé.	Evitar evasão de jovens jogadores.
	18-11-2010	III Encontro Nacional sobre Legislação Esportiva-Trabalhista reúne juristas para debater setor.	Ministério do Esporte; Tribunal Superior do Trabalho.	Debater temas polêmicos do setor.	Discutir questões trabalhistas relacionadas aos atletas profissionais.
GESTÃO DOS CLUBES	13-01-2003	Agnelo Queiroz defende financiamento para clubes reformarem e construir seus campos.	Ministro do Esporte.	Profissionalização do futebol brasileiro.	Os clubes possam se valer de linhas de crédito do BNDES para reformarem ou construir suas arenas esportivas.
	17-01-2003	Agnelo Queiroz visita sede do Flamengo e defende transparência no futebol.	Ministro do Esporte; Dirigentes do Flamengo.	Modernização do futebol.	Ter um futebol mais estável e transparente; Fortalecer a saúde financeira dos clubes; Sediar Copa do Mundo.

	20-03-2003	Clube dos Treze apresenta propostas ao Ministro do Esporte.	Clubes; Ministro do Esporte.	Melhoria do esporte brasileiro.	Maior integração entre o clube dos 13 e o Ministério; Encaminharam sugestões do clube dos 13 para o Estatuto do Esporte.
	05-04-2004	Grupos de trabalho estudam medidas para revitalizar clubes.	Ministério do Esporte; Comissão de clubes Esportivos e Sociais; Comissão de Futebol e Marketing Esportivo.	Revitalização dos clubes.	Promover estudos e propor ações voltadas para a revitalização dos clubes sociais.
	30-04-2004	Presidente do Flamengo discute com Ministro propostas para o futebol.	Ministro Agnelo; Presidente do Flamengo.	Revitalização dos clubes.	Apoio do Governo Federal para evitar a falência do clube.
	29-03-2005	Dirigentes de clubes fazem apelo ao governo federal para lançamento da Timemania.	Ministro do Esporte; Dirigentes de clubes de futebol.	Resgatar o futebol brasileiro; Auxiliar clubes saúdar dívidas.	Aprovação da Timemania.
	02-08-2006	Clubes de futebol se unem para pedir votação da Timemania.	Ministro do Esporte – Orlando Silva; Parlamentares; Dirigentes do Clube dos 13.	Transformar o futebol numa indústria próspera.	Aprovação imediata do Projeto de Lei da Timemania.
	04-12-2006	Ministro do Esporte prestigia Prêmio Brasileiro 2006.	Ministro Orlando Silva; CBF.	Reconhecimento profissional.	Premiação dos melhores jogadores, treinadores e árbitros do Campeonato Brasileiro das séries A, B e C.
	14-02-2007	Confederação Brasileira de Clubes elogia empenho do Ministério do Esporte.	Confederação Brasileira de Clubes (CBC).	Reconhecimento profissional.	Agradecimento ao Ministro do Esporte Orlando Silva pelas ações desenvolvidas para o setor.
	29-09-2008	Ministério do Esporte assina termo de compromisso para incentivar esporte de base do São Paulo.	Ministro do Esporte; Presidente da Comissão Técnica da Lei de Incentivo ao Esporte; CEF.	Benefícios para população.	Assinar termo de compromisso destinado ao esporte de base no clube paulista.
	28-05-2009	Clubes sociais esportivos poderão parcelar dívidas com o governo.	Presidente da República Luiz Inácio da Silva.	Desenvolvimento do Esporte.	Parcelamento das dívidas dos clubes sociais com a união.
	14-07-2009	Federação Mineira propõe novo modelo de campeonato para futebol amador.	Ministério do Esporte; Federação Mineira de Futebol.	Futebol uma cultura nacional.	O objetivo do projeto é integrar as ligas municipais e regionais do campeonato para futebol amador.
	23-08-2010	Presidente Lula e Ministro Orlando Silva se encontram com Neymar e Ganso em SP.	Presidente Lula; Ministro Orlando Silva; Neymar e Ganso.	Incentivar a permanência por mais tempo no Brasil.	PL. que altera a lei Pelé.

COPA 2014	27-07-2006	Ministério do Esporte e CBF discutem COPA 2014 em encontro no Rio.	Ministro do Esporte – Orlando Silva; CBF.	Preparar o Brasil para sediar Copa.	Discutir preparação da Copa 2014.
	28-06-2006	COPA 2014 será tema de encontro de Lula e Ministro do Esporte com presidente da FIFA.	Presidente Lula; Ministro do Esporte; FIFA	Disposição do Brasil para sediar campeonato.	Realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil.
	28-09-2006	Ministro diz que está convicto de que a COPA 2014 será no Brasil.	Ministro do Esporte – Orlando Silva.	Força do futebol brasileiro; Comprometimento do Governo Federal.	Discussão de ações necessárias para realização do mundial de futebol no Brasil.
	07-11-2006	Presidente Lula cria Grupo de Trabalho para a COPA 2014.	Presidente da República.	Fortalecer as pretensões do país de sediar a competição.	Definir a estruturação do país para abrigar a Copa do Mundo de 2014.
	09-11-2006	CBF encaminha à FIFA decreto da criação de Grupo de Trabalho para COPA 2014.	CBF.	Empenho na proposta.	Demonstrar a seriedade que o Governo Federal está tratando a candidatura do país.
	16-11-2006	Ministério do Esporte começa preparativos para país receber a COPA de 2014.	Ministro do Esporte; Empresa de Consultoria.	Organização bem feita gera resultados grandiosos.	Como estrutura uma candidatura e realizar uma Copa do Mundo de futebol bem sucedida.
	14-12-2006	Agora é oficial: Brasil é candidato a sediar a Copa do Mundo de 2014.	Presidente da República.	Abrigar pela 2ª vez na história o maior torneio de futebol do planeta.	Decreto Presidencial criou grupo de trabalho interministerial para definir a estruturação do país para o megaevento.
	19-12-2006	COPA 2014 é tema de audiência pública na Câmara dos Deputados.	Ministro do Esporte; Deputados.	Organização do mundial de futebol.	Debater geração de emprego e renda nos setores de serviços e turismo com a organização do evento.
	17-01-2007	Grupo de Trabalho para COPA 2014 se reúne nesta quinta-feira.	Ministro do Esporte; Grupo de Trabalho para Copa 2014.	Organização do mundial de futebol.	Debater assuntos referentes a realização do mundial de futebol.
	18-01-2007	Reunião interministerial realiza primeiro encontro no projeto da Copa de 2014.	Ministério do Esporte; Grupo de Trabalho Interministerial da Copa 2014; Ministérios da Fazenda, Cidades, Turismo, Planejamento, Relações Exteriores, Justiça e Casa Civil.	Organização do mundial de futebol.	Apresentação de dados da última Copa do Mundo.

	08-02-2007	Ministro do Esporte apresenta PAN 2007 e debate 2014 em feira na Alemanha.	Ministro Orlando Silva.	Importância dos megaeventos.	Apresentação sobre Pan e Parapan.
	07-04-2007	Esporte inicia formalização das garantias do governo para a Copa de 2014.	Presidente Lula; Ministro Orlando Silva; Grupo Interministerial de trabalho.	Consolidar em carta-compromisso as garantias do governo para realização da Copa 2014.	Atender cronograma determinado pela FIFA, que estipulou o prazo até 31 de julho para a entrega da carta-compromisso.
	12-04-2007	Ministério do Esporte celebra candidatura única do Brasil a COPA de 2014.	Ministro do Esporte.	Consolidar posição de país sede da Copa 2014.	Trabalhar e prepara as estruturas necessárias para a Copa.
	04-05-2007	Ministério do Esporte comanda reunião para discutir garantias governamentais da Copa de 2014.	Ministro do Esporte - Orlando Silva; Grupo Interministerial de trabalho; FIFA.	Consolidar posição de país sede da Copa 2014.	Discutir Garantias governamentais da Copa 2014; Definir responsabilidades.
	07-05-2007	Encerrada no início desta tarde a reunião do Grupo de Trabalho COPA-2014.	Ministro do Esporte - Orlando Silva; Grupo Interministerial de trabalho; FIFA.	Consolidar posição de país sede da Copa 2014.	Discutir Garantias governamentais da Copa 2014; Definir responsabilidades.
	09-05-2007	Ministro do Esporte reitera em seminário determinação do Brasil para sediar a COPA de 2014.	Ministro do Esporte; CBF.	Oportunidade de crescimento, desenvolvimento econômico, geração de emprego e renda.	Determinação do Presidente Lula para sediar a Copa 2014; Demonstrar ao mundo a capacidade do Brasil fazer um espetáculo maravilhoso.
	11-05-2007	Ministro do Esporte conhece projeto de Campinas para ser subsede da Copa de 2014.	Ministro do Esporte.	Candidatar a subsede da Copa de 2014.	Conhecer o Plano de Desenvolvimento Esportivo da Prefeitura de Campinas; Ser uma das 12 subsedes da Copa de 2014.
	14-06-2007	Presidente Lula assina documento dando garantias à FIFA para sediar Copa de 2014.	Presidente Lula; Ministro do Esporte.	Sediar COPA 2014.	Assinatura da declaração de intenções do governo brasileiro comprometendo a cumprir as exigências da FIFA para a Copa de 2014.
	15-06-2007	Brasil assina garantias para sediar Copa de 2014.	Presidente Lula.	Sediar COPA 2014.	Assegurar o direito do Brasil sediar a Copa de 2014.
	01-08-2007	Ministro do Esporte participa de coletiva com Comissão da FIFA da COPA de 2014.	Ministro do Esporte; FIFA.	Sediar COPA 2014.	Possibilidades do Brasil sediar Copa 2014.

	26-10-2007	Brasil deverá ser anunciado como país-sede da COPA 2014 na próxima semana.	FIFA.	Sediar COPA 2014.	Anúncio pela FIFA do país sede da Copa de 2014 – Brasil.
	29-10-2007	Ministro do Esporte e autoridades estão em Zurique para o anúncio do Brasil como país sede da Copa.	FIFA.	Sediar COPA 2014.	Confirmar o Brasil como país sede da Copa 2014.
	30-10-2007	Faremos a melhor Copa da história da FIFA, garante Ministro Orlando Silva.	Presidente da República; Ministro do Esporte.	Os Legados que a Copa do Mundo deixará para o país.	Fazer a melhor Copa da história da FIFA.
	31-10-2007	A Copa do Mundo é nossa.	Ministro do Esporte – Orlando Silva.	Incluir o país no circuito político internacional.	Promover o país internacionalmente.
	01-11-2007	Ministério vai comemorar 50 anos do primeiro título brasileiro na Copa.	Ministério do Esporte.	Realizar uma grande festa.	Comemorar o aniversário do cinquentenário do primeiro brasileiro conquistado numa Copa do Mundo.
	13-11-2007	A FIFA não vai tolerar barganha.	Ministro do Esporte.	Os legados para o país e para a economia do futebol.	Empenho para realização do megaevento.
	11-12-2007	Ministro do Esporte discute manutenção de arenas com Secretarias Estaduais de Esporte.	Ministro Esporte; Secretários Estaduais de Esporte.	Administração das arenas pelo setor privado.	Debater assuntos como a manutenção dos estádios de futebol para Copa 2014.
	14-12-2007	Presidente do COI afirma que realização da Copa 2014 no Brasil reforça aspiração do Rio para 2016.	Presidente do COI	Reforço da Copa 2014 para aspiração do Rio para Olimpíadas 2016.	Rio 2016 será beneficiado com investimentos da Copa do Mundo 2014.
	17-01-2008	Com o Bezerrão, Brasília dá o pontapé inicial para a Copa de 2014.	Ministro do Esporte – Orlando Silva; Governador do DF – José Roberto Arruda.	Construção de estádios modernos.	Utilizar o estádio para aclimação dos jogadores que disputarão a Copa de 2014.
	13-05-2008	Governo Federal receberá da Abdib um estudo sobre obras necessárias para a Copa de 2014.	Presidente Lula; Ministro do Esporte; CBF; Abdib.	Estudar; Planejar os investimentos em infra-estrutura no país.	Elaborar estudos e projetos sobre a infra-estrutura necessária para realização da Copa do mundo de 2014 no Brasil.
	13-05-2008	Ministério do Esporte assinou acordo com Abdib e CBF para o mapeamento dos investimentos da Copa.	Presidente Lula; Ministro do Esporte; CBF; Abdib.	Apoiar a escolha das cidades-sedes da COPA; Respalda a FIFA na decisão.	Fazer mapeamento em infra-estrutura necessária para realização da Copa do mundo de 2014 no Brasil.

	25-06-2008	Orlando Silva apresenta acordo de cooperação para estudo da Copa de 2014.	Ministro do Esporte.	Auxiliar na escolha das cidades-sedes da COPA;	Estimular os investimentos da iniciativa privada na Copa de 2014.
	25-06-2008	Ministério do Esporte reúne Estados, Municípios e Abdib para discutir Copa de 2014.	Ministro do Esporte; Abdib.	Oportunidade para modernização da infra-estrutura do país.	Oferecer aos candidatos a realização de um estudo feito pela Abdib para infra-estrutura necessária de forma a atrair os investimentos da iniciativa privada.
	22-08-2008	Governador, bancada federal e cantor Zezé de Camargo querem que Goiás sedie Copa de 2014.	Governador, Deputados, Artistas de Goiás.	Assegurar os benefícios que o legado de uma Copa deixa aos moradores.	Reafirmar o desejo de fazer com que Goiânia seja uma das capitais brasileiras a receber o mundial.
	26-09-2008	Ministro do Esporte acompanha abertura do Seminário das Cidades Candidatas a sede da Copa de 2014.	Ministro do Esporte; CBF.	Requisitos para sediar Copa 2014.	Apresentar os temas gerais da Copa de 2014.
	29-09-2008	Ministro ratifica compromisso do Governo Federal na Copa de 2014.	Ministro do Esporte;	Elevar as cidades-sedes a um patamar de visibilidade mundial.	Apresentar os temas gerais da Copa de 2014.
	30-09-2008	Ministro do Esporte diz que Copa de Futsal é teste para a Copa do Mundo de Futebol.	Ministro do Esporte.	Ajuda a divulgar uma imagem positiva do país no resto do mundo.	Teste para demonstrar que realizaremos a melhor Copa do Mundo da História.
	24-11-2008	Evento na Câmara debate impacto da Copa do Mundo de 2014.	Deputados; CBF; Ministros do Turismo, Planejamento e Casa Civil.	Oportunidade para modernização da infra-estrutura do país; Geração de emprego e renda.	Discutir os desafios de realização da Copa do Mundo.
	25-11-2008	Ministro fala da realização da Copa de 2014 na Câmara dos Deputados.	Ministro do Esporte; Deputados.	Promover o país internacionalmente.	Discutir os desafios da preparação do Brasil para Copa 2014.
	23-12-2008	Ministro Orlando Silva faz balanço sobre ações da Copa 2014.	Ministro do Esporte.	Investir no que for necessário para que a Copa aconteça.	Até maio/2009 o Governo Federal deverá lançar o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) da Copa de 2014.
	16-02-2009	Isenção de tributos para a Copa de 2014 será discutida no Ministério do Esporte.	Ministérios do Esporte e Fazenda; FIFA; Comitê de organização.	Cumprir as garantias exigidas pela FIFA.	Analisar a proposta de isenções de tributos federais para Copa 2014.

	17-02-2009	Governo Federal discute isenção de tributos fiscais para a Copa de 2014.	Ministérios do Esporte e Fazenda; FIFA; Comitê Organizador da Copa 2014.	Cumprir garantia Governamental exigida pela FIFA.	Finalizar Projeto de Lei a ser encaminhado ao Congresso reduzindo a carga dos impostos federais a serem cobrados da FIFA e seus parceiros na Copa 2014.
	24-06-2009	Bancada do Ceará apresenta Plano de Investimento do Estado para a Copa de 2014.	Ministro do Esporte; Deputados Federais do Estado do Ceará.	A importância do diálogo entre governo federal, os estados e as cidades escolhidas como sede.	Apresentar e discutir projeto cearense para a Copa de 2014.
	30-06-2009	Ministro se encontra com prefeitos das cidades sede da Copa de 2014.	Ministro do Esporte e Prefeitos das cidades sedes da Copa.	Trabalho articulado, cooperado e alinhado.	Definir uma matriz de responsabilidade para Copa 2014; Fixar tarefas que cabem a cada ente da federação e o cronograma para realização delas.
	03-07-2009	Uma das 12 sedes da Copa 2014, Porto Alegre vive momento inédito no futebol.	Ministro do Esporte; Secretário Extraordinário da Copa 2014/RS.	Fazer investimentos no país.	Instituição oficial da secretaria extraordinária da Copa de 2014.
	03-07-2009	Ministro do Esporte fala sobre ajustes na legislação tributária para a Copa 2014.	Ministro do Esporte.	A realização da Copa resultará em impacto na economia brasileira.	Fazer ajustes na legislação tributária do país para a Copa 2014.
	06-07-2009	Ministro conhece em Porto Alegre projeção de obras para a Copa 2014.	Ministro do Esporte; Prefeito de Porto Alegre – José Fogaça.	O legado que ficará para a população da cidade.	Apresentar a projeção de investimentos para a capital gaúcha receber a Copa de 2014.
	03-08-2009	Técnicos do BNDES estudam possibilidades de financiamento para a Copa de 2014.	Técnicos do BNDES e do Ministério do Esporte.	Preencher as exigências de um financiamento bancário.	Estudar as possibilidades de o BNDES abrir uma linha de financiamento exclusiva para construção e reforma de estádios de futebol para sediar jogos do mundial.
	13-08-2009	Legislativos estaduais debatem a realização da Copa de 2014.	Legislativo federal, estadual e municipal das cidades-sedes da Copa 2014.	A importância do mundial para a promoção da imagem do Brasil no exterior.	Mobilizar o legislativo nos níveis federal, estadual e municipal para uma reflexão sobre as responsabilidades desse poder para realização do mundial no Brasil.

	11-09-2009	Ministro do Esporte elogia união de governos para realização da Copa do Mundo em Natal (RN)	Ministro do esporte; Prefeita de Natal	Mudar definitivamente a imagem do país para o mundo; Mudar a história da cidade.	Governos se unem para realização da Copa do Mundo em Natal/RN.
	14-09-2009	Porto Alegre (RS) recebe Fórum Legislativo das Cidades Sede da Copa 2014.	Ministro do esporte.	Preparar as cidades sedes para COPA 2014.	Transmitir a importância da Copa do mundo para as cidades sedes, como a necessidade de cada uma delas de se preparar de acordo com o cronograma da FIFA.
	21-09-2009	Encontro em São Paulo debate oportunidades de negócios com a Copa de 2014.	Ministro do esporte.	Oportunidade de promover para o mundo o Brasil moderno, democrático e estável.	Discutir oportunidades de negócios relacionados à Copa do Brasil.
	09-10-2009	Ministros do Esporte do Brasil e da África do Sul firmam acordo de cooperação esportiva.	Ministros do Esporte do Brasil e da África do Sul.	Aprender com a experiência sul africana.	Tratar sobre intercâmbio esportivo.
	14-10-2009	Ministro do Esporte fala na Câmara sobre preparativos da Copa.	Ministro do Esporte.	Responsabilidade do governo federal auxiliar cidades sede.	Dar um panorama geral dos preparativos para a Copa de 2014.
	15-10-2009	Realização de grandes eventos motiva novos projetos de incentivo ao esporte brasileiro.	Ministério do esporte- Wadson Ribeiro; Organizador dos V Jogos Mundiais Militares.	Mostrar que o Brasil tem condições de realizar com competência grandes eventos.	Preparativos para a realização no Brasil da maior competição militar do mundo.
	27-1-2009	Presidente Lula valida modelo de financiamento para obras de estádios da Copa 2014.	Ministro do Esporte.	Financiamento.	Validar as condições de financiamento oferecido pelo BNDES para a reforma ou construção de estádios da Copa de 2014.
	04-11-2009	Ministro do Esporte conhece projetos esportivos de Roraima.	Ministro do Esporte.	Desenvolver o esporte no estado.	Conhecer projeto roraimense para ser uma das sub-sedes da COPA 2014.
	06-11-2009	Alcino Rocha, do ME, ABRE O 3º Seminário das cidades-sede da Copa 2014 no Rio de Janeiro.	Ministério do Esporte – Alcino Rocha; Ministro do Turismo.	Compromisso das equipes.	Estabelecer um canal de interlocução permanente entre todos os atores e parceiros envolvidos com a Copa de 2014; Alcançar uma unidade nos trabalhos a serem desenvolvidos para o sucesso da COPA.

	24-11-2009	Comitê de proteção dos direitos intelectuais e comerciais da Copa do Mundo 2014 sai até dezembro.	Ministério do Esporte – Alcino Rocha.	Encaixar os compromissos assumidos pelo país com a FIFA em nossa legislação.	Encaminhar ao presidente Lula uma minuta, com a proposta para a constituição, do Comitê Nacional do Programa de Proteção de Direitos da Copa 2014.
	15-12-2009	Ministro participa de lançamento da Rede de Fiscalização e controle da Copa de 2014.	Ministro do Esporte – Orlando Silva.	Importância da transparência e a eficiência na aplicação de recursos públicos.	Lançar Rede de Fiscalização e Controle da Copa de 2014.
	04-01-2010	Reunião no Ministério do Esporte discute tributação para Copa 2014 com FIFA e CBF.	Ministros do Esporte e da Fazenda; FIFA; CBF.	Isenções tributárias.	Discutir Projeto de Lei de isenções tributárias para a Copa de 2014.
	05-01-2010	Governo Federal apresenta à FIFA projeto de isenções fiscais para Copa 2014.	Ministérios do Esporte e Fazenda; Casa Civil.	Cumprir o compromisso assumido, para atender as exigências da FIFA.	Apresentar à FIFA projeto de isenções fiscais para a Copa de 2014.
	12-01-2010	Três níveis de governo assinam Matriz de Responsabilidades para a Copa 2014.	Presidente Lula; Ministro do Esporte; Prefeitos e Governadores.	Cumprir o compromisso assumido, para atender as exigências da FIFA.	Firmar Pacto de cooperação que definem quais serão os encargos e cronogramas de cada ente federativo na realização das obras para a COPA 2014.
	13-01-2010	Lula cria comitê governamental para dar eficiência e transparência à preparação da Copa 2014.	Presidente Lula.	Dar eficiência e transparência à preparação da COPA 2014.	Definir aprovar e supervisionar as ações previstas para a realização do mundial de futebol.
	01-02-2010	Portal do Ministério do Esporte disponibiliza Matriz de responsabilidade para Copa 2014.	Ministério do Esporte.	Dar eficiência e transparência à preparação da COPA 2014.	Permitir o acesso das informações sobre a COPA 2014 a todos os cidadãos.
	10-02-2010	Ministro do Esporte palestra em Seminário Internacional Copa 2014 em São Paulo.	Ministro do Esporte.	Apresentar o ponto de vista do Ministério sobre a Organização da Copa 2014.	Abordar os diversos temas que envolvem a Copa.
	11-02-2010	Ministro pede que sociedade cobre cumprimento de prazos para a Copa.	Ministro do Esporte.	Participação da sociedade.	Cobrar cumprimento de prazos para a Copa.
	19-02-2010	Ministério prorroga para 23 de abril prazo para emissão de laudos de estádios.	Ministro do Esporte; CBF; Federações de Futebol; CREAs.	Atender solicitação de entidades envolvidas.	Prorrogar prazos para emissão de laudos de estádios.

	03-03-2010	Ministro se reúne com representantes das cidades-sede para discutir andamento de obras para Copa.	Ministro do Esporte; Representantes das cidades sedes.	Preparar para o país para o mundial de futebol.	Discutir andamento da obras para Copa.
	10-03-2010	Estádios já estarão prontos para a Copa das Confederações em 2013.	Ministério do Esporte – Alcino Rocha.	As expectativas de retorno dos investimentos para Copa.	Assegurar que os estádios de futebol deverão estar prontos em 2013.
	10-03-2010	Encontro em Salvador reúne representantes das três esferas do governo.	Representantes do governo Federal, Estadual e Municipal.	O legado que ficará para as cidades e para o país.	Discutir as questões de maior impacto para as 12 cidades sede dos jogos relativos à Copa 2014.
	11-03-2010	British Council busca parceria do ME para o futebol.	Ministério do Esporte – Alcino Rocha.	Realizar a melhor Copa do Mundo de todas as edições.	Discutir possíveis parcerias entre a Inglaterra e o Brasil no âmbito do futebol.
	15-03-2010	Recife discute desafios da Copa do Mundo.	Representante do Ministério do Esporte; Autoridades de Pernambuco.	Deixar o legado de um país capaz de realizar um evento destas dimensões.	Promover o debate sobre os principais desafios de Pernambuco para a edição brasileira da Copa.
	22-03-2010	Iniciativa privada na Copa 2014: questionário no site do ME.	Ministério do Esporte.	Aumento do interesse do setor privado no mega evento.	Fazer um mapeamento das opções de soluções e de possíveis parceiros disponíveis no mercado.
	24-03-2010	Rodada Nordestina para a Copa chega a Fortaleza.	Ministério do Esporte; Federações Esportivas; Autoridades do Ceará.	A escolha do Brasil como sede da Copa 2014 tem relação direta com o nosso posicionamento atual no cenário mundial e a sua solidez econômica.	Potencializar a compreensão da dimensão que a Copa do Mundo terá para o Brasil.
	29-03-2010	Governo prepara Casa Brasil para a Copa da África.	Ministério do Esporte – Alcino Rocha.	A importância de uma padronização das ações e da divulgação dos preparativos brasileiros.	Divulgar as potencialidades do Brasil como o próximo país sede do evento.
	08-04-2010	Rodada Nordestina rumo à Copa 2014 chega a Natal.	IBDE- Instituto Brasileiro de Desenvolvimento do Esporte.	Discutir as oportunidades que a Copa gerará para o Brasil.	Debater os desafios do planejamento da Copa de 2014.
	13-04-2010	Cidades-sede conhecem sistema de monitoramento das ações da Copa 2014.	Ministério do Esporte; Representantes estaduais.	Apresentar sistema de monitoramento.	Garantir a boa realização das obras e a boa utilização dos recursos públicos.
	14-04-2010	Ministro recebe secretário Geral da FIFA para tratar de questões tributárias da Copa 2014.	Ministro do Esporte; Secretário geral da FIFA.	Discutir questões tributárias.	Isenção fiscal dos produtos e serviços envolvidos no mundial de futebol.

	15-04-2010	Projeto de Lei de isenções da Copa 2014 será enviado ao Congresso ainda em abril.	Ministério do Esporte; Congresso Nacional.	Isenções fiscais.	Conceder isenções à FIFA e ao Comitê Organizador Local.
	24-04-2010	Copa do Mundo 2014 agregará R\$ 183 bilhões à economia brasileira.	Ministro do Esporte.	Impactos econômicos da Copa.	Investimentos diretos e indiretos para a Copa 2014.
	27-04-2010	Casa Brasil África do Sul: Tudo pronto para divulgar o país na Copa 2010.	Ministério do Esporte; EMBRATUR.	Divulgar Copa 2014.	Divulgar o Brasil na Copa da África do Sul.
	24-08-2010	Ministro do Esporte afirma que não há plano B para Copa do Mundo 2014.	Ministro do Esporte.	Atingir metas.	Cumprir cronogramas definidos.
	10-05-2010	ME instala amanhã Câmara do Meio ambiente para Copa 2014.	Ministério do Esporte.	Instalação da Câmara Nacional do Meio Ambiente.	Definir modelo de governança.
	11-05-2010	TCU lança modelo de fiscalização de ações relacionadas à Copa 2014.	Ministro do Esporte; TCU.	Fiscalizar gastos.	Ampliar a transparência e garantir a fiscalização do dinheiro público gastos com o mundial de futebol.
	11-05-2010	Instalada Câmara do meio ambiente para Copa 2014.	Ministério do Meio Ambiente; Assessoria do futebol.	Busca de soluções conjuntas.	Acompanhar os preparativos do evento no Brasil.
	25-05-2010	Lula assina amanhã projetos para isenções tributárias na Copa 2014.	Presidente da República.	Isenção fiscal.	Conceder isenções fiscais à FIFA e ao COL.
	26-05-2010	Lula assina projetos que concedem isenções tributárias a FIFA e parceiros.	Presidente da República.	Isenção fiscal.	Conceder isenções fiscais à FIFA e a parceiros.
	28-05-2010	Ministério do Esporte instala Câmara do Turismo para Copa 2014.	Ministério do Esporte.	Preparar cidades-sede para o mundial de futebol.	Melhorar a qualidade do turismo brasileiro.
	01-06-2010	Resultado da tecnologia de produção de material esportivo será apresentado pelo Brasil na África.	Ministério do Esporte.	Esporte como ferramenta de promoção.	Mostrar para o mundo o trabalho social desempenhado no Brasil.
	01-06-2010	Ministério do Esporte e AGU criam grupo executivo para dar mais eficiência e transparência à Copa.	Ministério do Esporte; AGU-Advocacia Geral da União.	Transparência e eficiência na organização do mundial.	Acompanhamento de ações relativas a preparação da Copa.

	01-06-2010	Ministério do Esporte instala Câmara temática de estádios para Copa 2014.	Ministério do Esporte.	Preparar para a Copa 2014.	Discutir plano de operação e gestão nas arenas de futebol.
	07-06-2010	Ministério do Esporte se reúne com Comitê de Responsabilidade da Copa 2014.	Ministério do Esporte.	Ações de promoção.	Discutir plano de investimentos.
	08-07-2010	Presidente Lula defende Copa Verde em 2014.	Presidente da República.	Sustentabilidade.	Copa 2014 com a marca da sustentabilidade.
	17-07-2010	Investimentos em portos e aeroportos são integrados à Matriz de Responsabilidade da Copa 2014.	Ministério do Esporte.	Acordo entre três esferas de Governo.	Definir recursos e cronograma de obras.
	19-07-2010	Discurso do Ministro Orlando Silva na assinatura do Termo aditivo à Matriz de Responsabilidades.	Ministério do Esporte.	Realização de grandes eventos.	Preparar o Brasil para os grandes eventos esportivos.
	28-07-2010	Brasília é a primeira sede a usar mão de obra de detentos em obras para Copa.	Conselho Nacional de Justiça; Governo do Distrito Federal; FIFA; Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso; COL.	Oportunidade de integração por meio do trabalho.	Recuperação social de detentos.
	28-07-2010	Câmara de Meio Ambiente da Copa do Mundo se reúne nesta quinta.	Ministério do Esporte; CTMAS.	Andamento da Agenda de Meio ambiente.	Articulação das Agendas de Sustentabilidade da Copa.
	04-08-2010	Ministros reúnem-se com bancada paulista de senadores para discutir a Copa 2014 em São Paulo.	Ministros do Esporte, Turismo, Cidades; Senadores de SP.	Organização da Copa.	Definir estádio no Estado de SP.
	11-10-2010	Ministro do Esporte discute agenda de sustentabilidade.	Ministro do Esporte.	Acompanhamento de licenciamentos ambientais.	Priorizar a tramitação dos eventos que envolvem a Copa.
	08-11-2010	Plano de tecnologia para Copa 2014 começa a ser discutido.	Ministério do Esporte.	Planejamento para Copa.	Planejamento das áreas de tecnologia e comunicações.
	09-11-2010	Salvador promove segundo Módulo de Capacitação Interna visando Copa 2014.	SECOPA. Ministério do Esporte.	Integração das equipes.	Capacitação das equipes das cidades-sede da Copa.

	24-11-2010	Senado aprova MPs que beneficiam setores ligados a Copa e Olimpíadas.	Senado Federal.	Viabilizar investimentos.	Beneficiar setores que atuarão na Copa.
--	------------	---	-----------------	---------------------------	---

Fonte: BRASIL. Ministério do Esporte. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br>>. Acesso em: 02 jan. 2011. Elaborado pela autora, com base em dados da pesquisa documental.